
Raízes

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

CDD - 330 - CDU -33843 (05) - ISSN 0102 - 552X

Revista de Ciências Sociais e Econômicas v.36, n.1, jan-jun /2016

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES

Av. Aprígio Veloso, 882

58109-970 - Campina Grande - PB

Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 3310-1051 - e-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br

www.ufcg.edu.br/~raizes



EQUIPE EDITORIAL

EDITORES

Ramonildes Alves Gomes - rnildes@hotmail.com
Luis Henrique Cunha - luishecunha@uol.com.br

EDITORES ASSISTENTES

Jean-Philippe Tonneau - tonneau@cirad.fr
Lemuel Dourado Guerra - lenksguerra@yahoo.com
Marilda Aparecida de Menezes - marildamenezes@uol.com.br
Roberto de Sousa Miranda - robertosmiranda@yahoo.com.br

SECRETARIA / NORMATIZAÇÃO

Roberto de Sousa Miranda

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Raul- Garcia (EHSS-CNRS) *Aldenor Gomes da Silva (UFCG) *Antônio Carcanholo (UFES) *Antônio Gomes da Silva (UFCG) * Bernard Roux (INRA/Paris) * Bernd R. Rabehl (FU/Berlim) * Delma Pessanha Neves (UFF) * Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP) * Eric Sabourin (CIRAD/FR) *Francisco de Paula Barreto Filho (UFCG) * Gian Mário Giuliani (UFRJ) * João Otávio Paes de Barros Júnior (UFCG) * Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (UFPE) * Lemuel Dourado Guerra Sobrinho (UFCG) *Leonilde Sérvo Medeiros (CPDA-UFRJ) * Magnólia Gibson da Silva (UFCG) * Maria Nazareth Baudel Wanderley (UFPE) *Norma Montalvo de Soler (UFCG) *Olívio Alberto Teixeira (UFS) *Paolas Cappelini Giuliani (UFRJ) *Paulo Ortiz Rocha de Aragão (UFCG) *Régina Célia Reis Novais (UFRJ) *Reinaldo Antônio Carcanholo (UFES) *Robério Ferreira dos Santos (UFCG) *Rodrigo de Azeredo Grunewald (UFCG) *Sônia Maria Pessoa Bergamasco (UNICAMP) *Theotônio dos Santos (UFF)

PROJ. GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO:

Yasmine Lima

REITOR:

José Edílson Amorim

VICE-REITOR:

Vicemário Simões

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Benemar Alencar de Souza

CENTRO DE HUMANIDADES

DIRETORA:

Luciênio de Macêdo Teixeira

VICE-DIRETOR:

Alarcon Agra o Ó

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

COORDENADORA:

Ronaldo Sarmento de Sales Junior

ENDEREÇO DA REDAÇÃO

Revista Raízes
UFCG - CH
Av. Aprígio Veloso, 882
58109-970 - Campina Grande-PB
Fone: (83) 3310-1066 - Fax: (83) 2101-1066
E-mail: raizes@ch.ufcg.edu.br
www.ufcg.edu.br/~raizes

Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas/Universidade Federal de Campina Grande,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - v.36, n.1, jan-jun /2016 - . -
Campina Grande: UFCG/PPGCS, 1982 - .
v.
Semestral
Resumos em *português, abstracts in English*
ISSN 0102-552X ISSN eletrônico 23588705

1. Sociologia - Periódico. 2. Sociologia rural - Periódico.3.Economia - Periódico.I.
Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
CDD 330
CDU 338-43 (05)



SUMÁRIO

EDITORIAL..... 5

ARTIGOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

Isaac Fonseca Araújo e Maria José da Silva A. Teisserenc
*MOBILIZAÇÃO, TERRITÓRIO E A EMERGÊNCIA DE NOVOS SUJEITOS E ARENAS PÚBLICAS
NO BAIXO TOCANTINS* 6

Dora Vianna Vasconcellos
*A CONSCIÊNCIA DAS CLASSES SUBALTERNAS EM ROGER BASTIDE E EM MARIA ISAURA
PEREIRA DE QUEIROZ* 22

Antonio Marcio Haliski e Alfio Brandenburg
*DA CONSTITUIÇÃO À REPRODUÇÃO DE UMA “CERTA” CONDIÇÃO CAMPONESA: UM ESTUDO
DE CASO A PARTIR DOS USOS DE RECURSOS NATURAIS*..... 34

Daniel Lucas Ribeiro Pontes e Gutemberg Armando Diniz Guerra
RESISTÊNCIA CAMPONESA: DUAS ABORDAGENS PARA UM CONCEITO 50

Maria José Carneiro e Juliano Luis Palm
*INFORMANDO POLÍTICA PÚBLICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE PRONAF
E QUALIDADE DE VIDA (2006-2013)*..... 61

Adla Alves Alexandre e Katia Maria Pacheco dos Santos
*PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: O CASO DE FAMÍLIAS QUILOMBOLAS DO VALE
DO RIBEIRA/SP* 75

Kilma Gonçalves Cezar e Elimar Pinheiro do Nascimento
A DIMENSÃO ESPACIAL NO PLANEJAMENTO FEDERAL BRASILEIRO NA TRAJETÓRIA REPUBLICANA..... 88

Brenda Batista Cirilo, Oriana Trindade de Almeida, Sergio Luiz de Medeiros Rivero
*O PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA
GESTÃO LOCAL: O CASO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ILHA DO COMBU, ESTADO DO PARÁ*.. 108

José Irivaldo Alves Oliveira Silva e John Brehmer de Sousa Alves de Oliveira
ÁGUA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: “ECOLOGIZAÇÃO” DE PROJETOS HÍDRICOS..... 121

Deyse Cristina Coelho da Silva, Luiz Gonzaga Feijão da Silva e Elen Cristina da Silva Pessoa
*A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UM ESTUDO NA
COMUNIDADE PIQUIATUBA/PA* 143

EDITORIAL

V. 36, N. 1 – janeiro/junho – 2016

As discussões envolvendo as territorialidades foram revigoradas com o avanço do capital, organizado de diversas maneiras, sobre espaços e grupos sociais distintos. A reação a esse processo de construção de uma hegemonia territorial do capital tem provocado reações dos movimentos sociais camponeses, indígenas e dos chamados povos tradicionais. As lutas pelo acesso à terra, pela conservação da biodiversidade, pelo acesso aos recursos naturais e pelo reconhecimento identitário de grupos sociais, cultural e historicamente distintos, têm mobilizado o olhar de pesquisadores, cujos esforços de imersão em contextos empíricos singulares possibilitam apresentar no V. 36 da Revista Raízes um conjunto fecundo de artigos dedicados a esses temas, quais sejam: *Mobilização, Território e a Emergência de Novos Sujeitos e Arenas Públicas no Baixo Tocantins*; *A Dimensão Espacial no Planejamento Federal Brasileiro na Trajetória Republicana*; *Água, Meio Ambiente e Desenvolvimento: “Ecologização” de Projetos Hídricos*; *A Economia Solidária e o Turismo de Base Comunitária: Um Estudo na Comunidade Piquiatuba/PA*.

O leque de questões colocados em pauta por diversos segmentos sociais reacende a necessidade de refletir sobre a atualidade de categorias como Campesinato, Resistência Camponesa e Classe Social. Para contribuir com essa discussão, a Revista Raízes V.36, nº 1 coloca à disposição do seu público os artigos que se debruçaram sobre esses conceitos, a partir da contribuição de autores como Roger Bastide, Maria Isaura Pereira de Queiroz e James Scott, nos seguintes artigos: *A Consciência das Classes Subalternas em Roger Bastide e em Maria Isaura Pereira de Queiroz*; *Resistência camponesa: duas abordagens para um conceito*.

Os trabalhos que compõem este número de Raízes revelam preocupações com processos e dinâmicas que informam sobre o impacto das políticas públicas de crédito e de transferência de renda, discutidos nos artigos: *Informando Política Pública: Uma Revisão Bibliográfica sobre Pronaf e Qualidade de Vida (2006-2013)*; *Programas de Transferência de Renda: O Caso de Famílias Quilombolas do Vale do Ribeira/SP*. E assim a Revista Raízes inaugura o volume 36.

A todos uma boa leitura!

Os Editores

MOBILIZAÇÃO, TERRITÓRIO E A EMERGÊNCIA DE NOVOS SUJEITOS E ARENAS PÚBLICAS NO BAIXO TOCANTINS

Isaac Fonseca Araújo, Maria José da Silva A. Teisserenc

RESUMO

Neste artigo é analisada a relação entre mobilização, território e a emergência de novos sujeitos políticos e ações no espaço público. Adotando-se alguns procedimentos de base etnográfica, a pesquisa focou, a partir dos anos de 1980, experiências no Território da Cidadania do Baixo Tocantins, Nordeste do Pará, sendo aqui analisados dados obtidos através de entrevistas, de observação direta e indireta, sobre fatores históricos, sociais e político-ideológicos relacionados a movimentos sociais e ações locais em um contexto de ambientalização e territorialização na Amazônia brasileira. Para o eixo teórico contribuem as perspectivas da mobilização, da ação e da arena pública, assim como da coexistência de modelos de sociedade e de um território de ação local. No processo analisado destacam-se experiências de organização política e de empreendimentos produtivos nos quais o sentimento de pertencimento ao território constituiu fator importante para a mobilização, permitindo aos atores engajados produzir e pilotar localmente ações enquanto sujeitos políticos que conformam uma arena pública, ao modificarem relações na base econômica em um processo territorial de ação local.

Palavras-chave: Mobilização; Arena pública; Território de Ação; Baixo Tocantins; Amazônia Brasileira

MOBILIZATION, TERRITORY AND THE EMERGENCE OF NEW SUBJECTS AND ARENAS IN THE LOW TOCANTINS (BRAZIL)

ABSTRACT

This article evaluates the relation between mobilization, territory and the emergence of new political subjects and actions in the public space. The study adopts some technical procedures of ethnographic research, focusing, through interviews, on direct and indirect participation, historical, social and political-ideological factors of social movements and legal actions in a context of environmentalization and territorialization in the Brazilian Amazon, specifically in the Low Tocantins Territory Citizenship, since 1980. The theoretical axis receives contribution from the perspectives of mobilization, the action and the public arena, as well as from the coexistence of models of society in a territory of local action. Highlighted in the analyzed process are the experiences of political organizations where feelings of belonging to the territory have been an important factor for the mobilization, permitting players committed to produce and conduct actions locally as political subjects who conform a public arena, when they modify the relations in the economic base in a territorial process of local action.

Key words: Mobilization; Public Arena; Territory; Low Tocantins; Brazilian Amazon

Mestre em Ciências Sociais (Sociologia/UFPA). Atual presidente do Instituto Caboclo da Amazônia, de Cultura, Educação Popular, Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável (Incarn). E-mail: isaac.educador@hotmail.com.

Doutora em Ciências Humanas. Professora Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. Pesquisadora associada do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. E-mail: mjaq@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

A formação histórica do Baixo Tocantins, situado no Estado do Pará, tem-se configurado – em termos de tecido sociopolítico – por um conjunto de mobilizações e/ou movimentos produzidos por atores sociais em um processo de territorialização. Trata-se de uma dinâmica que desde os anos de 1980, se expressa, entre outros, pela criação de organizações e empreendimentos econômicos de natureza associativa relacionados a essas mobilizações. Mobilizações, que simultaneamente produziram movimentos, imbricada na ação engajada da Igreja Católica no Baixo Tocantins, sobretudo a partir da criação das comunidades cristãs (CCs) e pastorais sociais.

Inicialmente por ação de agentes ligados à Igreja e, num segundo momento, por influência de movimentos sociais, desencadeou-se nesse subespaço regional uma dinâmica de politização e luta pelo espaço público que atendeu pelo nome de Movimento de oposição sindical, cujo resultado mais significativo foi a conquista, por atores do “campo e das águas”, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Colônias de Pescadores em toda a região.

Percebe-se que a politização dos movimentos e os mecanismos mobilizatórios dos se lançou mão conduziu os atores a uma ofensiva programática traduzida em participação. Uma participação que contribui decisivamente, à medida que foram sendo adotadas novas referências, inclusive de caráter ambiental, para a constituição de uma realidade material e subjetiva de um território e de uma territorialidade (LITTLE, 2002) particulares, nos quais assume papel importante a experiência comunitária e a ação coletiva contribuindo para a estruturação de uma arena de debates e a produção de um espaço público. E é neste espaço, então, onde se confrontam interesses e perspectivas e se busca acordos para fazer face à desestruturação das bases produtivas tradicionais da região, sobretudo causada pela instalação de grandes obras de infraestrutura, de empreendimentos mineradores, de monocultura,

de vasto alcance em termos de impactos sociais tanto quanto ambientais.

Para acompanhar e analisar aspectos relativos à dinâmica associativa, de participação e de coprodução de ações locais, na dinâmica já referida, adotou-se recursos de base etnográfica, tais como a observação direta e a observação participante enquanto do processo investigativo no qual está envolvido um dos autores desse artigo. Assim, há, portanto, um valor substantivo conferido ao trabalho de campo, via por excelência utilizada na busca de compreensão mais adequada do processo em perspectiva. Numa investigação de caráter microsociológico como esta, a abordagem etnográfica ganha relevo e, por isso, se justifica. Nela

O pesquisador compromete-se de corpo e alma no contexto da experiência e das atividades ordinárias de seus interlocutores. Ele se engaja nas situações cotidianas, que frequenta de forma regular e repetitiva durante uma longa jornada. Desse modo, está também diante da excepcionalidade de eventos únicos aos quais somente ele assiste e testemunha em campo. O pesquisador embarca, pois, numa compreensão aproximada, focalizando os fenômenos que se dão concretamente diante dele, no momento exato de sua produção. Ele se preocupa em saber quem são, com quem e em vista de qual ou quais experiências eles depreendem suas ações. Não podemos, portanto, falar em *etnografia* sem ter esse momento de observação, compreensão e descrição *in situ* da pesquisa e se grande parte dos dados e das análises que advém no espaço-tempo da pesquisa for obtida por outras vias (CEFAI, *et al.*, 2011, p. 10).

Para obter dados sobre a mobilização de atores e sua relação com a organização de projetos coletivos, priorizou-se a busca de dados primários coletados não somente a partir da observação direta, mas também de entrevistas com auxílio de questionário semiestruturado (GOLDENBERG, 2004). A rigor, perseguiu-se uma reflexão enraizada na captura de dados *in vivo*, “na constituição de relações de familiaridade e de confiança com os interlocutores e seu território e na recusa de expli-

cações ‘transcendentais’, cujas categorias e hipóteses não estão ancoradas numa experiência de primeira mão” (CEFAI, 2011, p. 11).

1. QUADRO TEÓRICO

Integrado à abordagem da sociologia da ação e, dentro dela, da sociologia pública (TOURAINÉ, 2009; BRAGA E BURAWOY, 2009), o quadro conceitual deste trabalho está dirigido pela importância atribuída aos processos, experiências sociais específicas, enquanto objetos a serem acompanhados, pois

a sociologia não se define mais como o estudo da sociedade ou dos sistemas sociais gerais, mas, antes, como o estudo dos processos sociais por meio dos quais os determinantes econômicos e políticos, de um lado, e os atores individuais ou coletivos, definidos cultural e socialmente, por outro, possam ser ligados, dando origem à ação coletiva, a processos políticos e a atitudes pessoais ou grupais (TOURAINÉ, 2009, p. 246).

Processos sociais que, no caso da Amazônia brasileira, como compreendido por Philippe Léna (2002), relacionam-se a um contexto no qual coexistem três modelos de sociedades e seus respectivos ideários e ações de desenvolvimento. Assim, em confronto, mas também em composição, temos em funcionamento práticas sociais próprias de uma sociedade tradicional que se estruturou a partir da colonização; práticas próprias de uma sociedade moderna e desenvolvimentista que se estruturou na segunda metade do século XX e relações próprias de uma sociedade pós-moderna ou socioambiental que vem se estruturando desde os anos de 1990, no qual se cristalizaram lutas das chamadas populações tradicionais percebidas por Pierre Teisserenc (2010), com base em Enrique Leff (2006), como “novo ambientalismo social”. Entre si, estes, digamos, modelos de sociedade imersos em conflitos e contradições coexistem através de negociações e alianças.

Situados numa sociologia da ação e, dentro desta, na abordagem de processos em

experiências específicas, a ação local e o território são conceitos balizadores do exercício de análise ora empreendido. Conceitos tais produzidos em um movimento teórico amplo que, dentro das restrições de um artigo, não se pode recuperar. Importa, no entanto, deixar claro a filiação a uma compreensão de território plural e, por conseguinte, multiterritorialidades, para a qual convergem autores como Ricardo Abramovay e Luiz Carlos Beduschi Filho (2004) e Rogério Haesbaerth (2006). Portanto,

Territórios não são um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais (Abramovay, 2003). Em torno dos territórios existem certos modelos mentais partilhados e comportamentos que formam uma referência social cognitiva materializada numa certa forma de falar, em episódios históricos e num sentimento de origem e de trajetórias comuns (ABRAMOVAY e BEDUSCHI FILHO, 2004, p. 38 – grifos na fonte).

Desse modo, concebe-se que a “mobilização de atores locais para o entendimento e para a organização de ações e projetos de caráter coletivo” (TEISSERENC e TEISSERENC, 2014) torna-se a condição primeira da existência do território e de ações locais envolvendo diferentes grupos e sujeitos. Nessa direção a ação qualifica o território, conferindo pertinência à ideia de território de ação local. Um território de ação local, portanto, uma realidade em movimento, em processo permanente, e onde se constituem arena em que os problemas públicos são expostos, tratados e, quando possível, resolvidos. Por consequência, trata-se de uma realidade onde os efeitos da ação pública repercutem, porque foram evidenciados nas atitudes dos atores, comportando-se o território de ação como espaço público no qual múltiplas territo-

rialidades informam interesses, estratégias, divergências e acordos entre os atores. Cabe então pensar essa realidade enquanto territorialização, na qual existe uma tensão permanente, inerente ao território em fluxo marcado pelos efeitos de fragmentação social oriundos da engenhosidade do capitalismo e pelas reivindicações dos atores. “Uma hibridação entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação espaço-tempo” (HAESBAERTH, 2004, p. 79, *apud* TEISSE-RENC, 2010, p. 164).

A produção de territórios, assim abstraídos, como resultado também de um contexto em que as demandas de caráter ambiental e os valores que as informam constituem, além da questão social, elementos de apelo e de justificação para mobilizações e enfrentamentos por atores em processos de territorialização, aqui referimos como ambientalização, e deve ser compreendida enquanto dinâmica que também emerge nos espaços públicos, nos quais são criadas as condições para o fortalecimento dos atores. Esses espaços tornados arenas ocupadas por diferentes sujeitos dispostos a jogar, em permanentes debates e negociações, é aqui tomado como:

lugar de produção, de circulação e de troca de conhecimentos. Mas os atores não inventam a partir do zero as justificações que eles dirigem aos seus públicos. Eles as buscam em repertórios de argumentação, típicos e recorrentes, identificáveis em outras situações de luta [...]. Por outro lado, eles também criam, dia após dia, os seus próprios argumentos, segundo os pontos estratégicos específicos da situação local (CEFAI, 2011, p. 90-91 – grifo nosso).

É, portanto, esse ponto de partida teórico a ser adotado para refletir a formação de um território com o dinamismo e a complexidade que o caracterizam, uma vez estabelecido o objetivo de realçar atores, mobilizações e ações produzidas significativos no território do Baixo Tocantins.

2. TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS: UM PROCESSO

A denominação tradicional Baixo Tocantins, seguindo a forma de referir os lugares a partir da situação destes em relação aos rios, normalmente divididos em alto, quando à montante, médio e baixo quando à jusante, próximo da foz, foi assumida nos anos de 1970 e 1980 pelo movimento sindical rural e outros atores coletivos, entre eles o dos profissionais da educação. Integrando o que se passou a chamar de Baixo Tocantins estavam os municípios de Abaetetuba, Baião, Bagre, Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Mocajuba, Moju e Limoeiro do Ajuru, articulados por convergências políticas, socioculturais e econômicas.

A partir da segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, os movimentos sociais assumiram a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Região do Baixo Tocantins, ou Região Tocantina – na qual foi incluído o município de Barcarena –, porção da Mesorregião Nordeste do Pará, formada pelas Microrregiões de Cametá (Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba) e de Tomé-Açu (Acará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu).

Em agosto de 2005, foi criado o Território Rural do Baixo Tocantins, no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, integrante da nova Política de Desenvolvimento Territorial do Governo Federal, sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Como Território Rural, o Baixo Tocantins comportava nove municípios: Abaetetuba, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Moju.

No ano de 2007, o Governo do Estado do Pará, à época sob a direção do Partido dos Trabalhadores, através das ações de planejamento da SEIR (Secretaria de Integração Regional), passou a identificar o Baixo Tocantins como uma das doze Regiões de Integração (RI) do Pará.

Entendia-se àquela altura que a divisão anterior elaborada pelo IBGE não se adequava mais à complexidade social e econômica do Estado e, portanto, às políticas públicas exigidas. Políticas essas marcadas por uma lógica de transversalidade no planejamento político-administrativo do Estado, concebida especialmente por instituições oficiais (MAGALHÃES et al, 2012).

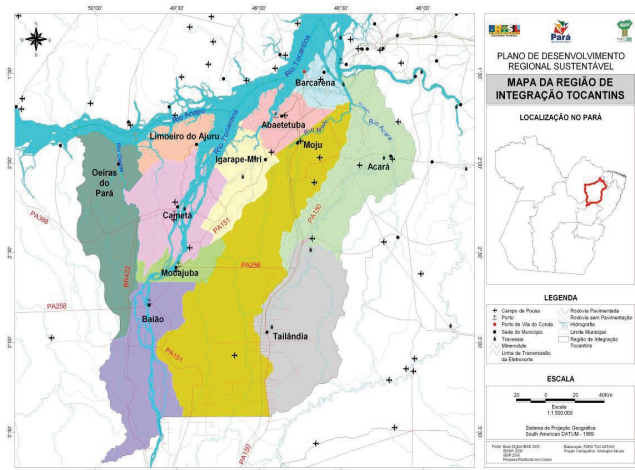
Em 2008, iniciou-se outra discussão no âmbito do Governo do Estado do Pará, com vistas à definição de prioridades para as políticas públicas estaduais, o que deu origem ao chamado PTP (Planejamento Territorial Participativo). Nesse período foram realizados 13 seminários territoriais para composição do Plano Safra 2008-2011 e debate sobre o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública – PROGATER. Estrategicamente, essas agendas subsidiaram as lideranças sociais e institucionais do Território Rural do Baixo Tocantins na sua definição programática, produzindo certo amadurecimento do próprio conceito de território. Todavia, enquanto programa governamental, o PTP foi descontinuado em 2011, quando o governo foi assumido pela oposição ao PT, então liderada pelo PSDB.

Também em 2008, o Governo Federal alterou sua Política de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, que passaram a ser chamados de Territórios da Cidadania. Desde então o Baixo Tocantins comporta, do ponto de vista deste ordenamento territorial, além dos nove municípios já citados, os de Acará e Tailândia. A qualidade de Território da Cidadania, em tese, pode imprimir uma mudança positiva no contexto institucional do Baixo Tocantins, desde que sejam criadas condições para o fortalecimento da capacidade de mobilização dos movimentos sociais e qualificação dos poderes públicos locais, produzindo-se intercâmbios proativos pelos quais a promoção de políticas públicas de desenvolvimento seja o resultado mais concreto.

Seja como Território da Cidadania, ou Região de Integração, a recente formatação do Baixo Tocantins reflete um avanço na tra-

jetória política de articulação dos atores sociais aliada ao esforço de diferentes políticas governamentais cuja aliança denuncia um particular processo de territorialização desse ambiente amazônico. Utilizando a nomenclatura de RI, a Figura 1, a seguir, apresenta a disposição espacial das municipalidades que compõem o Baixo Tocantins, extraída do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins (PDRS), elaborado pela Secretaria de Estado de Integração Regional do Pará (SEIR).

FIGURA 1 – MAPA DA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO TOCANTINS (RI)



Fonte: PARÁ (2010).

Com área de 36.024,20 Km², o Baixo Tocantins possuía, em 2010, uma população de 739.881 habitantes, dos quais 390.579 (52,79%) eram residentes na zona urbana e 349.302 (47,21%) em ambiente rural, conforme critérios utilizados pelo IBGE, contido no Censo daquele ano.

As pesquisas de Raimundo Valdomiro de Sousa (2002) e Armando Lirio de Souza (2011) apontam que o Território do Baixo Tocantins, há pelo menos três décadas, vem sofrendo inúmeras mudanças em sua caracterização, dinâmica, estrutura e ocupação. Trata-se de uma das áreas mais antigas de ocupação europeia na Amazônia, sendo formada por extensas áreas de várzeas e terra firme, ocupadas ao longo das vias de acesso que cortam seu território: corresponde a um subespaço em que o aspecto multidimensional talvez

seja a principal característica e cuja dinâmica possui elevado grau de complexidade.

Análise semelhante encontra-se no já mencionado trabalho de Magalhães et al. (2012). Para esses autores, a dinâmica do Baixo Tocantins evidencia a história da Amazônia brasileira que, desde os anos 1970, tem sido “objeto de forte intervenção estatal” traduzida na implementação de “ações e políticas públicas” que “incidem diretamente sobre as formas de apropriação” do espaço adotadas pelos sujeitos que o compõem, sobretudo quanto ao uso da terra (MAGALHÃES, et. al. 2012, p. 1). São diferentes políticas operando sobre um mesmo território com “distintos paradigmas de desenvolvimento e que resultam em transformação das relações sociais e territoriais”, desencadeando “um processo de des territorialização e de reterritorialização, assentado em mudanças sociais e ambientais” (MAGALHÃES, et. al. 2012, p. 1).

Enquanto lugar, neste trabalho, considera-se como Baixo Tocantins a delimitação geográfica do Território da Cidadania homônimo, acreditando-se que, ao assumir a geopolítica construída pelos movimentos sociais, tal programa reconheceu as trajetórias de vida compartilhadas por essas sociedades amazônicas. Neste artigo, entretanto, não constitui um desafio de compreensão a maneira como tem sido denominada, classificada a base territorial objeto de estudo. Importa antes de mais esclarecer que essa dinâmica classificatória, reflete ela mesma as características das mobilizações e ações que conformaram um espaço público no Baixo Tocantins enquanto um processo, uma realidade territorial em movimento; territorialização portanto.

3. IGREJA CATÓLICA E AGENTES NÃO-GOVERNAMENTAIS NA ORGANIZAÇÃO DE UMA BASE SOCIAL E NA PROMOÇÃO DO ASSOCIATIVISMO

Sem desconsiderar seus conflitos, suas contradições e fragilidades pressupõe-se que no cenário em análise adequa-se a compreen-

são de um território de ação, pois, depreende-se que a atuação dos atores, em certo sentido, tem possibilitado uma (re)configuração do tecido social e político do Baixo Tocantins. Tal processo se manifesta numa politização dos movimentos e os mecanismos mobilizatórios dos quais lançaram mãos os atores conduzindo-os a uma ofensiva programática traduzida em participação. Um ambiente criado à medida que os trabalhadores foram incorporando apelos e referências, ambientalizando espaços reais e abstratos, realidades materiais e subjetivas, marcando um território e territorialidades específicas com a experiência comunitária da ação coletiva e das lutas engajadas.

Compreende-se, dessa maneira, que ao engendrar mecanismos de mobilização dos movimentos sociais – quer seja pautado em negociações, quer se faça em arenas mediadas por lutas e conflitos – a ambientalização acompanha-se de uma territorialização, entendida (esta última) como processo que envolve atores e ações nas quais eles se engajam, relações múltiplas e cotidianas na forma de jogos de aliança ou de redes, práticas objetivas e subjetivas em referência a escalas espaciais diferentes. Por meio de suas relações, esses atores juntos desenvolvem formas de apropriação, materiais e simbólicas, do espaço que comportam dimensões econômicas, políticas e culturais. São dimensões que caracterizam sua territorialidade.

Produzidos no contexto da Amazônia, identificada como tocantina, estudos de caso, entre eles o de Araújo e Souza (2013), têm demonstrado que na formação desse território identificam-se dois padrões de desenvolvimento: por um lado, nota-se uma clara tendência a um processo dirigido pela pedagogia dos projetos de crescimento econômico, o que amplia as desigualdades socioeconômicas e os conflitos ambientais na região. Em paralelo, percebe-se outra dinâmica, que não raro conflita e disputa a produção de um espaço público com aquela tendência. Os traços mais relevantes desta última são encontrados especialmente em ações, cujos atores e movimentos sociais possuem vínculos com a agricultura fa-

miliar, com a pesca artesanal e os pequenos e médios empreendimentos econômicos de base comunitária, dinâmicas que resistem à desestruturação de bases produtivas tradicionais da região, sobretudo causada pela instalação do Pólo Minerio-Metalúrgico de Barcarena (ALBRAS/ALUNORTE); da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e de agroindústrias incentivadoras da monocultura enquanto padrão produtivo e da concentração de propriedade, ora representadas especialmente pela dendeicultura vinculada à produção de combustíveis.

Para além da preocupação com dinâmicas de desenvolvimento, o que foi verificado no conjunto dos estudos de perspectivas socioeconômicas e geográficas referidos em dinâmicas nesta porção da Amazônia brasileira, também chamada Amazônia tocantina, o que está em questão no âmbito do presente artigo são ações e atores sociais coletivos, portanto, em processos indutores da formação de uma base social e associativista. Assim, o eixo que orienta esta reflexão e análise no território do Baixo Tocantins, no qual a referência ao município de Igarapé-Miri é emblemática, dado o protagonismo o confronto entre perspectivas e ações de desenvolvimento, onde grande parte dos sujeitos protagonistas de mobilizações vive ainda, é o processo no qual foram construídos as justificativas dos atores locais para o engendramento de novas organizações econômico-associativas nesse município, a partir dos anos de 1980. Sobretudo no fim desta década quando, de acordo com Philippe Léna,

um modelo alternativo de desenvolvimento está ganhando força na região amazônica, tentando unificar as preocupações ambientais e sociais [...] bem como substituir o modelo desenvolvimentista autoritário anterior. Estes dois modelos se enfrentam tanto no nível local como regional ou nacional e são objeto de lutas de interesses, lutas políticas e negociações (alianças, negociações...) que marcam profundamente a realidade regional (LÉNA, 2002, p. 09).

Este engendramento de iniciativas econômico-associativas, pela perspectiva da am-

bientalização e da territorialização, pôde emergir constituindo uma possibilidade de desenvolvimento local construída por atores locais, entre os quais se insere um dos autores deste artigo.

A rigor, buscou-se refletir sobre uma experiência social abordada pelo viés da “constituição de relações de familiaridade e de confiança com os interlocutores e seu território e na recusa de explicações ‘transcendentais’, cujas categorias e hipóteses não estão ancoradas numa experiência de primeira mão” (CEFAI, 2011, p. 11). E nessa experiência, destaca-se o trabalho da ação pastoral católica.

Um dos elementos que precisa ser considerado em relação ao trabalho pastoral da Igreja Católica no Baixo Tocantins, em termos de orientação de suas práticas é a mudança produzida nas ações da Igreja Católica e a repercussão dessa mudança de orientação no Baixo Tocantins. Trata-se da aprovação de um novo Plano Pastoral, construído pelo clero da Prelazia como resultado de avaliação sobre o desempenho da Igreja assim como da realidade social e econômica que a desafiava. Com o redesenho de estratégias deu-se prioridade à criação de Comunidades Cristãs (CCs) e uma linha de crédito, destinada a apoiar projetos produtivos, como fomento à organização socioproductiva. Vamos à origem dessa mudança.

A II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Conferência de Medellín, Colômbia), promovida pela Igreja Católica da América Latina, em 1968, representou um marco na trajetória da Instituição, não apenas pela possibilidade de reflexão sobre os desafios que a ela se impunham naquela conjuntura, mas, sobretudo, pelo que representaram as decisões tomadas no Encontro. Uma das principais, certamente, foi a de promover a criação das CEBs, enquanto núcleos que pudessem organizar pessoas para a experiência de vida em comunidade (CELAM, 1968). Segundo Dom José Maria Chaves dos Reis, ela é “o início de tudo”, no que se refere à reconfiguração da vida associativa no território do Baixo Tocantins. Para Dom José Maria,

O centro de tudo está na existência da comunidade de fé. *Ela* se reunia para celebrar a palavra, o culto dominical, para dar a catequese, mas para organizar os trabalhadores, as delegacias sindicais nas próprias comunidades [...] E ali se dava todo um treinamento para ajudar os camponeses a aprender ler e escrever [...] A Prelazia, na época, implantou a educação popular, principalmente *com base* no método de Paulo Freire [...], que era pra ajudar os camponeses a ler, escrever, refletir, discutir. (Entrevista com D. José Maria Chaves, Bispo da Diocese de Abaetetuba, realizada em 23 de dezembro de 2014 – grifos nossos).

Um trecho da narrativa de Daniel Cefai et al. (2011), em referência anteriormente indicada, consubstancia a noção de comunidade ora interpretada, o que dialoga com a categorização desse organismo enquanto ator. Para Cefai,

A ideia de comunidade tem igualmente uma ressonância que o Brasil partilha sem dúvida com outros países [...]. Ela foi objeto do desejo militante ou religioso durante o período da ditadura, escapando aos rigores do regime. Ela sustentou todo o *trabalho de educação popular*, cujos *métodos de conscientização* de Paulo Freire estão ainda nas memórias. Ela igualmente esteve no coração das práticas radicais da *teologia da libertação*, deste retorno ao da *Igreja dos pobres*, pela geração de padres, de Leonardo Boff e Dom Helder Câmara. A associação de referência foi, até o meio dos anos 1990, a Comunidade Eclesial de Base: ao mesmo tempo assembleia dos fiéis se reunindo para ler a Bíblia, discutir sobre a fé e celebrar os ritos, duplicando a forma da paróquia; e reagrupamento militante, ligado em rede às outras CEBs pela logística de Igreja, mobilizando-se para a gestão dos negócios locais, mas também na ocasião da Constituição de 1988 para articular grandes movimentos nacionais (CEFAI, et al., 2011, p. 23 – grifo nosso).

No cenário brasileiro, importa lembrar, o movimento de criação das CEBs e pastorais foi significativamente influenciado pela Teologia da Libertação (TL), sobe o protagonismo de

Leonardo Boff, Dom Helder Câmara e Frei Betto, entre outros. Uma realidade somente possível com a Lei da Anistia, já que parte dos operadores da TL era composta por ex-exilados.

Contudo, não foram apenas os fatores externos e a construção de um novo plano pastoral que alteraram os rumos da Prelazia. Como se sabe, em 1980, a Igreja iniciou um novo Prelado, com a chegada de Dom José Elias Chaves. Conforme indicam as evidências empíricas apreendidas em trabalho de campo, o pastoreio de José Elias foi sempre marcado por uma clara postura de defesa da vida e promoção da dignidade humana. Todas as fontes consultadas e os depoimentos colhidos no curso desta pesquisa referem-se a Dom José com uso de expressões fortes, como “grande líder”, “homem revolucionário”, “pastor intransigente frente às injustiças sociais”, “igual a ele não haverá outro”, etc. São referências, portanto, que expressam uma avaliação positiva das lideranças a respeito desse Bispo. É claro que não se pode ignorar o contexto histórico (de desafios que reclamavam posições bem mais radicais do que as de hoje) em que Dom José Elias governou a Prelazia. Todavia, sabendo-se que a Igreja Católica possui uma estrutura sobremaneira hierarquizada, avalia-se que o dinamismo pastoral que ele imprimiu na região foi decisivo para dar vazão a mudança de rota já desejada no plano de 1969, inclusive impondo certa ruptura nas relações de conveniência entre a Igreja e as elites políticas e mercantis (bem visíveis até esse período) examinadas por Valdomiro de Sousa (2002) no contexto de Cametá, mas que se reproduziam em outros cenários.

Assumindo essa diretriz, a Prelazia de Cametá desenvolveu diferentes ações de base, articuladas a outras de perfil mais estruturante, as primeiras voltadas especialmente à formação de recursos humanos. Entre elas se considerou significativo relatar as que seguem:

Formação de animadores.

Uma espécie de auxiliares diretos dos padres nas paróquias. Além do serviço pastoral, pelo menos até o final da década de 1990, con-

sidera-se que parte desses agentes leigos também cumpriu um papel importante de mobilização social e articulação política nas diferentes regiões que integram a Diocese de Cametá.

Educação popular.

Uma das linhas de atuação pastoral mais valorizada pela Prelazia, certamente foi a formação de leigos. Neste campo, desenvolveu-se o que se poderia chamar de um programa de educação popular, com uso da abordagem pedagógica construída pelo professor Paulo Freire. Foram inúmeros eventos formativos realizados, dando conta de temas como liderança comunitária; técnicas em agricultura; formação de enfermeiras e parteiras; saúde e fé e política, entre muitos outros.

No rol de uma extensa pauta de atividades, a prioridade dada aos “cursos de liderança” chama a atenção. Essa formação era realizada todos os anos, nas diversas paróquias da Prelazia, atingindo a grande maioria das comunidades cristãs. Em meio a temas como “vivência da fé”, “ser gente” e “comunidade”, um específico é ilustrativo. Ele foi definido como: “libertação do homem e direitos humanos num mundo em mudança e desenvolvimento” (FRENCKEN, 2010, p. 468). Ressalvada a hipótese de incorrer em certo romantismo, interpreta-se que uma escolha de conteúdo como essa sinaliza a postura de um ator que se coloca, simultaneamente, enquanto sujeito da ação e mediador de uma dinâmica de transformação social. Acerca do papel de mediação cumpre, ainda, registrar a contribuição dada pelo Instituto de Pastoral Regional (IPAR) e pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) na produção dessas agendas.

Em um depoimento dado por entrevistada, Manoel Raimundo Pinheiro, advoga a favor da ideia de que houve, por parte da Prelazia, uma iniciativa planejada para criar as condições favoráveis a uma dinâmica de transformação social no território. Segundo ele, a formação de recursos humanos e o incentivo às lutas coletivamente assumidas pelas comunidades e movimentos representaram as prin-

cipais contribuições da Igreja. Manoel Raimundo lembra que, ainda no início da década de 1980, em Cametá, a Prelazia realizou uma “Missa de envio”, em cujos ritos o Bispo abençoava as lideranças e as enviava para uma missão. A partir daquele ato simbólico, grupos de agentes seriam formados, integrando-se ainda mais aos segmentos da agricultura, da pesca e da educação (conforme as afinidades), de modo a promover uma mudança substantiva nas estruturas vigentes em favor dos “pequenos”. (*Entrevista com Manoel Raimundo Pinheiro, ex-presidente da Colônia de Pescadores de Igarapé-Miri, realizada em 23 de dezembro de 2014*).

Assistência social sob o discurso da promoção humana

Executado na forma de prestação de serviços às comunidades cristãs, o trabalho de assistência social da Prelazia promoveu ensaios de promoção humana, particularmente em duas áreas. No campo da produção, as atividades de orientação técnica aos agricultores e o incentivo a projetos produtivos, na modalidade de crédito informal, representaram as principais ações de assistência, ao mesmo tempo em que a Pastoral da Pesca também desenvolvia um processo de acompanhamento aos pescadores que, entre outros resultados, facilitou a conquista das Colônias sob o protagonismo desses atores. O fomento mobilizado pela Prelazia enquanto crédito assistido contribuiu (ainda que muito pontualmente) com o desenvolvimento econômico da região, por sua capacidade de promover inclusão socioprodutiva entre famílias empobrecidas. Encontram-se dois casos sugestivos dessa realidade no aumento da produção de pimenta do reino e cacau – concomitante ao incentivo à fruticultura e à criação de peixe – e na melhoria do consumo doméstico pela implantação de cantinas comunitárias, em diferentes municípios da região tocantina.

Estas cantinas funcionavam como comércios comunitários para compra e venda de gêneros alimentícios, produtos agrícolas e insumos cuja tarefa primeira era romper com a

dependência dos camponeses ao sistema de comercialização tradicional, diminuindo os custos de consumo das unidades familiares. Embora fossem pequenos empreendimentos comerciais, as cantinas constituíram-se organizações associativas, justificadas por suas características: a) eram formadas por associados (mais ou menos entre 15 e 20 em cada unidade); b) desenvolviam atividades de organização social e formação política (de certo modo difundido os valores do associativismo especialmente no que tange ao trabalho coletivo); e c) cumpriam uma função de representação dos trabalhadores, além de outra elementar: a atividade de comercialização em condições mais favoráveis.

O setor de saúde corresponde à segunda área social priorizada. De um lado, a Prelazia operava um mecanismo de assistência ambulatorial, de lógica curativa (a partir, por exemplo, do Hospital e Maternidade Santa Luiza de Marilac, em Cameté, gerido pela Congregação das Irmãs Filhas da Caridade). Mas, de outro lado, construía uma dinâmica de formação de recursos humanos oriundos das próprias comunidades, articulada ao que a Igreja chama de “educação do povo”: com outras palavras, uma sensibilização sobre os cuidados que toda pessoa deve tomar para garantir sua saúde. Estes dois últimos movimentos eram liderados por uma equipe central dedicada ao trabalho preventivo e de cujo empenho em formar emergiu uma categoria profissional muito importante para as comunidades: os agentes comunitários de saúde.

Entre o fim dos anos de 1970 e por toda a década de 1980 um tema, em especial, ocupava grande parte do tempo e da atenção daqueles sujeitos: a questão do direito ao uso da terra. Certamente um dos problemas mais relevantes nesse período. Assim como no cenário nacional, conflitos agrários multiplicavam-se em nível regional, como o de Anilzinho, região situada às margens de um rio com o mesmo nome, no interior do município de Baião.

O fato que ficou conhecido como *conflito de Anilzinho* veio à tona em 1979 (curiosamente por dentro do regime civil-militar),

manifesto em uma disputa entre os camponeses residentes na área e grileiros vindos do Sul do país, depois da abertura da estrada Transcarnata (que liga este ao município de Tucuruí). Naquela ocasião, a comunidade de Anilzinho oferecia certa riqueza de castanhais e seu chão era considerado terra devoluta, o que certamente animou tais “aventureiros” a impor seus interesses de apropriação daquele território. Um relato de Padre Tiago – um dos representantes da Prelazia de Cameté que mais de perto acompanharam o caso –, citado por Sousa (2002), é esclarecedor nesse sentido. Tiago conta que

apareceu um homem de nome Tião querendo ocupar toda a área, *mas*, não conseguiu porque o povo resistiu. Então ele vendeu a terra para um fazendeiro do Sul, que deixou como capataz o Gustavo [...] *Este* pediu apoio à juíza de Tucuruí, que mandou dois caminhões e dois jeeps com soldados armados *com* fuzis e metralhadoras [...] *Eles* embarcaram todos os homens nos caminhões, levaram para Tucuruí e os soltaram na rua [...]; derrubaram as casas, destruíram as plantações; as mulheres fugiram de suas casas [...] *Então* os posseiros me procuraram para resolver o problema. Orientei que construíssem um barracão que comportasse 200 pessoas para fazermos reunião e discutir o problema [...] Assim, realizou-se o primeiro Encontro Anilzinho (SOUSA, 2002, p. 138 – grifos nossos).

Depois deste avento, realizado nos dias 10 e 11 de julho de 1980, no local do conflito, outros dez encontros foram promovidos, sendo o último deles em Igarapé-Miri, no início dos anos 1990. Toda essa mobilização permitiu que os camponeses continuassem na área, tornando-se vitoriosos de uma luta tensa e desafiadora. Esse parece ser o resultado mais importante do caso, mas, há outro também muito relevante: os aprendizados produzidos na ambientalização do conflito, a partir dos quais a organização dos trabalhadores rurais e das comunidades cristãs ganhou força e uma nova dinâmica política tomou corpo na região.

O caso Anilzinho, bastante marcado pelas transformações ambientais trazidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, marcou a memória dos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins e influenciou a postura eclesial que desde então a Prelazia de Cametá assumiria quando desafiada a tomar partido diante das resistências e lutas populares pelo direito à terra. O conflito, originado na disputa pela posse do lugar (o que colocava em pauta o debate sobre a sobrevivência das populações locais), animou a Igreja a implantar um serviço pastoral exclusivamente para apoiar os camponeses: a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Aquela momento marcava a adesão da Prelazia ao movimento (nacional) de oposição sindical que, sob sua liderança, ocuparia a cena política no Baixo Tocantins por mais de uma década.

Em estudo sobre realidades que conformam o mundo camponês da região do Baixo Tocantins, a partir de uma inflexão sobre aspectos sociais, políticos e econômicos inerentes à formação desse território, Rogério Almeida (2010) iguala o fenômeno de Anilzinho ao da Cabanagem, por ele qualificado como primeiro movimento que levou os oprimidos ao poder, portanto, um dos “momentos mais significativos na trajetória de insurgência do período regencial do Brasil” (p. 294). Para Almeida,

o movimento do Anilzinho se constitui como um marco recente do campesinato do Baixo Tocantins, [tendo sido] o primeiro no contexto da luta pela tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) pelos trabalhadores alinhados politicamente como o “novo sindicalismo” [...]. Constituiu um fato importante no processo de adesão da Igreja Católica local à luta pela terra que já iniciara em diversas regiões do Brasil e sobre a qual a Igreja manifestou-se publicamente, por meio do documento “Igreja e problemas da terra” (ALMEIDA, 2010, p. 295 – grifos nossos).

Sob a ótica do presente trabalho, a abrangência e densidade da pauta que orientou os debates acerca de Anilzinho representam um estímulo à imaginação sociológica

(MILLS, 1975): de fato, tem-se uma matriz constitutiva de um movimento animado por um programa de vida. Por isso, os encontros produzidos para animar o movimento, ao se configurarem tanto como momentos de estudo e reflexão, quanto de planejamento e mobilização dos trabalhadores, permitiram às comunidades se identificarem com a Teologia da Libertação, na cumplicidade do entendimento de que a vivência da fé cristã implica necessariamente compromisso com a transformação das estruturas sociais injustas – um dos princípios fundamentais da TL.

Como centralidade daquelas discussões, três linhas foram identificadas: 1) a questão da terra, propriamente dita, e o que dela deriva enquanto ideário – lugar de todos/bem coletivo, da comunidade; espaço de produção a partir do qual se pode garantir a sobrevivência; território que reclama uma reforma agrária, desde agora, a começar pelas mãos dos camponeses; 2) o fortalecimento das comunidades por meio do trabalho coletivo e a reconfiguração do sindicalismo rural (com a “tomada” dos sindicatos pelos trabalhadores) e; 3) a luta política, como instrumento capaz de viabilizar a conquista de políticas sociais para o campo. Essa agenda tornou-se não apenas um discurso orientador das ações do movimento, mas os seus objetivos de luta, chegando a constituir uma “Lei” interna – a *Lei Anilzinho*, elaborada por ocasião do primeiro encontro de mesmo nome.

É bom considerar que nos eventos iniciais adotou-se uma postura radical em se tratando de relações “da porteira pra fora” (nenhum agricultor deveria acessar crédito bancário, pois, poderia ficar inadimplente e comprometer a posse da terra) e que desconsiderava bases legais que regem a vida em sociedade (a possibilidade de usar violência e armas – se preciso – para defender a permanência dos camponeses no lugar). Entretanto, no curso da caminhada, dois fatores ajudaram a relativizar essa orientação: i) o resultado do conflito inicial, com a vitória dos posseiros, o que eliminou a necessidade de novos enfrentamentos e; ii) a ininterrupta conquista dos sindicatos, exi-

gindo do movimento uma revisão da estratégia – a luta agora não era mais para garantir os instrumentos institucionais e, sim, acessar as políticas públicas. Nesse sentido, as decisões do penúltimo Encontro Anilzinho, realizado em Pacajá (Região Transamazônica), em outubro de 1991, superaram o viés classista de enfrentamento com o Estado, reorientando as lideranças para uma nova postura: agora de articulação dos trabalhadores tendo em vista o acesso aos recursos públicos, especialmente ao crédito rural. Essa mudança de rota, na verdade, legitimou uma tendência já iniciada na região, decorrente dos resultados do segundo Grito da Terra (ocorrido dois meses antes daquele encontro), que permitiram a agricultores do Baixo Tocantins negociar os primeiros financiamentos do FNO para a região. Aquele era o início do fim da dependência dos agricultores familiares ao fomento produtivo da Igreja, advindo do crédito informal.

A história de Anilzinho pode ser considerada momento inicial de experiências em um contexto de ambientalização dos movimentos sociais no território do Baixo Tocantins, à medida que nelas são encontradas marcas de um lugar reivindicado pelos atores e por eles apropriado com vistas a um desenvolvimento diferenciado de uma lógica controlada pelo mercado e não pelos imperativos de uma produção orientada em primeiro lugar para a garantia de condições dignas de reprodução da vida “dos pequenos”. Quando do conflito pela posse da terra, a luta na qual se engajaram aqueles sujeitos é indicativo de uma habilidade em criar laços de solidariedade, construir estratégias pactuadas com outros atores sociais e se beneficiar dos aprendizados coletivos. Com essas características, tais sujeitos se destacam pela mobilização em defesa de direitos vinculados à reapropriação social dos meios de produzir, de resistir e de viver em um ambiente controlado pelas iniciativas produtivas dos Grandes Projetos de Desenvolvimento.

É exatamente nesse contexto que uma agenda coletiva e a luta política no campo institucional é assumida, não somente de reivindicação pelo direito à terra, mas como possi-

bilidade de também influenciar nos rumos do desenvolvimento regional. Por isso entendiam que participar da gestão de sua entidade representativa era uma condição fundamental para garantir que o sindicato assumiria uma postura combativa frente ao Estado na luta por direitos, pois, argumentava-se que o modelo de sindicalismo rural vigente não representava os interesses das comunidades. Mediados pela ação da Prelazia e incomodados com o conflito agrário, os atores de Anilzinho aderiram ao movimento de oposição sindical, que nesse período ocupava parte da cena pública nacional.

Ao longo dos anos 1980 produziu-se ampla mobilização no Baixo Tocantins, a fim de instrumentalizar os trabalhadores rurais para o enfrentamento com grupos tradicionais detentores da gestão sindical. Importa considerar que havia uma estreita relação entre a estratégia para ganhar o sindicato e a articulação em prol da conquista das colônias de pescadores, concebida no âmbito do trabalho da Pastoral da Pesca. O resultado mais concreto foi a chegada desses sujeitos às direções de todos os STRs e Colônias de Pescadores do território, até o final dessa década.

O discurso construído pelas lideranças para influenciar as bases evidenciava a necessidade de (i) tomar parte dos grandes debates sobre a vida no campo, como a discussão sobre a reforma agrária; (ii) o desafio de incidir na agenda do Estado e; (iii) o interesse em contribuir com a construção de um “novo sindicalismo”. Uma definição utilizada por um conjunto de autores como Boito Júnior (1991), Rogge (1996), Grzybowski (1990) e Sader (1995), entre outros, para um movimento de oposição sindical que emergiu no Brasil na década de 1980, notadamente vinculado à estratégia de criação da CUT.

A adesão dos trabalhadores ao movimento e, em última análise, o alcance dos objetivos mostram que a retórica funcionou enquanto justificativa, animando o que em estudo recente encontrou-se razão para considerar como um processo que “possibilitou iniciar a desestruturação do domínio dos agentes políticos vinculados ao poder governamental

e as oligarquias locais, portanto, impedindo o uso das organizações sindicais como aparelho de manipulação” (ARAÚJO e SOUZA, 2013). Assim, é possível inferir, a partir da realidade histórica do Baixo Tocantins, que no contexto de Anilzinho igualmente foi construída uma disposição de produzir – no plano das ideias e das práticas – outro sindicalismo, “novo” enquanto projeto e pedagogia institucional.

Analisa-se que, em perspectiva histórica, as ações até aqui interpretadas refletem uma capacidade de liderança da Prelazia de Cametá, estrategicamente operada por seus agentes de pastoral, que criou as condições para a mobilização de atores, formação política e resistência popular pela conquista de direitos, produzindo impactos positivos na trajetória de vida das comunidades. Não constitui exagero considerar que, nesse contexto, aquelas iniciativas abriram caminhos para um processo de politização dos sujeitos e suas organizações vivenciadas em ambiente de ação no qual uma racionalidade coletiva foi mais decisiva do que uma racionalidade da escolha individual (OLSON, 1999).

Por outro lado, um elemento ímpar no curso dessas ações diz respeito à competência dos homens e mulheres das comunidades em ganhar autonomia, enquanto ainda se encontravam tutelados pela Igreja. Aos poucos eles foram se constituindo sujeitos políticos, sem deixar a condição de fiéis. Pelo contrário, como cristãos, gradativamente foram afirmando-se como categoria social, para mais tarde assumir uma luta de classe.

Interpretado no âmbito do que lhe justifica, esse exercício mobilizatório e de construção social constituiu-se instrumento dos trabalhadores para gerar lutas coletivas que permitissem, imediatamente, a posse da terra e a possibilidade de nela produzir e, num segundo tempo, a garantia de direitos fundamentais, entre eles a alimentação, a saúde e a educação pública.

Essa conjuntura promoveu grande estímulo a práticas associativas geralmente vivenciadas por núcleos familiares, entendidas enquanto experimentação social que se notabili-

zou depois da primeira metade dos anos 1980, quando se têm registros da elaboração de atividades de base comunitária – em diversos contextos do mundo amazônico – na forma operacional de revenda, cantinão, caixa agrícola etc., como uma retomada das organizações econômicas coletivas, naquele tempo empreendidas para satisfazer necessidades de consumo e fomento produtivo (ARAÚJO, 2012; SOUZA 2011; ARAÚJO & SOUZA, 2013). Um movimento, portanto, originário do mundo rural, assentado no extrativismo, na agricultura familiar e na pesca artesanal.

Tudo isso justifica a compreensão de que “a conjuntura de luta política” – a princípio contra o regime autoritário e, posteriormente, como tentativa de superação da cultura paternalista, clientelista e patrimonialista – “na região amazônica influenciou decisivamente a formação socioterritorial do Baixo Tocantins”, sobretudo com o registro em seu histórico de importantes processos econômicos de base associativa “pautados na experimentação de um diferente mundo do trabalho”, enquanto ensaio de *outro* desenvolvimento (SANTOS, 2002) cujos valores possam superar aqueles que sustentam o capitalismo (ARAÚJO e SOUZA, 2013).

Pelo exposto evidencia-se a produção de um território em movimento animado pelos referenciais do desenvolvimento sustentável, sob a condução dos trabalhadores e suas organizações. Os sinais mais imediatos dessa mobilização estão inscritos nas ações de atores oriundos da agricultura familiar e da pesca artesanal, a maioria optante pela vida associativa como forma de atuar na sociedade. Qualifica-se, ainda, enquanto “modelo” que contrasta com outro padrão de desenvolvimento historicamente instalado no Baixo Tocantins: aquele pautado em grandes projetos, marcado por elevados indicadores de concentração de renda, desigualdades econômicas e conflitos socioambientais.

Considera-se, portanto, que as dinâmicas experienciadas pelos agricultores e suas lideranças, considerando ainda os efeitos gerados por essa mobilização, constituem o Bai-

xo Tocantins como um território de ação. Isso porque, de modo sistemático, observou-se uma trajetória concebida, engendrada e dirigida localmente por atores que, ao se inserirem numa arena pública, contribuíram com a organização da sociedade local. Mas não o fizeram gratuitamente, como em qualquer outro jogo aproveitaram-se do protagonismo exercido para conquistar certos benefícios enquanto movimento social. Respeitadas as contradições, todavia, desse contexto emergiram novas formas de relações sociais e de produção depois configuradas como fortalecimento da base produtiva regional sob influência de certo capital social e político. Assim, entendidas as condições estruturais e orgânicas do fenômeno estudado, sugere-se que a recente formatação do Baixo Tocantins o qualifica como um território de ação e de desenvolvimento sustentável (TEISSERENC e TEISSERENC, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Examinada sob o conceito de território, a formação do Baixo Tocantins explica-se por uma densidade de mobilizações de atores coletivos e processos de politização dos movimentos capitaneados por influência desses sujeitos. Cada uma à sua maneira, as ações inscritas nesse campo (BOURDIEU, 2004) e por ele engendradas, têm produzido um mundo particular – o da vida associativa – marcando em certa medida o tecido social, político e econômico de uma Amazônia plural.

Os arranjos institucionais sucedidos em decorrência dessa conjuntura regional nunca foram homogêneos, ao contrário, sempre estiveram mergulhados em contradições, conflitos e constrangimentos, em última instância geradores de disputas, ora entre os agentes pesquisados e seus opositores, outras vezes no interior do próprio movimento. Na outra face, são tecidos que informam alianças e negociações cuja costura tem sido possível nos instantes em que os objetivos de grupo superaram os interesses individuais.

Exatamente nesse contexto é preciso admitir que o papel exercido pela Prelazia de Cametá – quer seja enquanto fomentadora de relações sociais e de produção, ou mediadora de processos políticos –, desde o final da década de 1960 até pelo menos a metade dos anos 1990, imprimiu talvez as maiores características do que hoje se conhece como o lugar Baixo Tocantins. *Stricto sensu*, as ações empreendidas pelas comunidades cristãs e pastorais da Igreja – portanto, apoiadas nas doutrinas da instituição que representam – podem ser denotadas, simultaneamente, como a base inicial da experiência de associativismo e formação de movimentos sociais na região. No primeiro caso, significa dizer que a origem dos empreendimentos associativos está diretamente relacionada com a trajetória das comunidades, em função das dinâmicas que decorrem do seu modo de vida, no sentido atribuído por Daniel Cefaï (2011, p. 23). Por outro lado, é preciso considerar também que os aprendizados adquiridos por diversas lideranças comunitárias no exercício da militância pastoral – sobretudo em relação ao trabalho coletivo e à solidariedade –, acompanhados das exigências socioambientais a elas impostas pelo desafio do desenvolvimento, constituíram localmente os primeiros estímulos aos movimentos sociais. Movimentos sociais, os quais, conforme indicado por Maria da Glória Gohn,

não são apenas reativos, movidos só pelas necessidades, pois podem surgir e se desenvolver também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Muitos deles apresentam um ideal civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática, suas ações são pela sustentabilidade e não apenas autodesenvolvimento. Lutam por novas culturas políticas de inclusão, contra a exclusão. [...] Há neles, na atualidade, uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; e a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas coletivo; autonomia entendida como inserção e

inclusão social na sociedade, com autodeterminação, com soberania. Os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo e de aprendizagem para seus protagonistas (GOHN, 2013, p. 16).

No que tange ao Baixo Tocantins, os movimentos sociais de que se falam são, fundamentalmente, aqueles mobilizados pelos camponeses – agricultores familiares e pescadores artesanais –, desde o conflito de Anilzinho. Por vezes, os valores constituídos a partir desta experiência de ambientalização podem ser interpretados como os referenciais programáticos que inspiraram a oposição sindical dos anos 1980 (SOUSA, 2002).

Sob esse ponto de vista, o contexto de Anilzinho forjou elementos ideológicos para um novo sindicalismo em ambiente amazônico (BOITO JÚNIOR, 1991; ROGGE, 1996; SADER, 1995), refletindo uma fase transitória na dinâmica da agricultura, ao possibilitar que seus agentes se despojassem da condição de lideranças comunitárias sob a guarda da Igreja – embora não a tenham abandonado – para assumir a qualidade de atores que participam da cena política que os envolve e nela se tornam jogadores, agora dispostos a produzir o espaço público de quem também são produtos.

Tais evidências confirmam que, em se tratando de ambiente amazônico, os processos de ambientalização dos movimentos sociais não raro se fazem acompanhar por dinâmicas de territorialização, à medida que estes sujeitos produzem ações públicas. Historicamente, os conflitos dos quais decorreram os principais desafios socioeconômicos e políticos impostos aos grupos sociais quando empenhados em constituir seu espaço de vida têm lhes permitido elaborar uma racionalidade coletiva que os faz conceber/assumir objetivos comuns, às vezes imersos em tensões e divergências. São grupos que se constituem enquanto tal a partir de uma relação de pertencimento estabelecida com o território que eles reivindicam, adotado como referência de luta e militância. Ao lado dessa atitude há, como bem registrou Pierre Teisserenc, a “reivindica-

ção de um estatuto social e político e do reconhecimento identitário e da cultura que esta identidade mobiliza” (2010, p. 153).

E tal estatuto reivindicado, a partir do acompanhamento do Projeto Mutirão, da CAEPIM e do trabalho da pastoral católica, ancorou-se na resistência, fortalecimento da organização social no meio rural e na produção para viver, como valores a informar e justificar motivações e ações constitutivas do Baixo Tocantins como um território pertinente de ação local a partir do qual se projetou empreendimentos econômico-associa-tivos que indicaram uma sintonia com outra proposta de desenvolvimento. Uma proposta, no entanto, fortemente abalada hoje com o recrudescimento dos interesses e investidas econômicos e políticos contrários a um desenvolvimento que seja socialmente inclusivo e ambientalmente adequado.

Recebido em: 08/01/2016

Aprovado em: 31/05/2016

ABRAMOVAY Ricardo e BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. Belo Horizonte: *Nova Economia*, 14 (3)_35-70_setembro-dezembro de 2004.

ALMEIDA, Rogério. *Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins*. São Paulo: Estudos Avançados 24 (68), 2010.

ARAÚJO, Isaac Fonseca. Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Local: de movimento à política pública – reflexões com base na trajetória de Igarapé-Miri (PA). In: LÓPES, José Daniel Gómez e BARBOSA, Maria José de Sousa. *Estrategias y acciones de Desarrollo Rural a través de Cooperativas y Emprendimientos Solidarios. Baixo Tocantins (Pará-Brasil)*. Espanha: OfiBOOK, 2012.

ARAÚJO, Isaac Fonseca e SOUZA, Armando Lírio. Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Territorial: o caso de Igarapé-Miri, Território do Baixo Tocantins/Pará. Belém: *Novos Cadernos NAEA*. v. 16, n.1, p. 43-67, jun. 2013.

- BOITO JÚNIOR, Armando. *O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BRAGA, Ruy e BURAWOY, Michael. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009.
- CEFAI, Daniel et al. *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011.
- CELAM – II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. *Conclusões de Medellín (Bispos da América Latina)*. São Paulo: Paulinas, 1968.
- FRENCKEN, Geraldo. *Em Missão: os padres da Congregação da Missão (Lazaristas) no Nordeste e Norte do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo*. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- HAESBAERTH, Rogério. *Territórios alternativos*. 2 ed., São Paulo: Contexto, 2006.
- LÉNA, Philippe. *As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições*. Boletim Rede Amazônia. Ano 1, nº. 01, 2002.
- LEFF, Henrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- LITTLE, Paul Elliot. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade*. Brasília: UNB, 2002. Série Antropologia.
- MAGALHÃES, Sônia et al. *Transformações Sociais e Territoriais no Ambiente Rural da Amazônia Oriental*. Belém/PA: VI Encontro Nacional da ANPPAS, 2012.
- MILLS, Wright. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos de uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- PARÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL. *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável/Região de Integração Tocantins*. Belém: NAEA/UFPA, 2010.
- ROGGE, Jan. *A ascensão do sindicalismo rural no Nordeste Paraense: movimento novo, estruturas velhas*. Dissertação (Mestrado) – Lateinamerica-Institut Freie Universität Berlin, 1996.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.
- SOUSA, Raimundo Valdomiro. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA, 2002.
- SOUZA, Armando Lirio. *Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do baixo Tocantins (PA)*. 2011. 220 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciência Econômica, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- TEISSERENC, Pierre. *Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira*. Tradução de Maria José da Silva Aquino. Niterói, RJ: Antropolítica, nº. 29, p. 153-179. 2. sem. 2010.
- TEISSERENC, Pierre e TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Território de Ação Local e de Desenvolvimento Sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas Ciências Sociais. Rio de Janeiro. *Revista Sociologia & Antropologia*, v. 4, n. 1, p. 97-125, jun. 2014.
- TOURAINÉ, Alain. *A sociologia pública e o fim da sociedade*. Salvador: Caderno CRH, v. 22, n. 56, p. 245-254, maio/ago. 2009.

A CONSCIÊNCIA DAS CLASSES SUBALTERNAS EM ROGER BASTIDE E EM MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ

Dora Vianna Vasconcellos

RESUMO

Maria Isaura e Roger Bastide apontam para o papel ativo desempenhado pelas camadas subalternas, reconhecendo que a agência individual é o meio a partir do qual ocorre o aumento do dinamismo social em sociedades como a nossa, em que as desigualdades sociais entre as camadas dificilmente se materializam em conflitos entre classes opostas. Ainda que apresentem esse ponto em comum, os autores parecem divergir quanto à orientação que a agência individual deve assumir para que haja transformação social. O presente artigo se propõe a elucidar esta suposta divergência, tomando como referência o diálogo que os dois autores travaram com a sociologia francesa, da qual descenderia a discussão sobre a atuação de indivíduos e grupos em processos de mudança social e o papel desempenhado pelas representações coletivas na conformação de seus comportamentos.

Palavras-chaves: Pensamento Social Brasileiro; Sociologia Política; Mudança Social; Consciência das classes subalternas

THE SUBALTERN CLASSES CONSCIENCE IN ROGER BASTIDE AND MARIA ISAURA QUEIROZ PEREIRA

ABSTRACT

Maria Isaura Pereira de Queiroz and Roger Bastide call attention to the active role of subaltern classes, acknowledging that the individual agency is an instrument to increment social dynamics in societies like ours, where social inequalities between classes hardly result in conflicts between opposed classes. Although adopting the same view on the subject, Maria Isabel Pereira de Queiroz and Roger Bastide differ on the orientation the individual agency must adopt in leading to social transformation. This article intends to show this difference, taking as reference the dialogue that both of them have kept with the French Sociology from whose intellectual tradition stems the discussion about actuation of individuals and groups in social change processes and the function that collective representations have on the conformance of yours performance.

Key words: *Brazilian Social Thought; Sociology; Social Change; Subaltern Class Conscience*

INTRODUÇÃO

As interpretações hoje tidas como clássicas afirmam que os tempos coloniais deixaram como legado uma herança determinante para o modo como se configurou a sociedade brasileira. Também tem sido bastante reconhecida a ideia de que o traço mais característico, e, sem dúvida, o mais problemático da nossa formação social, foi o fato de ter se consolidado aqui uma espécie de dominação despótica entre as camadas sociais que impediu a formação de classes sociais no país (FREYRE, 2001; VIANNA, 1987). Esse diagnóstico deu base para as interpretações que atestaram que no Brasil as camadas menos favorecidas não eram politicamente atuantes.

Entretanto, o pessimismo da intelectualidade brasileira do início do século XX diante da constatação da ausência de um povo brasileiro ativo foi compensado pela suposição de que a presença de uma cultura nacional polivalente, embora tenha dificultado que os conflitos sociais entre as camadas se tornassem conspícuos, impediu que o país seguisse orientações contrastantes, se esgarçasse em separatismos os mais variados. Salvava-se, assim, a nação diante do pessimismo característico dos ensaístas do século XIX, com a ideia de que somos um país desigual, mas coeso (SCHWARCZ, 1993).

Essas duas constatações, a da ausência de um povo e a ideia de nação, estiveram presente no imaginário nacional, pelo menos até meados da década de 1940. Gilberto Freyre é talvez o autor mais expressivo do período devido ao entusiasmo que demonstrou ao perceber que a cultura patriarcal fazia as camadas sociais se relacionarem por meio de uma dinâmica acomodatória (FREYRE, 2001)¹. O que vale ressaltar é que, diante desse diagnóstico que também era um ideal de época, de que no Brasil as mudanças seguissem o ritmo lento,

consolidou-se a certeza do imobilismo da camada subalterno, em particular da população rural. Daí a dificuldade do pensamento social, que se voltou para o mundo rural e suas heranças, em reconhecer a existência de um campesinato brasileiro (QUEIROZ, 2009).

Roger Bastide propôs uma mudança naquele paradigma ao elaborar uma nova interpretação do Brasil, mais afeita às demandas, atuações e representações das populações subalternas. A herança africana no Brasil sugeria um poder de contestação do negro à escravidão e ao regime patriarcal mais forte do que se imaginava. Com essa descoberta, Bastide descreveu uma dinâmica entre as camadas sociais marcada mais pelo conflito que pela acomodação. Assim, encontrara um novo padrão contestatório peculiar às camadas subalternas que não obedecia à dinâmica de conciliação de antagonismos, tal como previra Gilberto Freyre, mas aos princípios de cisões e participações. Ao que tudo indica, o princípio de cisão acentuaria as orientações divergentes entre as camadas sociais, o de participação, as contiguidades entre elas (QUEIROZ, 1978)².

Discípula de Roger Bastide, Maria Isaura também reconheceu o papel ativo desempenhado pelas camadas subalternas para a ocorrência de mudanças sociais no país. Ambos afirmam que a agência individual é o meio a partir do qual ocorre o aumento do dinamismo social em sociedades como a nossa, em que as desigualdades sociais entre as camadas dificilmente se materializam em conflitos de classes opostas. Ainda que apresentem esse ponto em comum, os autores divergem quanto à orientação que a ação individual deve assumir para que haja transformação social. Pode-se dizer que, por meio dessa discussão, Roger Bastide e Maria Isaura se voltam para o tema da consciência das classes subalternas no Brasil. Enquanto Roger Bastide se dedicou a estudar a consciência das classes

1 O autor chegou inclusive a defender que houvesse uma combinação entre os preceitos racionais e os pessoais para que não se pusesse em risco o que a sociedade patriarcal deixou de melhor: a lógica acomodatória (FREYRE, 1982)

2 Segundo Maria Isaura, Roger Bastide considera que esse padrão contestatório, com o desenvolvimento histórico brasileiro, se disseminou por toda as camadas sociais, não sendo mais um comportamento típico do homem subalterno mas de toda a sociedade brasileira (QUEIROZ, 1978).

subalternas por meio dos princípios das cisões e das participações imanentes ao candomblé, Maria Isaura a estudou observando os meios e os modos de vida dos grupos rústicos.

Neste artigo ressalta-se essa discussão tomando como referência o diálogo que os dois autores travaram com a sociologia francesa, da qual descenderia a discussão sobre a atuação de indivíduos e grupos e o papel desempenhado pelas representações coletivas na conformação de seus comportamentos. Ao que tudo indica, foi por meio das ponderações sobre a problemática da agência individual que eles elaboraram suas interpretações sobre a dinâmica social brasileira e os seus processos de transformação social.

1. ROGER BASTIDE E A CONSCIÊNCIA DIRUPTIVA DAS CLASSES SUBALTERNAS

No pensamento social brasileiro, a noção de sincretismo, que esteve fortemente presente de 1870 à 1930, primeiro sendo concebida em termos raciais (Nina Rodrigues) e depois em termos culturais, (Sílvio Romero), foi subsequentemente retomada por vários autores que fizeram sua revisão crítica, à exemplo do próprio Bastide e de Luís da Câmara Cascudo, que preferiram se valer dos termos “interpenetração de civilizações” (BASTIDE, 1979) e “xipofagia” (VASCONCELLOS, 2009), respectivamente, para analisá-la. A partir daí se lançou a hipótese de que no Brasil as diferentes orientações culturais compuseram uma dualidade, um triadismo ou uma correspondência paralelística que levou ao questionamento aqui os conflitos se equilibravam por meio de uma cultura nacional polivalente e apaziguadora que anulava as desavenças econômicas entre as camadas sociais. Notou-se que o apego a acervos culturais distintos traduzia um comportamento de luta que não podia ser desconsiderado. Daí a necessidade de se pôr em relevo a teorização de Bastide sobre a religião, pois nela se pode avaliar em que medida o tema do apego ao acervo religioso africano contém a

questão das críticas que poderiam ser feitas ao regime patriarcal e escravocrata.

Retomar essa discussão permite explorar a ideia de que a singularidade da interpretação de Brasil de Bastide ganha destaque quando posta em relação ao legado teórico deixado pela sociologia francesa, da qual descenderia o autor. A despeito da divergência que existe entre seus integrantes, a escola francesa parece ter como perspectiva fundamental a ideia durkeimiana de que o social é fundado a partir das representações coletivas e de que é preciso haver uma conformação moral para que surja a vida em sociedade (ORTIZ, 1989). Embora posteriormente a sociologia francesa tenha complexificado o argumento durkheimiano da representação coletiva como algo coercitivo e homogeneizador, chegando até mesmo a identificar a presença de orientações conflitivas, os herdeiros dessa tradição intelectual pressupõem que as representações dissidentes são sempre permeáveis de algum modo à razão coletiva (QUEIROZ, 1983)³. Por seguir essa orientação, a sociologia francesa, de um modo geral, daria mais prioridade ao todo do que às partes, ou seja, mais à atuação das representações coletivas do que às individuais ou grupais. Vale lembrar que, para essa tradição intelectual, a sociedade é, sobretudo, uma instância moral, ou seja, erige-se a partir da coerção, da restrição e do amoldamento das inclinações individuais; é uma instância com força superior, exterior e anterior ao indivíduo que tem por finalidade despertar a coesão entre os homens.

Durkheim chegou a essa constatação observando as representações religiosas. Para ele, a crença religiosa seria a base do sistema classificatório humano e teria como fim último a congregação entre os homens. Por meio dela, as coisas seriam divididas entre dois termos separados e opostos: o sagrado e o profano. Por gerar uma visão bipartida do universo, o sistema religioso fundaria uma relação de coordenação e subordinação entre as coisas. O sagrado denotaria as coisas por assim

3 Refiro-me neste artigo somente às teorias de Émile Durkheim e de Marcel Mauss.

dizer superiores, o ser divino e a sociedade; o profano, as coisas tangíveis e ordinárias que dizem respeito à esfera individual.

No seu estudo sobre as religiões primitivas, Durkheim descobre que a ideia de transcendência seria própria do próprio mundo social; a sociedade, por ser anterior, exterior, coercitiva ao indivíduo, despertaria a sensação de divino nos homens ou de algo que os ultrapassa. O princípio de sagrado nada mais seria do que a necessidade imperiosa da cooperação imposta pelo meio social (DURKHEIM, 1996, p.21).

O sagrado e o profano revelariam, então, a dupla existência e a dupla natureza do homem: a coletiva e a extraordinária; a individual e a ordinária. Por trás dessa visão bipartida haveria a ideia de que a consciência individual ou a vida profana, deixada a seu livre arbítrio ou íntegra às paixões, atuaria como uma força impeditiva à vida em sociedade. Durkheim considera, então, que a sociedade restringe o grau de liberdade individual ao permitir que esta se manifeste apenas na exata medida do livre curso do social. Sendo assim, para ele, a vida em sociedade não é um artifício ou arbítrio, pelo contrário, ela se explica pela própria sociedade e se elabora lentamente por meio da regulação da conduta do indivíduo contra sua tendência dispersiva. O intelectual defende, portanto, que as tendências irracionais do indivíduo sejam vencidas pela progressiva proeminência da consciência orgânica, da consciência social⁴.

O indivíduo, ao introjetar essas normas sociais ou a razão coletiva, tornar-se-ia insignificamente reduzido em relação às suas forças. Durkheim menciona, então, uma força moral que atua tornando as representações individuais complementares umas às outras. Por conceber que o social se forma dessa maneira, ele invalida as teorias revolucionárias que con-

cebem a moral social como uma legislação revogável (CASTRO E DIAS, 1970).

Em contrapartida à sociologia funcionalista de Durkheim, vamos encontrar na teoria de Bastide que o individual não é fonte da desordem, do irracional e da afetividade porque o indivíduo pode raciocinar simultaneamente por meio das diferenças e das contiguidades. Durante sua estada no Brasil, Bastide descobrira a existência de um homem que, apesar de assimilar os valores católicos portugueses, conseguia salvaguardar os valores religiosos africanos dissidentes num comportamento de luta contra a escravidão. Tudo leva a crer que com o princípio de cisão ele revelaria um mecanismo importante para que se forme representações divergentes, marcando sua diferença em relação à escola francesa. Ele contrariaria a perspectiva que enxerga a religião como uma emanção do social, como uma força que demonstra a proeminência do social sobre o individual ao considerar que o sagrado pode se configurar como uma força que transcende ao social, isto é, que o supera por emanar do indivíduo, obedecendo a estrutura do grupo ao qual ele faz parte.

É que o homem de raízes africanas, ao contrário, do euro-ibérico, não tinha o princípio da contradição como fundamento de seu pensamento. Afinal, ele raciocinava simultaneamente segundo a lógica das participações e das cisões. Daí decorria que a presença de orientações culturais contrastantes não impunham o peso de uma escolha para os africanos. O escravo, embora se encontrasse premido entre a filosofia ocidental capitalista e a filosofia comunitária animista fetichista, podia passar de uma à outra sem que isso representasse para ele um drama pessoal graças ao princípio de cisão e de participação. Ao que tudo indica, enquanto as participações acentuavam as coincidências, as cisões ressaltavam as divergências entre esses sistemas de pensamento. Entretanto-

4 Assim como para Rousseau e para Hobbes, Durkheim concebe que há uma discrepância entre o indivíduo e a sociedade. O homem seria naturalmente refratário à vida em comum; a ela ele só se resignaria pela força. A obra do social consistiria na instituição e organização dessa coerção. Entretanto, para Durkheim, a sociedade não seria produto de um pacto social, como acreditavam Hobbes (HOBBS, 1979) e Rousseau (ROSSEAU, 1988); ela se originaria de um poder regulador que emana do ser coletivo, de uma moral coletiva (CASTRO e DIAS, 1976).

to, filiando-se ao mundo animista fetichista dos candomblés, o escravo fazia do princípio de cisão o seu principal operador. Sendo assim, ainda que a população cativa adotasse os deuses católicos, ela o fazia como um recurso para salvaguardar o panteão africano. Embora os valores euro-ibéricos influenciassem as relações e a estrutura interna do homem subalterno, tais valores eram convertidos nos termos dos valores comunitários africanos, o que revelava um comportamento de luta contra o regime patriarcal escravocrata. Daí Bastide ter concluído que a esfera do sagrado, quando referida aos valores animista-fetichistas do homem subalterno, gerava um movimento de transcendência em relação ao social opressivo. Em termos mais teóricos e abstratos, o intelectual descrevia um processo de reinterpretação cultural que ocorria no plano da agência individual que permitia o homem subalterno converter os valores euro-ibéricos nos termos dos valores africanos. Denominou esse processo de interpenetração de civilizações.

Por meio dessa descoberta, salientou a importância do indivíduo como elemento modificador dos procedimentos e dos processos sociais. A razão coletiva não tinha uma força tão absorvente a ponto de anular a formação de orientações contrárias (QUEIROZ, 1983). E mais: observando o misticismo africano, Bastide descobre que, ainda que o transe fosse individual, ele obedecia ao conjunto estruturado de relações grupais peculiares aos terreiros. A mentalidade do homem subalterno variava conforme a posição do indivíduo e dos grupos em suas hierarquias internas. Deste modo, se afastava das concepções durkheimianas ao supor que a atuação de indivíduos subalternos nem sempre representava uma afronta à existência da vida coletiva, pois as representações individuais sempre faziam re-

ferência à estrutura do grupo no qual estavam inseridos⁵. Bastide identificava, então, de um novo tipo de relação entre as partes e o todo, em que as partes gozavam de relativa autonomia. E fazia uma observação importante: tal prerrogativa provinha da atuação individual e era conquistada por meio do princípio de cisão. Tal princípio de corte permitia a compartimentalização da realidade de tal modo que dois mundos diferentes, senão opostos, coexistissem: o mundo comunitário dos candomblés e o mundo patriarcal capitalista.

Maria Isaura assinala que o princípio de cisão permitia a formação de representações dissidentes, mas de tal modo que as orientações contrastantes permanecessem justapostas, sem redundar em conflito. Ao afirmar isso, a autora aponta que Bastide foi o primeiro autor, de uma vasta literatura, a considerar que a heterogeneidade das orientações contribuía para a estabilização da sociedade brasileira (QUEIROZ, 1983). Se isso se confirmar, há que se averiguar a possibilidade de o autor ter permanecido preso aos axiomas da sociologia francesa, a despeito de ter querido fazer sua crítica.⁶

Renato Ortiz, por sua vez, por meio de uma referência a Gramsci, sugere que o princípio de cisão bastidiano afirmava a consciência da classe subalterna como algo fragmentado, composto de valores provenientes tanto da hegemonia, como da contra hegemonia. E assim, ele chama atenção para o fato de que esse tipo de consciência imprimia um dinamismo à sociedade, ainda que o efeito seu global fosse a estabilização. Afinal, se a heterogeneidade denotava a dificuldade de construção de um discurso contra-hegemônico por parte da camada subalterna, também demonstrava o inverso, que a hegemonia também é algo árduo de ser alcançado. É que justamente por ser heterogênea, a consciência da camada subalterna indi-

5 No caso brasileiro, a sua referência eram as comunidades axiológicas formadas pelo candomblé (BASTIDE, 1974)

6 É necessário averiguar se Bastide supõe existir uma modalidade de dialética que é complementar e não oposta, o que marcaria um reconciliação sua com a sociologia durkheimiana por meio de Georges Gurvitch. Vale a pena lembrar que Gurvitch, embora afirme se atentar tanto para o caráter sincrônico, como para o diacrônico dos fatos sociais, supõe subsistir inevitavelmente um elemento sincrônico, um equilíbrio ou uma coesão relativa entre as formas de sociabilidade, os determinismos de classe e determinismo da sociedade global, este tendo procedência sobre as demais instâncias por concorrer para estabilização. Por isso quando ele analisa a estrutura dos grupos ele afirma que o político ou o econômico são apenas alguns dentre os muitos setores da atividade humana (BASTIDE, 1971). Há que se considerar se a lógica da analogia descrita por Bastide por meio do candomblé originava uma dialética de complementaridade, tal como supôs Gurvitch.

caria que também os valores hegemônicos ou a ortodoxia encontram-se fragmentados. Daí a cultura popular possuir um caráter de resistência, ainda que não apresente um componente revolucionário pelo fato do espaço utópico, pela sua heterogeneidade, ainda se subordinar a ortodoxia (ORTIZ, 1980).

Neste artigo, sugere-se a possibilidade da cisão resultar numa atitude de ruptura ou negação dos valores socioeconômicos hegemônicos, a fazer com que as relações sociais entre as camadas sociais no Brasil sejam mais conflitivas. Cabe indagar se não era isso que Bastide afirmava ao sugerir que religião animista fetichista resultava num movimento de transcendência em relação ao social opressivo. Resta saber se com o princípio de cisão a camada subalterna adotava os valores euro-i-bérico, mas para reinterpretá-los nos termos da lógica africana o que indicaria a possibilidade da camada subalterna possuir uma auto-representação independente da camada senhorial. É necessário averiguar se o princípio de cisão, ao invés de reforçar a razão coletiva patriarcal, escravocrata e capitalista, promovia os valores comunitários africanos. Há que se considerar a possibilidade do princípio de cisão originar uma consciência disruptiva, pelo menos no que se refere aos aspectos socioeconômicos (CARDOSO, 1987). Quem sabe o princípio de cisão, justamente por se basear no mecanismo de reinterpretação, indicava a possibilidade de conversão de uma prática socioeconômica capitalista em comunitária?

Se o princípio de corte realmente cumprir essa função, ele pode contribuir para o questionamento da ideia de que a família patriarcal foi o núcleo estabilizador e o eixo de sustentação para um estrato social amorfo composto de escravos e homens livres que estavam à margem da ordem social. Se tal princípio apresentar essa dimensão crítica, ele pode ser um marco teórico interessante que assinala a existência de uma multiplicidade produtiva e de outras formas de relações sociais no interior da sociedade brasileira que não seguem a lógica acomodatória preconizada por Gilberto Freyre. Mais que isso: pode suscitar

o questionamento da interpretação que postulava a ideia de que a população que não obedecia aos ditames da casa-grande estava inteira ao reino de natureza. Esta suposição de que não havia qualquer norma cultural a regê-la embasava a certeza de que o povo brasileiro estava impossibilitado de participar de qualquer vida coletiva, a não ser se adequando a ótica da casa-grande (CORRÊA, 1981). O princípio de corte pode se configurar como uma contundente crítica a essa tradição intelectual ao indicar a existência de uma lógica comunitária não subsumida à lógica capitalista. E mais: pode ter contribuído para que as gerações subsequentes pudessem reconhecer outras formas de organizações familiares e a população rural como ativa politicamente.

2. MARIA ISaura E A CONSCIÊNCIA PROPICIADA PELA BARGANHA POLÍTICA

Pode-se dizer que a crítica de Roger Bastide à sociologia francesa foi reafirmada em novos termos quando ele entrou em contato com a sociologia brasileira. Ao que tudo indica, a partir do estudo do mundo dos candomblés, o intelectual anteviu a possibilidade de indivíduos e grupos subalternos produzirem representações dissidentes em relação às normas coletivas hegemônicas, revelando um comportamento de luta que tinha passado despercebido pela tradição ensaística que tinha Gilberto Freyre como seu principal representante. Assim como os sociólogos franceses, a ensaística conservadora de Freyre produzia uma visão harmônica da sociedade brasileira ao supor que os conflitos se equilibravam por meio de uma cultura nacional conciliadora, deixando pouco espaço para a atuação dos indivíduos e grupos subalternos.

A sociologia de Bastide encontrou eco no cenário intelectual brasileiro transformando-se numa vertente intelectual que teve em Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Gilda de Melo e Souza e Maria Isaura Pereira de Queiroz seus principais representantes. Dentre todos esses autores, pode-se dizer que Maria Isaura foi talvez a intelectual que deu

maior continuidade à discussão sobre o poder de reação dos indivíduos e grupos subalternos em relação a uma norma coletiva apaziguadora de conflitos sociais.

Tal discussão foi ressignificada por Maria Isaura nos seus estudos sobre o mandonismo local. Por meio deles, ela buscou identificar os fundamentos sociais da ação social num contexto como o brasileiro em que a dominação política se baseia num sistema de reciprocidades assimétricas. Ao empreender uma “sociologia dos fatos políticos”, ela encarou o mandonismo local como um produto da vida em grupo e chegou a conclusão que a dominação política assentava-se sobre a estrutura da parentela, grupo que unia indivíduos hierarquicamente desiguais em torno do ideal de reciprocidade de favores que impunha alianças de sangue, espirituais (compadrio), matrimoniais, econômicas e políticas. A despeito de reconhecer o componente de dominação nas relações sociais do meio rural, ela concluiu que o voto integrava uma ampla e complexa relação de reciprocidades a partir da qual a barganha política tornava-se possível. É que a troca de favores impunha a necessidade da contraprestação a todos os indivíduos da escala social, não importa em qual posição estes estivessem. Sendo assim, mesmo os fazendeiros tinham obrigações a cumprir junto ao campesinato, caso não o fizessem o elo social era rompido. Daí a possibilidade da barganha política pela camada subalterna no campo.

Por meio do ideal da reciprocidade ou da pessoalidade nas relações sociais, Maria Isaura explicava o fato da contenda política, no Brasil, ser uma questão de honra, daí a chefia ser algo sempre disposto a ser quebrada. Essa instabilidade fazia com que as parentelas se formassem e se desfizessem meio que ao sabor do acaso. Isso explicava a possibilidade da barganha política mesmo em áreas altamente estratificadas, já que sempre havia a possibilidade do sitiante se filiar a outro chefe

político, caso não fosse obtido o favor almejado. A autora supõe, então, que as regiões hierarquizadas de agricultura de exportação também era possível a barganha política (QUEIROZ, 1976b).

A escolha na hora do voto se tornava ainda mais factível em zonas de abastecimento, em que os grupos subalternos se inseriam na estrutura coronelística por meio de relações indiretas, mediadas por lideranças do tipo *primus inter pares*. Esse tipo de representatividade mitigava as relações de mando ao interpor entre o chefe local e o sitiante, uma liderança intermediária, constituída entre iguais (QUEIROZ, 1976). Maria Isaura supõe que a lógica do ideal de ajuda mútua propagada nos bairros rurais⁷, por formar esse tipo de liderança, conferia um dinamismo ainda maior às relações sociais e aumentava a possibilidade da barganha política no campo.

A socióloga caracteriza, então, a política nacional como um sistema cujas relações de mando são amenizadas. A rede de reciprocidades assimétricas já havia sido formulada por Oliveira Vianna em *Populações Meridionais do Brasil* (VIANNA, 1987), e adotada por Victor Nunes Leal para definir o coronelismo como sistema (LEAL, 1975). Ela confere, contudo, um novo significado às relações de dominação ao introduzir a dimensão da agência ou simplesmente da ação social em sua análise. A sua intenção foi evidenciar o caráter ativo do homem rural e o caráter dinâmico das relações políticas no Brasil ao pontuar a possibilidade da barganha política no campo, perspectiva que a investigação somente sistêmica pouco atenta à agência individual não alcançava (BOTELHO, 2007).

Entretanto, Maria Isaura não deixa de reconhecer que apesar de o camponês ser uma figura ativa e combativa, ele tinha uma razão conciliadora, pois a barganha política, embora provocasse uma relativa sujeição do mandão local, ao impor a ele uma série de obrigações,

7 O bairro rural era formado por famílias conjugais autárquicas dispersas geograficamente que se reuniam periodicamente em função do ideal da ajuda mútua vicinal. Tal organização era composta normalmente de sitiante independentes que se congregavam em trono do trabalho cooperativo ou do trabalho vicinal e das festas típicas da religião rústica. O bairro rural não era estratificado internamente (QUEIROZ, 1967).

não levava ao questionamento da ordem social assimétrica e hierárquica. Pelo contrário, se configurava como um tipo de contestação que era compatível a ela. É que a barganha política, mesmo quando era fomentada no interior dos bairros rurais e originava uma liderança de *primus inter pares*, obedecia à lógica da reciprocidade de favores que acontecia no interior das parentelas. Vale lembrar que as parentelas, com sua organização vertical, se estendiam de alto a baixo da estrutura social e englobavam, por meio de relações indiretas, os bairros rurais. Há quem diga, por isso, que a parentela na obra de Maria Isaura se configura como um fato social total (CARVALHO, 2010)⁸.

Deste modo, ela não deixava de afirmar que as relações de dominação pessoal no interior das parentelas seriam constitutivas, também, das relações de solidariedade social internas ao campesinato. Contudo, o fato da mudança se localizar no plano da agência individual e se manifestar no uso do voto como “posse” para uma barganha política é visto com otimismo por Maria Isaura. É que a barganha política possibilitaria aos atores agirem e responderem ativamente ao contexto das estruturas de dominação em que se inseriam. Por apontar os condicionantes e variáveis estruturais em que as transformações acontecem, há quem pontue a necessidade de se avaliar se, com esta concepção de mudança, a socióloga indicaria uma forma não-voluntarista de se aumentar o dinamismo do mundo agrário (BOTELHO, 2007).

É talvez por meio de um paralelo com a teoria da dádiva de Marcel Mauss, de onde a teoria da lógica da reciprocidade de favores se inspira, que o otimismo de Maria Isaura se torna mais claro. Neste artigo, faz-se menção à interpretação que supõe que Mauss, com sua

teoria, afirmou existir uma complementaridade entre os valores não capitalistas contidos na dádiva e os valores capitalistas da sociedade envolvente (LANNA, 2000). Essa mesma ideia de complementaridade estaria presente na teoria de Maria Isaura.

Marcel Mauss supõe que a vida social nas sociedades arcaicas é ditada por um constante dar e receber⁹. É que a dádiva, ao impor a obrigação de se retribuir o favor alcançado, faria o “princípio da reciprocidade” ser o princípio de toda e qualquer aliança, sejam estas matrimoniais ou políticas. O intelectual chegava mesmo a considerar que a circulação de valores imposta pelo ideal da reciprocidade seria o momento do estabelecimento do contrato social¹⁰.

O importante a reter é que Mauss é ambíguo em relação à orientação econômica que a dádiva possui. Isso se evidencia na suposição de que a dádiva também está embutida na ideia de compra e venda das sociedades ocidentais modernas. Ele lembra que a dádiva, diferentemente da moeda, pressupõe certa inalienabilidade, mas essa inalienabilidade não se chocaria com a instituição do mercado. Muito pelo contrário, ela indicaria a possibilidade da convivência entre a dádiva e o mercado. Afinal para o autor, mesmo no capitalismo, no que se refere à instituição do trabalho, o trabalhador não se aliena de si¹¹. Para ele, seu trabalho possui uma alma, um valor que precisa ser retribuído e que é dado por uma razão de ordem pessoal inalienável. A dádiva, ao impor a necessidade da retribuição de um valor não alienável a todos os indivíduos, não importa em qual posição social estivessem, concorreria para a identificação de um interesse em comum entre as classes sociais, o que representaria uma oportunidade para que o sistema ca-

8 Não à toa Maria Isaura considera os bairros rurais como parentelas não-estratificadas. E-mail : e ao meu ver, poderia vir na introdução

9 Por isso, ele considera que a dádiva podia ser vista como uma espécie de fato social total que explicaria a lógica de todas as instituições primitivas, inclusive o modo como as trocas se davam.

10 Tanto para ele como para Durkheim, a economia seria regida por mecanismos espirituais. E assim mostraria Marcel Mauss que a morfologia social também é um fato simbólico.

11 Essa opinião seria contrária à desenvolvida por Marx, que supõe que no capitalismo, o trabalhador se aliena de si pela expropriação imposta pelas classes dominantes e pelo regime capitalista.

pitalista fosse acoimado em seus vícios. Ou seja, a dádiva, com seus valores inalienáveis teria uma atuação complementar à lógica do mercado. O intelectual, com essa concepção da dádiva, proporia que os valores não capitalistas se adequassem à lógica capitalista¹².

Do mesmo modo, Maria Isaura constata com otimismo que a lógica da ajuda mútua campesina era complementar à lógica capitalista da sociedade brasileira, que tinha como pilar a parentela e o seu ideal de reciprocidade de favores. De certo modo, essa compatibilidade indicava que a população campesina ainda tinha condições de se inserir na sociedade envolvente, sem o prejuízo de sua cultura e da prática da ajuda mútua. E o que é mais importante, esse tipo de incorporação abriria espaço para o tipo de atuação política que o homem rural conhecia: o da agência individual. Tudo indica que, como Mauss, Maria Isaura acredita na ideia de que a identificação de um interesse em comum podia acoimar os vícios da sociedade. Para ela, essa seria a condição para que houvesse a incorporação do campesinato na ordem social brasileira. Maria Isaura defende, então, a conjugação entre a lógica da ajuda-mútua campesina e a lógica capitalista da sociedade. Tal posicionamento foi defendido, ainda que a própria autora tenha reconhecido que tal padrão contestatório não levava ao questionamento da ordem social assimétrica brasileira, muito pelo contrário, representava uma acomodação a ela.

Sendo assim, Maria Isaura defendia a necessidade do perfilhamento da camada subalterna em relação à hegemonia da sociedade global, na qual as parentelas se configuram como um fato social total. Para ela, a instalação de uma dialética de complementaridade entre as camadas sociais permitiria que os atores subalternos se tornassem mais atuantes ao viabilizar o canal de contestação que lhe era mais propício: o da agência individual. Convém lembrar, entretanto, que a própria Maria Isaura reconhece que a dialética de complementa-

ridade desempenhava uma função social conservadora (QUEIROZ, 1976c). Ou seja, a barganha mesmo que tornasse os indivíduos subalternos ativos politicamente, era compatível com a estrutura pessoal e hierárquica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há que se considerar a possibilidade de que Roger Bastide e Maria Isaura identifiquem dois diferentes tipos de tomadas de consciência possíveis para a camada subalterna no Brasil.

Em relação a Bastide, é necessário considerar a hipótese de que, com o princípio de cisão, ele estivesse anunciando a existência de um campesinato negro ainda na época da escravidão que se comportava como uma proto-classe (CARDOSO, 1987). Isto é, que se tornava mais atuante ao formar uma consciência fechada. Maria Isaura, ao contrário, ao supor que ao campesinato é necessário coadunar, mesmo que parcialmente, com a orientação capitalista da sociedade global que tem como pilar as parentelas, defenderia o contrário: a formação da consciência continente, que leva em consideração os interesses das demais classes sociais. Para ela, esta seria a condição para que o homem subalterno se torne mais ativo politicamente, ainda que sua ação tivesse uma função social conservadora.

Os termos “consciência fechada” e “consciência continente”, embora se remetam à teoria de Lukács, ajudam a entender como Roger Bastide e Maria Isaura divergem quanto ao tipo de consciência que as classes subalternas devem formar para que as relações sociais entre as classes se tornem dinâmicas.

Vale lembrar que Lukács complexificou a teoria marxista ao sugerir que a luta de classes só se efetivaria à medida que o proletariado formasse uma consciência fechada, ou seja, que elegeesse apenas suas circunstâncias de vida e seus interesses como referência. Para o autor, a consciência aberta ou conti-

12 “Mauss é ambíguo quanto a esse ponto: ora a presença do mercado enfraquece a dádiva, ora não, o mercado carrega a dádiva dentro de si” (LANNA, 2000, p. 189).

nente, ao contrário, ao levar em consideração também os interesses das outras classes, mesmo as mais progressistas, impediria a percepção da racionalidade capitalista e do real fundamento da ordem burguesa: a progressiva expropriação dos meios de produção. Segundo Lukács, o resultado desse segundo tipo de tomada de consciência seria a não instalação do processo revolucionário ou de uma atitude questionadora dos valores e práticas burguesas (LUCKÁCS, 1974).

Se for correta esta interpretação do princípio de cisão¹³, pode ter havido uma mudança de paradigma no pensamento social brasileiro quando a noção de sincretismo é reelaborada por meio da noção de interpenetração de civilizações bastidiano. Essa perspectiva pode marcar uma possível divergência do autor em relação ao ensaísmo brasileiro, que concebia os problemas na escala da nação, preconizando soluções para a mesma como se ela fosse um todo monolítico e deste modo, passava por cima dos antagonismos de classe (WEGNER, 2008, p.292 *apud* CANDIDO, 1990, p.4-5) Esta mudança de paradigma se torna mais concebível quando referida à sociologia francesa, que parece seguir a mesma orientação do pensamento social brasileiro.

Maria Isaura, por sua vez, parece adotar um raciocínio que lembra o de Durkheim, ao situar a mudança num dinamismo inverso: no livre curso do social, que, no caso brasileiro, se estrutura pelas parentelas. O seu otimismo ao verificar que a atuação dos indivíduos, no Brasil, respeita o limite dado pelas relações de solidariedade pessoal assimétricas se revelaria pela crença de que assim as mudanças se tornam exequíveis.

Recebido em: 13/11/2015

Aprovado em: 10/04/2016

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Nas trilhas do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

BASTIDE, Roger. *Brasil: terra de contrastes*. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

_____. *Les religions africaines au Brésil*. Vers une sociologie des interpénétrations de civilisations. Paris: Press Universitaires de France, 1960.

_____. *As Américas negras: as religiões africanas no novo mundo*. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1974.

_____. *O candomblé da Bahia: rito nagô*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. As contribuições culturais dos africanos na América Latina; tentativas de síntese. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira (Org.). *Roger Bastide: Sociologia* São Paulo: Ática, 1983.

_____. Ensaio de uma estética afro-brasileira. In: Roger Bastide. FREHSE, Fraya e TITAN JR, Samuel (org). *Impressões do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.

_____. Introdução ao estudo do termo de “Estrutura”. In: BASTIDE, Roger (Org.). *Usos e sentidos do termo “Estrutura”*. Editora Herder: São Paulo, 1971.

BOTELHO, André. Sequências de uma sociologia política brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n.1, p. 49-82, 2007.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios e modos de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades LTDA, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo Ou Camponês? O proto-campesinato negro nas américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Lucas Correia. *Transição e tradição: mundo rústico e mudança social na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*.

13 Nota-se uma certa imprecisão no pensamento de Bastide quando ele se refere aos princípios de cisão e de participação. Daí ser relevante um estudo que se dedique a mostrar como essa distinção aparece em seu pensamento. A esse respeito, ver o livro *As religiões africanas no Brasil* (Bastide, 1960).

2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.
- CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes. *Introdução ao pensamento sociológico*. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1976.
- CÔRREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 37, p. 5-6, Maio de 1981.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. O sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001
- _____. *Rurbanização: o que é?* Recife: Massangana, 1982.
- FRY, Peter. Gallus Africanus est, ou, como Roger Bastide se tornou africano no Brasil. In: VON SIMSOM, Olga R. de Moraes (Orgs.). *Revisitando a terra de contrastes: a atualidade da obra de Roger Bastide*. São Paulo: FFLCH/CERU, 1986.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 14, p. 173-194, jun. 2000.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Estudos da dialética marxista. Porto: Publicações escorpões, 1974.
- MOREIRA, Vânia Maria Lousada. *Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50*. *Revista Brasileira de História*. v. 18, n. 35, p. 329-360, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015>.
- NEGRÃO, Lísias Nogueira. Roger Bastide: do Candomblé à Umbanda. In: VON SIMSON, Olga R. de Moraes (Org.). *Revisitando a terra de contrastes; a atualidade da obra de Roger Bastide*. São Paulo, FFCH/CERU, 1986.
- ORTIZ, Renato. Durkheim: arquiteto e herói fundador. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo v. 4, n.11, p.5-22, out. 1989.
- _____. *A consciência fragmentada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. Roger Bastide, intérprete do Brasil: africanismos, sincretismo e modernização. In: BENJAMIM, Abdala Jr e SALETE de Almeida, Clara (Orgs.). *Moderno de nasença: figuras críticas do Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma nova interpretação do Brasil: A contribuição de Roger Bastide à sociologia brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 20, 1978.
- _____. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.
- _____. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976b.
- _____. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976c
- _____. Uma categoria rural esquecida [1963]. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B.(Orgs.). *Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP, V.1, 2009.
- _____. *Imagens messiânicas do Brasil*. Guernavaca, México: SONDEOS (Una colección de studios sobre el fenómeno religioso en America Latina), n.º 87, 1972.
- _____. Bairros rurais paulistas. Separata da Revista do Museu Paulista. *Nova série*, v. XVII, São Paulo, 1967.
- _____. (Org.). A nostalgia do outro e do alhures: a obra sociológica de Roger Bastide. In: *Roger Bastide: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- ROSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial*

no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMSOM, Olga R. de Moraes (Orgs.) *Revisitando a terra de contrastes: a atualidade da obra de Roger Bastide*. São Paulo, FFLCH/CE-RU, 1986.

WEGNER, Robert. O sentimento de reforma agrária no pensamento social brasileiro. *In*: STARLING, Heloisa; RODRIGUES, Henrique Estrada e TELLES, Marcela (Orgs.). *Utopias Agrárias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *A questão do folclore no Brasil*. Do sincretismo à xipofagia. Natal, RN: EDUFRN: NCCEN, 2009.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; 1987. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense: 1987.

DA CONSTITUIÇÃO À REPRODUÇÃO DE UMA “CERTA” CONDIÇÃO CAMPONESA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DOS USOS DE RECURSOS NATURAIS

Antonio Marcio Haliski, Alfio Brandenburg

RESUMO

Este artigo atualiza os debates em torno do campesinato nas Ciências Sociais. Para tanto, colocamos como elemento central de análise as formas de usar os recursos naturais adotadas por agricultores localizados entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, observando continuidades ou permanências do que chamamos de uma *certa condição camponesa*. Nesse sentido, destacamos a percepção dos agricultores sobre a ocupação e povoamento das áreas rurais em questão, mais especificamente suas formas e técnicas de produção. Iniciamos o texto com uma descrição da área estudada, passamos para nossa contribuição ao debate atual e, na sequência, nos debruçamos sobre a formação socioambiental e o perfil geral dos agricultores e das propriedades.

Palavras-chave: Campesinato; Recursos Naturais; Rupturas e continuidades

FROM CONSTITUTION TO REPRODUCTION OF A CERTAIN PEASANT CON- DITION: A CASE STUDY OF NATURAL RESOURCE USES

ABSTRACT

This article updates the debates around the peasantry in the social sciences. Therefore, we put as central element the analysis the natural resources uses forms adopted by farmers located between the states of Paraná and Santa Catarina (Brazil), observing ruptures and continuities of what we call a certain peasant condition. In this sense, we highlight the perception of farmers on the occupation and settlement of the countryside in question, specifically their forms and techniques of production. We begin this text with a description of the study area, pass through our contribution to the current debate and, in sequence, we focus on their social environmental education and on general profiles of farmers and their properties.

Key words: Peasantry; Natural Resources Uses; Ruptures and Continuities

INTRODUÇÃO

“Deus fez o povo movido à comida. Ele não ensinou comer serragem”
(Márcia, 38 anos de idade).

O título deste trabalho é, por si só, uma proposição e uma contribuição para o debate. Assim, falar de uma “certa” condição camponesa é uma forma de chamar a atenção para aquilo que Wanderley (2003) trabalhou como rupturas e continuidades do campesinato na agricultura familiar. Para tanto, realizamos um estudo de caso com agricultores localizados entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, com o objetivo de analisar suas práticas de usos dos recursos naturais, ou seja, pesquisamos elementos como o uso do solo/floresta/plantio, técnicas de produção e preservação (e seus conflitos socioambientais), melhoria das condições de vida, relação entre conhecimentos técnicos e tradicionais e sua conexão com a força do passado determinando muitas práticas dos agricultores no presente. Em síntese, propõe-se mostrar como os processos constitutivos de camponeses são reveladores de uma trama de relações complexas que se materializam nos usos da natureza e ambiente, bem como na reprodução de tradições, costumes e pela busca de melhores alternativas de reprodução e permanência no rural¹.

Para realizar esse propósito, este trabalho recorre, sob o ponto de vista analítico, a noção de agricultura familiar, como faz Wanderley (1996). Para a autora, a agricultura familiar é entendida como um conceito genérico e o campesinato como uma forma particular dessa agricultura, justamente por sua especificidade de produção e organização em sociedade. Na agricultura familiar moderna não temos uma ruptura com formas anterior-

res, ou seja, temos agricultores portadores de tradição camponesa, adaptados às exigências da sociedade. Isso nos serve para analisar um grupo de agricultores articulando a formação histórica da área com uma microssociologia (a dinâmica do grupo em questão) pelo viés de suas práticas materiais no cotidiano. É evidente que temos múltiplas formas de agricultura, assim, cabe-nos trabalhar as evidências de um campesinato tendo por base os usos de recursos naturais (não entendemos a natureza como um recurso econômico ou uma capitalização de tudo, mas a água, solo, entre outros, como um bem comum). Esta é a nossa contribuição, pois outros autores avançaram significativamente no que se refere aos tipos de agricultura familiar ou mesmo sobre o significado do que é ser camponês. Assim, nossos resultados são fundamentados na percepção de 42 agricultores a exemplo dos estudos de Zornitta (2015) e Cima (2016)², os quais têm como principal base teórica Tim Ingold (2010).

Quanto à história do campesinato no Brasil vemos que Wanderley (1996) faz um balanço evidenciando o quanto isso é uma tarefa importante e, ao mesmo tempo, deficitária. Com relação à produção acadêmica brasileira, observamos que alguns autores contribuem significativamente para a construção de uma visão panorâmica do rural brasileiro. É o caso de Sérgio Buarque de Holanda, Leo Waibel, Manuel Correia de Andrade, Antonio Candido, Maria I. P. de Queiroz, Otávio G. Velho, Moacir Palmeira, Maria M. Moura, José Graziano da Silva, Maria de Nazareth B. Wanderley, Ricardo Abramovay, Delma P. Neves, apenas para citar alguns nomes entre outros que igualmente enriquecem o estado da matéria. A partir de muitos desses autores o que se segue é uma vasta produção sobre diversos estudos de casos que os mesclam com

1 Este artigo, com algumas modificações, foi apresentado e debatido no 39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), no GT 21 “Metamorfoses do rural contemporâneo”, em Caxambu – MG, em outubro de 2015.

2 Esses autores empregam a “categoria de percepção” para evidenciar, respectivamente, uma percepção dos atores (pescadores e camponeses) sobre os impactos da construção da hidrelétrica Foz do Chapecó na vida dos pescadores da região e a percepção e prática de famílias camponesas sobre o saneamento ambiental na região. Trata-se de um esforço, pelo viés das Ciências Sociais, notadamente da antropologia de Tim Ingold, em externar as subjetividades, a partir das narrativas de atores entrevistados, sobre as interferências de políticas públicas em seus modos de vida.

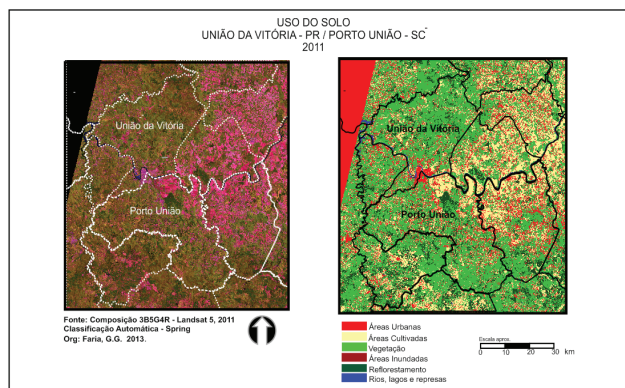
autores regionais³. Daí uma grande diversidade de produção que nem sempre vem acompanhada de uma sistematização possível e necessária. Nesse sentido, vemos como grande esforço as ações desenvolvidas pela *Rede de Estudos Rurais*.

Se temos autores clássicos na sociologia rural que nos mostram o caminho percorrido neste campo acadêmico, vemos, “em paralelo”, o desenvolvimento de uma sociologia ambiental que nos abre mais uma perspectiva. Referimo-nos especificamente à dimensão ambiental e ecológica nas análises sobre o mundo rural que emergem, principalmente, posteriores à década de 1970. Brandenburg (2005) afirma que a questão ambiental emerge como uma problemática relevante para a agricultura após a modernização ancorada na Revolução Verde. Para ele, anterior a esse período não há manifestações de movimentos sociais de cunho ecológico que coloquem em questão o padrão industrial de desenvolvimento, a relação sociedade-ambiente ou mesmo os instrumentos que intermedeiam essa relação. Tampouco se realizam estudos ambientais rurais, salvo o então recente trabalho de José Augusto Pádua (2002). Nesse sentido, após a crise socioambiental promovido pela modernização da agricultura, estudar o campesinato requer, sob nosso ponto de vista, que se articule elementos teóricos uma sociologia rural com a sociologia ambiental. É com esta orientação que o campesinato e sua reprodução será analisado nesse trabalho; a partir de sua relação com os recursos naturais.

O UNIVERSO DE PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida com um grupo de agricultores nos municípios de União da Vitória-PR e Porto União-SC, conhecidos como as “cidades gêmeas do Iguazu”.

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO E USO DO SOLO



Analisou-se a condição camponesa pelo viés da dimensão prática, ou seja, de usos dos recursos naturais dentro da sociedade moderna. Assim, o primeiro passo foi o entendimento da formação ou constituição do campesinato na área estudada e, num segundo momento, a análise da sua reprodução pelas práticas de uso.

O território das Gêmeas do Iguazu está incrustado na região do Contestado, uma área com um histórico de devastação, lutas e conflitos pela posse de terras, marcadas por uma ocupação tardia. Tonon (2002) afirma que a própria formação do latifúndio no sul do Paraná e norte de Santa Catarina, região ocupada a partir do século XIX, tem suas origens no Segundo Reinado, fortalecendo-se com a lei de terras de 1850 e sedimentando-se com o início do Período Republicano.

No caso específico da região do Contestado, Fagundes e Ribas (2002) relatam que parques recursos possuíam estas populações excedidos, naturalmente, os centros pastoris e as cidades que monopolizavam o comércio. Os produtos da caça, da pequena agricultura e a erva cortada eram trazidos para estes centros, trocando-os por gêneros de imediata necessidade tais como pano, pólvora, chumbo e sal⁴.

Os municípios estudados, por terem sido ponto de parada de tropeiros levando suas

3 Um belíssimo exemplo é o livro *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*, de Arlene Renk.

4 Conforme Tonon (2002), anterior ao século XIX, o território era ocupado por indígenas e alguns poucos habitantes, oriundos do Norte ou Sul e que se fixaram ao longo do caminho das tropas. Esse território foi cortado pelo caminho do Viamão que, no século XVIII, representou um importante estímulo para a economia sulina. O transporte de tropas bovinas e muarens do Sul para Sorocaba, com o intuito de atender às regiões auríferas, estimulou de forma gradativa a ocupação e o povoamento da região.

boiadas e cavalos no trajeto São Paulo - Rio Grande, um porto fluvial de embarque e desembarque de pessoas e produtos, além de ponto de parada do trem, “o símbolo da modernidade”, adquiriram moradores de várias etnias: o índio, o tropeiro, o caboclo e os imigrantes estão na base da sua formação social. É um povo miscigenado e instalado em uma localidade marcada pela dependência econômica, conflitos por terra, entre outras situações. Estão instalados na formação rochosa que segue a estrutura paranaense, na transição do segundo para o terceiro planalto. A cobertura florestal remanescente que cobre esta localidade, a Floresta de Araucária, ainda hoje movimenta a economia. Devido ao relevo irregular ela resistiu e nas áreas menos íngremes pratica-se a agricultura, a criação de gado e o cultivo de peixes, entre outros.

Outro aspecto que chama a atenção é a intensificação dos desmatamentos nos municípios do entorno. Isso também é resultado da função urbana exercida pelas Gêmeas do Iguaçu, pois se destacaram na comercialização de produtos e na instalação de fábricas e serrarias. Nota-se também a intensificação dos adensamentos populacionais que penetram a vegetação, a grande quantidade de áreas agrícolas, o crescente número de reflorestamentos e a ocupação desenfreada ao longo do rio Iguaçu (moradia, criação de animais, extração de areia, principalmente).

1. UMA BREVE “HISTÓRIA” DO RURAL EM QUESTÃO

Ao referir-se à União da Vitória, Hort (1990) diz que a indústria extrativa (madeira e mate) constitui um fator de grande importância para o município; já a agropecuária não possui destaque em razão dos terrenos ex-

cessivamente acidentados, dos solos ácidos, da falta de técnicas modernas, da falta de assistência técnica e financeira, do predomínio de culturas de subsistência e dos latifúndios. Assim, o que assistimos é uma invisibilidade do rural na literatura regional. Estudos sobre o trabalho feminino, produção de carvão, da erva-mate, reflorestamentos, da juventude rural ou mesmo sobre os efeitos da modernização da agricultura, a exemplo do que realizaram Renk e Dorigon (2014) no oeste catarinense, são escassos. Portanto, o que estamos evidenciando é um esforço de caracterização de um rural a partir dos livros existentes e a partir das trajetórias dos atores que pesquisamos.

Como a agricultura desenvolveu-se basicamente para a subsistência dos caboclos e migrantes aparecem em destaque o milho, feijão, arroz, uva, mandioca e soja. Temos alguns produtos cultivados em outros momentos, como na década de 1940, que não se plantam mais pelo grupo pesquisado como é o caso do centeio e do trigo (FAGUNDES e RIBAS, 2002) e também da cevada e do linho (RIESEMBERG, 1973). Resta salientar o crescimento na produção de frutas vermelhas (morangos, amora, entre outras) e hortaliças para a comercialização em feiras semanais nas áreas urbanas. Como veremos nos relatos adiante, é nas formas de produção ou, como falamos genericamente, nos “usos dos recursos naturais”, que encontramos as rupturas e continuidades.

Aliados à produção de grãos, como o trigo e o centeio, instalam-se moinhos para beneficiá-los. Como poucos podiam construí-los ou deslocar seus grãos até um moinho existente, utilizou-se em larga escala a “jorna” (moinho polonês artesanal de madeira), isto é, uma máquina utilizada para moer os cereais. Além da arquitetura, religião, hábitos alimentares, etc., outra contribuição europeia veio pelas carroças e suas múltiplas utilidades co-

5 A carroça polaca desempenhou papel importante nos transportes coloniais. Em primeiro lugar, ela se harmonizou perfeitamente com os lotes rurais, em cujas pequenas dimensões não caberiam pastagens suficientes para a manutenção de um grande número de animais, como as tropas; em segundo lugar, ela acomodava os produtos coloniais com maior simplicidade e proteção. Outras vantagens apresentavam ainda, como no transporte de pessoas e na velocidade dos percursos. E os danos que produziam nas estradas não eram maiores do que os produzidos pelas tropas e nem tão grandes como às vezes são pintados através de observações superficiais (RIESEMBERG, 1973, p. 126).

mo, por exemplo, para o transporte de pessoas, madeiras, ervas e mercadorias em geral⁵.

Sobre a ocupação humana fica evidente, mais uma vez em nossa história, um sistema de privilégios (questionado pelos caboclos do Contestado) na concessão de terras. Essa prática era mais comum com as grandes empresas, mas também ocorreu com os imigrantes, pois “Aproveitando o contingente estrangeiro que chegava à região, a prefeitura de União da Vitória mandou medir, em 1895, no rocio da vila, 88 lotes de 10.000 m² que entregou gratuitamente aos colonos que neles se instalaram.” (RIESEMBERG, 1973, p.105). No processo de distribuição de terras, grandes propriedades passaram a contrastar com as pequenas.

Hoje o que se tem nas colônias de União da Vitória e Porto União é um misto de elementos do início da colonização com elementos atuais. Exemplo disso são as igrejas “tradicionais” que passam a dividir fiéis com as evangélicas, a extinção de moinhos ou sua permanência como museu, além das carroças com rodas de madeira revestida de ferro e outras com rodas de carros; a presença de carros de passeios, caminhões e tratores; casas de madeira e de tijolos; estradas mais largas e com pontos de parada de ônibus, sítios para lazer, entre outros.

2. PERFIL GERAL DAS PROPRIEDADES E DOS AGRICULTORES⁶

Os atores estudados, 42 ao todo, moram basicamente em propriedades com área inferior a 6 hectares. Por estarem inseridas na transição do segundo para o terceiro planalto todas as terras apresentam dobras íngremes que dificultam a utilização de máquinas grandes ou o plantio em grande escala como ocorre no norte do Estado do Paraná. Assim, a produção de alimentos é pequena e diversificada. Produz-se milho, soja, feijão, batata, queijo, beterraba, morangos e hortaliças em geral. Nas terras onduladas, o gado aparece com fre-

quência e nas partes mais baixas do terreno temos o cultivo de peixes para a prática de lazer (pesque e pague) ou atender ao mercado local (principalmente no período religioso conhecido como quaresma). Destaca-se ainda o que é mais visível nestas terras, ou seja, reflorestamentos de pinus e eucaliptos substituindo árvores como a canela, o cedro e a araucária.

Percebe-se o predomínio de pessoas com mais de 30 anos. Num primeiro momento, pode-se afirmar, demarcam aquilo que Wanderley (2009) chamou de espaço de vida, ou seja, encontraram no meio rural a satisfação de suas necessidades econômicas, de moradia, de lazer etc.

QUADRO 1 - IDADE DOS ENTREVISTADOS

IDADE	QUANTIDADE
20 a 30 anos	06
31 a 40 anos	13
41 a 50 anos	11
51 a 60 anos	0
Mais de 60 anos	08

A diferença do mais jovem para o mais idoso é de 62 anos. Associado ao predomínio de pessoas com mais de 31 anos e o tempo de contato com o rural, essa constatação torna-se extremamente relevante na compreensão das permanências e rupturas dos usos dos recursos naturais e, também, das características dos atores em questão. A partir daí existe a possibilidade de conhecermos o passado pela tradição de alguns informantes escolhidos e, ao mesmo tempo, o presente pela análise de pequenos agrupamentos (CANDIDO, 1971). Nessa linha, no estudo realizado por Tonietto (2007), constatou-se que as transformações sofridas pela agricultura familiar moderna não implicam rompimento definitivo com as formas tradicionais camponesas. Embora a autora não tenha dito, deduzimos que as permanências não devem ter ficado somente na forma de se fazer uma linguça, na utilização de alguns alimentos, nos cultos a santos e festividades comunitárias, mas também nos “usos da natureza”, como será apresentado a partir do item 4.

⁶ Uma versão mais completa das entrevistas e metodologias está em Haliski (2013).

Outra situação que chama a atenção é o número elevado de pessoas que se declararam como casadas. Isso evidencia a manutenção de hábitos tradicionais e costumes religiosos que ainda permanecem neste espaço. Mesmo que predomine uma desconfiança de que a “Igreja só quer dinheiro” ressalta-se o esforço das comunidades para manter missas e festas populares que acabam sendo a memória de momentos, para eles, importantes⁷.

QUADRO 2 - ESTADO CIVIL

ESTADO CIVIL	QUANTIDADE
Casado (a)	34
Separado (a)	03
Solteiro (a)	03
Viúvo (a)	02

Os imóveis visitados pertencem quase exclusivamente aos entrevistados, conforme vemos no quadro 3. Como as áreas são pequenas não é raro encontrar pessoas que ganham dinheiro “extra” trabalhando na propriedade vizinha ao ofertar um serviço que aquele dono não pode realizar (talvez por razões técnicas como a falta de um trator ou quantidade de mão de obra) e vice-versa.

QUADRO 3 - CONDIÇÃO DA OCUPAÇÃO SEGUNDO OS ATORES PESQUISADOS

CARACTERÍSTICA DO IMÓVEL	QUANTIDADE
Proprietário	36
Cedido ⁸	01
Do patrão	05

Quanto à origem da(s) fonte(s) de renda, se ela é “fixa” ou não, temos 24 pessoas no primeiro caso, daí surgem situações inte-

ressantes. A primeira relaciona-se aos aposentados que veem no benefício social um complemento e até mesmo segurança na renda familiar. A segunda liga-se a pessoas que fornecem produtos para agroindústrias como frangos, por exemplo, para então firmarem um contrato. A terceira situação é a de empregados com salário mínimo e o direito de produzir na propriedade para gerar ganho extra. A quarta refere-se a camponeses que não possuem fonte renda fixa, mas ocupam uma função de chacareiro, ou seja, é uma troca onde uma pessoa cede à outra o direito de morar na propriedade desde que ela zele pela mesma. Assim, se fizer um roçado para o patrão, um plantio, uma poda de ervais, entre outras, terá um ganho a mais. Geralmente tem um espaço para sua roça e um tempo, se for o caso, para prestar serviço a terceiros. Isso aponta para o processo de pluriatividade no campo, como nos mostra Schneider (2003), pois para ele esse é o fenômeno através do qual os membros de famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.

Embora as áreas rurais sejam próximas do centro urbano de União da Vitória e Porto União e, logo, das instituições de ensino básico e superior, percebe-se uma maioria de pessoas com baixa escolaridade. Dentro de um contexto histórico de exclusão social constata-se que os mais velhos possuem menos anos de frequência em escolas, ou seja, aprenderam basicamente a ler e escrever. Os mais novos

7 Segundo o IBGE (2016), de um total de 34.882 habitantes em Porto União – SC há 27.606 pessoas declaradas como pertencentes à religião católica apostólica romana, 4.365 evangélicas e 322 espíritas. Ainda em União da Vitória, de um total de 56.265 habitantes, 40.711 declaram-se católicos apostólicos romanos, 8.827 como evangélicos e 590 são espíritas.

8O morador refere-se ao imóvel como cedido, pois se diz dono da terra em razão dos anos de serviços prestados ao patrão. Como mora há bastante tempo no lugar e nunca recebeu nada pelos cuidados prestados à propriedade, isto sim, aos trabalhos como cortar e carregar toras etc., garante ser o dono legítimo e negocia um pedaço de chão para si. Hoje se declara como renda fixa visto que está aposentado e, como os outros pesquisados, planta para gerar um ganho extra ou garantir produtos de subsistência.

9 Quanto à fonte de renda, esclarecemos que os camponeses pesquisados e que possuem aposentadorias entendem por renda fixa o fato de possuírem uma aposentadoria que é paga mensalmente ou mesmo contratos de vendas firmados com compradores de seus produtos, como é o caso da comercialização de aves.

pela infraestrutura à sua disposição, como as linhas de ônibus ou escolas rurais na sua comunidade, tendem a terminar o ensino médio e até mesmo ingressar na faculdade.

QUADRO 4 - ESCOLARIDADE

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
Até a 4ª série	18
Da 5ª a 8ª série	08
Ensino médio completo	08
Ensino superior completo	05
Não responderam	03

Entendemos que o mostrado nos itens acima, como é o caso da escolaridade, geram situações como aquela em que Renk e Dorigon (2014) chamam de *ressemantização da categoria trabalho* a partir dos jovens do mundo rural e a consequente mudança(s) social(is) neste espaço, como é o caso da pluriatividade (SCHENEIDER, 2003) ou mesmo de concepções de natureza e ambiente (HALISKI, 2013) por parte deste atores.

3. AS ATIVIDADES ECONÔMICAS LOCAIS E AS MUDANÇAS NA RELAÇÃO COM A NATUREZA

Dos livros que retratam os municípios estudados ou o conflito do Contestado, verificou-se a descrição de uma região tomada por vegetação, no final do século XIX e início do século XX. A riqueza da flora propiciou a instalação de interessados em explorar a erva-mate ou de serrarias que dilapidaram imensas áreas da mata de araucária. Soma-se a isso a implantação de colônias nas áreas já exploradas. Juntamente com a vegetação destruiu-se grande parte da fauna e flora. Enfim, gostaríamos de verificar isso pela fala do grupo pesquisado, por isso, realizamos várias idas a campo e aplicamos questionários com perguntas relacionadas às suas práticas e perspectivas.

Anteriormente acreditávamos que as grandes devastações para aumentar áreas de plantio era uma situação típica do Norte do estado paranaense. Equivocamo-nos. Obviamente que o interesse pela madeira era grande, mas os agricultores precisavam sobreviver produzindo o necessário para sua subsistência. Nesse contexto vendia-se a madeira para “limpar a terra” e, caso não conseguisse comercializá-la, ateava-se fogo em tudo para iniciar uma lavoura.

Aqueles com menos tempo de contato com o rural, pessoas que moram há pouco tempo ou compraram uma chácara para lazer, fazem considerações sobre o que estão observando tendo como base a atualidade, ou seja, limitam-se a mostrar as áreas verdes preservadas por lei ou mesmo o verde dos reflorestamentos. Por exemplo, dizem que “[...] tá preservado, (e) tudo misturado, mata nativa com pinus e eucalipto.” (Alois, 01 ano no lugar)¹⁰; ou “não mudou nada” (Sandro, 06 anos no lugar). Os relatos nos trazem questões interessantes como a preservação da natureza em razão da legislação ambiental, a grande quantidade de espécies exóticas, a extração centenária da erva-mate e a fragmentação das antigas colônias que estão virando chácaras (para lazer, moradia, pesque e pague, entre outras atividades).

Nem sempre as pessoas que moram no rural conseguem perceber as modificações à sua volta, porém, mostram em suas falas elementos que as evidenciam. Isso fica explícito nas colocações a seguir: está “quase igual, aumentou o pinus” (Verônica, 22 anos no lugar); “aumentou (o número de) morador e o pessoal foi mais pro pinus (por exemplo) igual aqui plantava arroz (hoje não)” (Inês, 22 anos no lugar); “agora não deixam derrubar, agora é só mato” (Nelson, 37 anos no lugar). Do que fora citado entre os pesquisados e que moram entre 22 a 38 anos na área rural, percebe-se claramente um momento de transição das lavouras para o plantio de espécies refloresta-

10 Decidimos manter os registros de oralidade dos entrevistados de modo a respeitar a sintaxe oral própria dos moradores da região pesquisada, pelo que compreendemos essas manifestações não como erro ou ainda desvio da norma padrão da língua portuguesa, mas como variantes regionais que ampliam sensivelmente o repertório da língua ao evidenciar outras formas de expressão oral que são igualmente válidas.

das. Quando é citado que antes tinha mais lavoura e agora é mais verde, também se constatam três situações: o contato com a cidade ficou mais facilitado tornando-se mais barato comprar em armazéns do que plantar e, noutra enfoque, a fiscalização ambiental foi sendo intensificada propiciando o crescimento de “mato” em lugares de difícil acesso (geralmente áreas de preservação) e, ainda, o aumento do verde não é resultado somente da vegetação nativa, isto sim, do pinus e do eucalipto.

Entre os moradores com mais de 40 anos de vivência nas terras citadas o que se evidencia é uma transição da floresta nativa para a agricultura. Na região “[...] aumentou o pinus e eucalipto e a bracatinga está mais em extinção” (Júlio, 40 anos no lugar); o “pinus não existia, só (tinha) mato do lugar (nativo), roçavam, plantavam, só lavoura, agora tem bastante pinus e gente que trabalha na cidade” (André, 75 anos no lugar). Pelo apresentado, pode-se fazer a seguinte consideração: no final do século XIX e início do XX, a mata nativa predominava em razão da baixa densidade demográfica e das condições específicas do relevo. Essa situação propiciou a instalação de serrarias para aproveitar o potencial madeireiro. Concomitantemente temos a formação das primeiras colônias e a necessidade de plantio para subsistência dos moradores. Assim, as terras que não tinham sido “limpas” pelos exploradores de madeira começaram a ser, agora também, pelos novos moradores que precisavam plantar. Portanto, de uma situação de vegetação fechada vai-se evoluindo para grandes clareiras abertas destinadas a moradias, plantações, entre outros.

Dentro das colônias as árvores eram utilizadas de formas diversificadas, ou seja, para construir casas, paios, cercas, chiqueiros, para lenha, para venda, entre outros. Com a retirada contínua dos recursos naturais e a instalação de um grande número de indústrias madeireiras, após a década de 1960, temos uma intensificação na destruição da floresta de araucária. Em razão disso, começam os reflorestamentos de madeiras que crescem rapidamente como o pinus e o eucalipto para,

nesse momento, abastecer o mercado local (já os produtos derivados do beneficiamento ganham diferentes destinos no mercado nacional e internacional, como é caso dos compensados ou mesmo do papel).

É nesse contexto também que as cidades de União da Vitória e Porto União começam a servir como o “centro onde se encontra o necessário para viver”, em outras palavras, sua condição de centro comercial favoreceu a compra de muitos produtos que fizeram os agricultores abandonarem o plantio daquilo que não compensaria economicamente. O reflorestamento passou a ser sinônimo de dinheiro rápido e fácil. Mesmo com a criação do código florestal, na década de sessenta, os desmatamentos continuaram. Posterior a uma série de encontros e conferências sobre o meio ambiente, intensifica-se a fiscalização restringindo, inclusive, os reflorestamentos e os desflorestamentos. Assim, quem não via em sua propriedade possibilidades de ganhar dinheiro acabou por vendê-la a pessoas interessadas em construir espaços de lazer, de moradia, entre outros.

4. A RELAÇÃO COM A NATUREZA NAS PROPRIEDADES RURAIS: DA PRODUÇÃO AOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E AS TÉCNICAS DE PRESERVAÇÃO/ CONSERVAÇÃO

“Deus fez o povo movido à comida.

Ele não ensinou comer serragem”

(Márcia, 38 anos de idade).

Os produtores apresentam algumas formas interessantes de uso do solo. Onde não se pode plantar, o gado é solto e faz-se um tanque de peixes ou utiliza-se a área para reflorestamento. Em vários casos opta-se somente pelo reflorestamento. Nos espaços disponíveis para o plantio utilizam-se poucas máquinas e geralmente de pequeno porte (isso em razão do relevo acidentado). Do grupo pesquisado, a maior parte revelou que o trabalho manual é predominante, seguido de máquinas de pe-

queno porte (tratores, arados, rotativo ou Tóbata etc.) e animais, em menor quantidade.

QUADRO 5 - PREPARO DA TERRA

PREPARO DA TERRA	QUANTIDADE
Manual	22
Máquina	10
Animal	08
Outros	02

Pelas respostas subentende-se que em situações esporádicas quem não possui máquinas pode, por exemplo, contratar um trator para destocar (tirar tocos de árvores que foram cortadas), arar ou mesmo utilizar animais. Em outras situações quem tem máquinas pode realizar trabalhos manuais e assim por diante. Os dados indicam que o trabalho manual e o uso de animais como força de tração no processo produtivo continuam significativos, mas o uso e procura por máquinas expressa uma mudança na mediação com os recursos naturais.

No que se refere ao quesito *outros* (Quadro 5) entenda-se o caso de um pesque e pague na propriedade (função principal) e, obviamente, a utilização de, no máximo, roçadeiras para limpar o terreno ou tratores para aprofundar ou construir novos tanques, caso necessário. O outro caso é o de uma Casa de Massas que funciona na propriedade (função principal). São dois casos que evidenciam um rural como espaço de consumo e não (soamente) de produção.

Também chama a atenção os poucos casos de usos de agrotóxicos (09). A argumentação principal para quem não os utiliza (33) são os danos ocasionados por esses produtos, como é o caso da poluição da água. Das pessoas que responderam *Sim*, ou seja, utilizam agrotóxico, 07 possuem escolaridade até a 4^a série do ensino primário, 01 até a 8^a série e 01 o superior completo.

Existem os casos de agricultores que revelaram não utilizar agrotóxico porque encarece a produção. O mais impressionante de tudo é que a maioria que revela essa “consciência ambiental” afirma não receber instrução de nenhum órgão ou instituição governamental. Se analisarmos o grupo de pessoas com nível de ensino até a 8^a série teremos 26 ao todo, ou seja, mais de 50% do universo pesquisado. Deduzindo os 08 entrevistados que disseram utilizar agrotóxico ainda assim teremos 18 pessoas com baixa escolaridade desenvolvendo práticas menos degradantes da natureza.

Do proprietário mais recente ao mais antigo, vai se desenhando um discurso comum: “a terra tem que dar lucro”. Talvez seja reflexo de um espírito predatório dos madeireiros dessa região, como afirmamos em outro momento (HALISKI, 2007), mas também o anseio de um povo que visa melhorar suas condições de vida.

Já quanto à questão ambiental, tivemos dois padrões de respostas. Uma voltada às restrições legais dos usos do solo pela legislação ambiental e a outra sobre a importância da preservação/conservação¹¹ para a manutenção de suas terras. Principalmente neste último é recorrente a necessidade de preservar as nascentes. Os dois enfoques possuem um mesmo pano de fundo relacionado à sobrevivência que pode ser explicado pela epígrafe “Deus fez o povo movido à comida. Ele não ensinou comer serragem”.

Sendo assim, seguem alguns dos relatos coletados: “a árvore refresca o aviário e é melhor pra produção” (Lurdes, 40 anos no lugar); “se ficar parado (a terra) não dá dinheiro [...]” (Maria, 43 anos no lugar); a preservação “só prejudica, sempre respeitei a água, a nascente, agora não posso usar a terra que preservei e tenho que trabalhar pros outros” (Benjamim, 52 anos no lugar). Sobre as citações acima podemos fazer múltiplas análises, mas dentro do nosso propósito interessa ressaltar o que parece uma contradição *se eu pudesse*

11 Temos clareza sobre o debate em torno do(s) sentido(s) atribuído(s) ao que se entende por conservação e preservação. Mas como no grupo pesquisado não há essa distinção entende-se que para eles o sentido é o mesmo.

cortar eu preservava. Esse enfoque da cultura popular relaciona-se com práticas de rotação de culturas e que a legislação torna restritiva. Também poderíamos aproximar com as ideias de Diegues (2000) ao evidenciar que as populações tradicionais são extremamente prejudicadas por políticas públicas como aquelas que criam parques ecológicos (os parques nacionais) e que excluem os povos de sua “própria natureza”. Trata-se de uma estratégia de preservação que gradativamente vem expulsando populações de terras historicamente ocupadas e produzidas por ela.

Sachs (2009) afirma que o uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão enraizadas no ambiente natural. É isso o que ele chama de “*aproveitamento sensato da natureza*” (SACHS, 2009, p. 70).

Especificamente sobre a *legislação ambiental* perguntamos se ela *ajuda ou atrapalha o morador, produtor/empresário rural*. Percebeu-se muita insegurança nas respostas tendo em vista que as pessoas deixaram claro, em vários momentos, a importância da preservação/conservação para que eles continuem vivendo da (ou na) terra. A dimensão econômica e de classe fica latente e é permeada pelo discurso da preservação. No geral, as falas pretendem evidenciar um “suposto” favorecimento dos “grandes” frente aos “pequenos” e, ao mesmo tempo, a necessidade de se rever a legislação. Essa situação nos remete à necessidade de compreender a lógica de relação que os camponeses têm com a natureza. Para eles, conforme já demonstrado por Antonio Candido (1971), a natureza é complemento de produção de suas condições de sobrevivência. As práticas, de relação com a natureza, desenvolvidas pelo campesinato, não coincidem com as práticas determinadas pela legislação ambiental. Nesse sentido, a legislação imputa práticas de um universo externo ao mundo camponês e que conduz a rupturas no modo como são geridos os recursos naturais.

Outro aspecto relacionado à problemática socioambiental refere-se especificamente aos *impactos ambientais*. Para os pesquisados, os maiores problemas ambientais são o “clima e o caminhão de lixo que não passa” (Juventino); a “água que uso [...]” (Julio M.). Dos problemas assinalados é recorrente a questão da água, do clima, da utilização de agrotóxicos e do enfraquecimento do solo.

Sobre as técnicas e tecnologias perguntamos: *you use ou se utilizasse novas técnicas seria visando à conservação/preservação da natureza ou ao aumento de lucros?* Das respostas obtidas, 33 afirmaram categoricamente que o lucro está em primeiro plano. Aqui, o sentido do lucro está diretamente vinculado à busca pela sobrevivência ou de manutenção de suas condições de vida do campesinato. Não se trata de um “lucro líquido” resultante de um cálculo contábil entre despesas e receita, mas de uma renda econômica que permita aos camponeses reproduzirem-se. Caberia aqui uma análise na perspectiva de Chayanov (1981), que aponta uma lógica específica do camponês, mas que esse espaço não permite realizar. Nesse sentido, esses agricultores inseridos na lógica de mercado estariam incorporando noções que dizem respeito à dinâmica do capital, mas que não se operacionalizam na dinâmica interna da reprodução do campesinato.

Nesse mesmo contexto, 16 pessoas disseram que para *aumentar a produção* seria necessário investir em *novas tecnologias*, pois “temos que se adapta ao desenvolvimento, produzir mais derrubando menos, um exemplo é o transgênico que usa menos veneno” (Ingard, 50 anos no lugar). Outros foram enfáticos ao afirmarem que “tem que ir pra técnica, só no sistema antigo morre de fome.” (André, 75 anos no lugar). Nesse aspecto, há quem afirme que “quem respeitar os antigos (costumes) morre de fome” (Júlio, 58 anos no lugar) visto que “esse negócio de antigo acabou” (Waldomiro, 04 anos no lugar). Outras 13 pessoas afirmaram que deve ser mais *valorizado o conhecimento popular* (dos antigos como eles se referem), pois “minha mãe é do tempo dos antigos, ela que ensina e tu-

do dá certo” (Lucinda, 04 anos no lugar). Segundo Benjamim “no tempo antigo o IBAMA não existia e os antigo respeitava (por exemplo) cortava um lado e esperava o outro crescer” (52 anos no lugar).

Essa aparente tensão entre o conhecimento científico e o saber camponês, explicita uma estratégia pragmática que conjuga, de um lado, técnicas atinentes a sociedade de mercado visando melhoria da produtividade e talvez diminuição de penosidade do agricultor e, de outro lado, a valorização de práticas herdadas sobre as quais se detém maior segurança no domínio do fazer. Essa conjugação não explícita, portanto, contradição, mas estratégia de adaptação à dinâmica de mercado e de reprodução de sobrevivência.

Dos pesquisados, 11 acreditam que se deve *valorizar tanto o conhecimento popular como o científico*. Ora, “temos que puxa ideia de todo lado” (Evone, 47 anos no lugar), “os dois tem que andar junto (porque às vezes) no papel é uma coisa e não dá certo porque o bicho é vivo (referindo-se ao gado), dos antigo dava certo” (Lurdes, 40 anos no lugar).

Este saber-fazer (Acosta, 2012) está sendo constatado em várias pesquisas sobre populações tradicionais e saberes vernaculares como é o caso dos estudos de Strachulski (2014) sobre os saberes tradicionais de agricultores ou mesmo de Staniski (2016) sobre os saberes mateiros de populações tradicionais. Em ambos os casos, a valorização de conhecimentos tradicionais e científicos são acionados com o propósito do diálogo de saberes e uma necessária resignificação da universidade na busca incessante por uma ciência que de fato seja pública (Floriani, 2015).

Especificamente sobre a *localização dos melhores solos* para plantio tivemos relatos que mostram as experiências de vida do grupo pesquisado. Perguntou-se: *Como você sabe onde estão as melhores terras?* Não interessa discutirmos cientificamente se eles estão certos ou errados, mas compreender as suas estratégias para sobreviverem. No geral essa questão pode ser respondida pela D. Inês, pois

segundo ela “quem trabalha sabe, terra gorda e sem areia” (Inês, 22 anos no lugar).

O Sr. André conhece a qualidade do solo “pelo mato que cresce” (75 anos no lugar). Isso fica explícito nas falas que se seguem: “onde tem madeira grossa é boa, onde tem samambaia, vassoura, não cresce nada” (Eugênio, 69 anos no lugar). A noção de terra gorda está associada à grande quantidade de matéria orgânica. Eles possuem conhecimento dos limites impostos pela qualidade do solo através da vegetação. Qualquer técnico agrícola sabe que um solo com samambaias é ácido, por esse motivo pobre. Esses atores não usam o termo ácido, mas sabem que esse solo com samambaia é fraco. A única pessoa que “se arriscou” numa explicação técnica foi a Dona Ingard ao dizer que conhece a terra fraca “pelo tipo de mato (e cita um exemplo) igual onde tem samambaia falta o calcário” (Ingard, 50 anos no lugar). Esse tipo de resultado, com base em saberes vernaculares, já foi evidenciado em estudos anteriores, como em Floriani (2007), ao apontar que a racionalidade dos agricultores de Rio Branco do Sul - PR não está vinculada a práticas intensivas e degradantes do solo, por este motivo abandonaram a utilização de agrotóxicos e retornaram às suas práticas tradicionais.

As práticas de identificação de solo fértil, assim como outras de caráter vernacular adequadas à produção, expressam a continuidade de um saber válido que atestam a possibilidade de produção de condições de vida que não seriam possíveis diante de um conhecimento técnico ou científico. Não seria possível por duas razões: uma pelo fato de os camponeses não dominarem o conhecimento científico, outra pela sua ineficácia para as condições ambientais da produção.

Depois de algumas afirmações de que “a terra é ruim onde tem samambaia” (Sandro, 06 anos no lugar), tivemos alguns exemplos do que fazer neste tipo de solo. Conforme a Dona Lurdes “onde planta samambaia é que planta eucalipto, mas milho não dá” (38 anos no lugar). Já o Sr. Loreno mostra que conhece o solo “pelo tipo de vegetação” e pela

rotina, pois “a gente já acostumou colher na terra e já sabe” (02 anos no lugar).

Também temos análises que apontam para as planícies de inundação visto que “as melhores terras estão nas margens dos rios” (Wilson, 12 anos no lugar) e, ao mesmo tempo, em terrenos basálticos, mas com uma restrição “aqui onde a terra é boa não pode mecaniza porque tem bastante pedra” (Júlio L., 58 anos no lugar).

Para que os moradores/agricultores *permaneçam produzindo* é necessário o *conhecimento daquilo que estão fazendo*. Assim, eles foram questionados sobre os *problemas ambientais ou de produção que enfrentam e a necessidade de desenvolver por conta própria alguma técnica ou estratégia para extrair aquilo que precisam degradando menos*.

Sobre esse aspecto alguns relataram que para plantar a “bracatinga joga a semente e mete fogo e dá que nem praga...” (Casemiro, 60 anos no lugar). Outros enfatizaram que “sempre aprendi por conta própria [...] o veneno acaba a terra [...] a reserva pra água é a nascente, cuide em volta” (Inácio, 37 anos no lugar) ou que “deixei crescer mato por causa do rio” (José, 44 anos no lugar). O saber oriundo da experiência prática continua governando o modo de produzir dos camponeses locais. Dessa forma, pode-se dizer que o conhecimento vernacular oriundo da experiência de vida e de domínio dos camponeses é eficaz para sua reprodução, enquanto o conhecimento científico, gerado em laboratório, de domínio técnico, implica numa ruptura com o universo de produção de conhecimento e geram insegurança e risco de sobrevivência.

Outro assunto bastante citado é a erosão do solo. Encontramos pessoas como o Sr. Reginaldo, muito preocupado em combater os efeitos e não as causas “onde a chuva estraga arrumamos” (15 anos no lugar) ou mesmo aqueles mais prudentes como o Sr. Júlio “cuido da terra pra combater a erosão” (Júlio L., 58 anos no lugar). Nessa mesma linha temos o caso do Sr. Wilson “capim elefante serve pra

carpa (alimento deste peixe) e combate erosão” (12 anos no lugar).

A Dona Ingard disse que para aumentar a produção “fiz cobertura na horta deduzindo por experiência” (50 anos no lugar). Também tivemos aqueles que aprenderam em livros, mas mostram algumas restrições a eles “li livro do começo da história e fiz rotação de cultura (influenciado) pelo livro [...] não uso adubo porque não tem dinheiro...” (Loreno, 02 anos no lugar). Especificamente no segundo caso vemos que a rotação de culturas somente foi utilizada por falta de dinheiro pra comprar adubo. Esse não é o caso do Sr. Juventino que afirma “esse negócio de adubo (não usamos) pegamo só do mato (junta folhas debaixo das árvores e coloca na roça) não compramos (não existe) melhor que isso” (22 anos no lugar). Esta última prática é reveladora do que conhecemos hoje por agroecologia, pois é baseada em saberes camponeses que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas (Leff, 2002).

Também presenciamos algumas experiências com o plantio consorciado¹² de espécies vegetais e os dilemas em torno dos seus benefícios. Imaginamos que essa seria uma prática comum no plantio realizado pelos agricultores, mas não foi isso que a pesquisa revelou. Por trás dos motivos que levam ou não ao plantio de diferentes espécies em um mesmo espaço temos o lucro a ser obtido pela produção ou a baixa produtividade por razões naturais do desenvolvimento de cada espécie. Tivemos vários exemplos que funcionam e de outros que não dão certo.

De acordo com o Sr. Miguel “(aqui) não funciona por causa da raiz da erva (plantio de mandioca)” (47 anos no lugar). Segundo a Dona Lucinda “[...] o milho não desenvolveu no meio da erva” (04 anos no lugar). Temos aqueles que apontam para a baixa produtividade “consorciado não produz tão bem” (Inês, 22 anos no lugar), aqueles que falam que “dá muita mão de obra” (Adriana, 17 anos no lugar) e outros que afirmam “um (uma espécie)

12 Prática de plantar/cultivar duas ou mais espécies juntas.

estraga o outro” (Nelson, 37 anos no lugar). Temos o grupo de moradores/produtores que “ouviram falar ou que supõe” os resultados da produção. Segundo o Sr. Julio M. “vejo o vizinho, mas acho que não dá alguma coisa” (40 anos no lugar). O Sr. Sandro “já ouvi(u) fala(r) que é bão” (Sandro, 06 anos no lugar), mas “o pessoal diz que não funciona” (Benjamim, 52 anos no lugar), pois “já trabalhei com quem plantou e ele não vai plantar mais” (Marcelo, 33 anos no lugar). Vale assim a observação de que nem sempre o consorcio é conveniente, seja em função do uso da mão de obra ou por razões relacionadas às condições de produção. O que vai indicar essa adequação é a avaliação das circunstâncias ambientais locais conjugada à dimensão social da força de trabalho. Não é apenas uma questão técnica, mas uma questão de ser socialmente apropriada ou não; de ruptura de um lado e de continuidade de outro frente às condições de produção.

Neste contexto, temos a fala do Sr. Casemiro que “plantava feijão e milho, arroz e mandioca e dava certo”, mas “hoje ninguém faz mais esse sistema porque senão morre de fome”, pois “eu ganho mais com verduras” (60 anos no lugar). Para nós, a citação da Dona Ingard, referente ao plantio consorciado – independente do tipo de cultura – é autoexplicativa: “eucalipto com milho e pastagem dá certo, mas tem que fazer como eles explicam (EMATER), senão não funciona” (Ingard, 50 anos no lugar), ou seja, não é simplesmente plantar. Utilizando falas anteriores afirma-se a necessidade de se conhecer as espécies consorciadas para que os resultados apareçam. Esse ajustamento de conhecimentos mostra o diálogo de saberes via intercâmbio de experiências e hibridação de ciências e técnicas (Leff, 2002) que resultam nas práticas dos agricultores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com estes elementos, intenciona-se mostrar como a formação histórica da ocupa-

ção da região influenciou o modelo de exploração econômica que se tem e a relação entre este território e as formas de apropriação dos recursos naturais. Disso tivemos como resultado as características culturais de um povo marcado pelo messianismo¹³ pela cultura rústica e por conflitos sobre a ocupação das terras com a implantação de grandes companhias extrativistas e de colonização. A presença do capital estrangeiro influenciou na distribuição de terras e na implantação de vias de comunicação modernizadoras como a estrada de ferro, além de contribuir para a modernização de serrarias que se tornaram o símbolo da destruição da mata nativa em nome do progresso. Isso marca a participação do Estado. **É o início da República propiciando uma nova dinâmica ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro e regional.** Trata-se de uma opção pela indústria, pelo homem branco estrangeiro. O resultado foi conflituoso. Também marca a apropriação predatória dos recursos naturais e faz emergir uma estrutura social de classes que vão tomando forma e definindo um padrão de conflitos e de interesses que conformarão a história.

A dilapidação pura e simples passou a conviver com a estratégia de sobrevivência do migrante, dos “brasileiros”, dos caboclos, a partir dos recursos naturais disponíveis. Isso foi o germe de ressignificações presentes na atualidade. Constatou-se um rural cheio de problemas econômicos, sociais, políticos e ambientais, mas também com soluções possíveis para saná-los pelas ideias dos próprios agricultores. As “soluções” são movidas por suas práticas e, muitas vezes, carecem de um aporte técnico-científico.

Encontramos um rural em transformação em suas bases produtivas. Além da substituição do pinheiro pelo pinus e o eucalipto, presenciemos muitas propriedades virando chácaras para descanso e lazer de quem mora no urbano. Nelas encontram-se piscinas, tanques de peixes, turismos, entre outros. Tam-

13 Este quesito merece um artigo específico, mas pode ser encontrado no trabalho desenvolvido por Haliski (2013) e em Haliski e Brandenburg (2015).

bém constatamos situações de inversões de valores econômicos das propriedades. Antes da intensificação de fiscalizações por agentes ambientais, as terras com “mato” e com rios eram supervalorizadas; hoje, se ela os possuir servirá “somente” para os modelos de chácaras. No geral, as propriedades tentam conciliar uma poupança no formato de um reflorestamento, uma boa moradia, alguns animais para abate (quando não é a base da produção da propriedade), um pouco de vegetação para lenha, cercas e pequenas lavouras.

Há um predomínio de pessoas com mais de 30 anos. Elas evidenciam um modo de vida que encontra no meio rural a sua satisfação de necessidades econômicas, de moradia, de lazer. A maioria é casada, mostrando um “conservadorismo” ainda vigente, é dona do seu imóvel e mora há mais de 10 anos no lugar. A maior parte se declara com renda fixa. Encontramos a figura do chacareiro, do aposentado, daquele que trabalha via contratos com empresas que compram sua produção, autônomos que arrendam propriedades, outros que trabalham de meeiros e ainda os que vendem o que podem conforme produzem. Devido ao tipo de produção, tamanho da propriedade e características do relevo, o trabalho manual é predominante, seguido de máquinas de pequeno porte ou animais. Poucos utilizam agrotóxicos, seja em razão dos preços, do tipo de atividade ou de alternativas próprias para adubação como aquela com folhas de árvores.

Através de diferentes formas de se entender o que é “natureza” e como se deve utilizá-la, percebeu-se um predomínio de visões pragmáticas pautadas em suas experiências de vida. Como disse uma entrevistada “Deus fez o povo movido à comida, Ele não ensinou comer serragem”. Presenciamos a consciência do que é um impacto ambiental, dos principais problemas socioambientais locais e global e a importância de uma legislação ambiental nem sempre condizente com a realidade que vivem. Deprendemos que os cuidados com a natureza também está atrelado à cultura regional cujas marcas simbólicas são visíveis nos discursos,

símbolos, práticas etc., por conta de uma forte densidade representada pelos eventos do Contestado. Mas a questão é que tudo isso fez parte de um contexto e foi sendo repassado de diferentes maneiras para os pesquisados.

Por todos estes motivos, a diversidade de relatos colhidos nas entrevistas é reveladora de uma formação discursiva múltipla, atravessada por diversas reinterpretações do passado. Assim, enquanto condição camponesa, percebemos a forma como o grupo utiliza os recursos naturais e, especificamente, o reconhecimento da necessidade de conservação dos recursos hídricos, conhecimento dos melhores solos, técnicas de controle de erosão, valorização do conhecimento “dos antigos”, entendimento de natureza para a vida. Também não pudemos deixar de perceber as ressignificações na forma de pensar e agir deste grupo frente à natureza e o ambiente. O que entendem por *lucro* não é o econômico puro e simples, mas o saldo de uma relação com a natureza, ou seja, a sobrevivência. Essa questão acaba girando em torno do reconhecimento do saber técnico-científico, da importância da legislação ambiental para conter os impactos ambientais e mesmo a introdução de formas de cultivo mais pautadas pela noção de equilíbrio ambiental. O que permanece é a reivindicação do agricultor em utilizar suas terras, sua sabedoria e conhecimentos de experiência de vida, a forma como concebe o correto ou mesmo de ter o direito de ser ouvido para, se for o caso, mudar suas práticas. O que muda é a aceitação de que nem sempre ele conseguirá sozinho. Nas palavras do Sr. Eugênio, que acabou falecendo dias depois da entrevista, “o colono precisa de ajuda!”.

Como mostrado, a natureza está no centro do debate da condição camponesa ou camponato em questão. Permanece nos agricultores um saber-fazer (Acosta, 2012), ou seja, conhecimentos que são passados de geração em geração com um propósito de sobrevivência e não de dilapidação de tudo, como é caso do projeto neoliberal que vivenciamos e os impactos nefastos de suas empresas, tal como ocorre com o agronegócio via monoculturas ou en-

venenamentos de propriedades. Muda, contudo, a estratégia de combinação de recursos tradicionais e técnicos, influenciada pela dinâmica de mercado e pelas políticas públicas.

Recebido em: 10/01/2015

Aprovado em: 20/04/2016

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, A. O Buen vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. (Org.) Heinrich Böll Stiftung, 2012.
- BRANDENBURG, A. Sociologia do ambiente rural: principais temas e perspectivas. In: Ambiente & Sociedade. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). Campinas, Brasil, 2005.
- CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.
- CIMA, I. C. Cidadania ambiental: percepção e prática acerca do saneamento básico de famílias camponesas de Quilombo/SC. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2016.
- CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J.G. da; STOLCKE, V. (orgs) A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DIEGUES, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2000.
- FAGUNDES, J.; RIBAS, J. O. (Orgs.) Monografia de Porto União. Palmas: Kaygangue, 2002.
- FLORIANI, D. Las ciencias sociales en América Latina: lo permanente y transitorio, preguntas y desafíos de ayer y hoy. Polis, Revista Latinoamericana. Disponível em: <https://polis.revues.org/11149?lang=pt>. Acesso em 22/03/2015.
- HALISKI, A. M. Formação e atualidade histórica de um grupo de agricultores entre Santa Catarina e Paraná: disputas sobre os usos da natureza e ambiente. Tese de Doutorado (Sociologia, UFPR), 2013.
- HALISKI, A. M.; BRANDENBURG, A. Reflexos de um passado recente: elementos de um rural em transformação no território do Contestado. Revista Interface (Porto Nacional), 2015.
- HORT, J. Geografia do município de União da Vitória. União da Vitória: UNIPORTO, 1990.
- IBGE. Histórico dos municípios. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 22/03/2015.
- INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. Educação. Porto Alegre, v. 33, nº1, 2010.
- LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. In: Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, 2002.
- PÁDUA, J.A. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.
- RENK, A. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó, Argos, 2006.
- RENK, A.; DORIGON, C.. Trabalho, juventude rural e mudança social. In: Juventude Rural, Cultura e Mudança Social. (Orgs.) Arlene Renk e Clovis Dorigon. Chapecó: Ed Argos, 2014.
- RIESENBERG, A. A instalação humana no vale do Iguaçu. Coleção Vale do Iguaçu da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória-PR, 1973.
- SACHS, I. Ignacy Sachs: caminhos para o desenvolvimento sustentável. (Org.) Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, nº51, 2003.
- STANISKI, A. Os saberes mateiros das comunidades tradicionais da região Serra das Almas, Paraná: histórias de vida e paisagens. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016.

STRACHULSKI, J. Os saberes ecológicos tradicionais de agricultores da comunidade rural Linha Criciumal e sua relação com a paisagem rural - Cândido de Abreu, PR. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2014.

TONIETTO, M. O sentido da tradição na ruralidade contemporânea. In: Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. (Orgs.) BRANDENBUG, A.; FERREIRA, A. D. D. *et al.* Brasília MDA, 2007.

TONON, E. Ecos do Contestado: rebeldia sertaneja. Palmas: Kaygangue, 2002.

ZORNITTA, L. A percepção dos pescadores atingidos pela Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2015.

WANDERLEY, M. de Nazareth B. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos de Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, out. 1996.

Raízes

v.36, n.1, jan-jun /2016

RESISTÊNCIA CAMPONESA: DUAS ABORDAGENS PARA UM CONCEITO

Daniel Lucas Ribeiro Pontes, Gutemberg Armando Diniz Guerra

RESUMO

Este artigo tem como objetivo comparar, em termos teórico-metodológicos, dois enfoques de análise da resistência camponesa em comunidades rurais. As duas perspectivas aqui analisadas, ora concordantes ora divergentes, foram formuladas por James Scott, que estudou comunidades na Ásia; e por Jean Hébette, que pesquisou na Amazônia oriental brasileira, ambos no último quartel do século XX.

Palavras-chave: resistência camponesa, conflitos; autonomia; subordinação

PEASANT RESISTANCE: TWO APPROACHES TO A CONCEPT

ABSTRACT

This article aims comparing, in methodological and theoretical terms, two ways of analyzing the peasant resistance in rural communities. The two perspectives analyzed here, sometimes agreeing or divergent, were formulated by James Scott, who studied communities in Asia; and by Jean Hébette, who researched on the Oriental Brazilian Amazon, both on the last quarter of the Twentieth Century.

Key words: Peasant resistance, conflicts; autonomy; subordination

Mestrando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável na Universidade Federal do Pará, email: pontesdlr@gmail.com.

Doutor em Socioeconomia do Desenvolvimento pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, França. Professor do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará, e-mail: gguerra@ufpa.br.

1 Este artigo é oriundo da pesquisa em andamento da dissertação de mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (UFPA) intitulada “Resistência camponesa à agroindústria do dendê na comunidade Conceição do Guajará em Bujaru/PA”.

INTRODUÇÃO

Tomando como base debates acerca da resistência camponesa presentes na literatura sociológica (HÉBETTE 2004; HÉBETTE, MAGALHÃES; MANESCHY, 2002; MELO; SILVA 2013; SCOTT 2002, 2013) o artigo pretende analisar o debate entre as teorias sobre resistência camponesa dos autores Jean Hébette e James Scott.

Neste debate teórico, três escalas de acesso à literatura sociológica foram utilizadas para refletir sobre a resistência camponesa: a global, tomando como base James Scott (2002, 2011, 2013); a nacional, referindo-se aos estudos em diversas regiões e tempos históricos no Brasil (FABRINI, 2007; COSTA; ANDRADE 2013; MELO; SILVA 2013) e a regional, baseada na capacidade de organização, luta camponesa e os impactos em comunidades rurais paraenses (HÉBETTE, MAGALHÃES e MANESCHY, 2002; HÉBETTE 2004a).

Este trabalho funda-se na pesquisa bibliográfica e principalmente, nas contribuições de autores brasileiros inspirados em James Scott (2002; 2011; 2013) e textos de Jean Hébette (2002, 2004a e 2004b), pelo fato de se distinguirem na descrição de como este movimento ocorre.

A resistência camponesa analisada neste trabalho pode ser observada sob dois aspectos: o primeiro de forma oculta ou não, percebida a priori, pautado na obra de Scott e a outra forma é a organizada ou em vias de organização através de sindicatos e associações, defendida por um pesquisador belga atuante no Brasil e mais precisamente na Amazônia, durante 30 anos, Jean Hébette.

1. RESISTÊNCIA CAMPONESA DO COTIDIANO

James Scott estudou a resistência camponesa e publicou sobre o assunto, princi-

palmente, duas obras: *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*² (1979) e *Domination and the arts of resistance*³ (1985), sendo os sujeitos pesquisados os agricultores da Ásia (Malásia, Vietnã e Myanmar).

Scott utilizou a metodologia etnográfica, pesquisando no local durante 18 meses. Através destas obras supracitadas é possível traçar os principais temas do trabalho deste autor: resistência camponesa do cotidiano; poder, dominação, discursos ocultos e discursos abertos. Para esta seção do artigo, o foco será a resistência camponesa do cotidiano segundo James Scott.

Para entender as práticas (ou formas) cotidianas de resistência camponesa parte-se da seguinte definição de Scott:

Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (SCOTT, 2002, p. 24).

A definição de resistência camponesa entendida neste trabalho é a elaborada por Scott (2002) “[...] a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros” (p.11).

Scott explicita que para a prática de resistência existir não se faz necessário assumir um caráter de ação coletiva formal: as resistências simbólicas ou ideológicas, como a fofoca, os boatos, os rumores, que são manifestações coletivas, podem ser consideradas e incluídas nesta citação anterior.

2 *A arma dos fracos: formas cotidianas de resistência camponesa*. Tradução livre.

3 Traduzido para o português *A dominação e a arte da resistência* (2013).

A principal diferença entre a resistência cotidiana e outras formas de resistência é percebida quando:

(...) a resistência cotidiana se distingue mais evidentemente de outras formas de resistência é em sua implícita negação de objetivos públicos e simbólicos. Enquanto a política institucionalizada é formal, ostensiva, preocupada com a mudança sistemática e *de jure*, a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos *de facto* imediatos (SCOTT, 2011, p.223).

Esse ganho de fatos imediatos, por exemplo, são as pequenas melhorias que os agricultores de Sedaka⁴ ganharam com o furto de arroz e com o fato de não querer trabalhar (para os donos das terras). Representa, assim, uma forma de protestos contra os desempregos da região de estudo de Scott que ocorreram devido à mecanização do cultivo de arroz.

O trabalho de Marilda de Menezes e Maciel Cover ajuda o entendimento da teoria sobre resistência camponesa de Scott. Menezes e Cover (2015) pesquisaram sobre os trabalhadores de cana-de-açúcar no nordeste brasileiro e analisa como esses sujeitos realizam a resistência.

Menezes e Cover (2015) escreveram sobre a perspectiva de autonomia e de resistência, apoiando-se no debate teórico proposto pelo intelectual inglês. Scott (1976)⁵ propõe o conceito de economia moral para compreender a racionalidade camponesa e estudando o campesinato na Ásia (Baixa Burma [*Myanmar*] e Vietnã) o autor tenta explicar a racionalidade da unidade familiar camponesa através do comportamento econômico, social e político (MENEZES e COVER, 2015, p.57-58).

Menezes e Cover (2015) estudaram os agricultores assalariados da cana-de-açúcar no Nordeste Brasileiro e entrevistaram alguns

que, primeiramente, reclamaram desde pagamentos no canavial e depois realizaram uma greve em plena safra. A origem deste movimento foi espontânea, não havendo mobilizações por sindicatos no início das manifestações, mas posteriormente houve o envolvimento de lideranças e organizações de forma que a negociação foi feita através da Federação dos Empregados Rurais de São Paulo (FERAESP), do Ministério do Trabalho e da Procuradoria do Trabalho.

Os autores consideram o ato de interromper a safra como de resistência e entende que os líderes desse movimento correm risco de serem marcados como arruaceiros e não conseguirem emprego como cortador de cana, pois os empregadores e os “gatos” chamados de “turmeiros”, responsáveis por recrutar os trabalhadores e transportá-los até o alojamento no canavial, estão atentos aos detalhes dessas mobilizações. Eles acabam por identificar e marcar os indivíduos que demonstram maior capacidade crítica e poder de agregação, eliminando-os em processos seletivos posteriores. O caráter espontâneo desse tipo de resistência possui este aspecto de fragilidade, uma vez que não tem nenhuma cobertura legal ou institucional para proteger as lideranças. Esse aspecto pode inibir atos explícitos de resistência. Por outro lado, a cobertura legal é limitada, pois nela fica completamente exposta a liderança, tornando-a previsível e de fácil controle por seus oponentes. Deve-se, entretanto, levar em consideração, que tanto no primeiro como no segundo caso, existem estratégias de blindagem dos principais envolvidos no processo de mobilização e liderança, seja pela manifestação expressa da solidariedade, seja por mecanismos de ocultação dos procedimentos que fazem funcionar a resistência, ou pela construção de uma representatividade que extrapole a corporação, aliando-se a parceiros com capital sociopolítico elevado como

4 Lugar do trabalho de campo de Scott no segundo capítulo do livro *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance* (1979) publicado em português: SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. Revista Brasileira de Ciência Política, nº5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p.217-243.

5 Livro de James Scott “Economia moral camponesa” (1976).

técnicos, universitários, agentes governamentais, políticos, artísticos e religiosos.

No texto de Melo e Silva (2013) a chegada da usina sucroalcooleira no noroeste paulista mudou o território que antes era baseado na produção leiteira e de fruticultura. Os sujeitos estudados nesta pesquisa são os descendentes de imigrantes (italianos, japoneses e espanhóis) e migrantes nacionais que vieram para aquela região por causa do cultivo de café no final do século XIX e início do XX (MELO; SILVA, 2013).

As estratégias de resistência desenvolvidas por esses sítiantes (nome dado aos habitantes dos sítios pelos agregados ou assalariados dos engenhos) são relacionadas à permanência da diversificação produtiva e da comercialização e, de caráter subjetivo, os boatos contra a usina de cana e o desejo de preservar o lazer na região (MELO e SILVA, 2013).

A permanência da diversificação produtiva é uma estratégia de resistência devido ao fato de que “com o passar do tempo, as culturas de subsistência foram perdendo espaço, gradativamente, para as culturas comerciais, sem, no entanto, jamais ter desaparecido por completo” (MELO; SILVA, 2013, p.84). Essa citação demonstra o caráter da segurança e soberania alimentar que os sítiantes tentam manter na região, tanto quanto um aspecto definidor do estilo de vida camponês, qual seja o de administrar uma unidade de produção de alimentos para a sua família, o que lhe dá uma relativa autonomia em relação ao mercado desses produtos.

Uma das contribuições do trabalho de Melo e Silva (2013) trata-se da resistência cotidiana através dos boatos, sendo responsável por impor limites à expansão da agroindústria sucroalcooleira através de estratégias de reprodução do campesinato neste local. Os boatos resultam na indisposição dos sítiantes no processo de arrendamento da terra na microrregião de Jales (Urânia, Santa Salete, Jales,

Santa Albertina e Mesópolis) no estado de São Paulo (MELO e SILVA, 2013).

Em artigo com empiria na região do Médio Mearim no Maranhão, trata-se a respeito da resistência cotidiana contra a instalação de usinas termoelétricas em comunidades em que existem famílias de quebradeiras de coco babaçu. A indignação das famílias se deu por conta da instalação da usina, pois a empresa responsável relatou que haveria a possibilidade de convivência entre o empreendimento e as famílias. Em seguida a empresa propagou o estudo ambiental e concluiu que as famílias deveriam deixar a comunidade devido a possíveis riscos à saúde (COSTA; ANDRADE, 2013).

Nesse estudo realizado no Maranhão nota-se uma multidimensionalidade da resistência que pode ser percebida através de diversos fatores como: sequestros de funcionários da termoelétrica pelos moradores da comunidade e, devido à sensação de humilhação e vergonha que a população sente em relação ao empreendimento na localidade, essas situações acabam ganhando uma dimensão moral da resistência.

Ocorreram greves devido ao impacto ambiental e social da termoelétrica na região do Médio Mearim, fazendo com que “os trabalhadores também adotassem a estratégia de impedir a mobilidade dos veículos da empresa, ações a que chamaram de greve na estrada” (COSTA; ANDRADE, 2013, p.59).

Desde o começo da instalação dessa termoelétrica a convivência entre a empresa e as famílias tornou-se conflituosa:

A própria empresa que, inicialmente, desejava fazer crer que haveria convivência harmoniosa entre suas instalações e a vida das famílias da Demanda⁶, passou a propagar, desde a elaboração de seus estudos de impacto ambiental, a notícia de que seria, inclusive, perigosa a permanência das famílias no local (COSTA; ANDRADE, 2013, p.56).

6 Essa localidade compõe-se de 70 famílias e está localizada na região dos Cocais, no Médio Mearim Maranhense, nos municípios de Santo Antônio dos Lopes e Capinzal do Norte (COSTA e ANDRADE, 2013).

O perigo da permanência das famílias no local está no fato da possibilidade de inalação do gás que o empreendimento exala, causando em algumas pessoas, dor de cabeça e tonturas. Mas anteriormente foi propagado que a termoeletrica seria uma “boa vizinha” e que não teria problemas ambientais para os moradores (através dos estudos de impacto ambiental), no entanto, posteriormente, a empresa ocupou o espaço dos babaçuais (lugar simbólico da comunidade), criando um clima de resistência contra essa agroindústria, culminando na resistência cotidiana e aberta (COSTA e ANDRADE, 2013).

2. RESISTÊNCIA CAMPONESA VIA ORGANIZAÇÃO

Um distintivo da produção intelectual de Jean Hebette é a imersão empírica prolongada por mais de trinta anos de estudos na Amazônia Brasileira, começando pela análise do processo de ocupação iniciado com a construção da Belém Brasília (HÉBETTE e ACEVEDO-MARIN, 2004a, 2004b, 2004c, 2004d), passando pelos estudos em Rondônia (HEBETTE e ACEVEDO-MARIN, 2004e, 2004f) e concentrando-se em pesquisas no Estado do Pará (HEBETTE, 2004). Esta trajetória acadêmica de três décadas do professor Jean Hebette e que se reflete pelo seu deslocamento na geografia amazônica pode ser acompanhada pela coletânea publicada em 2004 (HÉBETTE, 2004b, 2004c).

No trabalho realizado por Jean Hébette (2004), foi relatada a resistência dos posseiros⁷ em área de fronteira no Sudeste Paraense, em particular a resistência dos posseiros ao Programa Grande Carajás. Referente a este tema se destacam os artigos intitulados *Resistência dos Posseiros* (2004b); *A resistência dos posseiros no Grande Carajás* (2004c) e *Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazo-*

nas e Baixo Xingu Paraenses (2009) em parceria com Edna Moreira, que tinham como objetivo analisar o campesinato na Amazônia.

A resistência retratada no texto sobre os posseiros no Sudeste Paraense está associada às lutas pelos direitos de propriedade e contra as violências sofridas no campo, sendo estes dois aspectos sinônimos da própria resistência. A origem desse posicionamento resistente remonta à migração de pequenos agricultores/lavradores, médios e grandes fazendeiros, proprietários e empresas agropecuárias de regiões do nordeste, sudeste e sul do Brasil em direção ao sudeste paraense, incentivados pela concessão de terras pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com a abertura da Rodovia Transamazônica na época da Ditadura Militar no Brasil (HEBÉTTE, 2004a).

Migraram também posseiros que não se submeteram à burocracia do INCRA, mas sofreram violências de proprietários de terras, grileiros e do próprio Estado, conforme demonstra Hébette:

(...) com grau menor e maior de violências e de forma variada, [os grandes proprietários de terras] pressionaram os pequenos: aproveitaram necessidades financeiras dos lavradores (doenças e más safras) para negociarem lotes a vil preço; largavam animais nas roças dos colonos; ameaçavam-nos no INCRA, exibindo títulos falsificados sobre as posses; mandavam policiais para atemorizá-los ou oficial de justiça para os expulsar; contratavam pistoleiros para matar (HEBÉTTE, 2004c, p.192).

Esse clima de violência no campo paraense influenciou os agricultores a buscarem uma solidariedade e uma organização para lutarem por seus direitos não respeitados por órgãos governamentais e por políticos/latifundiários da região. Através desse debate surgiram as Associações que buscavam uma luta diferente do assistencialismo do Sindicalismo

⁷ Neste trabalho posseiro é entendido como aquele que utiliza a terra como moradia e para promover o seu sustento pelo seu trabalho e de sua família (GUERRA, 2013).

Rural do sudeste paraense. Essas associações buscavam a melhoria social dos ameaçados e dos excluídos da terra e esta luta teve como parceria os movimentos religiosos do campo, como o Movimento Eclesial de Base (MEB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

De acordo com Hébette o isolamento social e político tornou-se um problema para muitos agricultores: “O isolamento físico, ou social e, às vezes, o individualismo foram fatais para muitos, que tiveram que se dobrar diante das ameaças e acabaram por abandonar suas posses” (HEBÉTTE, 2004c, p.192).

Hébette (2004c, p. 205) afirma que a resistência coletiva, primeiramente pela força da união, depois através das associações e posteriormente com a mudança das lideranças dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais com a redemocratização do Brasil, é uma resistência necessária para os camponeses excluídos da terra e que lutam por uma Reforma Agrária no país.

No texto *A resistência dos posseiros no Grande Carajás*, Hébette retrata a trajetória de camponeses de duas áreas relativamente próximas – ainda que distintas – do Pará: a primeira de posseiros residentes da PA 150 (atualmente BR-222) que liga o município de Marabá à rodovia Belém-Brasília e a outra é onde se encontram os atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí.

Os posseiros da PA 150 são oriundos de outras áreas e migrações tanto internas ao Pará como de outras regiões do país. Vindos principalmente do nordeste brasileiro, ocuparam desde a PA 150 até a rodovia Transamazônica, mas sofreram pressão social, econômica e militar nas disputas pela terra e novamente habitam região de fronteira na década de 1980.

Os conflitos em torno da ocupação do território na PA 150 apresentam interesses diversos: o camponês presente pretende reproduzir-se no cotidiano de seu trabalho enquanto os grandes proprietários de terras manipulando o aparelho do Estado tentam expulsá-los para especular ainda mais sobre esta terra. A favor do campesinato “tinham a força da união, o conhecimento de cada palmo de terra

e a habilidade desenvolvida no confronto com a natureza” (HÉBETTE, 2004c, p. 205).

Tanto nos atos de resistências na PA 150 quanto no dos expropriados de UHT (Usina Hidrelétrica de Tucuruí) os ‘inimigos’ distintos se apresentam ora como Estado a serviço do capital e não do campesinato, ora os jagunços, pistoleiros ou agentes do latifúndio ocultados ou invisibilizados. Conforme Hébette:

A situação era diferente na PA-150: ali, as agressões eram individuais, localizadas. Envolviam de cada vez um grupo limitado; o inimigo era invisível. Andava solto nas ruas, tinha rosto e apelido. (...) Aqui era bem diferente [atingidos pela UHT]. O inimigo era impessoal, distante, poderoso a julgar pela ambição, pelas máquinas, pelos carros oficiais que traziam os funcionários dos quais alguns vestiam a camisa da função e outros cumpriam apenas obrigações impostas (HÉBETTE, 2004c, p.206).

O inimigo impessoal no segundo caso mencionado é a empresa governamental Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) responsável pela construção da Hidrelétrica. Se era impessoal, era institucionalizado, o que lhe dava uma aura de poder e representatividade legitimada pela insígnia de estatal. De acordo com Hébette (2004c) os camponeses pouca reação tiveram à investida do Estado, e embora tentassem (CASTRO, 1989), não tiveram uma organização capaz de resistir às investidas da ELETROBRAS.

Hébette relaciona o tema fronteira amazônica com o de resistência camponesa, apresentando a complexidade para estudar a resistência em uma região de fronteira, porque contém inúmeros conflitos e interesses. No caso dos agricultores estudados na PA-150 recebem apoio de religiosos (HEBETTE, 2004c, p. 205) e da Igreja Católica para continuar a luta pela terra (PEIXOTO, 1990; 1991).

Para entender o conceito de fronteira debatido por Hébette, recorre-se a Martins (1997). Este autor apresenta duas formas de expansão da fronteira: a frente de expan-

são e a frente pioneira. A primeira está relacionada ao grande capital que compra terras para transformar o território em ganho capitalista, como os Grandes Projetos da Amazônia, a exemplo do Programa Grande Carajás (PGC). A segunda caracteriza-se por ser incentivada pelo Estado, sendo os pioneiros que abrem áreas não exploradas economicamente para entrar no sistema capitalista, a exemplo da Amazônia que é a maior fronteira do país (MARTINS, 1997). Portanto:

[..] o avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão e a conflitiva coexistência de ambas é mais do que contraposição de distintas modalidades de ocupação do território. Ao coexistirem ambas na *situação de fronteira*, dão aos conflitos que ali se travam - entre grandes proprietários de terra e camponeses e entre civilizados, sobretudo grandes proprietários, e índios - a dimensão de conflitos por distintos projetos históricos ou, ao menos, por distintas versões e possibilidades dos projetos históricos que possam existir na mediação da referida situação de fronteira. Essa situação de fronteira é um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociológica porque encerra maior riqueza de possibilidades históricas do que outras situações sociais. Em grande parte porque, mais do que o confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, agrega a esse conflito também o conflito entre historicidades desencontradas (MARTINS, 1997, p.155).

A citação anterior deixa claro o momento de conflito entre a situação de fronteira, muitas vezes ocorrendo embate entre modos de vida diferenciados, como o capitalista e o não capitalista. Sobre isso, o pesquisador Hébette que estudou a situação de fronteira no sudeste paraense, mostra a relação conflituosa e de resistência na fronteira da Amazônia (2004a).

Em *a Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu Paraenses* (2009), Hébette e Moreira analisam a transformação ocorrida por camponeses na região do Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraense, abordando a luta dessa população para a conquista da Reserva Extrativista Verde Para Sempre, no município de Porto de Moz. Essa luta foi denominada de metamorfose do campesinato⁸.

Dois períodos históricos foram determinantes para consolidar essa metamorfose. O primeiro decorrente do início do século XVIII após a Revolução Cabana⁹ em que vários fugitivos da cidade de Belém e região foram ao município de Porto de Moz após estarem sendo procurados pela polícia por participarem desta revolução. Antes esse município era habitado majoritariamente por etnias indígenas.

O segundo período, já no século XX e início do XXI, grandes madeireiras foram explorar a região deixando a população receosa com os novos empreendimentos de exploração da natureza. Através do estudo da Teologia da Libertação, realizado por teólogos e padres em parceria com lideranças sociais locais, estes participaram de movimentos sociais nacionais e foram responsáveis junto com a população local em formar uma consciência política, resistir ao grande capital e, conseqüentemente, expulsar as madeireiras, formando posteriormente a Reserva Extrativista Verde Para Sempre.

A luta e a resistência camponesa são retratadas neste no texto:

[..] Trata-se de uma luta camponesa típica da Amazônia moderna, por razões ecológicas e históricas, cuja referência simbólica foram os embates dos seringueiros do Acre. Uma luta cujas armas foram e são a vontade de autonomia e a organização coletiva camponesa. A originalidade de Porto de Moz consiste no fato de a resistência não ter sido de um só grupo profissional - os seringueiros -, mas de uma diversidade de produto-

8 Entendido como “uma mudança vivida pelos camponeses em seu cotidiano, expressa na mudança multiforme de autodeterminações identitárias. (...) ‘negro’, ‘crioulo’, ‘escravo’ ou ‘neto(a) de escravo(a)’ de ‘descendentes de quilombos’, de ‘trabalhadores da seringa’ ou ‘da roça’, de ‘castanheiro’, de ‘morador da beira do rio’, de ‘criador da várzea’, de ‘vaqueiro’, de ‘romero’ e de ‘piloto’”, que compõem a linguagem de nossos interlocutores (MOREIRA e HÉBETE, 2009, p.187-188).

9 Movimento de caráter popular e camponês que ocorreu entre 1835 e 1837 no Estado do Pará.

res e de organizações rurais unidas, no ponto de partida, pelo pertencimento comunitário e identitário à Igreja católica, na linha da Teologia da Libertação e, posteriormente, identificados por referências seculares a suas próprias organizações (MOREIRA e HÉBETTE, 2009, p. 205).

As semelhanças da abordagem de Jean Hebette com os estudos de Scott são encontradas na solidariedade entre os grupos de resistência, trazendo para a luta um caráter de coesão do movimento, de racionalidade e de moral camponesa. Tais apontamentos permitem diferenciá-las do Estado e das lógicas empresariais que invadem o território consolidado do campesinato.

As principais diferenças estão relacionadas à resistência passiva que Scott chama de resistência cotidiana devido a esta última conceituação levar em consideração as lutas ocultas dos camponeses para não sofrerem represália dos considerados dominantes. Os boatos e as fofocas são fundamentais para demonstrar insatisfação e vergonha por grandes projetos em comunidades rurais. Outro elemento é a representatividade do líder de um movimento de resistência que para Scott não precisa ser exposto por uma pessoa que assuma este papel, mas por um conjunto de pessoas que organizem a ação.

As contribuições de Hébette (2004a) tornam-se relevantes para este estudo na medida em que se considera seu campo empírico (a Amazônia). Scott (2002), ainda que tenha estudado comunidades rurais localizadas na Ásia (especificamente na Malásia), apresenta contribuições para o estudo aqui realizado, devido à preocupação em conceituar a resistência camponesa e aprofundar-se nas estratégias de luta no cotidiano. Para tanto, faz-se necessário selecionar as informações apresentadas pelos autores a fim de que esta pesquisa possa apresentar uma realidade diferente e significativa.

3. A RELAÇÃO ENTRE AS RESISTÊNCIAS

Em comparação realizada entre as duas formas de resistências estudadas neste traba-

lho, apresenta-se o Quadro 1 para mostrar as principais características de ambas:

QUADRO 1 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA DO COTIDIANO E RESISTÊNCIA CAMPONESA VIA ORGANIZAÇÃO

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS RESISTÊNCIAS	
Resistência camponesa cotidiana	Resistência camponesa via organização
Expressa-se por indivíduos ou grupos sem organização formal.	Expressa-se via organizações representativas da categoria.
Enfrenta situações conjunturais e nelas se esgota.	Pretende uma mudança político-social estrutural.
É baseada em discursos ocultos, fofocas e boatos sem autores identificados.	Envolve diversos participantes, tanto do meio rural como do meio urbano e se expressa em discursos de representantes legitimados.
A mobilização é espontânea e não se expõem os líderes, indivíduos ou grupos responsáveis pela mobilização.	A mobilização ocorre a partir da influência das Igrejas, principalmente cristãs, Associações de moradores e Sindicatos Rurais.
Acontece com o intuito de ganhos imediatos.	Tem uma perspectiva institucionalizada e de longo prazo.

Fonte: Pesquisa bibliográfica.

Demonstrando as características tornam-se evidentes as diferenças entre as resistências. Percebe-se a pertinência de estudar esse conceito de forma objetiva e organizada, visto que podem ser agregadas inúmeras características a ele. O quadro acima pode servir para o pesquisador guiar-se na pesquisa de campo e identificar que tipo de resistência está observando.

Reconhece-se que essas formas de expressão de resistências não são as únicas, sendo muitas vezes encontradas na prática associadas em comunidades rurais, devido ao objetivo, dominação e o tipo de luta camponesa.

Para facilitar o entendimento das propostas de análise do termo resistência, faz-se necessário demonstrar, através do Quadro 2, as principais reflexões a respeito do conceito de resistência. Scott propõe o conceito de resistência camponesa cotidiana e resistência camponesa (ou micro-resistência). Hébette não apresenta conceitos para resistência,

mas tenta contextualiza-la com outros agentes e contextos tais como movimentos sociais e fronteira.

QUADRO 2-REFLEXÕES A RESPEITO DE RESISTÊNCIA

SCOTT	HÉBETTE
[...] a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os alugueis e os lucros (SCOTT, 2002, p. 11).	São obviamente as situações concretas de fronteira que determinam o posseiro a lutar. É a forma particularmente violenta e tangível assumida pela opressão que força o camponês a reagir. É decisivamente, como já foi mencionado, o aspecto fatal do confronto e da rígida alternativa que este confronto envolve: ou finca o pé ou abdica de vez de seu meio de vida e de sua profissão de lavrador e se proletariza (HÉBETTE, 2004c, p.212).
Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (SCOTT, 2002, p. 24).	Particularmente no caso dos posseiros da PA-150, o processo tem tido início com reações espontâneas, individuais e muito limitadas. Não é a simples repetição dos atos de defesa que a transformaram numa resistência e um amadurecimento coletivo que levou do nível da defesa pessoal ou grupal ao nível político com certo grau de luta de classe. Isso resultou da própria <i>práxis</i> dos posseiros, pois é o próprio confronto direto com latifúndios, grileiros e empresas que lhes tem permitido identificar os seus verdadeiros opressores: o capital e o Estado. Identificar no sentido mais amplo da palavras: reconhecer-los, aponta-los, discernir seus traços distintivos, enfim conhecê-los (HÉBETTE, 2004c, p.213).
(...) as armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos de poder: relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem e assim por diante. (...) Elas exigem pouca ou nenhuma coordenação; representam uma forma de autoajuda individual; e tipicamente evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas da elite (SCOTT, 2011, p.219).	A resistência tem também levado os camponeses a sair do “isolamento” que lhes é frequentemente atribuído; primeiro pelo conhecimento de situações análogas nas mais diversas partes do país; segundo, por um início da articulação de sua luta com a de outros oprimidos. A descoberta de problemas idênticos aos seus tem sido importante para a sua mobilização. É a partir de um encontro sobre pastoral das barragens que se identifica a resistência dos apropriados... A participação em reuniões regionais ou nacionais, a circulação de um número impressionante de pequenos jornais de associações locais, de panfletos, de documentos de denúncias, os relatos espontaneamente transmitidos na ocasião de deslocamentos; tudo isso tem contribuído para conscientizar os camponeses de que a sua opressão fazia parte de uma pressão maior, que o rosto do inimigo local representava apenas uma das inúmeras testas de um inimigo mais amplo. A luta deu oportunidade ainda a um início de articulação das lutas em nível nacional. Mas trata-se aqui de um processo muito mais lento, cujo avanço depende de um nível de organização mais desenvolvido (HÉBETTE, 2004c, p. 214).

Fonte: Pesquisa bibliográfica.

As citações acima demonstram a preocupação desses pesquisadores com o tema, sendo esse conceito associado a outros, como dominação (Scott) e movimentos sociais e fronteira (Hébette).

Scott, devido o olhar antropológico, observa com ênfase o caráter do cotidiano da resistência levando em consideração o espaço agrário do campo de pesquisa. No Sudeste Asiático os camponeses não cultivam o arroz em larga escala em sua propriedade, pois dependem do arrendamento da terra, por isso, não podem resistir de forma aberta ao arrendatário (proprietário da terra). Deste modo, ficam sujeitos aos riscos de perder o acesso eminente à terra.

Há diferenças nas duas citações apresentadas por Scott. A primeira conceitua resistência camponesa do cotidiano e a segunda conceitua apenas a resistência camponesa. Tanto na primeira quanto na segunda fica evidente a luta de classes antagônicas entre os donos da terra (proprietários) e o explorado (camponês), como pode ser evidenciada no trecho a seguir: “qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (...) cobradas à essa classe por classes superiores” (SCOTT, 2002, p. 24).

Em Hébette o conceito de resistência é associado com o de fronteira. Por isso, na primeira citação é dito que a resistência e o conflito acontecem na situação da fronteira. Para o autor, o conceito de resistência está no âmbito da luta, na terra, por melhores condições de vida: “ou finca o pé ou abdica de vez de seu meio de vida e de sua profissão de lavrador e se proletariza” (2004, p.212).

Na segunda citação, Hébette retoma a ideia da prática (*práxis*) associada à resistência, ou seja, o camponês, através da luta coletiva, reconhece e confronta o inimigo para permanecer na propriedade rural. Já a terceira citação apresenta de que maneira as outras instituições contribuem para que a resistência camponesa tenha efeitos nos casos estudados por este autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização das abordagens de James Scott e Jean Hébette sobre resistência camponesa pode ser utilizada na metodologia etnográfica em trabalhos de campo de pesquisadores interessados no tema.

Torna-se necessário contextualizar as situações específicas no trabalho de Scott e Hébette. Os agricultores asiáticos estudados por James Scott sofrem de uma relação de dominação tanto com respeito a terra quanto ao trabalho. Por isso não podem demonstrar insatisfações abertas aos fazendeiros sobre a mecanização agrícola do cultivo de arroz e as consequências da perda do emprego. Já no caso dos agricultores da Amazônia a forma mais adequada de conseguir mudar a realidade da violência e o descaso das autoridades são as mobilizações e as parcerias no campo institucional para ter uma maior visibilidade do problema local. Ademais, esse processo de resistência ocorre paralelo ao processo de democratização do país, em que categorias excluídas por força da modernização da agricultura brasileira, perderam suas terras e tem conseguido, por ação dos movimentos sociais, resistir e/ou re-integrar-se em áreas como a Amazônia.

O debate sobre resistência camponesa é atual devido ao prosseguimento dos grandes projetos no Brasil e regionalmente na Amazônia, como as monoculturas das agroindústrias do dendê, da soja, da cana e as Hidrelétricas, provocando conflitos ambientais e reações de comunidades rurais, como as resistências camponesas.

A formalização da resistência camponesa expressamente analisada por Hébette se materializa em sujeitos coletivos como os sindicatos de trabalhadores rurais, associações de produtores, cooperativas e pelo apoio de entidades como a Igreja Católica e seus militantes configurados e associados pela Teologia da Libertação expressos pela Comissão Pastoral da Terra, ou ainda pela Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos. O Programa do Centro Agroambiental do Tocantins, liderado pelo professor Jean Hébette, assumiu o aspecto formal da Fundação Agrária do Tocantins Ara-

guaia, a FATA, atuando em apoio a projetos produtivos e políticos dos camponeses organizados em sindicatos dos municípios de Itupiranga, Jacundá, Marabá e São João do Araguaia, demonstrando o apoio da Universidade Federal do Pará ao movimento de resistência camponesa no Sudeste Paraense.

Recebido em: 27/02/2016

Aprovado em: 11/05/2016

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, E. M. R. de. Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidade. CASTRO, E. M. R. de; HÉBETTE, Jean (Orgs.). *Na trilha dos grandes projetos. Modernização e conflito na Amazônia*. Belém, NAEA/UFPA, 1989. 41-70.

COSTA, Benedita C. F; ANDRADE, Maristela de P. Briga com poderosos: Resistência camponesa contra grandes projetos no Maranhão. *Raízes*, v.33, n.2, jul-dez/2013.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. *O Posseiro da fronteira: Campesinato e sindicalismo no sudeste paraense*. Belém, editora Paka-Tatu, 2. ed., 2013.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004a. vol. I, II, III e IV.

HÉBETTE, Jean. A resistência dos posseiros. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004b. vol. II, p. 191-196.

HÉBETTE, Jean. A resistência dos posseiros no Grande Carajás. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004c. vol. III, p. 203-220.

HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. A ligação rodoviária Norte-Sul: sonhos e realidade. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004a. vol. I, p. 35-39.

HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. Reflexões sobre a colonização em

- torno da rodovia Belém-Brasília. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004b. vol. I, p. 41-73.
- HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. O impacto da Belém-Brasília e o desenvolvimento do baixo terciário nas zonas urbanas da rodovia. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004c. vol. I, p. 89-106.
- HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. Mobilidade do trabalho e fronteira amazônica: a Belém-Brasília. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004d. vol. I, p. 107-152.
- HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. Estado e reprodução da estrutura social na fronteira: Ariquemes em Rondônia. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004e. vol. I, p. 245-310.
- HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. État et appropriation sociale de l'espace dans le front pionnier amazonien: Colonisation à Ariquemes, Rondônia/Brésil. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004f. vol. I, p. 311-329.
- HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia B.; MANESCHY, Maria. C. *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém, EDUFPA, 2002.
- HÉBETTE, J.; MOREIRA E. S. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraenses. In: GODOI, E.; MENEZES, M.; ACEVEDO MARIN, R. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do trabalho*. São Paulo: Editora contexto, 2ª edição. 1997. p.131-179.
- MELO, Beatriz Medeiros de; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Expansão canavieira e resistência sitiante. *Raízes*, v.33, n.2, jul./dez. 2013.
- MENEZES, Marilda Aparecida de; NASCIMENTO, Celso Gestermeier do. Práticas cotidianas de resistência: Diálogos de pesquisa com a obra de James Scott. *Raízes*, v.33, n.2, jul./dez. 2013.
- MENEZES, Marilda A. de; COVER, Maciel. Trabalhadores migrantes nos canaviais do Estado de São Paulo: formas de resistências e movimentos espontâneos. In: RIELLA, Alberto; MASCHERONI, Paola (Orgs.). *Asalarios Rurales en América Latina*. Montevideo: CLACSO, 2015.
- PEIXOTO, Rodrigo Correa Diniz. *Igreja e camponeses na Fronteira do Araguaia Tocantins*. Belém: 1990. 216 p. (Tese. Mestrado. UFPA/NAEA/PLADES).
- PEIXOTO, Rodrigo Correa Diniz. Problemas atuais da ação da Igreja na Região do Araguaia Tocantins. In: ANPOCS/IAF: Brasil Norte Nordeste. Rio de Janeiro: EBAL, 1991. 115 - 140.
- SCOTT, James. *The moral economy of the peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia*. New Haven: Yale University, 1976.
- SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.
- SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p.217-243.
- SCOTT, James. *A dominação e a arte da resistência*. Lisboa: Livraria Terra Livre, 2013.

IMPACTOS DO PRONAF SOBRE A QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIADOS: UMA REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA PUBLICADA DE 2006 A 2013 SOBRE O TEMA NO BRASIL

Maria José Carneiro, Juliano Luis Palm

RESUMO

Esse artigo apresenta os resultados de uma revisão da bibliografia publicada em periódicos brasileiros de 2006 a 2013 sobre os impactos do PRONAF sobre a qualidade de vida de seus beneficiados. A referida revisão se inscreve na metodologia denominada de *Avaliação de Políticas Públicas Baseada em Evidências* que prevê o acesso dos gestores públicos a resultados de pesquisas acadêmicas, de maneira a oferecer subsídios para eventuais revisão e reformulação de políticas públicas. Constatou-se que a literatura revisada (29 artigos) centrou-se na análise das dimensões produtivas do PRONAF, apresentando fragilidades teóricas na concepção de *qualidade de vida*.

Palavras-chave: Revisão Sistemática; PRONAF; Qualidade de Vida, Política Pública, Agricultura Familiar

PRONAF IMPACTCS ON ITS BENEFICIARIES LIFE QUALITY: A REVIEW ON LITERATURE PUBLISHED FROM 1997 UNTIL 2013 ON THAT THEME IN BRAZIL

ABSTRACT

This article presents the results of a review of the literature published in Brazilian journals (1997-2013) on the impact of PRONAF in improving the quality of life of its beneficiaries. The referred systematic review is part of a methodology denominated of Evidence-Based Policy Evaluation which supposes the access of Public Managers to the results of academic research, in order to provide data for eventual review and policy reformulation. It was found that the reviewed literature (29 articles), focused on the productive dimension of PRONAF, presenting theoretical weaknesses in the conception of quality of life.

Key words: Systematic review; Public Policy; Quality of Life; PRONAF; Family Agriculture

Professora Titular do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ. Doutora em Antropologia Social;. E-mail: mjtcarneiro@gmail.com.

Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). E-mail: julianoluispalm@gmail.com.

INTRODUÇÃO: POLÍTICA BASEADA EM EVIDÊNCIA

O presente artigo é resultado de uma consulta a gestores do MDA (2013) no contexto de uma pesquisa¹ que tinha como objetivo principal investigar como se dava o recurso ao conhecimento científico durante o processo de formulação de políticas. Visava também testar a viabilidade, para o contexto brasileiro, da abordagem da “Política Baseada em Evidências” (PBE) que traça um conjunto de procedimentos e mecanismos visando facilitar o acesso dos gestores ao conhecimento científico disponível nos acervos acadêmicos. Essa abordagem, inicialmente aplicada à área da saúde, conhecida como *Evidence Based Medicine* (EBM), apesar de ter sido inaugurada já nos anos 1940, foi mais amplamente desenvolvida e operacionalizada na década de 1990 a partir da criação, pelo governo britânico, de um centro de pesquisa com o objetivo de elaborar revisões sistemáticas da bibliografia de maneira a facilitar a avaliação dos procedimentos médicos.² Desde de então a abordagem da Política Baseada em Evidências se propagou para outras áreas estimulando a criação de centros e redes de pesquisadores dedicados a elaborar revisões sistemáticas e meta-análises em diferentes temas, tornando-se um instrumento importante de governança de alguns países (África do Sul, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Estados Unidos, Brasil entre outros). Essa metodologia foi desenvolvida visando promover o uso, o mais criterioso possível, dos conhecimentos disponíveis para dar subsídios científicos aos tomadores de decisões. Sustentava que a eficácia das políticas públicas (e das práticas de certos profissionais) poderia aumentar caso essas fossem baseadas em evidências científicas. No Brasil, a PBE é

pouco conhecida ou disseminada na área pública, cabendo destacar a iniciativa do Ministério da Saúde que criou, em parceria com a CAPES, o portal “Saúde Baseada em Evidências”.³ Contudo, a inexistência desses mecanismos nos demais ministérios não quer dizer que não se recorra, de alguma forma, ao conhecimento de especialistas para se informar sobre algum tema ou questão de interesse da política pública. Identificar as formas de acesso a esse conhecimento foi um dos objetivos da pesquisa referida acima (Cf. CARNEIRO *et al.*, 2014 e DELATIN *et al.*, 2015)

Outro objetivo consistiu em identificar alguma lacuna de conhecimento, por parte dos gestores, que pudesse ser preenchida com a produção acadêmica disponível, publicada em periódicos brasileiros. Visava-se assim, realizar uma revisão sistemática da bibliografia sobre a questão, nos moldes da PBE, que respondesse a lacuna de conhecimento identificada pelos gestores.

A revisão sistemática da bibliografia é um dos instrumentos previstos pela abordagem das Políticas Baseadas em Evidências (PBE). Seu objetivo é levantar, sintetizar e disponibilizar (aos gestores públicos) um amplo leque de conteúdo bibliográfico sobre uma questão previamente definida, de maneira a prover os gestores de evidências validadas cientificamente para subsidiar suas decisões. Nesse artigo apresentaremos uma revisão sistemática da literatura acadêmica sobre uma dimensão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, que iremos especificar abaixo, com o objetivo de oferecer subsídios a uma questão levantada por alguns gestores do MDA.

A revisão sistemática difere da revisão tradicional da literatura realizada nos meios acadêmicos porque ela se pretende mais ampla e robusta, não guiada pela orientação teórica do autor ou por outro viés qualquer.

1 *A comunicação entre ciência e políticas públicas: o uso da metodologia baseada em evidências na interface biodiversidade-agricultura familiar*, coordenada por Maria José Carneiro, financiada pelo CNPq.

2 <http://www.medicine.ox.ac.uk/bandolier/painres/download/whatis/ebm.pdf>; www.cochrane.org; www.cebm.net

3 <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/periodicos>

Idealmente, ela deve cobrir toda a literatura relevante sobre a questão-guia, mesmo a não publicada ou disponível em veículos não acadêmicos. Além disso, de acordo com os parâmetros da PBE, a revisão sistemática deve ser acompanhada de uma meta-análise elaborada com critérios estatísticos com o objetivo de oferecer um quadro síntese que avalie a qualidade dos estudos que integram o levantamento em relação à questão previamente colocada⁴. No entanto, esse trabalho, nesses moldes, demanda uma ampla equipe de pesquisadores qualificados para executá-lo. Devido os limites quantitativos e qualitativos de nossa equipe, decidiu-se não elaborar uma meta-análise e limitar o universo de busca aos artigos publicados em periódicos brasileiros registrados e avaliados pelo sistema QUALIS da CAPES.

O fato de insistirmos na elaboração de uma revisão sistemática não impede que tenhamos críticas à abordagem da PBE. Sem desenvolver, no momento, todas as críticas a essa abordagem, destacamos apenas o seu conteúdo tecnocrata sustentado na instrumentalização direta da ciência (tida como expressão dos “fatos” e isenta de valores) no processo de decisão política, como se uma “boa política” dependesse primordialmente da capacidade individual dos *policymakers* em acessar e aplicar, de maneira mais eficaz, o conhecimento disponível. Contudo, algumas questões permanecem mas não serão desenvolvidas no presente artigo: Que tipo de contribuição a produção acadêmica pode oferecer à política pública? Quais são os seus limites e suas possibilidades? Até que ponto essa contribuição pode se limitar aos trabalhos acadêmicos disponíveis ou existem outras formas mais eficazes de viabilizá-la?

Nesse sentido, o que apresentamos aqui não pode ser entendido como única possibilidade de contribuição da ciência à política pública. Partimos da ideia de que ciência e política pública tem uma história de diálogos e re-

ferências compartilhadas de maneira que seria impossível pensarmos na existência de um abismo entre ambas, o que fica evidenciado na revisão sistemática que ora apresentamos. Nossa proposta é apresentar os resultados de um mapeamento bibliográfico com base em alguns critérios definidos previamente, de maneira a verificar como a academia responde (e se responde) a uma questão de interesse de certos gestores do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, assim, identificar possíveis lacunas nas agendas de pesquisa acadêmicas.

1. PROCEDIMENTOS

O primeiro passo para a elaboração de uma revisão sistemática criteriosa é a formulação de uma questão que deve orientar a busca bibliográfica. Com esse objetivo foi realizado um grupo focal com a participação de seis gestores do MDA⁵, quando se chegou à seguinte questão: *Até que ponto as políticas desenvolvidas pelo MDA alcançam o objetivo de melhoria da qualidade de vida dos seus beneficiários?* Dada a necessidade de restringirmos a pesquisa a uma política apenas, optou-se por investir na análise da bibliografia sobre o Pronaf imaginando que, por se tratar de uma política mais antiga e consolidada, a produção bibliográfica deveria ser mais rica oferecendo maior quantidade de material para a análise. Contudo, adiantamos que encontramos muito poucos artigos que, de alguma forma, trouxessem elementos que permitissem responder a questão levantada.

O período coberto pelo nosso levantamento bibliográfico levou em conta a existência de um trabalho anterior que já havia mapeado, de forma bastante abrangente, a produção acadêmica sobre o Pronaf nos seus dez primeiros anos de vida (MATTEI, 2006). Assim decidimos delimitar a nossa busca a artigos publicados entre 2006 e 2013 (ano em que foi feito o levantamento).

4 Cf. <http://www.cebc.bangor.ac.uk/terminology.php#Meta-analysis>. Acessado em 30 de junho de 2014.

5 Foi realizado também, com o mesmo objetivo, um grupo focal com gestores do MMA, mas como esclarecemos anteriormente a revisão sistemática relativa a essa questão não foi trabalhada para este relatório.

O mapeamento realizado por Mattei incluiu “acervos bibliográficos disponíveis na Internet, consultas às bibliotecas de universidades e coleta de trabalhos em anais de congressos científicos que tratam da temática do desenvolvimento rural e das políticas públicas” (MATTEI, 2006, p. 17). Incluiu também consulta ao portal de periódicos e banco de teses da CAPES além de sítios de associações científicas de Economia e de Sociologia, contatos com instituições de pesquisa rural e organizações não governamentais. Outros trabalhos que “não possuíam o mesmo rigor científico” também foram analisados assim como relatórios de pesquisas que mesmo não tendo sido publicados, encontravam-se disponíveis e circulavam entre os agentes de desenvolvimento rural. Enfim, foi um extenso trabalho de pesquisa que levantou um vasto e diversificado material.

Como dissemos, no nosso caso, recorreremos a outra metodologia de busca. Após definido o período a ser coberto pelo levantamento, partiu-se para a escolha das áreas disciplinares a serem contempladas pela busca no sistema WebQualis da CAPES. Decidiu-se, dada a formação da equipe, pelas áreas de Antropologia, Economia, Geografia e Sociologia. A intenção inicial era incluir também a área de Agronomia mas, após uma primeira abordagem nos periódicos dessa área, decidimos excluí-la devido o caráter predominantemente técnico dos artigos, em contraste com a dimensão sociológica da pesquisa. Com o objetivo de incluir o discurso científico em um campo estritamente acadêmico e melhor qualificado, restringiu-se o universo de busca aos periódicos classificados entre A1 e B3.

SELEÇÃO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E ARTIGOS

A primeira etapa consistiu em consultar o Sistema Integrado CAPES (Webqualis)⁶ para identificar os periódicos brasileiros das áreas disciplinares e classificações delimitadas,

para a seguir partir para a seleção daqueles cuja linha editorial apontasse para uma aproximação com o tema em estudo. Foram selecionados ao todo 229 periódicos entre os 571 listados. Partiu-se então para a seleção dos artigos a serem objeto de análise.

A seleção dos artigos foi realizada através dos mecanismos de busca nos portais dos periódicos a partir da palavra-chave “Pronaf”. Caso o periódico não apresentasse a ferramenta de busca por assunto, partia-se para buscas na base de dados *Scielo*. Normalmente os sistemas listavam os artigos onde o termo procurado aparecesse no título, no resumo ou nas palavras-chave, mas em alguns casos eram listados também os artigos que tivessem o termo no texto. Foram encontrados 60 (sessenta) artigos que acabaram reduzidos em 26, após a leitura dos resumos, que visou identificar a afinidade com a questão proposta pelos gestores. Procedeu-se então a leitura dos artigos orientada por uma ficha de leitura que sistematizava os dados e informações relevantes para a pesquisa. Posteriormente verificou-se a necessidade de ampliar o universo de busca, visando restringir a margem de erro sobre artigos não selecionados e que pudessem ser pertinentes para a pesquisa. Procedeu-se, então, a uma nova busca, agora combinando palavras chaves que não haviam sido selecionadas anteriormente e que estavam relacionadas a algumas das linhas do Pronaf, tais como: Gênero + crédito + rural; Mulher + crédito + rural; Juventude + crédito + rural; Jovem + crédito + rural; Agroecologia + familiar + crédito

Esse levantamento identificou 38 artigos. Contudo, desses foram selecionados apenas três após a leitura dos resumos. Em síntese, dos 98 artigos resultantes das duas etapas do levantamento resultaram 29 artigos (anexo 1) que constituíram o nosso universo de pesquisa.

Houve casos em que um mesmo periódico estava listado em mais de uma área, assim como casos em que o mesmo artigo havia si-

6 <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>

do publicado em mais de um periódico. Também ocorreram registros de um mesmo artigo ter aparecido como resultado de buscas feitas com palavras-chave distintas. Nessas circunstâncias, tanto o periódico que se repetiu, como os artigos que apareceram mais de uma vez, foram contabilizados apenas uma vez.

2. REVISÃO SISTEMÁTICA DA BIBLIOGRAFIA

2.1 CONTEXTO

O Ministério do Desenvolvimento Agrário entende que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar “facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo”⁷. Desde sua criação, em 1996, até hoje, apesar das inúmeras modificações que sofreu durante esse período, o Programa está voltado para: 1) fortalecer a capacidade produtiva dos agricultores familiares, 2) contribuir para a elevação de renda monetária deste público e 3) melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (SCHNEIDER, MATTEI, CAZELLA, 2004).

Todavia se, em relação aos dois primeiros objetivos, foram desenvolvidos índices de avaliação, o mesmo não aconteceu no que se refere ao terceiro objetivo do Programa. Não é por outro motivo que os gestores públicos entrevistados no âmbito desta pesquisa identificaram lacunas de conhecimento justamente no que se refere ao impacto do Programa na melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários. Mas a questão permanece com os pesquisadores: a que parâmetros recorrer para avaliar este fator? Como tem sido trabalhada essa questão pelos pesquisadores? Para onde aponta a literatura no tocante aos critérios de definição e avaliação de “qualidade de vida”? Quais as evidências acionadas para de-

monstrar o impacto do Pronaf na qualidade de vida dos agricultores familiares?

2.2 QUESTÕES EM DEBATE

Seguindo os critérios descritos na sessão anterior, foram selecionados para esta análise vinte e nove artigos entre os quais observa-se uma concentração de estudos sobre a região Sul (ver anexo 2) o que acompanha a concentração de recursos e de contratos do Pronaf nessa região, como revelaram alguns artigos (12/29). Do conjunto dos artigos considerados, destacam-se nove que, de alguma maneira, tecem considerações acerca da relação entre o acesso ao Pronaf e variações na qualidade de vida dos agricultores, aos quais se dará ênfase na análise.

Dentre os outros vinte artigos observamos que algumas pesquisas não se propuseram a analisar especificamente o Pronaf, sendo este apenas citado como uma das políticas públicas para os agricultores familiares em um conjunto de políticas e de processos de desenvolvimento rural mais amplo, mesmo que recorrentemente ressaltem a importância do Programa. A exemplo dos trabalhos realizados por: Mattei e Triches (2009), Ferreira e Schwartz (2008), Ferrante, Duval e Gêmero (2011), Carvalho (2013).

No conjunto dos artigos analisados observamos serem recorrentes algumas discussões. Em um amplo conjunto de trabalhos está presente o debate acerca da distribuição regional do Programa, a exemplo de Bastos (2006), Silva et al (2008), Azevedo e Pessoa (2011), Souza et al. (2013) e Hespanhol e Saron (2012). Estes trabalhos consideram que o Pronaf estaria contribuindo no desequilíbrio regional do país, ao manter uma concentração na região Sul, ainda que observem uma suavização desta disparidade regional, ao longo do tempo.

Diversos artigos também salientam que este desequilíbrio é notado em relação às condições socioeconômicas e ao nível tecnológico dos agricultores que acessam o Programa.

7 <http://www.mda.gov.br/portalmda/nossos-programas/pronaf> (acesso em: 14/05/2014).

Observam que a maioria dos agricultores que acessam o Pronaf, está entre aqueles com melhores condições socioeconômicas e tecnológicas, em detrimento dos segmentos mais frágeis da agricultura familiar. Esta questão é desenvolvida por Magalhães et al. (2006), Silva et al (2008), Silva e Sousa (2012), Teixeira e Nagabe (2010), Hespanhol e Saron (2012), Souza et al. (2013), Azevedo e Pessoa (2011), Garcia et al. (2008), Junqueira e Lima (2008) e Anjos et al (2009).

Outro debate ocorre entorno dos diferentes arranjos produtivos que o Pronaf estaria fortalecendo (SCHNEIDER e GAZZOLA, 2013; SANTOS *et al.*, 2012; SILVA e SOUSA, 2012; HESPANHOL e SARON, 2012 e SILVA e SOUSA, 2012). Em seu conjunto, estes trabalhos argumentam que o Pronaf estaria contribuindo para o aumento dos processos de especialização produtiva das unidades familiares vinculadas a cadeias agroindustriais, o que, para alguns autores, comprometeria a sustentabilidade ambiental e econômica dessas unidades. Todavia, atribuem também ao Programa um papel na dinamização de processos de diversificação econômica das atividades produtivas voltadas para o consumo das famílias, como as pequenas criações e cultivos de alimentos básicos.

A necessidade de se avaliar o Pronaf em relação a outras políticas públicas, a exemplo da qualidade dos serviços de assistência técnica e extensão, é abordada por Anjos et al. (2009) e por Hespanhol e Saron (2012) que tomam como referência o conjunto de políticas que, associadas ao Programa, poderiam levar a melhorias infraestruturais ao território.

A burocratização no processo de operacionalização do Pronaf a nível local, apontada como fator que dificultaria o acesso ao Programa por parte dos agricultores familiares menos capitalizados ou não integrados às cadeias agroindustrial, é um tema abordado por Garcia et al. (2008), Teixeira e Nagabe (2010) e Heredia e Cintrão (2006).

Os artigos de Heredia e Cintrão (2006) e Brumer e Spanevello (2012) destacam-se por dedicar atenção às assimetrias nas relações de

gênero no acesso ao crédito. Ao analisarem o Pronaf-Mulher, Brumer e Spanevello consideram que, apesar das dificuldades e empecilhos para a obtenção do crédito, essa linha do Programa “reverteu um processo de abandono da categoria, em que as mulheres eram ignoradas como produtoras” (2012, p. 101).

Contudo, apesar do conjunto de críticas dirigidas ao Pronaf, certos autores se destacam por reconhecerem a sua importância no fortalecimento das economias locais e, principalmente, na afirmação da categoria sócio-política de agricultor familiar (HESPANHOL e SARON, 2012; SANTOS *et al.*, 2012; ANJOS *et al.*, 2009; CARVALHO, 2013; SCHNEIDER e GAZZOLA, 2013 e JUNQUEIRA e LIMA, 2008).

Finalmente, nesta menção aos artigos que não analisam especificamente a relação entre o Pronaf e a qualidade de vida dos seus beneficiários, registra-se o artigo síntese sobre a produção acadêmica acerca do Pronaf entre os anos 1996 e 2006 (MATTEI, 2010). Este artigo traz uma excelente compreensão do estado das artes sobre o Pronaf no período dos seus 10 primeiros anos de vida. Com base em um levantamento amplo destaca a grande relevância da produção acadêmica nesse período, com um total de 91 artigos de várias áreas, 37 dissertações de mestrado e teses de doutorado, o que no entendimento do autor, transforma essa política em um “grande laboratório analítico”. Trata-se de um mapeamento bastante amplo dos estudos sobre o Pronaf que inclui também trabalhos não publicados como relatórios de pesquisa e artigos apresentados em congresso acadêmicos.

Embora os artigos rapidamente resenhados acima não ofereçam diretamente respostas à questão sobre a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do Pronaf, observamos uma preocupação presente em quase todos eles quanto aos limites dessa política em promover maior equidade entre as diferentes categorias de agricultores familiares e entre as regiões brasileiras. Considera-se que a “concentração de crédito nas atividades agropecuárias mais rentáveis e nos agricultores mais

capitalizados” (HESPANHOL e SARON, 2012, p. 9) possa ter resultado na melhoria dos resultados produtivos e no menor índice de inadimplência, mas não teria contribuído para a melhoria das condições de produção (e de renda) dos agricultores mais desfavorecidos. Apesar das tentativas de responder às críticas por meio de alguns ajustes, o Pronaf teria mantido a ênfase na orientação produtivista ao privilegiar a especialização produtiva de *commodities* em detrimento da policultura de alimentos para o mercado interno, argumentam os autores.

Recorrendo a diferentes tipos de fontes (primárias, oficiais, bibliográficas) e de análises (estudos qualitativos ou estatísticos), esses artigos nos levam a refletir sobre a necessidade de melhor elaborar a questão de nossa pesquisa. De acordo com o que nos foi solicitado pelos gestores da SAF/MDA entrevistados, ficou implícito que a preocupação maior era com os agricultores “mais empobrecidos”, ou seja, aqueles para quem as políticas do MDA estariam (ou deveriam estar) prioritariamente voltadas, ao menos, na compreensão desses gestores. Ao elaborarem uma pergunta, os gestores explicitaram o interesse em análises qualitativas (normalmente eles têm acesso a dados quantitativos) que permitissem avaliar se as políticas aplicadas teriam alcançado seus objetivos no sentido de “melhoria da qualidade de vida”, considerado o principal objetivo da política. Deram preferência à noção de “qualidade de vida” na medida em que esta pressupõe “critérios qualitativos, mais diversificados, e apropriados à heterogeneidade cultural e social dos beneficiários das políticas”, segundo um dos gestores. Complementaram com a indagação sobre permanência no campo das famílias beneficiárias, entendendo que a permanência pudesse ser decorrente de uma melhoria na qualidade de vida, contudo essa questão não foi objeto de investigação dos artigos selecionados por nosso levantamento.

Em síntese, nenhum dos 20 artigos comentados acima responde diretamente à questão de interesse dos gestores. O debate sobre o Pronaf resumido acima, se desenvolve entor-

no dos efeitos da política sobre os agricultores familiares, mas levando em conta, basicamente, a dimensão produtiva e a rentabilidade. A seguir iremos analisar os artigos que, de alguma maneira, apresentam alguma problematização nessa direção.

2.3. PRONAF E QUALIDADE DE VIDA

A a relação entre o acesso ao Pronaf e mudanças na qualidade de vida dos beneficiários não chega a constituir uma questão para a maioria dos artigos que compõem o nosso levantamento. Mesmo entre os nove que, de algum modo, se referem a esse tema, essa reflexão é periférica aos seus objetos de análise, aparecendo, na maioria das vezes, de maneira implícita na argumentação dos autores. Está subjacente à maioria das análises uma associação direta entre “melhoria de qualidade de vida” e acesso a mercados, a crédito rural, melhorias de produção e de comercialização, elevação no valor de produção, elevação de renda e melhorias de infraestrutura socioeconômicas. Neste sentido, o que apresentamos a seguir foi resultado muito mais de nossa leitura do que da definição precisa desse tema por parte dos autores. A exceção que merece destaque é Guanziorili (2007), único autor a abordar explicitamente a questão mas, mesmo assim, sem desenvolver em profundidade os parâmetros para definir e avaliar a noção de “qualidade de vida”.

No conjunto dos artigos aqui analisados predomina a utilização de indicadores econômicos e produtivos para supor a ocorrência de possíveis variações na qualidade de vida dos beneficiários do Pronaf.

Para Friederich e De David (2009), como também para Porto e Salum (2012), a melhoria da qualidade de vida é entendida como uma decorrência, natural, do aumento da produção, da melhoria na estrutura produtiva e do acesso a mercados. De modo semelhante, Diniz Filho e Zafalon (2011) e Magalhães et al (2006), relacionam qualidade de vida às variações nos índices de renda e de pro-

dução, enquanto e Oliveira et al. (2006) e Pase (2012), ao acesso ao crédito. Já Marin e Corrêa (2009) consideram que o acesso a um conjunto de políticas públicas, e entre elas o Pronaf, já é uma expressão de aumento na qualidade de vida. O trabalho de Damasceno et al. (2011) se destaca como sendo o único que estabelece parâmetros claros para estimar mudanças na qualidade de vida, como também é o único a utilizar múltiplos indicadores para avaliar o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida.

Apenas Guanziroli (2007) tem como um de seus objetivos avaliar o impacto do Pronaf na qualidade de vida. Tomando como base os dados apresentados em 13 artigos publicados entre 1996 e 2006, orienta sua análise para o crescimento da renda e de produtividade dos agricultores familiares beneficiários, para concluir que “os resultados em termos de melhora da renda e das condições de vida registradas pelas pesquisas disponíveis são bastantes tênues”. Contudo, considerando a escassez de artigos sobre o tema, chama a atenção para os limites de suas conclusões.

À semelhança da maioria dos estudos analisados, Guanziroli também não realiza uma reflexão sobre a associação que estabelece entre aumento da renda e produtividade. Caberia perguntar se o aumento da produtividade e da renda é suficiente para provocar uma melhoria da qualidade de vida e, em caso positivo, em que consiste essa melhoria. Pois, observamos em outra realidade, agricultores impulsionados à intensificação da produção (no caso, agricultores franceses submetidos às políticas modernizantes e produtivistas da França na década de 1980) reclamarem que, junto com o aumento da produtividade, ocorria também um aumento do custo da produção devido à utilização crescente de insumos e o conseqüente endividamento. Para equilibrarem receita e despesa eram levados a aumentar cada vez mais o ritmo da produção o que, no contexto de restrição de mão de

obra (familiar), resultava na intensificação do ritmo de trabalho, o que impactava negativamente a qualidade de vida na percepção deles (CARNEIRO, 1997).

O reconhecimento da dinamização e da valorização da cultura rural e o fortalecimento de uma identidade social (AZEVEDO, 2011), indiretamente, levanta reflexões sobre a melhoria da qualidade de vida, quando se reconhece que esses fatores podem contribuir para a construção e valorização da identidade local e para o reforço da autoestima dos agricultores familiares. Na mesma direção Marin e Corrêa (2009, p. 149) apontam para as “novas funções do território (...) valorizando o lazer, o estilo de vida, tradições, hábitos alimentares, o saber fazer típicos do espaço rural”. Esses fatores podem gerar alternativas de renda e emprego, “contribuindo na melhoria da qualidade de vida de toda a população, rural e urbana” (MARIN e CORRÊA, 2009, p. 155). Podemos reconhecer aí também uma referência à contribuição do Pronaf para a melhoria da qualidade de vida, dependendo, certamente, do que se entende por ela. Mas, ficou faltando demonstrar como se dá essa dinamização e valorização cultural, que são apenas citadas como um efeito positivo do Pronaf.

2.4 SÍNTESE ANALÍTICA

Além do que já foi destacado acima, cabe um esforço de síntese sobre os resultados do levantamento bibliográfico. Primeiro, destaca-se que, num universo de 98 artigos selecionados a partir de uma busca criteriosa em 229 periódicos, apenas 9 tenham tecido alguma consideração sobre o impacto do Pronaf na qualidade de vida dos seus beneficiários. Essa carência de estudos é agravada pela inexistência de um esclarecimento e aprofundamento sobre o significado da noção de qualidade de vida e dos critérios para a sua avaliação.⁸ Essas observações tornam-se ainda mais contundentes quando levamos em conta que

⁸ Nessa direção, destaca-se a excelente contribuição de Ramonildes Gomes (2005).

melhoria da qualidade de vida constitui um dos objetivos centrais do Programa.

Em segundo lugar, observou-se a constante falta de sustentação empírica de algumas das conclusões dos autores. A associação direta que se faz entre aumento da renda e da produtividade e a melhoria da qualidade de vida não é acompanhada nem por dados que a corroborem, nem por uma clareza conceitual. Essa imprecisão se expressa também entre os gestores entrevistados que selecionaram a qualidade de vida como elemento de carência de informação. A nosso ver, não foi por acaso que tenham identificado essa questão como uma lacuna a ser preenchida por estudos do tema ou por novas pesquisas. A principal preocupação dos gestores era saber até que ponto as políticas que eles ajudaram a implementar tinham impacto positivo na melhoria das condições de vida dos beneficiários. Como índices para essa mudança identificaram a permanência no local de origem e o acesso a bens que não podem ser medidos somente pela produção e pela renda. Com isso, chamavam a atenção para a necessidade de análises mais qualitativas que partissem da avaliação dos próprios beneficiários sobre essas “melhorias”, o que implicaria construir com eles os próprios índices de avaliação. Essa observação nos remete à necessidade de se ouvir os formuladores e implementadores de políticas quando se for elaborar estudos de avaliação das mesmas.

Em terceiro lugar, cabe registrar a identificação de uma oposição, subjacente a maioria dos trabalhos, entre duas concepções sobre o Programa. Trata-se o Pronaf de uma política de crédito ou de política de desenvolvimento rural (ou territorial)? Os que o consideram uma política de crédito entendem que ela deva se voltar para o financiamento de agricultores mais inseridos no mercado, aqueles com condições de melhor utilizar o crédito de modo a garantir a quitação da dívida. Esse entendimento justificava a tendência do Pronaf em selecionar agricultores mais aptos já que, como aponta Guanzioroli (2007), não faria sentido incorporar agricultores pobres, sem ren-

da monetária numa política de crédito. Já observamos em outro lugar que essa percepção está presente na própria formulação originária do Pronaf que elegeu como foco da política os agricultores em “transição”, relegando às políticas sociais, os agricultores mais carentes, então chamados de “periféricos” (Carneiro, 1997). A ideia era estimular os que tinham capacidade produtiva mas faltavam-lhes condições para competir no mercado. Como observamos por essa revisão bibliográfica, essa concepção continua presente no meio acadêmico, o que é evidenciado pelo recurso frequente, e praticamente exclusivos, a dados sobre produção e renda. Podemos supor, como sustenta Grisa (2012), que esse tipo de orientação se deva à sustentação de uma política agrícola na vertente produtivista onde não há lugar para um modelo de produção agrícola alternativo ou para uma percepção mais ampla do rural, não exclusivamente agrícola.

Caberia ao Pronaf, então, desenvolver mecanismos de inserção dos pequenos agricultores pobres, ou sem renda, estimulados em torno de 1300 mil estabelecimentos? Esse debate permanece aberto e tem implicações profundas no direcionamento da política agrícola brasileira, podendo ser resumido da seguinte maneira: ou se fortalece quem já é forte e tem condições de dar retorno financeiro, fazendo-se “mais do mesmo”, como alertam Schneider e Gazolla (2013), ou estimula-se a inserção econômica e social dos agricultores fragilizados economicamente e com pouca ou nenhuma inserção no mercado. Como mostramos acima, há pesquisadores que defendem a primeira posição, o que os leva a avaliar a performance do Programa a partir da capacidade produtiva, enquanto outros defendem a necessidade de resolver questões básicas anteriores ou simultâneas ao investimento à produção, o que implicaria a associação da política de crédito a outras medidas que permitissem a melhoria das condições de educação, de saúde, de acesso à terra e de infraestrutura dos estabelecimentos e da região (GUANZIROLI, 2007; DAMASCENO e KHAN, 2011). Nesses termos, o Pronaf teria o desafio de ser

um grande guarda-chuva comprometido com o desenvolvimento rural (e territorial).

REFLEXÕES FINAIS

Retomando o objetivo desse trabalho, constatamos que existe uma distância entre a questão demandada pelos gestores e as questões trabalhadas por pesquisadores. Isso é observado não só pelo universo restrito de estudos que, de alguma maneira se referem à qualidade de vida ao analisarem o Pronaf (9 em 29), como também pela ausência de clareza sobre o que se entende por “qualidade de vida” e sobre os critérios a serem utilizados para avaliá-la. Soma-se a isso a fragilidade de evidências empíricas para demonstrar que a ocorrência de o aumento da qualidade de vida esteve associada aos recursos disponibilizados pelo Pronaf. A relação que se estabelece entre um e outro parece ser fruto de uma pré-disposição dos autores nesse sentido, ou de uma associação mecânica entre aumento da renda e melhoria da qualidade de vida, sem um esclarecimento sobre o que isso significa. Mas, essa carência de dados não pode ser atribuída apenas aos autores individualmente, já que as fontes disponíveis, entre elas as do próprio governo, se restringem a oferecer dados quantitativos referentes à variação da produção, renda, do volume de crédito e do número de beneficiários.

A revisão bibliográfica apresentada aponta para a necessidade de incluir esse tema nas agendas de pesquisas de maneira a provocar um aprofundamento do debate. Como sugerido por certos autores, uma das direções apontadas seria a de ultrapassar os limites das unidades de produção para se estabelecer variáveis que amplifiquem a lente de observação de maneira a incorporar a dinâmica territorial. Falar em qualidade de vida exige atravessar a porteira dos estabelecimentos e extrapolar uma abordagem focada, predominantemente, na dimensão meramente produtiva.

Persiste o desafio de se estabelecer parâmetros para avaliar as variações na qualidade de vida. Antes porém, é necessário um investimento coletivo, de pesquisadores e gestores, na direção de se aprofundar a compreen-

são sobre “qualidade de vida”. Como observamos, a imprecisão que ronda esse termo está presente tanto no texto do Pronaf quanto nos dos pesquisadores e até mesmo entre os gestores entrevistados.

A partir dessas considerações, destacamos que revisões bibliográficas da literatura acadêmica, aos moldes da Revisão Sistemática adotada pela abordagem da Política Baseada em Evidência (PBE), podem auxiliar na identificação de lacunas e inconsistências na produção científica sobre determinada temática como na própria produção de dados pelo governo.

Considerando que as questões de pesquisa e as que mobilizam as políticas públicas são, em grande parte, coproduzidas (Cf. JASSANOF, 2004), esse tipo de análise bibliográfica permite explicitar as lacunas e as interfaces entre um campo e outro evidenciando as aproximações e os distanciamentos entre eles. Certamente existem razões para que os governos e as agências financeiras que distribuem os recursos privilegiem os produtores bem sucedidos em termos de produtividade e de rentabilidade, mas é surpreendente e revelador que essa tendência persista desde os primórdios do Pronaf (CARNEIRO, 1997). Acompanha essa orientação a imagem, compartilhada pelo setor governamental, do agricultor como “um profissional como outro qualquer” orientado centralmente para oferecer os produtos de maior valor no mercado (Gazola e Schneider, 2013).

Esse tipo de lógica se opõe à lógica que predomina, ou deveria predominar, na agricultura familiar que é a da diversificação, mais apropriada ao desenvolvimento da autonomia produtiva e da segurança alimentar dos agricultores, ao estimular uma produção que se orienta alternativamente para o mercado e para o consumo familiar (Garcia Jr., 1990). Entende-se, assim, porque os agricultores, subordinados à lógica do crédito das agências, acabam por privilegiar a lavoura mercantil – a que “dá mais lucro” (AQUINO e SCHNEIDER, 2010). A literatura tem enfatizado que esse tipo de orientação, focada exclusivamen-

te para o mercado, tem levado à maior instabilidade da agricultura familiar, principalmente aquela com piores condições de produção e de comercialização. Questiona-se também o impacto negativo desse tipo de orientação a longo prazo, face o abastecimento mercado de alimentos e à garantia da segurança alimentar e nutricional (MATTEI, 2006; GAZOLLA e SCHNEIDER, 2013; GUANZIROLI, 2007).

Finalmente, destacamos que, apesar das críticas presentes nos estudos, há um consenso sobre a importância do Pronaf que, como a primeira política voltada para a agricultura familiar, provocou uma mudança no meio rural brasileiro ao dar visibilidade a esse segmento de agricultores e, principalmente, ao oferecer crédito em condições acessíveis para uma grande massa de agricultores até então excluída do campo de atuação das políticas agrícolas brasileiras.

Recebido em: 15/01/2015

Aprovado em: 13/04/2016

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 15^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CARNEIRO, Maria J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro-RJ, n. 8, p. 70-82, abril de 1997.
- CANEIRO, Maria J. *Camponeses, Agricultores e Pluriatividade*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1998.
- CARNEIRO, Maria J.; LYRA, E., DA-SILVA-ROSA, Teresa; SANDRONI, Laila. Para quem fala a ciência? Limites e possibilidades da interface entre ciência e política. In VIELRA, I.C.G.; TOLEDO, P.M.; SANTOS JUNIOR, R.A.O. (Orgs). *Ambiente e Sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro, Garamond, 2014, pags. 101-124.
- DELATIN, Daniel; CARNEIRO, Maria J.; SANDRONI, Laila. De la investigación a la política pública: producción y circulación de conocimiento científico. *Nómadas*, n. 42; abril de 2015.
- DAVIES, Huw T. O.; NUTLEY, Sandra M. Evidence-based policy and practice: moving from rhetoric to reality. In: *Third International, Inter-disciplinary Evidence-Based Policies and Indicator Systems Conference*, CEM Centre, University of Durham, p. 86-95, July 2001.
- DELGADO, Nelson Giordano. *Papel e Lugar do Rural no Desenvolvimento Nacional*. Brasília, IICA-MDA-CONDRAF, 2009.
- ELLIS, Frank. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University, 2000.
- FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de um hecho científico: introducción a la teoría del estilo de pensamiento y del colectivo de pensamiento*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.
- GARCIA JR, Afranio. *O Sul: o caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Rio de Janeiro/Brasília, Ed. Marco Zero e Ed UnB/Cnpq, 1990.
- GOMES, Ramonildes Alves. *A qualidade de vida das famílias no Perímetro Irrigado de São Gonçalo: ética e racionalidade*. Recife, 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) - PPGS/UFPE, 2005.
- GRISA, Katia. *Políticas Públicas Para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - CPDA/UFRRJ, 2012.
- HERCULANO, Selene. A Qualidade de Vida e seus Indicadores. In. HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo F. de S.; FREITAS, Carlos M. (Org). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói: Eduff, 2000.
- JASANOFF, Sheila (Edit). *States of Knowledge. The co-production of science and social order*. London, New York, Routledge, 2004
- LATOUR, B. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiro sociedade afora*. São Paulo, Unesp, 2000.

MATTEI, L. *Pronaf 10 anos: Mapa da Produção Acadêmica*. Brasília, MDA, 2006.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NUTLEY, D.; DAVIES, H. T.; WALTER, I. *Evidence Based Policy and Practice: cross sector lessons from the UK*. ESRC UK Centre for Evidence Based Policy and Practice: Working Paper 9, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, julho-setembro, 2010.

SCHNEIDER, Sergio. *Diversificação como estratégia de desenvolvimento rural*: referências teóricas para construção de alternativas economicamente sustentáveis de diversificação da produção e renda em áreas de cultivo do tabaco no Brasil – subsídios à implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. Porto Alegre, 2010. (Relatório).

SCHNEIDER, Sergio; FREITAS, Tanise Dias. Qualidade de Vida, Diversificação e Desenvolvimento: referências práticas para análise do bem-estar no meio rural. *Olhares Sociais*, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, v. 02, n. 01, p. 121-142, janeiro-junho de 2013.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre, s/ed., 2004.

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

WILKINSON, John. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. *Revista de administração da UFLA. Organizações rurais e agroin-*

dústrias, Lavras-MG, v. 1, n. 1, janeiro-junho, 1999.

ANEXO 1

Relação dos artigos selecionados:

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. *Soc & Nat.*, Urbelândia, ano 23, n.3, p. 483-496, setembro-dezembro 2011.

ANJOS, Flávio S.; CALDAS, Nádia V.; SILVA, Fernanda N.; VALENTE, Glaciele B.; SILVA, Médelin M.. Estudo sobre a inadimplência em contratos do PRONAF no Brasil. *Geografia*, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 473-486, setembro-dezembro 2009.

BASTOS, Fernando. Estabelecidos e outsiders nas políticas de crédito: o caso do PRONAF B. *Cronos*, Natal-RN, v. 7, n. 1, p. 53-63, janeiro-junho 2006.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Marisa. O papel dos mediadores no acesso das mulheres ao PRONAF mulher. *Antropológicas*, Recife, ano 16, v. 23(1), 2012.

CARVALHO, Ananda de. Políticas públicas, cidadania e movimentos sociais no espaço rural brasileiro. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n. 40, p. 113-126, maio 2013.

DAMASCENO, Nagilane Parente; KHAN, Ahmad Saeed; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 49, n. 01, p. 129-156, janeiro-março 2011.

DINIZ FILHO, Luis Lopes; ZAFALON, Rosana. O PRONAF como política de apoio aos assentados do Programa Nacional da Reforma Agrária. *Revista da ANPEGE*, Dourados-MS, v. 7, n. 8, p. 69-79, agosto-dezembro 2011.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; DUVALL, Henrique Carmona; GÊMERO, César Giordano. Sistemas produtivos e políticas públicas em assentamentos rurais do estado de São Paulo: similitudes e diferenças entre duas regiões. *Agrária*, São Paulo, n. 14, 2011.

FERREIRA, Jean Samarone Almeida; SCHWARTZ, Losane Hartwig; SALAMONI,

- Giancarla. A organização da agricultura familiar na localidade de Harmonia I – São Lourenço do Sul – RS. *Geografia*, Londrina-PR, v. 33, n. 3, p. 449-465, setembro-dezembro 2008.
- FRIEDRICH, Andréia Carla; DAVID, Cesar de. A agricultura familiar no contexto da rizicultura no município de Agudo – RS. *Geografia: Ensino & Pesquisa*, Santa Maria-RS, v. 13 n. 2, p. 334-345, 2009.
- GARCIA, Marcelo de Oliveira; CASTRO, Eduardo Rodrigues d; TEIXEIRA, Erly Cardoso. Eficácia do Pronaf-crédito no município de São Miguel do Anta/MG. *Revista Brasileira de Gestão & Desenvolvimento Regional*, Taubaté-SP, v. 4, n.2, p. 154-173, maio-agosto 2008.
- GAZOLLA, Marcio e SCHNEIDER, Sergio. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 51, n. 1, p. 45-68, janeiro-março 2013.
- GUANZIROLI, Carlos Enrique. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *RER*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 02, p. 301-328, abril-junho 2007.
- HEREDIA, B.M.A. e CINTRÃO, R.P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, Presidente Prudente-SP, ano 9, n. 8., pp. 1-28, janeiro-junho 2006.
- JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina-PR, v. 29, n. 2, p. 159-176, julho-dezembro 2008.
- MARIN, Mario Zasso; CORRÊA, Walquíria Krüger. As transformações socioespaciais na Quarta Colônia – RS a partir da década de 1990. *Geografia: Ensino & Pesquisa*, Santa Maria-RS, v. 13 n. 2, p. 148-155, 2009.
- MAGALHÃES, André Matos; SILVEIRA NETO, Raul; DIAS, Fernando de Mendonça; BARROS, Alexandre Rands. A experiência recente do PRONAF em Pernambuco: uma análise por meio de propensity score. *Econ. Aplic.*, Ribeirão Preto-SP, v. 10, n. 1, p. 57-74, janeiro-março 2006.
- MATTEI, Lauro. Produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006. *Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 56-97, 2010.
- MATTEI, Lauro; TRICHES, Vinícius. Análise da competitividade da cadeia vitivinícola do Rio Grande do Sul através do ambiente institucional. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 27, n. 52, p. 161-183, setembro 2009.
- OLIVEIRA, Edinete Maria de; SANTOS, Maria José; ARAÚJO, Lincoln Eloi de. Crédito Rural e Agricultura Familiar no semi-árido. *Revista Qualit@as*, Campina Grande-PB, Edição Especial, 2006.
- PORTO, Leila Lopes da Mota Alves; SALUM, Willibaldo Bras; ALVES, Charles. Caracterização da ovinocaprinocultura de corte na região do Centro Norte Baiano. • *Revista Gestão & Desenvolvimento Regional*, Taubaté-SP, v. 9, n. 1, p. 281-296, janeiro-março 2013.
- SARON, Flávio de Arruda; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. O PRONAF e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio a agricultura familiar. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, Ano 14, v. 2, n. 23, p. 656-683, 2º semestre 2012.
- SILVA, Lidiane Souza; SOUSA, Nírvia Ravena. A padronização das políticas de desenvolvimento na Amazônia. *REDES - Rev. Des. Regional*, Santa Cruz do Sul-RS, v. 17, n. 3, p. 168-191, setembro-dezembro 2012.
- SILVA, Márcia Ap. de Paiva; GOMES, Marília Fernandes Maciel; SANTOS, Maurinho Luiz dos. Análise da eficiência tecnológica dos agricultores familiares e sua comparação com a distribuição dos recursos do PRONAF. *Informe Gepec*, Toledo-PR, v. 12, n. 1, janeiro-junho 2008.
- SOUZA, Paulo Marcelo de; FORNAZIER, Armando; MATA, Henrique Tomé da Costa; NEY, Marlon Gomes; PONCIANO, Nivaldo José. A Distribuição dos Contratos de Crédito do Pronaf entre as Unidades da Federação no Período de 1999 a 2010. *Documentos Técnicos Científicos*, v. 44, n.1. janeiro-março 2013.
- TEIXEIRA, Juliana Carolina; NAGABE, Fabiane. Identidades locais, PRONAF e turismo no espaço rural: apontamentos sobre a realidade de Campo Mourão. *Campo-Território:*

revista de geografia agrária, Uberlândia-MG, v. 5, n. 9, p. 112-146, fevereiro 2010.

PASE, Hemerson Luiz. Capital social e qualidade de vida. *Revista Debates*. Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 35-59, janeiro-abril 2012.

SANTOS, C.F.; SIQUEIRA, E.S.; OLIVEIRA, I.J.C.; DANTAS, M.E.C.; MAIA, Z.M.G.. Agricultura familiar e convívio sustentável numa perspectiva interdisciplinar. *Revista Políticas Públicas*, São Luís, v.16, n.1, p. 25-35, janeiro-junho 2012.

ANEXO 2

Distribuição regional dos artigos:

Nível Nacional - Artigos 1; 2; 5; 13; 17; 21; 23; 24; 29.

Região Sul – Artigos 4*; 7; 9; 10; 12; 14; 15; 18; 25; 26; 27; 28.

Região Nordeste – Artigos 3; 4*; 6; 16; 19; 20.

Região Norte – Artigos 22; 30.

Região Sudeste – Artigos 8; 11.

* O artigo 4 teve como recorte espacial as regiões Sul e Nordeste

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: O CASO DE FAMÍLIAS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA/SP

Adla Alves Alexandre, Katia Maria Pacheco dos Santos

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o quadro evolutivo de comunidades remanescentes de quilombos quanto ao acesso ao Programa Renda Cidadã. Os dados foram coletados por meio do Sistema Renda Cidadã e reuniões *in loco*. Pode-se observar que, entre os anos de 2008 e 2015, houve um aumento do número de beneficiários, demonstrando que, nas comunidades quilombolas, a vulnerabilidade social é alta. Dentre esses, mais da metade é de mulheres, isto proporciona maior autonomia a elas. São realizadas ações complementares pela técnica responsável e pelos próprios beneficiários. O grande número de sugestões de ações indica que estes almejam novos conhecimentos e capacitação profissional. Conclui-se que a análise de programas de transferência de renda e seu impacto na família, poderá subsidiar novas políticas públicas ou a reestruturação das já existentes, no tocante à superação da pobreza, rumo ao desenvolvimento e inclusão social.

Palavras-chave: Transferência de Renda, Mulheres, Quilombos.

INCOME TRANSFER PROGRAMS: THE CASE OF QUILMBOLAS FAMILIES OF RIBEIRA VALLEY/SP

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the evolutionary framework of quilombo communities in relation to access to Citizens Income Program. The data were collected through the Citizens Income System and local meetings. It can be observed that between the years 2008 and 2015, there was an increase in the number of beneficiaries, demonstrating that, in the quilombo communities, social vulnerability is high. Of these, more than half are women, this provides greater autonomy to them. Complementary actions are performed by the responsible technical and the beneficiaries themselves. The large number of suggestions for actions indicates that the beneficiaries crave new knowledge and professional training. It is concluded that the analysis of income transfer programs and their impact on the family, can support new public policies or the restructuring of the existing ones, with regard to overcoming poverty and social development.

Keywords: Income Transfer, Women, Quilombos.

Mestre em Economia Doméstica. Analista de Desenvolvimento Agrário da Fundação Instituto de Terras de São Paulo. E-mail: adlaalex@yahoo.com.br.

Doutora em Ciências. Docente na Universidade de Brasília. E-mail: pacheco.katia@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, atualmente, existem políticas públicas de transferência direta de renda para a população pobre. Hoje, o país tem dois grandes programas dessa natureza: o Benefício de Prestação Continuada (conhecido como BPC-Loas ou, simplesmente, BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF).

O BPC é uma transferência mensal de renda destinada a pessoas com deficiência severa, de qualquer idade, e idosos maiores de 65 anos, em ambos os casos com renda familiar *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo. O direito a um salário mínimo mensal para essas pessoas foi estabelecido na Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência mensal de renda que surgiu, no final de 2003, a partir da unificação de uma série de programas preexistentes, bastante inspirado pelo programa de renda mínima vinculado à educação, o Bolsa Escola. O Bolsa Família deve atender a famílias cuja renda familiar *per capita* seja inferior a R\$ 77,00 mensais. A gestão do programa, instituído pela Lei Federal 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, é descentralizada e compartilhada entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar sua execução.

Outro programa de transferência de renda, existente no estado de São Paulo, é o Programa Renda Cidadã (PRC), instituído pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; através da Resolução SEDS nº01/2005, a qual foi alterada pelas Resoluções SEDS nº 04/2005, nº10/2010 e nº 13/2015, as quais dispõem sobre o atual Programa Renda Cidadã.

Este Programa abrange 644 municípios do estado de São Paulo, promove ações complementares e concede apoio financeiro direto às famílias; visa a autossustentação e a melho-

ria na qualidade de vida da família beneficiária. Tem como público-alvo, prioritariamente, famílias com renda mensal *per capita* de até 1/2 (meio) salário mínimo¹, estas recebem um valor de R\$ 80,00 por família/mês. As famílias cadastradas recebem o benefício por 36 meses ininterruptos e ficam 12 meses sem receber (chamado período de carência). Após este período as mesmas voltam a ser consideradas aptas a renovar o cadastro.

Para permanecer no Renda Cidadã, a família com crianças e adolescentes (de 6 a 15 anos) precisa mantê-los frequentando a escola; e com carteira de vacinação atualizada (até 6 anos), além de participar de ações complementares realizadas pelos gestores do Programa. Estas ações têm por finalidade ampliar a oportunidade de desenvolvimento de proteção e de inclusão social que, somadas à transferência de renda, favorecem o desenvolvimento da autonomia dos beneficiários

Os programas Bolsa Família e Renda Cidadã foram criados em decorrência da necessidade de o Poder Público viabilizar e garantir às famílias em situação de vulnerabilidade social o acesso a direitos sociais básicos, como moradia, segurança, vestuário e alimentação de qualidade.

Não obstante, quanto tratamos de políticas de transferência de renda, em específico junto a comunidades e povos tradicionais, no caso os quilombolas, estamos também tratando de inclusão social no meio rural e a agricultura familiar é a estrutura econômica e social congregadora. Portanto, os programas de transferência de renda às populações rurais devem ser entendidos como instrumentais que devem ser articulados com outras políticas públicas, como por exemplo, o Programa Água Para Todos, Luz Para Todos, a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). E, não podemos deixar de mencionar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o mais antigo deles.

1 Os dados deste estudo foram coletados entre junho e setembro de 2014 e março de 2015, no qual o Programa Renda Cidadã era regulamentado pela Resolução SEDS nº10/2010. A partir de 3 de agosto, de 2015, a renda *per capita* mínima foi modificada para 1/4 (um quarto) do salário mínimo, pela Resolução SEDS nº 13/2015.

Vale destacar a existência de diversos estudos que apontam a contribuição dos Programas de Transferência de Renda (PTR) para a queda da desigualdade e a diminuição da pobreza, entre outros aspectos, como por exemplo, o realizado por Segall-Correa *et al.* (2008), no qual afirmam que as políticas de transferência de renda podem ter papel relevante na melhoria das condições sociais da população, especialmente entre aqueles em situação de extrema pobreza. E ainda dentre outros estudos, destacamos os de Fortini (2014); Cotta e Machado (2013); Lima *et al.* (2013); Martins *et al.* (2013); Magalhães *et al.* (2007); Meireiros *et al.* (2007) e Soares *et al.* (2006).

Entretanto, apesar da relevância desses e de outros estudos, no âmbito das políticas públicas e dos programas de transferência de renda, pouca atenção foi dada para comunidades tradicionais, especialmente as remanescentes de quilombos.

Tendo em vista estas populações, residentes no Vale do Ribeira, São Paulo, esta região é conhecida tanto por suas riquezas naturais, como também por possuir um dos menores Índices de Desenvolvimento Sustentável (IDS) do estado. Este índice considera a multidimensionalidade do desenvolvimento e prevê a aferição de informações sobre as dimensões político-institucional, cultural, social, econômica, ambiental e demográfica. O valor do IDS representa a situação geral de todo o sistema (territórios rurais), de tal forma que, ao se aproximar de 1 (um), assinala um melhor desempenho de desenvolvimento e sustentabilidade e, ao tender a 0 (zero), pior desempenho.

Segundo o Sistema de Informações Territoriais, em 2015, a população total do território em questão é de 443.325 habitantes, dos quais 114.995 vivem na área rural, o que corresponde a 25,94% do total. A população rural é composta por 7.037 agricultores familiares, 159 famílias assentadas, 33 comunidades quilombolas e 13 terras indígenas. Seu IDS médio é 0,430 (Sistema de Informação Territoriais, 2015).

De acordo com Santos e Tatto (2008), o Vale do Ribeira é a região do Estado de São Paulo onde se encontra a maior parte das comunidades quilombolas. A diversidade social,

ambiental e cultural ali existente não se compara a qualquer outra região do Brasil. Tal especificidade se justifica pelo fato de que no Vale se concentram um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do Brasil e onde se abrigam várias comunidades tradicionais e locais, quilombolas, indígenas, caiçaras e agricultores familiares.

As comunidades remanescentes de quilombos são definidas na Constituição Federal do Brasil de 1988 como “grupos que desenvolveram, ao longo do tempo, práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”, e no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) determina que: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos” (Brasil, 1988). É este marco legal que garante o direito à terra pelas comunidades quilombolas e reconhece o pluralismo étnico cultural desses grupos.

Em âmbito estadual, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), conveniada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), identificou comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) no litoral norte, na região de Sorocaba e na região sudeste (no Vale do Ribeira), na qual maioria dessas comunidades está localizada (Santos; Tatto, 2008). Segundo Pilla *et al.* (2013); no estado de São Paulo existem 79 comunidades apontadas como remanescentes de quilombos; dessas, 28 foram reconhecidas, sendo 6 delas tituladas. A maior concentração de comunidades quilombolas reconhecidas pelo Estado de São Paulo encontra-se no Vale do Ribeira/SP, totalizando 24. Recentemente, no ano de 2014, foram reconhecidas mais 3 comunidades.

Devido à presença marcante destas comunidades na região do Vale que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) do território, este estudo foi realizado em comunidades localizadas nos municípios de Eldorado, Iporanga e Itaoca. As comunidades remanescentes de quilombos alvos do estudo são:

Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Sapatu, Ivaporunduva, Galvão, São Pedro - Eldorado/SP; Nhunguara – o território fica entre Eldorado e Iporanga/SP, Bombas, Porto Velho – Iporanga/SP e Cangume - Itaoca/SP. Deste modo, o objetivo foi analisar o quadro evolutivo destas comunidades remanescentes de quilombos quanto ao acesso ao Programa Renda Cidadã.

2. AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA

Os primeiros negros trazidos para o Brasil vinham da costa ocidental da África, mais tarde, vieram também da costa oriental e de outras regiões da África, onde habitavam grupos de culturas diversas. Estes eram capturados e enviados ao tráfico negreiro onde serviam de mão-de-obra nas grandes fazendas (Monbeing, 1978).

Agrupados no Brasil, esses africanos realizaram intensamente trocas culturais e estabeleceram alianças entre si. Em caráter de resistência à escravidão, desde o início muitos negros agrupados se refugiavam na mata, formando os quilombos (comunidades tradicionais). Em terras abandonadas de várias regiões do país, tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo das regiões florestadas mais distantes dos rios, em áreas interioranas do Brasil. Após a abolição, muitos ex-escravos continuaram suas atividades agrícolas nestas terras ocupadas por eles, enquanto outros foram obrigados a trabalhar para latifundiários para sobreviver (Santos; Tatto, 2008).

Para Arruti (2008), existem atualmente 3.900 comunidades quilombolas no Brasil, com aproximadamente 325 mil famílias. Porém, o número de comunidades que foram certificadas como remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares é de 1.749 e apenas 189 receberam o reconhecimento de seus territórios.

A questão quilombola foi inserida no cenário da política nacional com a Constituição Federal de 1988. A Constituição Federal ainda estabelece, nos artigos 215 e 216, respectivamente, a proteção às manifestações

culturais afro-brasileiras e o reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro no qual se inclui o tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos. A Constituição de 1988 atribuiu ao poder público a obrigação de titular as terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos.

Organizações e entidades, tanto da sociedade civil organizada como do governo, foram criadas depois da Constituição, como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Remanescentes de Quilombos (CONAQ) e a Fundação Cultural Palmares. Houve a criação de áreas específicas nos diversos ministérios para tratar da pauta quilombola.

Também ocorreram avanços na legislação federal, como o Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 e a Instrução Normativa nº 20, de 19 de setembro de 2005 que regulamentam procedimentos para identificação e demarcação dos territórios; o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, entre outras.

No Vale do Ribeira, os africanos trazidos como escravos se tornaram a principal mão-de-obra utilizada nas plantações de arroz, que tinha se tornado o principal produto de exportação da região. A banana sempre foi uma cultura natural da região e apresentou-se como uma nova opção de sobrevivência (Carril, 1995).

De acordo com Santos e Tatto (2008), a região do Vale do Ribeira apresenta questões que lhe são próprias e demandam políticas específicas, como a regularização fundiária tanto para indígenas como para pequenos agricultores e quilombolas. É preciso considerar ainda, que existem conflitos de sobreposições entre os territórios tradicionais destas populações com unidades de conservação (parques estaduais e áreas protegidas).

Anteriormente à criação destes parques, as comunidades quilombolas presentes nestas áreas, ao longo de algumas décadas, observaram os vários ciclos econômicos como: o extrativista, o agropecuário, o da suinocultura, o da produção de feijão, e, ainda, o da sil-

vicicultura e bubalinocultura. Em contraposição às atividades mencionadas, as comunidades quilombolas mantiveram-se com suas práticas agrícolas voltadas à produção, prioritariamente, para o autoconsumo familiar, e o extrativismo - baseado na coleta de recursos florestais para uso terapêutico, uso doméstico, alimentação, construção de casas e também obtenção de fonte proteica (carne de caça).

O processo histórico que trouxe aos indivíduos de um grupo a auto identificação como quilombolas apresenta a questão da identidade como elemento central para a reafirmação da condição de ser e viver um lugar (Almeida, 2002).

Há também a considerar que as formas de uso e ocupação das terras nas comunidades (na região do Vale) ainda se baseia no compartilhamento da terra (espaço físico) de forma comunal, mesmo havendo áreas de uso particular de cada família como o espaço da casa, do quintal, da roça onde a família desenvolve suas atividades agrícolas e suas práticas cotidianas.

Uma importante característica cultural desses grupos é com relação ao uso da terra chamada de agricultura de corte e queima ou agricultura de coivara - roças. A revisão da literatura sobre agricultura itinerante de populações em unidades de conservação mostra que poucos estudos têm sido feitos nesse campo, entre os quais se destacam as pesquisas de Sanches (1997), Lima (1996), Adams (1994) e Sales e Moreira (1994).

Outro aspecto importante referente à estas comunidades é que, de acordo com Santos (2015), a carência financeira é apontada como um dos problemas enfrentados que obriga grande parte da população mais jovem a abandonar o trabalho rural na comunidade e migrar rumo aos centros urbanos, principalmente Curitiba, no estado do Paraná, à procura de ocupação temporária ou algum emprego assalariado. Esta falta de alternativa de geração de renda, somada à dificuldade de acesso ao ensino formal de segundo grau, leva jovens e adultos a migrarem em busca de oportunidades. Este fato contribui para a crescente desvalorização e perda de costumes tradicionais, além de

outros problemas como a diminuição de mão-de-obra familiar nas atividades agrícolas.

Quanto à forma de organização, as comunidades remanescentes de quilombos do Vale se organizam por meio de associações. É a associação que determina a forma de utilização da terra que é compartilhada coletivamente, assim como dos demais empreendimentos instalados na comunidade, como salão comunitário, galpão, máquinas e equipamentos agrícolas de uso comum, dentre outros. Além da organização de festas da comunidade, religiosas ou não, mutirões para atividades diversas, dentre outras.

A presidência e demais cargos da associação é eleita por meio de assembleia, bem como as decisões que afetam diretamente a vida da coletividade, como por exemplo, projetos de iniciativa governamental e não governamental, passa pelo julgamento do coletivo, ou seja, é pauta de reunião de assembleia da associação da comunidade, e somente então é deliberada a decisão.

3. O CONTEXTO E A OBTENÇÃO DOS DADOS

Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso de natureza qualitativa, o que corrobora com o defendido por Triviños (1995), o qual afirma ser este tipo de pesquisa uma investigação que permite aprofundar a complexidade dos fenômenos, fatos e processos particulares e específicos, e trabalha com grupos mais delimitados em extensão, mas com capacidade de abrangência de análise mais intensa.

Isto posto, o interesse no tema “ transferência de renda via programas do governo” tem como recorte a abrangência deste no meio rural, uma vez que observa-se diversos estudos sobre o referido tema, entretanto, poucos são os que observam o papel e o alcance desse junto a grupos rurais, como é o caso dos remanescentes de quilombos.

Segundo dados do ITESP, Pedro Cubas possui um território de 3.806,23 hectares e 40 famílias, Ivaporunduva possui um território de 2.754,36 hectares e 98 famílias, São Pedro possui um território de 4.688,26 hectares e 39 famílias, as três comunidades foram reconhe-

cidas no ano de 1998. Sapatu possui um território de 3.711,62 hectares e 82 famílias, Galvão possui um território de 2.234,34 hectares e 34 famílias, ambas reconhecidas em 2001. Pedro Cubas de Cima possui um território de 6.875,22 hectares e 22 famílias, sendo reconhecida em 2003. Todas estas estão localizadas no município de Eldorado/SP. Nhunguara possui um território de 8.100,98 hectares e 91 famílias, reconhecida em 2001, a comunidade fica entre Eldorado e Iporanga/SP. Porto Velho possui um território de 941,00 hectares e 19 famílias, sendo reconhecida em 2003, Bombas possui um território de 2.512,73 hectares e 16 famílias, tendo seu reconhecimento em 2014, ambas pertencem ao município de Iporanga/SP. E por fim, Cangume possui um território de 724,60 hectares e 37 famílias, sendo reconhecida em 2004, localizada em Itaoca/SP.

A escolha e determinação destas comunidades deu-se pelo fato da existência de dados coletados junto a dez comunidades remanescentes de quilombos no Vale do Ribeira/SP, no ano de 2008 por Santos e Tatto (2008). Tais dados secundários permitiram verificar a evolução quanto ao número de beneficiários entre o período dos anos de 2008 e 2015, referente ao acesso a programas de transferência de renda - Renda Cidadã. Os sujeitos do estudo foram as famílias beneficiárias do Programa que residiam nas comunidades escolhidas.

Foram coletados dados primários em março de 2015, obtidos por meio de relatórios no Sistema do Programa Renda Cidadã², como por exemplo número de famílias beneficiárias em cada comunidade remanescente de quilombo e número de mulheres responsáveis pelo recebimento do benefício. Este sistema é alimentado por meio dos cadastramentos das famílias beneficiárias no Sistema Pró-Social³.

Além da análise destes dados, entre os meses de junho a setembro de 2014, foram realizadas palestras pelos técnicos do ITESP para esclarecimentos sobre novos cadastros no Programa Renda Cidadã e reuniões de trabalho

com o grupo de beneficiários nas comunidades para definição e discussão das ações complementares a serem executadas pelos mesmos, uma vez que é exigida a participação nestas atividades como contrapartida ao Programa.

4. A REALIDADE DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO ACESSO AO PROGRAMA RENDA CIDADÃ NOS ANOS DE 2008 E 2015

O número de beneficiários em cada comunidade remanescente de quilombos (CRQ) pode ser observado na tabela (Tabela 1) a seguir.

TABELA 1 – NÚMERO DE FAMÍLIAS NAS COMUNIDADES E NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA RENDA CIDADÃ NOS ANOS DE 2008 E 2015.

COMUNIDADE	Nº DE FAMÍLIAS NA CRQ 2008	Nº DE BENEFICIÁRIOS* 2008	% DE BENEFICIÁRIOS* 2008	Nº DE FAMÍLIAS NA CRQ 2015	Nº DE BENEFICIÁRIOS 2015	% DE BENEFICIÁRIOS 2015
Bombas	18	10 a 15	55,55 a 83,33%	16	16	100%
Cangume	41	5 a 10	12,19 a 24,39%	37	31	83,78%
Galvão	33	10	30,30%	34	20	58,82%
Ivaporunduva	100	30 a 40	30 a 40%	98	59	60,20%
Nhunguara	98	40 a 50	40,81 a 51,02%	91	68	74,72%
Pedro Cubas	39	5 a 10	12,82 a 25,64%	40	37	92,50%
Pedro Cubas de Cima	25	5 a 10	20 a 40%	22	15	68,18%
Porto Velho	20	5 a 10	25 a 50%	19	7	36,84%
São Pedro	41	5 a 10	12,19 a 24,39%	39	27	69,23%
Sapatu	77	10 a 15	12,98 a 19,48%	82	43	52,43%
Total	492	-	-	478	323	-

Fonte: ITESP (2015); Sistema Renda Cidadã (2015) e Santos e Tatto (2008).

* Nos dados referentes à 2008 - Santos e Tatto (2008) - não há um número exato de beneficiários do Programa Renda Cidadã, devido a isso foram apresentados os intervalos.

2 Sistema de gestão e base de dados do Programa Renda Cidadã.

3 Este foi desenvolvido entre meados de 2003 e início de 2004 visando a criação de um instrumento de gestão da política social, integrando eletronicamente os diversos cadastros da área e unificando o acesso aos mesmos, pela rede eletrônica. Em março de 2004, experimentalmente, o sistema entrou no ar (disponível para acesso na Internet) com acesso ainda restrito aos gestores estaduais e municipais, exigindo utilização de login e senha para identificação do usuário.

De forma geral, nota-se que, em 2008, cerca de 30% das famílias tinha acesso ao Programa Renda Cidadã. Já em 2015, esse número aumentou para aproximadamente 67%.

Pode-se observar que, com relação ao número de famílias, nas comunidades de Bombas, Cangume, Ivaporunduva, Nhunguara, Pedro Cubas de Cima, Porto Velho e São Pedro houve uma diminuição no número de famílias. Tal fato pode ser atribuído à saída de algumas pessoas da comunidade para trabalhar fora. Isto fica evidenciado no estudo de Santos (2015), no estudo foi verificado que a carência financeira fez com que famílias das comunidades estudadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Quilombos em Barra do Turvo/SP⁴ migrassem para centros urbanos à procura de trabalho assalariado. Apenas 3 comunidades apresentaram crescimento do número de famílias: Galvão, Pedro Cubas e Sapatu.

De acordo com os dados da Tabela 1, pode-se considerar que, independentemente do decréscimo ou aumento da população residente nas CRQs, o número de beneficiários do Programa Renda Cidadã aumentou. Desde modo, podemos afirmar que esta mudança é resultado dos seguintes fatores: o aumento do orçamento do governo destinado ao Programa, o maior acesso das famílias à cidade onde é realizado o cadastro para recebimento do benefício pelo ITESP, as mudanças na legislação (Resolução SEDS n° 10/2010 e n° 13/2015), em específico o que refere-se à ampliação dos critérios de elegibilidade e seleção dos beneficiários.

Nesse aspecto, destacam-se as comunidades de Bombas (Ilustração 1), Pedro Cubas (Ilustração 2) e Cangume, onde quase a totalidade da comunidade é beneficiária do Programa, 100; 92,50 e 83,78%, respectivamente. Os registros das Ilustrações 1 e 2 foram feitos durante atividades realizadas pelos técnicos do ITESP nas comunidades citadas. A CRQ que

possui menos beneficiários é Porto Velho, onde 36,84% são contemplados. Tal fato pode ser devido a parte das famílias se encontrar em período de carência⁵.



Ilustração 1 – Reunião com a CRQ de Bombas e os beneficiários do Programa Renda Cidadã, com a presença de uma das autoras.



Ilustração 2 - Reunião com a CRQ de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima e os beneficiários do Programa Renda Cidadã, com a presença de uma das autoras.

4.1 O PROGRAMA RENDA CIDADÃ E SUA RELEVÂNCIA PARA O GÊNERO FEMININO

De acordo com a Resolução SEDS 10/2010, artigo 6º, inciso I, o Programa possui critérios de elegibilidade e de seleção. Os critérios de elegibilidade são comprovar ou declarar renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo; apresentar comprovante de endereço; apresentar comprovante de matrícula e frequência no ensino fundamental, para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade.

4 A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Quilombos de Barra do Turvo/SP é uma unidade de conservação de uso sustentável e faz parte do Mosaico do Jacupiranga, na porção que abrange o município de Barra do Turvo. Está geograficamente separada por outra unidade de conservação, o Parque Estadual do Turvo, uma unidade de conservação de proteção integral e nas proximidades da BR 116.

5 Como já explicado, o período de carência se refere aos 12 meses em que a família beneficiária deve ficar sem receber o benefício, após recebê-lo por 36 meses consecutivos.

O inciso II, do mesmo artigo, descreve os critérios de seleção, sendo estes dispostos de acordo com o grau de prioridade. O primeiro critério é a família com o Índice de Vulnerabilidade Social Familiar (IVSF) mais alto; logo em seguida vêm famílias com a menor renda per capita; famílias chefiadas por mulher; maior número de crianças e adolescentes com idade inferior a 18 anos de idade; membro da família cumprindo medida socioeducativa; unidades familiares integradas por pessoa portadora de deficiência e, ou, incapacitada para a vida independente e para o trabalho, ou idoso com mais de 60 anos; e por fim, famílias compostas por pessoa egressa do sistema penitenciário ou em situação de privação de liberdade.

Deste modo, observa-se que, ao se realizar o cadastro, a preferência é para a mulher, sendo este feito em nome de mulheres chefes de famílias, solteiras e, ou, casadas.

Dentre os beneficiários, pode-se notar que, de forma geral, a maior parte destes é de mulheres (89,47%), variando de 62,5 a 100% dependendo da CRQ (Tabela 2). Isto atende um dos critérios de seleção do Programa, que é dar preferência a famílias chefiadas por mulheres e colocar a mulher como responsável pelo benefício.

TABELA 2 - NÚMERO DE FAMÍLIAS NAS COMUNIDADES, NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA RENDA CIDADÃ E NÚMERO DE MULHERES RESPONSÁVEIS

COMUNIDADE	Nº DE FAMÍLIAS NA CRQ	Nº DE BENEFICIÁRIOS	% DE BENEFICIÁRIOS	Nº DE MULHERES	% DE MULHERES
Bombas	16	16	100%	10	62,5%
Cangume	37	31	83,78%	27	87,09%
Galvão	34	20	58,82%	19	95%
Ivaporunduva	98	59	60,20%	52	88,13%
Nhunguara	91	68	74,72%	65	95,58%
Pedro Cubas	40	37	92,50%	37	100%
Pedro Cubas de Cima	22	15	68,18%	12	80%
Porto Velho	19	7	36,84%	5	71,42%
São Pedro	39	27	69,23%	25	92,59%
Sapatu	82	43	52,43%	37	86,04%
Total	478	323	-	289	-

Fonte: ITESP (2015) e Sistema Renda Cidadã (2015).

Como pode-se observar, destacam-se as comunidades de Pedro Cubas, Nhunguara, Galvão e São Pedro, onde mais de 90% dos beneficiários são mulheres. Este é um dado importante, pois a maior parte destas mulheres possui como única fonte de renda os benefícios como o Renda Cidadã e o Bolsa Família. De acordo com o observado junto às mulheres quilombolas, como maioria responsável pelo recebimento do Programa Renda Cidadã, o benefício é essencial para o sustento da família. Nesse sentido, estudos como o de Leão (2012), revelaram que em relação ao empoderamento feminino⁶, elas passaram a ter mais cuidados com a sua própria saúde, no sentido de utilizar métodos contraceptivos, aumentar o espaço entre as gestações e procurar os serviços de saúde para os cuidados pré-natais e infantil.

Nas áreas rurais brasileiras em geral, não diferente no Vale do Ribeira, a desigualdade de gênero e suas consequências negativas são observadas, em especial as mulheres que atuam na agricultura familiar, mesmo sendo parte ativa e essencial na produção agrícola familiar, ora por serem as responsáveis por realizar, além do trabalho invisível (o do lar), atividades produtivas que geram economia doméstica, mesmo sendo com pouca ou nenhuma visibilidade no tocante econômico da família. Entretanto, essa realidade no meio rural vem aos poucos sendo modificada positivamente e as políticas sociais têm contribuído para esse processo transformador, como é o caso do Programa Renda Cidadã.

Esses resultados têm implicações importantes quando se considera que as populações estudadas são formadas, principalmente, por mulheres em situação de vulnerabilidade social. De acordo com a pesquisa de Fortini (2014), a maioria das famílias percebia o benefício de programas de transferência de renda como uma ajuda importante, sobretudo porque era um meio de se evitar situações de fome, inclusive de crianças, além de ser uma das

6 O conceito de empoderamento traz em seu bojo duas condições necessárias para que uma pessoa seja empoderada. A primeira delas diz respeito ao acesso ao conhecimento que se obtém através da educação, seja ela formal ou informal. A segunda condição do processo de empoderamento refere-se ao controle dos recursos econômicos, o que implica, necessariamente, usar e otimizar os recursos (NADÚ, et al., 2013).

principais ajudas em situações de desemprego. Mas, embora este benefício tenha possibilitado uma melhora na alimentação, os resultados obtidos pela autora indicaram que a maioria das famílias beneficiárias não perceberam mudanças significativas em suas condições de vida, no que tange à diminuição da pobreza e da exclusão, e tampouco percebeu também alterações ligadas ao fortalecimento da cidadania.

4.2 A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA JUNTO ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

De acordo com a Resolução SEDS 10/2010, a família beneficiária do Programa Renda Cidadã deverá cumprir as seguintes condicionalidades: em família com presença de criança e adolescente entre 6 (seis) e 15 (quinze) anos, que comprove a frequência escolar mínima de 75% (setenta e cinco por cento); em família com presença de criança de até 6 (seis) anos, que comprove as vacinações obrigatórias; e, deverá frequentar as ações complementares oferecida (s) pelo Município de acordo com calendário e atividades estabelecidos pelo executor do programa, respeitando, entretanto, a disponibilidade do beneficiário, devendo planejar as ações em conjunto com as famílias do programa.

A participação nas ações complementares é tida como exigência para a permanência no Programa, de acordo com a Resolução 10/2010, artigo 19, inciso III. O não cumprimento das condicionalidades do Programa pode implicar na suspensão do recebimento do benefício.

Estas ações são definidas como atividades organizadas e regulares, de iniciativa pública e, ou privada com a função de ampliar a oportunidade de desenvolvimento de proteção e de inclusão social, promovendo o desenvolvimento da autonomia dos beneficiários. São classificadas em serviço socioeducativo - este serviço deve estimular o diálogo, a reflexão, a troca de experiências, a emancipação e a participação social da família; apoio à formação e capacitação - esta ação tem por objetivo promover a formação e, ou educação

socioprofissional para o trabalho coletivo ou individual; e complementando renda cidadã - esta ação objetiva oferecer aos membros da família, condições para sua emancipação por meio de atividades que promovam sustentabilidade, possibilitando à família uma oportunidade para viver com seus próprios recursos.

Nas CRQs estudadas, as ações complementares são realizadas seguindo duas linhas de ação. Como estratégia da técnica responsável do ITESP pelo cadastramento das famílias no Programa, foi proposto aos grupos de beneficiários que os mesmos participassem das atividades realizadas pela técnica e, ou parceiros (outros órgãos do governo, ONGs, igreja, dentre outros); e também realizassem atividades coletivas dentro das comunidades.

Nas reuniões realizadas com os beneficiários para a definição destas ações (realizadas como contrapartida), ficou acertado o que se apresenta no Quadro 1, a seguir. Estas atividades foram definidas em conjunto com cada comunidade *in loco* e estão sendo realizadas pela técnica responsável (Ilustração 3) ou em conjunto com parceiros, de acordo com a disponibilidade de recursos humanos e orçamentários.

A escolha dos temas do serviço socioeducativo e cursos de apoio à formação e capacitação e do complementando Renda Cidadã foi concebida pelos próprios beneficiários das dez comunidades remanescentes de quilombos.

Em cada comunidade, o total de beneficiários foi dividido em grupos menores para discussão e escolha das ações, as sugestões eram escritas num papel. Logo em seguida, a técnica recolhia as anotações dos grupos e lia, em voz alta, a fim de cada item (tema/curso) ser aprovado ou não, por meio de votação. Desse modo, a lista final descrita no Quadro 1 não está em ordem de classificação e, ou, prioridade, de temas e sim contém todas as opções aprovadas pelo coletivo. O procedimento foi feito desta forma, pois os itens deveriam ser aprovados por todos para que entrassem na lista final de ações complementares, pois todos os beneficiários deveriam participar como exigência do Programa.

QUADRO 1 – AÇÕES COMPLEMENTARES DEFINIDAS PELOS BENEFICIÁRIOS DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS.

AÇÕES COMPLEMENTARES - PROGRAMA RENDA CIDADÃ			
COMUNIDADES	Temas classificados como Serviço Socioeducativo	Temas classificados como Apoio à formação e capacitação	Temas classificados como Complementando Renda Cidadã
CANGUME	Alcoolismo, tabagismo, educação.	Informática, inglês.	Bordado, horta comunitária, criação de frango, cabeleireiro.
PORTO VELHO	Tráfico de menores, drogas, saúde pública (mulher/infantil), educação, tabagismo.	Informática, inglês, espanhol, técnicas de venda, horta doméstica.	Bordado, culinária, corte e costura, fruticultura (pomar), crochê/tricô, pintura.
NHUNGUARA	Drogas, saúde (DST e mulher), educação, violência, direitos e deveres do cidadão, meio ambiente (agrofloresta), reciclagem.	Informática, inglês, horta doméstica, cooperativismo, viveiro de mudas, alfabetização de adultos.	Bordado, culinária, corte e costura, crochê, cabeleireiro, manicure/pedicure, artesanato, pedreiro, eletricitista.
SAPATU	Drogas, saúde da mulher e do homem, educação, alcoolismo, meio ambiente.	Informática, inglês/espanhol, horta doméstica, instrumentos musicais primeiros socorros, turismo.	Culinária, artesanato, panificação, cabeleireiro.
GALVÃO	Drogas, alcoolismo, violência doméstica.	Informática.	Bordado, culinária, crochê, pintura.
IVAPORUNDUVA	Drogas, saúde preventiva, reeducação alimentar, educação.	Informática, inglês, turismo.	Bordado, culinária (panificação), crochê/tricô, cabeleireiro, biomassa, alimentos minimamente processados, embalagens para alimentos.
SÃO PEDRO	Drogas, saúde da mulher e do homem, educação.	Informática, zumba/ginástica.	Bordado, culinária, crochê/tricô, biscuit, pintura, conservas de alimentos.
PEDRO CUBAS E PEDRO CUBAS DE CIMA	Saúde, saúde da mulher, drogas e alcoolismo.	Informática, inglês.	Culinária, panificação, corte e costura, crochê, artesanato, pintura.



Ilustração 3 - Reunião com os beneficiários do Programa Renda Cidadã em Nhunguara para a realização das ações complementares, com a presença de uma das autoras.

Pode-se observar no Quadro 1 que os beneficiários desejam se capacitar e adquirir mais conhecimento. Seja na forma de palestras,

como as que foram citadas, por exemplo sobre alcoolismo e saúde da mulher, seja na forma de cursos profissionalizantes e de artesanato, como informática, inglês, bordado e culinária.

Nesse sentido, a promoção de cursos complementares à transferência monetária possibilita o desenvolvimento de “liberdade e capacidades humanas, na perspectiva de Amartya Sen *apud* Fortini (2014). Dessa forma, haveria coerência com o desenvolvimento humano que o autor propõe, baseado nas liberdades substantivas e nas capacidades, em que as pessoas podem escolher um modo de vida entre os possíveis (Fortini, 2014). Por meio das ações complementares, as famílias beneficiárias têm possibilidades de inclusão social em mercados de trabalho. Este é um dos objetivos do Programa Renda Cidadã.

Além destas atividades do Quadro 1, foi acordado que uma vez por mês cada comunidade realizaria uma atividade coletiva também considerada como contrapartida – ação complementar.

Cada comunidade reuniu seus beneficiários e decidiu quais atividades seriam feitas regularmente, mês a mês, passando pela anuência e apoio da técnica do ITESP. Dentre as atividades, destacam-se as assembleias das associações, reuniões nas comunidades, mutirões para variadas finalidades, grupos de ginástica, palestras e cursos diversos realizados por outros órgãos, ONGs, dentre outras entidades. Após a realização da atividade do mês, um beneficiário, escolhido pelo grupo, passa uma lista de frequência, assinada pelos demais, para que seja entregue à técnica responsável a fim de se fazer o controle de presença nas ações executadas.

Estas ações realizadas por iniciativa dos próprios beneficiários tinham o objetivo de fortalecer a comunidade, pois os princípios básicos estabelecidos foram os da coletividade, cooperação e apoio mútuo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de políticas públicas de assistência social e programas de transferência de

renda veio para proporcionar a promoção social e econômica de famílias em situação de vulnerabilidade social, visando o acesso destas a direitos sociais básicos.

Tendo em vista os poucos estudos a respeito do acesso de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira a programas de transferência de renda, este estudo procurou elucidar algumas questões no que concerne ao acesso destas ao Programa Renda Cidadã.

De acordo com os dados obtidos, pode-se concluir que, de 2008 a 2015, independentemente do crescimento ou não da população residente nas comunidades remanescentes de quilombos, o número de beneficiários do Programa Renda Cidadã, de forma geral, cresceu consideravelmente. Tal fato pode ser atribuído a diversos fatores, que vão desde a questão de orçamento do governo do Estado a mudanças na legislação pertinente ao Programa, como ampliação dos critérios de elegibilidade e seleção das famílias.

Considerando as comunidades remanescentes de quilombos estudadas, todas apresentam beneficiários do Programa Renda Cidadã e estes são mais que a metade das famílias, sendo que a maioria é do sexo feminino, atendendo um dos critérios de seleção e proporcionando renda, mesmo que provisória, a muitas mulheres que têm este benefício como única fonte de recurso financeiro.

Além disso, em algumas situações, o fato da mulher receber o benefício funciona como um meio pelo qual seu companheiro possa se ausentar de suas responsabilidades financeiras, reforçando ainda mais a responsabilidade da mulher no lar. Por fim, vale lembrar o argumento de Prates e Nogueira (2005) *apud* Nadú (2013), de que a grave situação de pobreza e obstáculos socioculturais existentes no país dificultam a autonomia e empoderamento das mulheres, mas, apesar disto, quando bem fundamentados e articulados, refletem os esforços para a superação das desigualdades existentes em diversas esferas da vida dos indivíduos, dentre as quais está a das relações que se estabelecem entre homens e mulheres.

Esses achados são imprescindíveis no contexto atual, dado que o crescimento e a expansão desses programas estão diretamente vinculados aos resultados alcançados tanto no combate à fome e à pobreza, como na melhoria dos níveis de saúde e educação de crianças e no empoderamento feminino, já que as mulheres são responsáveis pelo recebimento dos benefícios na maior parte dos programas.

Com relação às ações complementares, estas foram implementadas de acordo com duas linhas de ação. Vale ressaltar que apesar de haver beneficiários do Programa desde praticamente o início deste, em meados de 2005, as ações haviam sido pouco realizadas até o ano de 2014.

Primeiramente, foram definidas ações juntamente com as comunidades, sendo estas realizadas pela técnica responsável pelo cadastramento das famílias, de acordo com a disponibilidade de recursos. Outra forma de ação consiste em atividades realizadas uma vez por mês, a critério dos beneficiários, como complemento às da técnica. Isso faz com que a associação e a comunidade se fortaleçam, uma vez que as atividades são utilizadas como instrumento para realização de um projeto coletivo e em prol das mesmas, que não existia a priori, de forma sistematizada. Nestas ações há agendamento prévio e os beneficiários são avisados com antecedência mínima de uma semana.

Notou-se que os beneficiários têm desejo de se qualificar profissionalmente e adquirir conhecimentos, pois na determinação das ações, os temas de palestras e sugestões de cursos foram diversificados e numerosos.

No entanto, devido à falta de recursos humanos e financeiros, poucas ações (palestras e cursos) foram realizadas junto aos beneficiários. Este fato pode comprometer a concretização de um dos objetivos do Programa Renda Cidadã, que é promover a autonomia e melhoria na qualidade de vida das famílias.

Tal afirmação é elucidada por Fortini (2014) quando ela diz que a superação da pobreza e da exclusão entre gerações através da educação e do acesso a serviços públicos de saúde só será visível a médio e longo prazos

quando pesquisas apurarem exatamente se as crianças e adolescentes de hoje foram incluídos na vida social com acesso aos direitos de cidadania. Considerando que o desenho dos programas de transferência de renda se pauta em uma concepção de saúde relacionada à prevenção e imunização e de educação como acesso e frequência, parece pouco provável que, dessa forma, a pobreza e a exclusão, sejam superadas.

Isso porque não basta apenas exigir que as famílias cumpram tais exigências, se os programas não forem complementados por ações que aumentem a autonomia das famílias e a possibilidade de integração ao mercado de trabalho, ampliando a capacidade de geração de renda para seus membros e contribuindo para o combate estrutural da pobreza e para a melhoria das condições de vida do grupo familiar, conforme consta na proposta do Programa.

A grande quantidade de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda é uma evidência de que, no Vale do Ribeira, dentro das comunidades quilombolas, a vulnerabilidade social é alta, pois para se cadastrar no Programa, um dos critérios de elegibilidade é ter renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo. Este fato pode sinalizar para a necessidade de novas políticas públicas para formação e capacitação de pessoas e novas fontes de geração de renda para que estes indivíduos possam sair da situação de vulnerabilidade social e alcançar uma autonomia econômica, respeitando-se as particularidades de cultura e tradição destas comunidades quilombolas.

Assim, o conhecimento dos impactos alcançados pelos programas de transferência de renda pode subsidiar decisões políticas referentes ao aumento da cobertura, além da retomada e, ou mudança de rumos quando necessário, possibilitando maiores progressos na luta contra a pobreza e a desigualdade social.

Recebido em: 04/01/2016
Aprovado em: 04/04/2016

REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina. As florestas virgens manejadas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, 10, 1: 3-20, 1994.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. São Paulo: ABA; FGV, 2002.

ARRUTI, José Maurício. Políticas públicas para quilombos: um ensaio de conjuntura a partir do exemplo da saúde. Tempo de Presença, 11: 6-10, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Leis, decretos, etc. Decreto n. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial, Brasília, 2007.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Terras de Negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência. São Paulo, 1995. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.

COTTA, Rosângela Minardi Mitre; MACHADO, Juliana Costa. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. Rev Panam Salud Publica, 33, 1: 54-60, 2013.

FORTINI, Grasielle Costa dos Santos. Programa Bolsa Família e suas implicações no empoderamento familiar – Muriaé/MG. Viçosa, 2014. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica, UFV, 2014.

LEÃO, Renata Teixeira. Estado nutricional de crianças, condições de vida e emancipação das famílias cadastradas no Programa Bolsa Família: determinantes e desafios. Viçosa, 2012. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Nutrição, UFV, 2012.

LIMA, Debora de Magalhães. O envolvimento de populações humanas em unidades de conservação: a experiência de Mamirauá. In: RAMOS, Adriana; COPABIANCO, João Pau-

- lo (org.). Unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC). São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.
- LIMA, Flávia Emília Leite. et al. Programa Bolsa-Família: qualidade da dieta de população adulta do município de Curitiba, PR. Ver Bras Epidemiol, 16, 1:58-67, 2013.
- MAGALHÃES, Rosana et al. A implementação do programa Bolsa Família: as experiências de São Francisco de Itabapoana e Duque de Caxias. Cienc Saúde Coletiva, 12, 6: 1513-24, 2007.
- MARTINS, Ana Paula Bortoletto et al. Transferência de renda no Brasil e desfechos nutricionais: revisão sistemática. Rev. Saúde Pública, 47, 6: 1159-1171, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102013000601159&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 ago. 2015.
- MEDEIROS, Marcelo et al. Transferência de renda no Brasil. Novos estud. - CEBRAP, 79: 5-21, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33022007000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 ago. 2015.
- MONBEING, Pierre. A franja pioneira. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- NADÚ, Amanda do Carmo Amorim et al. Empoderamento feminino e relações de gênero no contexto do Programa Bolsa Família em Contagem: breves reflexões, 2013. Disponível em: <<http://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/EMPODERAMENTO%20FEMININO%20E%20RELA%C3%87%C3%95ES%20DE%20G%C3%8ANE-RO%20NO%20CONTEXTO%20DO%20PROGRAMA%20BOLSA%20FAM%C3%8DLIA%20EM%20CONTAGEM%20BRE-VESES%20REFLEX%C3%95ES.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.
- PILLA, Marco et al. (org). Fundação ITESP: sua história e realizações, evolução das políticas agrária e fundiária no estado de São Paulo. São Paulo: ITESP, 2013.
- SALES, R.J.R.; MOREIRA, A.C.C. Estudo de viabilidade de implantação de reservas extrativistas no Domínio Mata Atlântica, município de Cananéia: proposta de continuidade do projeto. São Paulo: USP, NUPAUB; CNPT; IBAMA; FF;SMA, CPLA, 1994.
- SANCHES, Rosely Alvim. Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins (Litoral Sul – São Paulo). São Paulo, 1997. Dissertação (mestrado) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, 1997.
- SANTOS, Katia Maria Pacheco dos. Práticas agroalimentares em unidades de conservação de uso sustentável sob a ótica da segurança alimentar. Piracicaba, 2015. Tese (doutorado) -Centro de Energia Nuclear na Agricultura – ESALQ, 2015.
- SANTOS, Katia Maria Pacheco dos; TATTO, Nilto. Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.
- SÃO PAULO. Resolução SEADS – 010, de 29 de junho de 2010. Dispõe sobre a Norma Operacional Básica para o Programa Renda Cidadã e dá providências correlatas. Diário Oficial, São Paulo, 2010.
- SEGALL-CORREA, Ana Maria et al. Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. Rev. Nutr. 21:39-51, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141552732008000700005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 ago. 2015.
- Sistema de informações territoriais. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=3514809>>. Acesso em: 31 ago. 2015.
- SOARES, Fabio Veras et al. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. Texto para Discussão, n. 1.228, Ipea, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1905/1/TD_1228.pdf>. Acesso em 18 set. 2015.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

A DIMENSÃO ESPACIAL NO PLANEJAMENTO FEDERAL BRASILEIRO NA TRAJETÓRIA REPUBLICANA

Kilma Gonçalves Cezar, Elimar Pinheiro do Nascimento

RESUMO

Neste artigo analisamos como a dimensão espacial se apresentou nas decisões e ações no governo federal ao longo da história republicana brasileira, sobretudo após 1930 até 2010. Constatou-se que no primeiro momento (1930-1985), em que o Estado pode ser definido como *intervencionista*, a dimensão espacial era imbricada com a questão regional, relacionada à integração nacional e às disparidades regionais. No período seguinte (1985-2002), há uma ausência da importância da dimensão espacial nas ações governamentais, embora no PPA 1996-1999 haja sinais de retomada de sua relevância. Finalmente, no período de 2003 a 2010, a dimensão espacial se redefine, relacionando-se com a questão social. Acompanhando a tendência de reconfiguração do território nacional, ela adquire centralidade na elaboração e implantação de políticas públicas setoriais.

Palavras-chave: planejamento; Estado; dimensão espacial; questão regional; questão social; República

THE SPATIAL DIMENSION IN BRAZILIAN FEDERAL PLANNING: UMA ANÁLISE DE 1930 A 1910

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze how the spatial dimension has been presented in the decisions and actions of the federal government along the Brazilian republican history, mainly after 1930 until 2010. It was found that during the first period (1930-1985), in which the State can be defined as interventionist, the spatial dimension was intertwined with the regional issue, related to national integration and regional disparities. In the following period (1985-2002), there was a lack of importance of the spatial dimension in government actions, although there were signs of the resumption of its relevance in the PPA 1996-1999. Finally, in the period 2003-2010, the spatial dimension was redefined, being related to the Social Issue. Following the trend of reconfiguring the national territory, it becomes central to the development and implementation of sectorial Public Policies.

Keywords: Planning; State; Spatial Dimension; Regional Issue; Social Issue; Republic

Doutora em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. E-mail: kilmagc@yahoo.com.br.

Sociólogo, Professor Associado do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. E-mail: elimarcds@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Pretende-se com este artigo analisar como a dimensão espacial se apresenta na trajetória do planejamento federal na história republicana brasileira. Espera-se poder responder ao questionamento: Qual o lugar da dimensão espacial no planejamento federal brasileiro na trajetória republicana?

Para melhor visualização dos momentos históricos, nas suas singularidades, segue no quadro 1 uma periodização simples do planejamento federal brasileiro.

QUADRO 1 - PERIODIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO FEDERAL BRASILEIRO, 1889-2010.

PERÍODO/ ESTADO	TIPO DE PLANEJAMENTO
1889-1930 – Estado Liberal - Oligárquico	Ausência de Planejamento
1930 a 1985 – Estado Nacional Desenvolvimentista (Populista/ Autoritário)	Planejamento intervencionista
1985- 1994: Transição	Planejamento impossível
1995- 2002 – Estado Regulador (Social Liberal)	Planejamento indicativo
2003- 2010 – Estado Indutor	Planejamento indicativo/ intervencionista

Fonte: Própria (baseado em Hélio Silva, Ruy Fausto, João Antônio de Paula).

Os períodos sinalizados no quadro 1 têm em seu interior subperíodos e distintas ênfases, visto que não são homogêneos. Pela concisão necessária ao artigo optou-se por esta abordagem mais geral, sem desconhecer suas inúmeras diferenças internas.

Visando justificar a reconstituição da presença da dimensão espacial na trajetória histórica do planejamento de estado no Brasil, acredita-se ser interessante a identificação de alguns aspectos conceituais básicos utilizados, como dimensão espacial, questão regional e planejamento mais indicativo.

A dimensão espacial é tida como uma das problemáticas que adquire centralidade nas discussões acerca da elaboração e implantação de políticas públicas, uma vez que envolve a organização espacial em múltiplas escalas, como espaço, região e território (IPEA, 2010).

A polissemia dos termos - espaço, região e território permite visualizar uma rede de sentidos apropriados em diferentes acepções e em diversas áreas do conhecimento (HAESBAERT, 2006).

É vasta a literatura que se ocupa da discussão conceitual dos referidos termos. Assim, considera-se que o espaço nacional brasileiro não é apenas uma escala referente a um espaço geográfico físico, neutro, mas sim, um elemento das relações sociais e econômicas, locais e mundiais e que, ao mesmo tempo, se nutre das identidades culturais locais, históricas logo, a concepção da dimensão espacial que predominará o desenvolvimento deste artigo, encontra amparo em Couto (2005) quando assegura que a dimensão espacial comporta tanto o espaço geográfico, a região quanto o território por se tratarem de entes de uma mesma natureza e grandeza.

Esse entendimento encontra reforço em Diniz (2007); Amin (2007); Castells (1999) quando concordam que é possível pensar espaço enquanto região ou território, uma vez que a dimensão espacial se converte num lugar de fluxos de idéias, informações, conhecimento, pessoas, mercadorias, influências culturais, biodiversidade, agentes sociais, e de trajetórias históricas ali embutidas. Mas também em Becker (2007), quando trata a dimensão espacial como espaços-tempo diferenciados no planeta e como relações local-globais que ocorrem dentro dos espaços nacionais e cita que a flexibilização dos recortes geográficos flexibiliza também os Estados, o que implica o reconhecimento do espaço geográfico como geopolítica de relações multidimensionais de poder (BECKER, 1983).

Trata-se, pois, agora de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais. (...) o território volta a ser importante, não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. O território é um produto “produzido” pela prática social, e também um produto “consumido”, vi-

vido e utilizado como meio, sustentando, portanto a prática social. (BECKER, 1983, p. 7-8).

Na sua especificidade de questão regional, a dimensão espacial está associada ao contexto da desigualdade, bem como das diferenças regionais as quais permitem que determinadas regiões tenham uma dinâmica diferente das demais (OLIVEIRA, 1988). Assume relevância no planejamento federal dos anos 1950/1970, quando predominava a ideia de que a desigualdade regional entre o Sul-Sudeste e Norte-Nordeste representava um perigo à coesão social e à integridade territorial do País. O uso frequente do termo território, no aparato administrativo federal, é mais recente, e indica uma tentativa de maior precisão no reconhecimento diferenciado das lógicas espaciais geográficas, muitas vezes interregionais. Portanto, o conceito de dimensão espacial abrange, simultaneamente, os de região e território, sem negar suas especificidades.

Para tornar o raciocínio mais simples e mais claro optou-se por distinguir, entre os diversos tipos de planejamento, dois: o intervencionista e o indicativo. O primeiro, que atribui um papel central do Estado no processo de desenvolvimento, é composto de definições de objetivos e metas em grande parte relacionados à ação do Estado, desenvolvendo-se instrumentos e órgãos específicos para alcançá-los. O planejamento indicativo tenta orientar a ação dos atores sociais, em particular o segundo setor, com definição de objetivos que são perseguidos pelos estímulos concedidos ao mercado e sua regulação por parte do Estado. Já o planejamento mais indicativo reúne características dos dois tipos. É evidente que há muitas diferenças no interior de cada um dos tipos considerados. Por exemplo, não se pode confundir a ação de planejamento estatal no período Vargas, com a do período subsequente. Mas, no essencial, a lógica é a mesma: cabe ao Estado promover o desenvolvimento.

O período que compreende 1889-1930 não será contemplado, pois na primeira fase da formação do País enquanto Repú-

blica o planejamento não era uma problemática constante da agenda política. A dinâmica regional era definida pela produção predominante de cada região e pelo mercado internacional, o que caracterizava a economia brasileira como agro-exportadora, ou seja, como “ilhas regionais”. Na falta de uma “economia e uma cultura nacional” estabelecidas não havia como se pensar em planejar o País a partir da União. A economia, na ótica do Estado federal, estava quase que resumida no jogo de câmbio, ou seja, em dirimir as querelas entre importadores (fundamental na ausência de uma indústria) e exportadores.

O artigo está estruturado em três partes: o surgimento e configuração do planejamento federal, sua impossibilidade em face do surto hiperinflacionário e as tentativas de retorno, conforme os momentos acima apresentados.

1. PERÍODO: 1930-1985-PLANEJAMENTO INTERVENCIONISTA NO ESTADO DE CUNHO NACIONAL DESENVOLVIMENTISTA

O período de 1930-1985 corresponde ao da construção do Estado Desenvolvimentista no Brasil (IANNI, 1977), tendo uma forma autoritária nos seus primórdios (Estado Novo) e no término (regime autoritário-burocrático). Pode-se afirmar, entre outros, que oscilou entre duas tendências.

A primeira pode ser denominada de estratégia de desenvolvimento nacionalista e remonta os períodos que compreendem os anos 1930-1945, 1951-1954 (Vargas) e 1961-1964 (Jânio e Jango). Essa estratégia tinha como pressuposto alcançar o progresso econômico e social a partir do capitalismo industrial nacional e, para isso implicou na criação de um aparato estatal voltado para os processos de decisão do governo sobre assuntos econômicos, assim como, para impulsionar o desenvolvimento industrial nacional.

A segunda tendência pode ser denominada de estratégia de desenvolvimento nacionalista-dependente e se refere aos anos 1946-1950 (Dutra), 1955-1960 (JK) e 1964-1985

(Militares). Essa estratégia continha como pressuposto o projeto de um capitalismo industrial dependente, o qual implicava o reconhecimento das conveniências e exigências da interdependência das nações capitalistas, sob a hegemonia dos Estados Unidos, como alternativa para alcançar o progresso econômico e social. O investimento no setor industrial por meio da abertura da economia ao capital estrangeiro, algumas vezes associado aos/ou estimulado pelos investimentos estatais, proporcionou um aparelhamento material do País com infraestruturas portuárias, ferroviárias e rodoviárias, assim como, a entrada de empresas internacionais atuando em setores estratégicos da economia nacional. (IANNI, 1977).

Nesse sentido, é possível que a análise de como a dimensão espacial se apresenta na trajetória do planejamento federal, neste período (1930-1985) seja mais interessante se for realizada seguindo as estratégias do desenvolvimento, a nacionalista e a nacionalista-dependente.

1.1 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONALISTA: GETÚLIO VARGAS (1930-1945, 1951-1954), JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART (1961-1964)

Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954). O ano de 1930 foi de inflexão na história republicana brasileira. A Primeira República, República ou ainda República Oligárquica¹ (1889-1930) nasceu sob os princípios norteadores do liberalismo², apesar de manter padrões de comportamento oligárquico e tradicional (FAORO, 2000, p. 111). O liberalismo foi sempre um hóspede mal aceito na República brasileira. Naquele período, na política, o conservadorismo e o autoritarismo imperavam sobre as ideias liberais, enquanto que na economia o liberalismo ditava as ordens, porém, apenas no setor moderno da econo-

mia. Existia um liberalismo de mercado, mas ausente nas relações de trabalho. A política era dirigida por oligarquias rurais, em particular a paulista e a mineira, o que resultou na aliança “café com leite”.

A aliança foi rompida em 1930 na medida em que a oligarquia mineira não aceitou o candidato paulista proposto pelo presidente Washington Luís. Uma rebelião, após a vitória do paulista Júlio Prestes³, uniu gaúchos e mineiros, entre outros, que levou a deposição do presidente e a ascensão do candidato adversário, o gaúcho Getúlio Vargas. Foi o encerramento da velha República, pois agora a dinâmica econômica se deslocaria gradativamente para o espaço urbano e, em seguida, industrial.

Devido à decisiva participação dos militares na consolidação da “Revolução de 1930”, os primeiros anos do governo Vargas foram marcados por medidas centralizadoras: fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, das Câmaras Municipais, deposição de governadores e nomeação de interventores, ligados ao “tenentismo” com o objetivo de neutralizar a influência dos antigos coronéis (PAULA, 2003; ABREU, 1989).

O governo provisório (1930/1934) foi marcado por um clima de tensão entre os grupos oligárquicos e os chamados tenentes que apoiaram a Revolução de 30 (ABREU, 1989). Getúlio Vargas nomeou representantes dos tenentes para as interventorias estaduais e atendeu a algumas das reivindicações sociais das oligarquias regionais. A questão social passou a ser tratada como uma questão política e não policial (ABREU, 1989).

Ao longo da década de 1930 e metade da seguinte o Estado se apresenta como planejador do crescimento econômico, regulador do ambiente institucional e produtor, financiador e distribuidor de bens e de serviços (PAULA, 2003).

1 República oligárquica em razão da supremacia das oligarquias sobre as outras classes. Ver Hélio Silva

2 O liberalismo é fruto da Revolução de 1688, século XVII, tendo John Locke como um dos pioneiros na proposição de um sistema de governo alternativo ao absolutismo monárquico.

3 Com Julio Prestes na Presidência, possivelmente, assegurar-se-ia a manutenção da política de estabilização financeira ora adotada.

[...] A partir dos anos 30, o Estado nacional passa aos poucos a constituir-se em núcleo organizador da sociedade e alavanca a construção do capitalismo industrial. Tratava-se de um Estado capaz de impulsionar a industrialização em países de desenvolvimento tardio – em relação aos centros originários do capitalismo mundial – combinando certa autonomia organizacional e inserção na estrutura subjacente. Como todo Estado desenvolvimentista, o brasileiro desempenhou um papel estratégico no controle das forças de mercado internas e internacionais e na sua utilização em favor de um interesse econômico nacional [...] (SALLUM JR., 1994, p.146).

O nacionalismo de Vargas se traduzia numa ideologia de coesão nacional presente no planejamento federal. Coesão que envolvia a organização política do território e a integração das economias regionais (IANNI, 1977; MAGNAG, 1995; ABREU, 1989). O processo de centralização visava, além da eficiência, à racionalidade do Estado. Para tanto, era necessário reduzir a influência das oligarquias regionais sobre os processos decisórios nacionais. Cabia impedir que interesses particulares presentes nas oligarquias locais e regionais pudessem se sobrepor aos interesses nacionais (IANNI, 1997).

Em 1937, já no Estado Novo, as interventorias estaduais possuíam prerrogativas legislativas e executivas e não se mostravam de forma integrada nacionalmente. Nesse sentido, coube ao governo buscar mecanismos que permitissem a unificação de procedimentos das interventorias, garantindo os princípios de racionalidade administrativa e centralização política. Por meio do Decreto n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, foi instituída a lei que dispunha sobre a administração dos estados e municípios, conhecida por *Código dos Interventores*, que regulamentou suas ações e efetivou a nacionalização e a centralização das propostas do Estado Novo, conformando assim o processo de integração nacional (ABREU, 1989; PAULA, 2003). Por sua vez, a criação do Departamento

Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), em 1937, refletia a importância dada ao governo às estradas como meio de comunicação entre as regiões (ABREU, 1989). Sob esse contexto, em 1940, foi lançada a “Marcha para o Oeste” como diretriz governamental que consagrava a importância da ocupação territorial.

Para a consecução do projeto Desenvolvimentista, o Estado assumiu a responsabilidade de formar, dentro do sistema existente, um aparato estatal que assumisse a prática de planejamento de forma sistemática; mantivesse o compromisso de acelerar o desenvolvimento econômico brasileiro e incentivasse o investimento industrial (ABREU, 1989). A política econômica focava o mercado interno e protegia a indústria nacional dos competidores estrangeiros, por meio da criação de tarifas protecionistas e de investimentos na indústria (SUZIGAN, 1984). Em 1939 foi criada a Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico Nacional para planejar a criação da usina siderúrgica nacional. Em 1941, após negociação entre o governo brasileiro e o americano, foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, no Rio de Janeiro. No ano seguinte foi criada a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), visando à exploração das riquezas minerais do subsolo brasileiro, em especial o ferro. Ainda em 1942, Vargas criou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), a Fábrica Nacional de Motores (FNM), a Companhia Hidrelétrica de São Francisco a Comissão de Controle e Abastecimento. Além desses órgãos criou o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial - CNPIC (1944 a 1946), ligado ao economista Roberto Simonsen, e a Comissão de Planejamento Econômico - CPE (1944 a 1945), ligada ao economista Eugênio Gudim (IANNI, 1977, CPDOC-FGV, 2015, VELOSO, 2010).

Em 1942 criou-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Um de seus objetivos era sistematizar as várias divisões regionais que vinham sendo propostas⁴ numa única divisão regional do Brasil para estudos e

4 Anuário Estatístico do Brasil (1938), Conselho Técnico de Economia e Finanças (1939).

divulgação estatística, assim como, contribuir para a organização política do território nacional (IANNI, 1977; MAGNAG, 1995). No mesmo ano houve a criação do Banco de Crédito da Borracha, transformado posteriormente em Banco de Crédito da Amazônia, voltado para o desenvolvimento regional e para integração nacional.

O Estado atuava no Norte e no Sul. Em 1943 atuou na colonização do Paraná com a criação de novas cidades como Maringá, Cianorte, Londrina e Umuarama e criou os territórios federais Guaporé (atual Rondônia), Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Ponta Porá e Iguazu. Devido às duas grandes secas do Nordeste, 1932 e 1942, em 1945 foi criado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), e autorizada a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, como meios para o desenvolvimento regional (PAULA, 2003).

O segundo governo Vargas (1951 a 1954) traduziu-se na reafirmação do projeto industrializante e desenvolvimentista implantado no primeiro governo. Para fortalecer o processo de modernização do País e de incentivo ao desenvolvimento nacional e integrado foi elaborado o Plano Nacional de Reparcelamento Econômico ou Plano Lafer, criado o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o Fundo de Reparcelamento Econômico. Para fazer frente à fragilidade científica e tecnológica foram criados o Conselho Nacional de Pesquisas, futuro CNPq, e a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES). Em 1952 foi criada a Petrobrás e em 1953 a Eletrobrás, voltadas para o desenvolvimento de forma integrada e em defesa dos interesses nacionais (IANNI, 1977).

[...] a partir da década de 1950 [...] há uma política deliberada de desenvolvimentismo industrial consistindo em impostos *ad valorem* altamente protecionistas combinando com política cambial que subsidiava as importações de bens e insumos básicos, atração de investimentos externos diretos para o desenvolvimento da indústria

de bens de capital e consumo durável, investimento governamental direto em indústria de base e infraestrutura, políticas fiscal, monetária e crédito expansionista [...] (SUZIGAN, 1984, p: 133).

Diante do exposto, verifica-se que a preocupação com a integração nacional perpassou as ações governamentais da gestão Vargas, presente na política desenvolvimentista de cunho nacional baseada nos princípios do planejamento econômico, com forte interferência do Estado. O planejamento federal foi praticado de forma contínua e com o foco na integração nacional, por meio dos órgãos que integravam a administração estatal no governo (VIANNA, 1990).

Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964). Em 1961 Jânio Quadros assumiu a presidência da República com uma política econômica conservadora para o enfrentamento do aumento da inflação, déficit fiscal e desequilíbrio no balanço de pagamentos, herdados do governo JK.

No cenário internacional, os reflexos da guerra fria resultaram na aproximação dos países latino-americanos com os EUA, e após a experiência da Revolução Cubana muitos grupos inspirados em idéias revolucionárias surgiram na América Latina.

Nesse contexto, Jânio adotou a chamada Política Externa Independente que defendia a autonomia nacional, estimulava as relações com todos os países do mundo e visava à diminuição da influência norte americana. Assim, restabeleceu relações diplomáticas com a URSS, interrompidas no governo Dutra, condenou a tentativa de invasão dos EUA a Cuba e condecorou Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul (ALMEIDA, 2004).

No contexto econômico Jânio Quadros apresentou um plano contra a inflação que previa mudança no sistema cambial, para diminuir a pressão dos subsídios cambiais sobre o déficit público, e incentivou as exportações, reduzindo subsídios às importações de produtos, como forma de equilibrar a balança de pagamentos. O plano foi aprovado pelo

FMI, e assegurou ao governo a renegociação da dívida externa. Com um golpe mirabolante Jânio tentou reverter a situação de forte oposição com sua renúncia, em agosto de 1961, na esperança de que um levantamento popular o recolocaria no poder (MACEDO, 1975; ALMEIDA, 2004).

O levantamento popular não ocorreu e os militares resistiram à posse do vice presidente⁵, na ocasião, em visita a República Popular da China. O acordo com os militares obrigou a adoção do regime parlamentarista, assegurou o mandato presidencial até 31/12/1966 e previu, para 1962, um plebiscito sobre o restabelecimento do presidencialismo. Em 1963, após o plebiscito, o sistema de governo presidencialista vitorioso conferiu plenos poderes ao presidente João Goulart (ALMEIDA, 2004).

A situação econômica era de crise. No campo econômico a taxa de inflação já chegava a 51,3% em 1962, conforme quadro 2. Ainda neste ano o então ministro do Planejamento, Celso Furtado, apresentou o Plano Trienal como resposta política e econômica à aceleração inflacionária e como meio de dar continuidade ao desenvolvimento do País. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social foi inspirado no Plano de Metas e combinou o planejamento nacional e o planejamento regional, uma vez que buscava desenvolver as regiões mais estagnadas do País, integrando-as ao desenvolvimento nacional. O Plano buscava articulação com as reformas de base do Estado: agrária, administrativa, fiscal e bancária e visava assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional estimada em 7% e de renda per capita de 3,9% (ALMEIDA, 2004; IANNI, 1977). As ações previstas no capítulo final do Plano Trienal, intitulado *Programa das Reformas de Base* representavam a síntese da caminhada ao nacional-desenvolvimentismo. Eram as reformas de base, que garantiriam a ampliação do mercado interno e permitiriam os ganhos de produtividade no campo e

na cidade, alcançando o desenvolvimento econômico (PAULA, 2003; ALMEIDA, 2004).

QUADRO 2 - TAXAS ANUAIS DE INFLAÇÃO (1960 A 1964)

ANO	INFLAÇÃO PELO IGP (% aa)
1960	32,3
1961	49,9
1962	51,3
1963	81,3
1964	91,9

Fonte: Fundação Getúlio Vargas. Compilado de Simonsen (1979, p. 80). Inflação Índice Geral de Preços

A crise se agravou após o plebiscito, pois em 1962 o PIB cresceu 6,6%, e em 1963 apenas 0,6%. Neste contexto, os conflitos sindicais tornaram-se ainda mais intensos e a desestabilização política aumentou. Tanto os planos de estabilização da economia fracassaram quanto à consecução das reformas de base (PAULA, 2003). No ano seguinte o governo se encerraria com o golpe militar de 31 de março de 1964.

1.2 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONALISTA-DEPENDENTE: DUTRA (1946-1950), JK (1955-1960) E REGIME BUROCRÁTICO-AUTORITÁRIO (1964-1984).

Dutra (1946-1950). Em 1946, a queda de Vargas e a nova Constituição contribuíram para reforçar as iniciativas do liberalismo econômico. A Constituição de 1946 garantiu a autonomia dos estados e municípios e restabeleceu a independência dos três poderes (IANNI, 1977).

[...] a instabilidade política brasileira, típica da República de 1946, constituiu-se em notável entrave, não apenas para as iniciativas de planejamento econômico federal, como também para o próprio processo de administração governamental [...]. (ALMEIDA, 2004, p.7).

A posição econômica do governo Dutra se apoiava no que Vianna (1990) chamou de

⁵ Resistência em grande parte devida às relações estreitas que Jango mantinha com os sindicatos, criadas desde o desempenho da função de Ministro do Trabalho no segundo Governo Vargas.

ilusão de divisas. Como o volume de reservas do País estava em situação favorável, o governo acreditava que a posição liberal do País atrairia investimentos estrangeiros, solucionando o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Com isso, foi instituído o mercado livre com extinção do controle dos fluxos de reservas por parte do governo. Entretanto, a ilusão durou pouco: as reservas nacionais foram gastas com o aumento do déficit comercial, sobretudo na importação de máquinas e matéria-prima para as indústrias, que atingiu US\$ 313 milhões em 1947 (VIANNA, 1990). Assim, a política liberal fracassou e precisou ser revista, adotando-se o controle cambial frente à escassez das moedas fortes e o sistema de licenciamento prévio de importações⁶ (VIANNA, 1990).

O Estado priorizou uma política externa de proximidade com os Estados Unidos, permitindo a presença dos interesses internacionais no País, como a Missão Abbink (1948) que, em diagnóstico econômico, apontou a necessidade de investimentos na infraestrutura e a participação do capital estrangeiro (IANNI, 1977). Emergiu assim, o Plano Salte que estruturava um conjunto de ações nas áreas de saúde, alimentação, transporte e energia, enfatizando as áreas setoriais. Tratou-se do primeiro exemplo de planificação econômica setorial, buscando-se uma inter-relação entre diferentes os setores econômicos (PAULA, 2003; ALMEIDA, 2004).

De modo geral, o Governo Dutra procurou, por um lado, a inserção do Brasil no mundo, segundo os princípios liberais via *Bretton Woods* e Plano *Marshall* e, por outro, deu continuidade ao papel central do Estado no desenvolvimento econômico (VIANNA, 1990).

JK (1955-1960). Juscelino Kubitschek traçou o seu governo dentro da política desenvolvimentista, baseada no crescimento industrial, cujo lema foi alcançar o desenvolvimento “cinquenta anos em cinco”. Para atingir estes resultados elaborou o Plano de Metas, a par-

tir de setores-chave da economia como transporte, energia, indústria de bens de consumo e de base. Tratava-se da primeira ação sistemática do Estado para o planejamento industrial, contemplando a questão regional e setorial de forma única. Propunha ações nos campos estratégicos, particularmente a indústria, incorporando as economias regionais e a interiorização da dinâmica econômica. Por meio da criação da nova capital, Brasília, objetivava a integração nacional (BENEVIDES, 1979, 1991).

O Plano de Metas foi fruto do diagnóstico econômico brasileiro elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de 1951/1953, ainda no governo Vargas. Seus estudos, assim como os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), indicavam a necessidade de eliminar os “pontos de estrangulamento” da economia brasileira para promover o desenvolvimento regional e setorial baseado na substituição de importações (IANNI, 1977, BENEVIDES, 1979, 1991).

O Plano de Metas visava, entre outros, a aumentar a produtividade dos recursos investidos, viabilizar a aplicação de novos recursos em atividades produtivas, aumentar a oferta de empregos e elevar o nível de vida da população. Ao observarem o quadro de modernização do Brasil a partir da política de substituição de importações, os órgãos planejadores notavam que entraves na infraestrutura dificultavam o crescimento da economia brasileira, levando-a a crises cambiais e inflacionárias. Assim, planejaram obras, sem restrição do capital estrangeiro, unindo Estado, setor privado e capital internacional para gerar o crescimento econômico. Entrava em cena um novo nacionalismo, divergente do de Vargas, pela ênfase concedida ao capital estrangeiro (BENEVIDES, 1991).

A implementação do Plano de Metas e a interiorização da capital impuseram a necessidade de desenvolvimento de uma política de

6 Com o sistema de licença prévia as divisas para importar eram liberadas de acordo com as prioridades do governo e após análise de cada pedido de importação. Tal política cambial foi praticada até 1953.

transporte, mantendo como foco a integração do espaço brasileiro. Com essa visão o governo planejou a ligação rodoviária entre o Centro e o Norte do País, por meio da criação da rodovia Belém - Brasília ou BR 153, que se tornou a principal via de acesso da região Norte as demais regiões. Com ela, novas cidades emergiram: Guaraí, Mira Norte, Araguaína, Colinas de Goiás, Gurupi, Alvorada, entre outras.

O nacionalismo desenvolvimentista de JK, com participação mais acentuada do capital internacional, apresentava divergência em relação ao desenvolvimentismo de Vargas. Distintamente deste, não continha a ideia de autonomia econômica. (IANNI, 1977).

A expansão do capitalismo industrial no espaço nacional gerou uma expansão do estilo urbano de vida e dos setores industrial e terciário da economia. A entrada do capital estrangeiro no Brasil, por sua vez, proporcionou um aparelhamento material do País e um progresso no padrão de vida com infraestruturas portuárias, ferroviárias e rodoviárias, e um desenvolvimento urbano considerável (SKIDMORE, 1975).

[...] O período de Kubitschek tornou-se conhecido por suas realizações econômicas. O dinâmico presidente prometeu ‘cinquenta anos em cinco’ de governo e não há dúvida de que de 1956 a 1961 o Brasil apresentou um crescimento econômico real e marcante. A base para o progresso foi uma extraordinária expansão da produção industrial. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80%. De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% per capita [...]. (SKIDMORE, 1975, p. 204).

A reprodução do capital a partir da inclusão do capital estrangeiro favoreceu a dinâmica do desenvolvimento industrial e urbano, o que gerava uma nova divisão regional do trabalho.

[...] o desenvolvimento industrial da região de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, começou a forjar uma divisão regional nacional, em substituição ao arquipélago de economias regionais até então existentes [...] (OLIVEIRA, 2008:199).

Assim, emergiu uma nova dinâmica regional caracterizada pela urbanização, industrialização e novas relações de trabalho, produzidas pelo capitalismo com característica integradora, sob a chancela do Estado. As disparidades regionais eram o sinal de movimento diferencial de acumulação do capital nas relações entre os “Nordestes”⁷ e o Centro-Sul. Para atenuá-las emergiu, no contexto governamental, o planejamento regional por parte do governo Federal (FURTADO, 2000; CANO, 1998; OLIVEIRA, 2008). A questão regional passou a ser considerada uma questão nacional. Em 1958 foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sob a coordenação técnica de Celso Furtado, cujo objetivo era realizar um diagnóstico da raiz dos problemas econômicos nordestinos e propor alternativas para acelerar o desenvolvimento da região.

A raiz do problema da disparidade regional, segundo o GTDN, estava no subdesenvolvimento do setor produtivo do Nordeste, que tinha como base a economia agro-exportadora e utilizava os superávits comerciais para as importações de bens de capital da região do Sudeste. Caso não mudasse a lógica produtiva regional, suas relações econômicas com o Centro-Sul tenderiam a perpetuar o subdesenvolvimento do Nordeste (OLIVEIRA, 2008).

A dimensão espacial assumiu a forma da questão regional, considerando a crescente disparidade entre as regiões. O grande objetivo do planejamento federal era o da integração nacional, com incorporação das economias regionais (ARAÚJO, 2007; FURTADO, 2000; OLIVEIRA, 2008). O discurso planejador do Estado consistia em superar as desi-

7 “Nordestes” - expressão utilizada por Tânia Bacelar para traduzir a heterogeneidade e a complexidade da dinâmica nordestina.

gualdades regionais a partir da expansão de novas tecnologias industriais e agrícolas para as regiões desfavorecidas.

Em 1959 foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE com a finalidade de corrigir as desigualdades regionais que se ampliavam, à medida que avançava o processo de constituição do mercado interno, alavancado pela industrialização. Foi criado igualmente o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) como instrumento estatal para atrair capital para projetos de desenvolvimento no Nordeste (OLIVEIRA, 2008). As diretrizes de ação da SUDENE em relação às políticas de desenvolvimento regional foram baseadas no estímulo à modernização econômica e ao investimento por meio de fomento governamental. Seus resultados, ao final do governo JK (1961), mostraram um crescimento da produção de bens primários na região. Contudo, não se observou grandes ganhos de produtividade, o que acabou comprometendo a expansão do mercado interno regional (OLIVEIRA, 2008).

Regime Burocrático Autoritário (1964-1984). A partir da instalação do regime militar em 1964, observou-se o fortalecimento do Poder Executivo, a interferência crescente do poder público em praticamente todos os setores do sistema econômico nacional e a expansão da tecnoestrutura estatal, consubstanciada na elaboração de planos, programas, criação de órgãos e empresas estatais e de fundos de financiamento. Além disso, o caráter autoritário e centralista do governo federal acarretou a redução significativa da autonomia tanto dos estados quanto dos municípios (IANNI, 1977).

Para dar prosseguimento ao desenvolvimento econômico, tornava-se necessário desenvolver o setor de bens de capital e de bens intermediários que estavam defasados⁸. Vários entraves foram detectados, em especial a ausência de mecanismos de financiamento adequados, tanto para o setor público, que se encontrava com elevado déficit público devi-

do aos gastos realizados no Plano de Metas, como para o setor privado, que necessitava de maiores recursos financeiros para investir (SILVA, 1987).

Nesse contexto, o governo Castelo Branco lançou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) para o período de 1964 a 1966, cujo objetivo era retomar o crescimento econômico e atenuar os desníveis de desenvolvimento regional e setorial do Brasil. Como o controle inflacionário era visto como precondição para a retomada do crescimento da economia, o PAEG foi dividido em duas linhas de atuação: combate à inflação e reformas estruturais. Essas reformas estruturais contemplavam a tributária, a monetária-financeira e a do setor externo.

As reformas do PAEG alteraram todo o quadro institucional vigente na economia brasileira, adaptando-o às necessidades de uma economia industrial. O regime militar adotou o planejamento federal como instrumento de intervenção, de controle social e de integridade nacional, com fins de promover o desenvolvimento. A integração do mercado nacional e a sedimentação da integração físico-territorial foram consideradas como prioridades (SIMONSEN, 1989). Assim, o desenvolvimento da Amazônia ganhou relevância. Em 1965 iniciou-se a Operação Amazônia, com o objetivo de integrar a Amazônia às demais regiões do País. Essa Operação baseou-se no princípio de polos de desenvolvimento, e visava dinamizar a economia e povoar a região. Com este intuito foram criadas a Superintendência da Amazônia, (SUDAM) (1969) e a Superintendência do Centro-Oeste (SUDECO) (1967) (MENEZES, 2009).

O planejamento federal, no regime militar, ganhou formalização e institucionalidade. Foi criada uma estrutura técnico-administrativa com o Ministério do Planejamento (MINIPLAN) e o Instituto de Planejamento e Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (GARCIA, 2000).

⁸ Estes setores eram chamados de setores de “demanda derivada”, isto é, a demanda de seus produtos depende da demanda pelos produtos finais na economia.

Para o período de 1968 a 1970 o governo implantou o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) cujos objetivos eram a valorização da empresa privada e a aceleração do desenvolvimento econômico (IANNI, 1977).

Na década de 1970 o projeto militar brasileiro consistiu na construção de um parque industrial e na inserção do País no rol das potências mundiais. O capital financeiro internacional foi instado pelo governo a financiar a construção do projeto “Brasil Grande Potência”. Essa década foi de grande expansão e modernização da economia do País, a partir da intervenção estatal e do planejamento federal (ARAÚJO, 2000).

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) estabeleciam três grandes objetivos: colocar o Brasil no rol das nações desenvolvidas; duplicar até 1980 a renda *per capita* do País e garantir uma taxa de crescimento do PIB variando entre 8% e 10% ao ano. Por isso, este período foi conhecido como a Era dos PNDs, uma vez que houve o PND I (1972-1974), o PND II (1974 a 1979) e o PND III (1979 A 1985) (IANNI, 1977, SKIDMORE, 1988). Até o ano de 1973, o País conheceu alto índice de crescimento econômico, conforme quadro 3.

QUADRO 3 - INDICADORES ECONÔMICOS (1969 – 1973)

ANO	PIB %	PRODUÇÃO INDUSTRIAL %
1968	9,8	14,2
1969	9,5	11,2
1970	10,4	11,9
1971	11,3	11,9
1972	12,1	14,0
1973	14,0	16,6

Fonte: Anexo Estatístico (ABREU, 1989).

Entre 1968 e 1973, o PIB cresceu à taxa média de 11,2% ao ano, chegando a 14% em 1973. A produção industrial cresceu à taxa média de 11,2% a.a (chegando a 16,6% em 1973). Esse período denominado de Milagre Econômico esteve associado ao empenho do governo em tornar o Brasil uma grande potência mundial, com investimentos em infraestrut

tura (ferrovias, aeroporto, telecomunicação), nas indústrias de base (siderurgia e mineração), de transformação (cimento, papel, alumínio), equipamentos (turbinas, motores, telefonia), bens duráveis (carros e eletrodomésticos) e na agroindústria de alimentos (carnes, laticínios e grãos) (SKIDMORE, 1988).

A preocupação com as desigualdades regionais retomou o cenário governamental e esteve presente no PND I e de forma mais evidente no PND II (PAULA, 2003, ALMEIDA, 2004). No PND I (1972-1974) foram criados vários programas de desenvolvimento regional, diminuindo o papel das instituições SUDENE, SUDECO e SUDAM, provocando a expansão da fronteira agrícola, o aumento do desenvolvimento do Centro-Sul e novas iniciativas de industrialização do Nordeste (SKIDMORE, 1988, PAULA, 2003). O PND I foi amparado por planos setoriais e regionais de desenvolvimento.

[...] O PND I [...] foi complementado por uma série de planos setoriais ou regionais, como o Programa de Integração Nacional, voltado para o Nordeste e a Amazônia; o Proterra, visando dar exequibilidade à reforma agrária; o Provale, programação de infraestrutura para o vale do rio São Francisco; o Prodoeste, incentivos para o Centro-Oeste; o Prorural, estendendo aos trabalhadores do campo os benefícios da previdência social, e o Programa de Integração Social, que visa à participação dos trabalhadores do setor privado no valor agregado pela atividade empresarial [...] (ALMEIDA, 2004, p:10)

Contudo, a dinâmica favorável da economia não foi capaz de alterar a estrutura de concentração setorial e espacial do crescimento econômico, uma vez que o governo incentivava atividades que pertenciam a gêneros dinâmicos da indústria. (GUIMARÃES NETO, 1997). Dessa forma, o PND II (1974 a 1979) teve como objetivo consolidar a matriz produtiva em nível nacional, privilegiando o investimento na eliminação das dificuldades na produção de bens intermediários e direcionando

uma parcela substancial dos investimentos para as regiões periféricas.

O PND II se deu durante o início da crise econômica mundial provocada pela alta de preços do petróleo. Diante desta crise, o governo militar propunha uma “fuga para frente” construindo uma estrutura industrial com capacidade de superar a crise, assumindo os riscos de aumentar a dívida externa e os déficits comerciais. As empresas estatais Eletrobrás, Petrobrás, Siderbrás, Vale do Rio Doce e Telebrás estavam entre as principais empresas envolvidas no processo de alcance da industrialização avançada (ALMEIDA, 2004, SKIDMORE, 1988). A política de investimento nas estatais visava à ampliação das bases produtivas fora do Sudeste, e à impulsionar o que Guimarães Neto (1997) chamou de “modesta desconcentração regional”. Esse movimento permitiu a ocupação da fronteira agropecuária na direção da região Centro-Oeste e oeste do Nordeste e do Norte. À medida que o mercado nacional se integrava no âmbito nacional, a indústria se estendia e se desenvolvia em regiões menos desenvolvidas⁹. Tratou-se de uma migração de capitais, da região Sudeste para outras regiões, resultando na integração de regiões periféricas à dinâmica nacional.

O PND II se caracterizou por proporcionar mudanças nos rumos da industrialização brasileira, investindo na exploração de metais não-ferrosos, minérios, petroquímica, fertilizantes e defensivos agrícolas, além da prospecção e produção do petróleo, energia nuclear, hidrelétrica, álcool, carvão, e em incentivos fiscais, como a reserva de mercado e a política de preços. As políticas estatais de forte incentivo à industrialização e de descentralização econômica favoreceram o crescimento das agroindústrias, o que gerou os pólos regionais de crescimento (KOHLEPP, 2002; ALMEIDA, 2004). A concepção destes pólos, baseada na valorização dos potenciais setoriais de cada região, capazes de contribuir para o processo industrial, como extração de recursos mine-

rais, naturais e de criação de gado, orientou as estratégias do planejamento regional (ALMEIDA, 2004).

O PND III (1979 a 1985) foi idealizado no ápice da crise do petróleo, a qual acarretou a queda no desempenho da economia brasileira, o desgaste do regime militar e o fim do planejamento federal como instrumento da política econômica e financeira do Estado. No início da década de 1980 o Estado perdeu a capacidade de conduzir políticas públicas e o planejamento federal foi extinto. A crise nacional já era visível, conforme quadro 4.

QUADRO 4 - INDICADORES ECONÔMICOS (1981-1984)

ANO	INFLAÇÃO IGP- DI (% A.A.)	PIB - VARIACÃO ANUAL EM (% A.A.)	DÍVIDA EXTERNA (US\$ MILHÕES)
1981	95,20	- 4,3	61.411
1982	99,72	0,8	70.198
1983	210,99	- 2,9	81.319
1984	223,81	5,4	91.091

Fonte: IGP/DI - FGV, Conjuntura Econômica, atualizado em 11.01.2011.

Fonte: PIB: IBGE - Sistema de Contas Nacionais, valores corrigidos antes de 1980, devido a correção da variação do PIB real em 1980 de 10,2% para 9,2. IBGE, série relatório metodológico, v.8, p: 68.

As crises do petróleo (1974 e 1979), marcaram o fim do planejamento intervencionista no Brasil e enceraram as políticas governamentais amparadas pelo planejamento federal de longo prazo. A luta contra a instabilidade macroeconômica fez com que se perdesse o rumo do médio e do longo prazo, e com ele a relevância do planejamento (PAULA, 2003; ALMEIDA, 2004).

2. PERÍODO: 1985-2002 IMPOSSIBILIDADE E RESISTÊNCIA AO PLANEJAMENTO

O cenário de inflação galopante e de recessão econômica marcou o final da década de 1980, conforme o quadro 5.

⁹ Ao longo do período de 1970 a 1990 a contribuição na produção industrial, do Nordeste, no PIB nacional, passou de 5,7% para 8,4%, enquanto que a importância do Sudeste caiu de 69% para 49%.

QUADRO 5 - EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO E DO PIB
BRASILEIRO

ANO	INFLAÇÃO IGP-DI (% A.A.)	PIB - VARIACÃO ANUAL EM (% A.A.)
1984	223,81	5,4
1985	235,11	7,8
1986	65,03	7,5
1987	415,83	3,5
1988	1.037,56	- 0,1
1989	1.782,89	3,2
1990	1.476,71	- 4,3

Fonte: IGP/DI - FGV, Conjuntura Econômica, atualizado em 11.01.2011.

Fonte: PIB: IBGE - Sistema de Contas Nacionais, valores corrigidos antes de 1980, devido a correção da variação do PIB real em 1980 de 10,2% para 9,2. IBGE, série relatório metodológico, v.8, p: 68.

A inflação média do período 1984/1990 é de 748,13% aa. Para alguns autores como Ianni (2000) e Tavares (1972) a crise econômica daquela década significou a perda da capacidade planificadora do Estado: Com isso, a crise do planejamento sobrepunha-se à ruptura do padrão de financiamento, tendo como base o endividamento externo, a reversão do ciclo industrial moderno e a difícil transição democrática.

Assim, o Estado desenvolvimentista e superavitário perdeu a sua capacidade de investimento e, conseqüentemente, o seu poder de intervenção, diante da crise monetária, fiscal e financeira (BELLUZZO e ALMEIDA, 1990; BELLUZZO, 2005).

[...] A “desordem” foi enfrentada com o “choque de juros” deflagrado pelo Federal Reserve de Paul Volker em outubro de 1979. Na esteira da decisão do Federal Reserve eclodiu a crise da dívida externa da periferia. A América Latina foi atingida com especial virulência [...] (BELLUZZO, 2005).

Essas crises afetaram as relações Estado-região, fragilizando a capacidade de implantação de políticas específicas e obrigando a reformulação dos projetos nacionais (BECKER, 2007). O Estado deixou de ser ator relevante na cena das políticas regionais e se voltou para uma sucessão de tentativas frustradas de estabilizar a economia, a partir de planos econômicos emergenciais, sendo que ne-

nhum teve êxito na década de 1980 e início da 1990: Plano Cruzado (1986), Plano Cruzado II (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor I e II (1990-1991), todos voltados para o curto prazo. Assim, com a inflação em níveis estratosféricos era impossível para o governo planejar o desenvolvimento do País (FRANCO, 1992).

O início da década de 1990 foi marcado pela vitória da opção liberal, por privatizações, pelo desmonte parcial dos aparelhos de intervenção regional e pelo abandono do planejamento. Na segunda metade da década de 1990, em decorrência da estabilidade macroeconômica alcançada com o Plano Real (1994), foi possível, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), ensaiar um retorno da prática do planejamento, como um planejamento mais indicativo, mediante a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 1996-1999, no qual emerge a preocupação com o desenvolvimento do País.

O Programa Brasil em Ação (PPA), 1996-1999, teve como uma das premissas básicas a consolidação da estabilidade de preços alcançada com o Plano Real. Seguiu uma orientação liberal e foi norteadado pela preocupação em controlar a inflação, consolidar a estabilidade e reativar o crescimento econômico. Além disso, visava ao fortalecimento dos “pedaços competitivos” do território nacional voltados para o abastecimento do mercado doméstico e para as relações comerciais internacionais (IICA, 2007, ARAÚJO, 2000).

O *Programa Brasil em Ação* foi criado para agrupar os projetos prioritários do PPA e introduzir a referência espacial (regional) como meio de se alcançar o desenvolvimento.

[...] Três preocupações orientarão a ação do Governo no período 1996/99: a Construção de um Estado Moderno e Eficiente; a Redução dos Desequilíbrios Espaciais e Sociais do País; e a Modernização Produtiva da Economia Brasileira [...] A atuação governamental será orientada para a redução das desigualdades sociais [...] fortalecimento de setores com potencial de inserção internacional e estímulo à inovação tecnológica e à reestruturação produtiva [...] (PPA 1996-1999).

Segundo o Ministério do Planejamento, o PPA 1996/1999 considerou como estratégia a concentração de investimentos nas regiões portadoras de grande potencialidade econômica e sua inserção na economia mundial para promover a integração, diminuir a desigualdade social e impulsionar o desenvolvimento nacional (CEPAL, 2010).

Os resultados foram parciais. O PIB chegou a mais de 4,0% em 1995, como resultado dos efeitos iniciais do plano de estabilização, e oscilou nos próximos anos: 2,6% em 1996, 3,3% em 1997, 0,1% em 1998, 0,8% em 1999, 4,4% em 2000, 1,5% em 2001 e 1,5% em 2002. Os fracos desempenhos, de 1998/1999, decorreram do choque do preço do petróleo, das altas das taxas de juros externas e da crise de confiança nos mercados emergentes.

No período de 2000 a 2002 o endividamento externo continuou crescendo, com aumento dos juros pagos ao exterior. As relações entre o saldo em transações correntes e o PIB foram negativas, conforme tabela 1. O pífio desempenho econômico deveu-se, em parte, aos efeitos da vulnerabilidade externa¹⁰ e à adoção, pelo Banco Central, de elevadas taxas de juros, com o conseqüente aumento da dívida pública. Isso ocasionou a instabilidade macroeconômica no País e impediu que o Estado conduzisse, efetivamente, políticas públicas específicas (IPEA, 2010).

TABELA 1 - INDICADORES ECONÔMICOS

INDICADORES	2000	2001	2002
Dívida externa total/PIB (%)	36,02	41,2	45,9
Dívida externa total líquida /PIB (%)	28,41	31,9	35,9
Serviço da dívida/PIB (%)	8,15	10,4	10,1
Serviço da dívida/Exportações (%)	89,08	90,6	76,8
Juros pagos ao exterior/PIB (%)	2,84	3,46	3,33
Juros pagos ao exterior/Exportações (%)	31,04	30,3	25,3
Transações correntes/PIB (%)	-4,02	-4,55	-1,66
Transações correntes/Exportações (%)	31,04	30,3	25,3
Reservas internacionais/Dívida externa total (%)	15,22	17,1	18
Reservas internacionais/Serviço da dívida (razão)	67,27	67,96	81,6

Fonte: BACEN – Boletim do Banco Central do Brasil, *apud* Oliveira & Nakatami, 2006

O PPA 2000-2003 (*Programa Avança Brasil*), manteve o mesmo texto liberal, que se traduzia no fortalecimento da economia de mercado e na reforma do estado. Voltou-se para a inserção mundial por meio dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento e Integração, com a eliminação de obstáculos aos investimentos estrangeiros e promoveu uma nova regulamentação dos setores de energia, telecomunicações, petróleo e portos (CEPAL, 2010).

O contexto internacional, porém, foi extremamente desfavorável ao Brasil. Houve a crise de natureza estrutural decorrente da contradição entre a capacidade de produção e a acumulação do capital (1997); a crise do capital especulativo, com o estouro da bolsa especulativa da Nasdaq (2000) e a crise financeira (2008/2009). Finalmente, a crise ambiental, revigorada por meio do estudo do IPCC acerca do aquecimento global (BACHA e GOLD-FAJN, 2008; CORSI e ALVES, 2009).

O fenômeno da globalização, iniciado nos anos 1990, gerava mudanças nas estratégias dos Estados e em suas relações com a sociedade. O espaço de ação do Estado nacional foi reduzido e as articulações internacionais se fortaleceram (G7, G20 etc).

Segundo Araújo (1999), com a proposta dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento, o Estado privilegiou a integração mundial da economia nacional. Com isso atendia a orientação da estratégia global promovida pelas grandes potências.

[...] A macro opção que se fez, nos anos recentes, tem sido chamada de “inserção submissa”, de “inserção passiva” no ambiente mundial dos anos 80 e 90. Essa inserção está conectada especialmente às políticas públicas que se refletem com muita clareza, na minha visão, no conteúdo dos projetos do “Brasil em Ação” e agora, do “Avança Brasil”. Qual é a grande opção que está na base desses projetos? É o que chamam de “integração competitiva”. Ou, integração competitiva dos “pedaços competitivos” do Brasil na economia mundial [...]. (ARAÚJO, 1999, p. 70).

10 Houve a crise mexicana em 1995; a crise asiática em 1997; a crise russa em 1998, a crise na Argentina em 2001/2002.

3. PERÍODO: 2003-2010 – TENTATIVA DE RETORNO: PLANEJAMENTO MAIS INDICATIVO E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir de 2003, no cenário macroeconômico, verifica-se uma melhoria considerável da economia nacional, conforme sinalizam os indicadores do quadro 6.

QUADRO 6 - INDICADORES ECONÔMICOS

Indicadores	2003	2004	2005
Dívida externa total/PIB (%)	42,41	33,29	21,28
Dívida externa total líquida/PIB (%)	29,79	22,43	12,69
Serviço da dívida/PIB (%)	8,37	8,03	6,11
Serviço da dívida/Exportações (%)	58,07	50,32	41,14
Juros pagos ao exterior/PIB (%)	3,02	2,53	1,97
Juros pagos ao exterior/Exportações (%)	20,97	15,85	13,28
Transações correntes/PIB (%)	0,82	1,94	1,78
Transações correntes/Exportações (%)	20,97	15,85	13,28
Reservas internacionais/Dívida externa total (%)	22,94	26,29	31,75
Reservas internacionais/Serviço da dívida (razão)	116,15	109,03	110,55

Fonte: BACEN – Boletim do Banco Central do Brasil, *apud* Oliveira & Nakatami, 2006

A nova dinâmica da economia foi incrementada pelo contexto internacional favorável, com o aumento do preços dos commodities. Essa nova dinâmica aumenta o poder de consumo da população brasileira, com o incremento no mercado de trabalho, a elevação real do salário mínimo, a democratização do crédito e de políticas públicas de assistência social.

Para o período 2004 a 2007 o governo federal elaborou o Plano Plurianual do Governo – PPA, definindo o papel do Estado como indutor do desenvolvimento social e regional e condutor do crescimento econômico. Tentou-se retomar a prática do planejamento a partir da elaboração de políticas nacionais de dimensão espacial como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, o Programa de Promoção da Sustentabilidade

de Espaços Sub-nacionais - Promeso e o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (Conviver). Manifestava-se, assim, uma nova preocupação regional, com atuação do Estado em novos espaços produtivos.

A busca do desenvolvimento migrou do foco em espaços geográficos específicos, como ocorreu nos PPA 1996-1999 e 2000-2003, para um novo olhar sobre a multiespacialidade do território nacional (IPEA, 2010).

[...] Em um cenário mundial no qual a formação de blocos de poder, sobretudo econômicos, tem se intensificado, a redefinição do papel das políticas de desenvolvimento regional, passa a constituir um desafio [...] em um mundo globalizado, que integra países e elege territórios mais competitivos, reproduz-se um padrão de desenvolvimento que tende a intensificar a seletividade espacial [...] (DINIZ, 2007:5).

No segundo mandato do Presidente Lula, ocorreu o retorno de um contexto internacional desfavorável com a crise econômico-financeira de 2008/2009. A explosão desta crise, originada no mercado norte-americano, veio se transformar em uma crise sistêmica. Instituições financeiras nos EUA e na Europa anunciaram perdas bilionárias e anunciaram pacotes econômicos em ajuda ao sistema financeiro.

Apesar dessa crise abalar o impulso desenvolvimentista do governo, o PPA relativo ao período 2008 a 2011 foi direcionado para a continuidade da estratégia anterior de desenvolvimento econômico e social e sedimentou a definição de uma nova espacialização, capaz de orientar o planejamento federal. A nova dimensão espacial no planejamento do Governo Federal teve como desafio incorporar as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais das diferentes localidades do País, com novas ações e novas concepções.

[...] Cada espaço nacional deve ser tratado como portador de dinâmicas diferenciadas, fruto de uma construção social es-

pecífica e com diversidade biológica e cultural próprias, de forma a permitir que sua matriz histórica, cultural e natural se apresente como mola propulsora do desenvolvimento regional[...] (ARAÚJO, 2010).

Com isso, o governo federal passou a lidar com políticas públicas que utilizavam múltiplas escalas espaciais, como por exemplo: macroregião (Política Nacional de Desenvolvimento Regional); semi-árido nordestino (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido - MI); Amazônia Legal (Plano Estratégico para Estados da Amazônia Legal - MPOG); ecorregiões (Programa Ecorregiões - MMA), bacias hidrográficas (Plano Estratégico das Bacias Hidrográficas - MMA), aglomerações produtivas (Política de Inovação em Aglomerações Produtivas (MDIC); territórios rurais (Programa Territórios Rurais - MDA); territórios da cidadania (Programa Territórios da Cidadania - MDA).

Além da estabilidade e do crescimento econômico, a dimensão espacial passou a ser discutida com maior intensidade como instrumento para políticas públicas de desenvolvimento diferenciado. Buscava-se reequilibrar o País socialmente por meio de políticas com recortes geográficos específicos (setoriais, territoriais e sociais), contemplando o combate à pobreza e à estagnação econômica de regiões vulneráveis (ARAÚJO, 2010).

As novas tentativas de planejamento, traduzidas nos PPAs (2004-2007 e 2008-2011), se mostraram diferenciadas do planejamento regional elaborado nos anos 1950/1970. Este planejamento partia do princípio de que o problema regional era o problema das macrorregiões Norte e Nordeste. O Plano de Metas, dos anos 1950, destinou-se a promover a modernização econômica nacional a partir do espraiamento do processo de industrialização, de forma a abranger estas regiões. Os planos nacionais de desenvolvimento dos anos 1970 foram elaborados com o objetivo de promover os investimentos previstos para a industrialização nacional, tendo como pano de fundo a integração física e econômica

do País, particularmente do Norte e do Centro-Oeste (IICA, 2007).

Segundo Bresser Pereira o governo federal percebeu que as políticas econômicas liberais não eram boas nem mesmo para os países ricos, por isso buscou o novo desenvolvimentismo. Este tem como base o papel estratégico do Estado como indutor do desenvolvimento, a implementação de políticas públicas de redução da pobreza e da desigualdade social e o incremento do dinamismo econômico local, voltado para o mercado nacional e internacional (BRESSER, 2009).

[...] O nacional-desenvolvimentismo foi a estratégia que regeu o desenvolvimento do Brasil entre 1930 e 1980, um período de enorme crescimento e transformação da economia...] o novo desenvolvimentismo, entre outros pilares, defende crescimento econômico baseado na exportação, combinado com o mercado interno forte, o Estado deve criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas, a política industrial é subsidiária e não há complacência com a inflação [...] (Entrevista de Bresser Pereira para Guilherme de Barros - Folha de S. Paulo, 11.06.06).

Nesse contexto de novo desenvolvimentismo verifica-se um resgate do papel do Estado como indutor do desenvolvimento, a partir da condução de políticas públicas. Em tal perspectiva a dimensão regional não se resume às clássicas regiões administrativas, nem aos eixos de estratégicos de desenvolvimento, mas faz um recorte territorial mais fino, intra regional, que são atingidos por meio de políticas nacionais setoriais.

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi responder ao questionamento - Qual o lugar da dimensão espacial no planejamento estatal brasileiro na trajetória republicana?

Verificou-se que o *locus* ocupado pela dimensão espacial na trajetória do planeja-

mento federal está estreitamente relacionado à conjuntura econômica (nacional e internacional), à forma de Estado vigente, à estrutura socioeconômica e à ideologia prevalecte. As influências conjunturais dão ao processo cores diferentes, mas não definem nem o tipo de planejamento, nem as formas de estado.

Para melhor visualização desse entendimento, segue quadro 7:

Quadro 7 - Síntese dos aspectos considerados na análise da dimensão espacial ao longo da trajetória do planejamento federal brasileiro, 1930-2010.

PERÍODOS/ ASPECTOS	1930-1985	1985-2002	2003-2010
Dimensão Espacial	Questão das desigualdades regionais; Integração do Território Nacional	Desaparecimento da relevância do regional/ Espaço concebido como eixos de desenvolvimento	Retorno do espacial, como território, nas políticas públicas setoriais
Tipo Planejamento Federal	Planejamento de cunho Nacional/ Desenvolvimentista	Impossibilidade do Planejamento e a experiência com o PPA – tentativa de retomada do planejamento, mais indicativo	Planejamento das políticas públicas de combate a pobreza
Estrutura Econômica	Intervencionista: 1ª, 2ª. Etapa Industrial, Modernização da economia /Industrialização avançada	Fim do ciclo Industrial/ Eixos de desenvolvimento	Novo Desenvolvimentismo
Estrutura Política	Nacional/Desenvolvimentismo, Regime burocrático autoritário	Transição Política/ Social Democracia	Democrático popular
Ideologia	Nacional/Intervencionista/ Populista	Liberalismo	Oposição ao liberalismo

Fonte: Própria

Como conclusão, pode-se deduzir que durante o período do Planejamento de cunho Nacional/Desenvolvimentista (1930-1985) a dimensão espacial traduziu-se na ocupação do território nacional e no combate à desigualdade regional que se encontravam submersas nas ações voltadas à construção nacional. O projeto nacional desenvolvimentista teve como centro a industrialização. O Estado buscava a ocupação nacional por meio da criação de um mercado nacional desconcentrado, promovendo a organização política do território mediante o aparelhamento político e administrativo, assim como, a integração das economias

regionais antes configuradas como “arquipélagos regionais”.

A questão regional passou, nos anos 1950/1960, a ser considerada uma questão nacional, resultando entre outros na criação da Sudene e Sudam, como instrumentos de correção das desigualdades regionais. No I PND (1972-1974), e de forma mais evidente no II PND (1974 a 1979), a proposta de espraio dos setores produtivos e industriais nas diversas regiões do País provocou a “modesta desconcentração” da base produtiva e industrial e a ocupação e integração econômica do Norte e do Centro-Oeste. Durante o III PND (1979 a 1985) a crise do petróleo acarretou a queda do desempenho da economia brasileira, o desgaste do regime militar e o fim do planejamento federal.

No período da “impossibilidade” ou dificuldades de planejamento (1985-2002), a questão regional perde sua visibilidade diante do enfraquecimento do Estado de planejar, frente ao quadro de hiperinflação e crise da dívida. Assim, a dimensão espacial desaparece das ações governamentais. Entretanto, no final da década de 1990, especificamente no PPA 1996-1999, se percebe uma incipiente mudança com a retomada do planejamento indicativo. Inicia-se uma separação da dimensão espacial com a questão regional a partir da proposta de inserção dos “pedaços competitivos” do Brasil na economia mundial, presente no *Programa Brasil em Ação*. Aparentemente, o governo associou o desenvolvimento desses pólos à melhora da dinâmica socioeconômica do País de forma a impactar a redução das assimetrias regionais. Desta forma, dimensão espacial e questão regional participaram juntas, mas de forma autônoma, na programação das ações do governo. O PPA 2000-2003 mantém o redesenho espacial com os pólos dinâmicos, agora intitulados “eixos nacionais de integração e desenvolvimento” e renova a proposta de direcionar investimentos para as áreas dinâmicas.

No período 2003-2010 a incipiente separação entre dimensão espacial e questão regional se consagra. O planejamento territorial se faz por meio das políticas públicas setoriais,

e por meio de ações específicas em territórios socialmente vulneráveis.

A dimensão espacial se redefine em outra escala e em outro rumo. Em relação a essa, segue a tendência de contemplar as diferentes dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ambientais das diversas localidades do País, o que leva a que a escala local ou sub-regional passem a ser reconhecidas como potencialidades para o desenvolvimento. Quanto ao outro rumo, a dimensão espacial adquire centralidade na elaboração e implantação de políticas públicas de combate a pobreza que incide de maneira diferenciada no território, privilegiando aquelas mais socialmente vulneráveis.

Recebido em: 02/08/2013

Aprovado em: 09/12/2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, MARCELO DE PAIVA. *A ordem do progresso cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- ALMEIDA, PAULO ROBERTO. *A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica*, 2004. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2012.
- AMIN, ASH. Política regional em uma economia Global. In: DINIZ, CLÉLIO CAMPOLINA, (Org.). *Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil*. Brasília, Editora da Universidade, 2007. p. 237-247.
- ARAÚJO, TÂNIA BACELAR. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e Urgências*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- _____. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, 1999.
- _____. Brasil: desafios de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional Contemporâneo. In: *Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz da União Européia e Brasil*. CLÉLIO CAMPOLINA (Org.) Brasília. EDUnB, 2007. p. 221-239.
- _____. Entrevista. In: JOSÉ CELSO CARDOSO JR., JOSÉ CARLOS DOS SANTOS, JOANA ALENCAR (Orgs.). *Diálogos para o Desenvolvimento: a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sob o governo Lula*. Brasília: IPEA, 2010.
- BACHA, E.; GOLDFAJN (Orgs.). *Como Reagir à Crise? Políticas Econômicas para o Brasil*. Rio de Janeiro: IEPE, 2008.
- BARROS, GUILHERME. Bresser propõe novo desenvolvimentismo. *Folha de São Paulo* São Paulo - 11.06.2006. Economia, 2006.
- BECKER, BERTHA. Logística e nova configuração do território brasileiro: que geopolítica será possível? In: Clélio Campolina (Org.). *Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz da União Européia e Brasil*. Brasília. EDUnB, 2007. p. 267 - 299.
- _____. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K; COSTA, R; SILVEIRA, C. (org.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
- BELLUZZO, LUIZ G. M.; ALMEIDA, JÚLIO S. G. Crise Monetária no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, v. 4. p. 63-75, mar. 1990.
- BELLUZZO, LUIZ GONZAGA. *O dólar e os desequilíbrios globais*, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572005000300004&script=sci_arttext 2005>.
- BENEVIDES, MARIA VICTORIA. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro. EDFGC/CPDOC, 1991. Disponível em <http://www.cedec.org.br/files_pdf/OgovernoKubitschek.pdf>.
- _____. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.
- BRESSER-PEREIRA, LUIZ CARLOS. Crise e recuperação da confiança. *Revista de Economia Política*, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>>.

- CASTELS, M. A. *Sociedade em Rede*. 2. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CANO, WILSON. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970/1970-1995)*. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.
- CEPAL - Serie Desarrollo Territorial – n. 8 - Kelson Vieira Senra - *Políticas e Instituições para Desenvolvimento Econômico territorial. O caso do Brasil*. Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), 2010.
- CORSI, F. L.; ALVES, G. A. P. *Crise financeira global e o capitalismo do século XXI: uma perspectiva crítica*. *Revista HISTEDBR*, p. 16-25, 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33esp/art02_33esp.pdf>.
- COUTO, MARCOS A. C. *Construção dos Conceitos Científicos e Escolares: caminhos para a organização da educação geográfica*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo, 2005.
- DINIZ, CLELIO CAMPOLINA (Org). *Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia*. Brasília: EDUnB, 2007.
- FAORO, RAYMUNDO. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. v. 2. 10. ed. São Paulo: Globo, 2000.
- FRANCO, GUSTAVO H. B. A primeira década republicana. In: ABREU, M. P. (Org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- FURTADO, CELSO. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 2000.
- GARCIA, RONALDO. *A Reorganização do Processo de Planejamento do Governo Federal: O PPA 2000-2003*. Texto para discussão, 726, IPEA, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_726.pdf>.
- GUIMARÃES NETO, LEONARDO. Desigualdades e Políticas Regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, 1997. <http://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/123/125>.
- HAESBAERT, ROGÉRIO. *O mito da desterritorialização: do “fim dos Territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2006.
- HOLANDA, CRISTINA BUARQUE. *Modos de Representação Política: o experimento da Primeira República*. Tese. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- IANNI, OCTÁVIO. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização 1977.
- _____. *O declínio do Brasil-Nação*. *Estudos Avançados*, São Paulo, 2000.
- IICA - *Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais*. IICA-OPPA/CPDA, 2007. Disponível em: <http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento_territorial-Articulacao_de_politicas_publicas_e_atores_sociais.pdf>.
- IPEA - *Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas* - José Celso Cardoso Jr. (Coordenador) / Brasília, 2010.
- KOHLHEPP, GERD. Conflito de interesse no ordenamento territorial da Amazônia Brasileira, *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n.45, maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>>.
- MACEDO, R. B. M. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). In: CELSO LAFER. *O Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas Planejamento no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MAGNAG, ANGÉLICA. *A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica*, 1995. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/71352659/A-divisao-regional-brasileira>>.
- OLIVEIRA, FRANCISCO. *Noiva da Revolução: Elegia para uma Religião*. Ed. Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Economia Brasileira: Crítica à razão dualista*. 6 ed, Petrópolis, Vozes, 1988.
- PAULA, João Paulo. Plano, programa e projeto: a experiência brasileira. *Revista Sociedade*

Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.sep.org.br/revista_artigo/revista136.pdf>.

SALLUM JR. BRASÍLIO. Transição Política e Crise de Estado. Lua Nova, São Paulo, n. 32. 1994.

SÃO PAULO. CPDOC/FGV Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945* <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/CVRD>, 2015.

SILVA, HÉLIO. *O primeiro século da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

SIMONSEN, M. H. A conta-corrente do governo – 1970/1988. Rio de Janeiro: Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas. (Ensaio Econômico, nº 136), 1989.

SKIDMORE, THOMAS E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SUZIGAN, Wilson. *Investimento na Indústria da Transformação no Brasil – 1869-1930: uma visão geral*. Campinas: EDUNICAMP, 1984. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/302/241>>.

TAVARES, MARIA DA CONCEIÇÃO. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

VELOSO, JOÃO PAULO REIS. *A Controvérsia do Planejamento Econômico na Economia Brasileira*. Brasília, IPEA, 2010.

VIANNA, SÉRGIO BESSERMAN. Política econômica externa e Industrialização: 1946-1951. In: Abreu M. (Org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro, Elsevier, 1990.

O PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA GESTÃO LOCAL: O CASO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ILHA DO COMBU, ESTADO DO PARÁ

Brenda Batista Cirilo, Oriana Trindade de Almeida, Sergio Luiz de Medeiros Rivero

RESUMO

Este artigo analisa os processos de criação e implementação da APA da ilha do Combu, localizada em Belém (Pará), os quais culminaram na sua não consolidação. O trabalho foi baseado em um levantamento realizado pelo Órgão gestor local com base em uma amostra de 100 domicílios, feito em 2010, para sua caracterização geral; e em outro realizado em 2013, para avaliar o nível de envolvimento dos residentes na área com o processo de criação e implementação da referida APA.

Palavras-chave: Unidade de conservação; Gestão; Conservação

THE PROCESS OF CREATING AND IMPLEMENTING CONSERVATION AREAS AND ITS INFLUENCE ON LOCAL MANAGEMENT: THE CASE OF THE ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA IN THE COMBU ISLAND, STATE OF PARÁ

ABSTRACT

This article analyzes the processes of creation and implementing of the Environmental Protection Area (EPA) Combu Island, a conservation unit located in Belém, State of Pará (Brazil), which culminated in its non consolidation. The research was based in a survey carried out by the Local Planning and Management Organ with a sample of 100 households in 2010 and in another carried out in 2013, aiming to evaluate the area inhabitants involvement in processes of creation and implementing of the referred EPA.

Key Words: Conservation Unit; Management; Conservation.

Mestre. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS/PA. E-mail: brendacirilo@ufpa.br.

Doutora. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. E-mail: oriana@ufpa.br.

Doutor. Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal. E-mail: rivero@ufpa.br.

INTRODUÇÃO

A Área de Proteção Ambiental (APA)¹ da ilha do Combu, unidade de conservação estadual localizada em região estuarina amazônica, apresenta características que, aparentemente, facilitariam a sua implementação e gestão como unidade de conservação (UC), dentre as quais cita-se: a) a proximidade da APA com a zona urbana do município de Belém, tornando-a, portanto, mais próxima do Órgão gestor e de outras entidades públicas, em relação a outras unidades de conservação estaduais; b) a extensão da ilha, que possui aproximadamente 1.500 ha, tornando-a uma unidade de pequeno porte, se comparada a outras unidades de conservação estaduais no Pará, que podem chegar a 4.960.600 ha (APA do arquipélago do Marajó²); e c) a existência do manejo do açazeiro (*Euterpe oleracea*) considerada razoavelmente sustentável (RODRIGUES, 2006) antes mesmo da ilha ter sido elevada à categoria de unidade de conservação. No entanto, a unidade não está com a sua gestão consolidada.

A atual legislação brasileira sobre conservação ambiental, a lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000) - que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - foi implantada após fortes debates ocorridos em reuniões públicas, seminários e câmaras técnicas (FERREIRA *et al.*, 2001), envolvendo a corrente ambientalista clássica, que defende a criação de unidades de conservação voltadas para a preservação da biodiversidade sem a intervenção humana, e a corrente socioambientalista, que se baseia na relação harmônica entre homem e natureza, ao colocar os povos e comunidades tradicionais (PCT) como corresponsáveis na conservação do meio ambiente, o que caracteriza o novo conservacionismo ou a etnoconservação (DIEGUES, 2000; ARRUDA *apud* SANTOS, 2008). Nesse

sentido, a legislação, ainda que recente, avança no sentido de reconhecer a participação democrática da sociedade civil no processo de criação, implementação e gestão das unidades de conservação, e na existência e participação de populações humanas no interior de determinadas categorias de unidade (unidades de conservação de uso sustentável).

Mesmo após a implantação do SNUC, estudos como os de Santos (2008) e Siena, Fachinelo e Maia (2010) tecem severas críticas ao modelo atual de criação de unidades de conservação, que muitas vezes é considerado resultado da pressão exercida por organismos financiadores internacionais como o Banco Mundial; também pela criação de unidades de proteção integral (categoria que não permite a presença humana em seu interior, com exceção da pesquisa científica e visitação) em áreas onde residem populações tradicionais; pelos instrumentos de participação social (como o conselho gestor) que foram criados e institucionalizados para permitir o reconhecimento da população habitante na gestão; e pelas limitações no manejo dos recursos naturais impostas a essas populações, já detentoras de uma cultura própria de apropriação desses recursos.

Mesmo considerando a importância da política de criação de unidades de conservação na contenção do avanço do desmatamento e na manutenção da biodiversidade, especialmente na região amazônica, a experiência tem mostrado que a simples criação de unidades de conservação não garante que os objetivos ambientais definidos para determinada área serão atingidos. É necessário dispor dos recursos materiais, financeiros e humanos para o planejamento e a gestão, e é essencial que seja realizada uma constante e progressiva articulação entre os atores envolvidos com a área. O sucesso na harmonização dos interesses de cada ator em particular com todos

1 De acordo com o art. 15 da lei federal nº 9.985/2000 a APA é “uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (p. 9).

2 Informações retiradas do site da SEMAS/PA (www.sema.pa.gov.br) em 2012.

os demais e com os objetivos elencados para o território pode representar o sucesso ou o fracasso da gestão participativa que o SNUC preconiza. Cada unidade de conservação guarda características próprias, sejam elas econômicas, socioculturais e ambientais, devendo ser planejadas, geridas e avaliadas levando-se em consideração essas singularidades.

A APA da ilha do Combu foi criada em novembro de 1997, através da lei estadual nº 6.083, e de acordo com a interpretação da lei, teve como propósito principal o ordenamento do uso dos recursos naturais de maneira sustentável, como o extrativismo do açaí e do palmito. Até a finalização deste artigo, no ano de 2014, a gestão da APA da ilha do Combu era de competência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS/PA), através da Gerência da APA da ilha do Combu, presente na Diretoria de Áreas Protegidas (DIAP). Em 2015, a gestão das unidades de conservação estaduais passa a ser de competência do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (Ideflor-Bio).

Este trabalho teve como objetivo central analisar como o processo de criação e implementação da APA da ilha do Combu influenciou a sua gestão. A análise do caso foi complementada com outros estudos que também tratam do tema: Dergan (2006), Matta (2006), Rodrigues (2006) e Ribeiro (2010), além da consulta de outros estudos de caso existentes no Brasil, como as experiências que ocorreram em unidades de conservação no vale do Ribeira e litoral Sul em São Paulo (FERREIRA et al, 2001); em unidades de conservação na região norte de Minas Gerais (SANTOS, 2008); em unidades de conservação no Rio de Janeiro (DIEGUES; NOGARA, 1994); e em unidades de conservação no município de Tucuruí, no Pará (ARAUJO; ROCHA, 2008).

1. METODOLOGIA

O trabalho aqui desenvolvido fez um levantamento da história da criação da APA da ilha do Combu através dos estudos, documen-

tos, legislação e entrevistas com *stakeholders*. O trabalho foi dividido em três seções: a primeira apresenta uma contextualização da ilha do Combu, com base em dados secundários cedidos pela SEMAS/PA no ano de 2010, que se constitui de um levantamento com 100 famílias residentes na ilha. O levantamento é composto por dados da família, uso da terra, nível de escolaridade e outras informações que permitiram caracterizar o perfil das famílias residentes. A segunda seção apresenta uma síntese da gestão da APA no período de 2007 a 2014. Foram utilizados para análise os Planos Operacionais Anuais (POA), Relatórios Anuais de Gestão (RAG) e atas de reuniões do conselho gestor produzidas pela SEMAS/PA, além de entrevistas com o gerente da APA e com toda equipe técnica da gerência ao longo do ano de 2012.

A terceira seção apresenta a trajetória histórica de criação das unidades de conservação na Amazônia e no Pará, além da história de criação da APA da ilha do Combu. São apresentadas as entrevistas realizadas com os pesquisadores que participaram direta ou indiretamente no processo de criação da APA da ilha do Combu, e uma com um morador da ilha, da comunidade Igarapé Combu, considerado representante comunitário, e que teve conhecimento dos trabalhos desenvolvidos na ilha, na década de 1980, considerados essenciais para a criação da APA. Posteriormente, foi realizado um levantamento de campo sobre o nível de conhecimento que a população residente da ilha tinha sobre a existência da APA. Foi montado um questionário semi-estruturado com quatro questões abertas e cinco fechadas, que foi aplicado em 2013 para as mesmas 100 famílias que participaram da pesquisa que a gerência da APA promoveu em 2010 para produção do levantamento socioeconômico.

2. CARACTERÍSTICAS DO LOCAL ESTUDADO

2.1 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

A ilha do Combu é a quarta maior ilha do município de Belém (DERGAN, 2006) e

do a principal atividade o manejo e extrativismo do açaí (65% da população). Os extratores também praticam outras atividades como plantio e extração de cacau (*Theobroma cacao L.*) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), extração do palmito (proveniente do açazeiro), extração da pupunha (*Bactris gasipaes*), pesca (peixe e camarão) e artesanato. Os moradores também são proprietários de pontos comerciais, trabalham como carpinteiros (construções de barcos), pedreiros, domésticas, merendeiras e barqueiros. Cerca de 48% da população cria animais domésticos para alimentação e comercialização, como porcos, as galinhas e os patos. Outras fontes de renda estão relacionadas às transferências condicionadas de renda com cerca de 60% dos entrevistados recebendo auxílios governamentais, principalmente a Bolsa Família.

Em torno de 95% dos entrevistados recebe, em média, o equivalente ao valor de um a dois salários mínimos. O baixo nível salarial pode ser explicado principalmente em razão da diminuição do tamanho dos lotes das famílias na ilha, que limita o terreno disponível para manejo e extrativismo. Esse é um fator que explica também a procura por atividades secundárias, que geralmente não dão grandes retornos financeiros.

3. A GESTÃO DA ILHA DO COMBU COMO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O território da ilha do Combu é constituído de terras públicas, de domínio da União, onde a população moradora usufrui dos recursos naturais através de concessão de uso. A lei do SNUC estabelece a necessidade da existência de um conselho gestor, que auxilie o Órgão gestor na administração da unidade. O conselho gestor da APA foi criado através da portaria de nº 1.945, de 14 de outubro de 2008, com caráter deliberativo. O gerente da APA era o presidente do conselho, e a primeira composição foi de 19 instituições, sendo oito entidades públicas e nove representativas da sociedade civil.

O SNUC estabelece que o plano de manejo, principal instrumento de planejamento da unidade, deve ser desenvolvido no prazo de até 5 anos após a criação da unidade. Até o ano de 2015, esse plano ainda não tinha sido desenvolvido para a APA da ilha do Combu, o que significa um atraso de 13 anos. O plano de manejo demonstra as potencialidades e desafios da unidade e deve apresentar as diretrizes do planejamento baseadas no desenvolvimento racional e sustentável.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA APA NO PERÍODO DE 2008 A 2014: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA GESTÃO.

No período de 1997 até 2006, a ilha do Combu, como unidade de conservação, existia apenas através da lei. A partir do ano de 2008 se iniciaram os projetos e as ações em direção ao processo de implantação da unidade.

As ações da gerência da APA até o final do ano de 2014 aconteceram sem o plano de manejo e nem um plano emergencial de uso, que poderia contemplar a realização de um zoneamento da área e levantar suas potencialidades, desafios e problemáticas. Para realizar projetos e ações na unidade, a gerência recorreu aos conhecimentos obtidos através de pesquisa bibliográfica e às demandas que eram apresentadas pelos moradores nas reuniões do conselho gestor.

Atividades como a elaboração do plano de manejo, a construção de uma base administrativa da gerência da APA na ilha, a implantação de estrutura de apoio para a realização de atividades turísticas e a elaboração de programas de educação ambiental e de fiscalização – que foram planejadas desde o ano de 2008 – não tinham sido concluídas até 2015.

Um fator que certamente dificulta a organização do processo de gestão da APA é a interferência dos três níveis de poder público no território da ilha. O poder público municipal exerce influência no território em virtude da sua localização em região insular no município de Belém: existem três unidades pedagó-

gicas de ensino e um posto de saúde na ilha, todos implementados por Órgãos municipais. O poder público estadual exerce a sua influência através da existência da unidade de conservação estadual. E o poder público federal também controla o território por este estar localizado em terreno de marinha. Além disso, a comunicação entre os três níveis não é eficiente, o que pode ser explicado pela divergência de prioridades políticas.

O conselho gestor da APA é outro instrumento de gestão que também não se mostrou eficiente no período estudado, segundo informações obtidas nas atas das reuniões. Instituído há praticamente doze anos da criação da APA, até 2015 não se encontrava plenamente consolidado, possuindo os mesmos problemas da época de sua instituição. O problema mais comum era a falta de presença dos membros nas reuniões, o que impediria grande parte das instituições componentes de fazer parte do conselho, e portanto, de sua atuação.

Por outro lado, os membros do conselho estavam insatisfeitos com a falta de planejamento das reuniões e com a própria gestão do conselho. Os membros representantes das comunidades da ilha do Combu eram os que mais manifestavam sua insatisfação, alegando que a gestão não apresentava os resultados do que foi planejado, como a resolução dos problemas de situação fundiária e segurança pública, altamente demandados pela população moradora.

Os problemas existentes na gestão da APA da ilha do Combu refletem, de um modo geral, as problemáticas em torno da gestão das unidades de conservação no Brasil e na Amazônia como um todo: quantidade de funcionários no Órgão gestor e de membros no Conselho Gestor para a gestão, em desacordo com o porte e tipo de unidade; as limitações da representação da sociedade civil nos processos decisórios (MELLINGER; FLORIANI, 2015); dificuldades para aquisição e manutenção da infraestrutura (sede, transporte, maquinário, etc); ações de fiscalização insuficientes; baixa utilização de instrumentos de monitoramento da qualidade da gestão e de captação de recursos financeiros; localiza-

ção de acesso difícil de algumas unidades e situação dos seus entornos; falta de maior interesse governamental na pauta da conservação da natureza. Além destes problemas estruturais visíveis, que dificultam o processo de gestão das unidades de conservação no Brasil, autores como Araújo (2007) e Freitas (*apud* IBAMA, 2007), procuram explicar a ineficiência da gestão nas unidades de conservação através da análise de traços da cultura nacional.

Freitas (*apud* IBAMA, 2007), ao estudar um conjunto de unidades de conservação em Minas Gerais, conclui que embora a quantidade de recursos humanos e financeiros é um fator crítico a comprometer a eficiência da gestão, as unidades de conservação que apresentam mais recursos não necessariamente apresentam os melhores resultados nos requisitos avaliados.

De acordo com a interpretação de Araújo (2007), as unidades de conservação são organizações de sistemas abertos, revelando a interdependência do microsistema (organização) ao macrosistema (o meio social que circunda a organização). As análises de outros autores afirmam que a cultura brasileira que rege a gestão dos recursos nacionais é marcada por fortes traços de personalismo, concentração de poder, falta de iniciativa, paternalismo, clientelismo, lealdade às pessoas (não aos princípios), e excesso de burocracia e flexibilidade (PRATES *apud* ARAUJO, 2007).

Estes traços estão praticamente presentes em todo o sistema de gestão do país, e principalmente no setor público. A gestão da APA da ilha do Combu apresentou os dois principais problemas: de infraestrutura e cultura organizacional. Em relação ao primeiro problema, o número de servidores era reduzido para a gestão da unidade; faltava equipamentos de expediente e para execução de outras atividades correlatas, como computadores; os meios de transporte (carro e lancha) para a unidade eram poucos, ou estavam necessitando de manutenção e reparos, ou faltava liberação para combustível; a maioria das aquisições necessárias para gestão passavam por processo licitatório, também igualmente moroso; não havia po-

lítica de valorização para os servidores: a remuneração era baixa, não havia plano de cargos e salários, o apoio para a capacitação do servidor era baixa, e não havia outros benefícios para os servidores, como seguro de vida, etc.

Em relação à cultura organizacional existiam alguns fatores positivos: o gerente da APA era servidor público de carreira, bacharel em Biologia, e se mantinha no cargo desde que o processo de implantação da APA se iniciou. Apesar da baixa quantidade de pessoal, a maioria dos funcionários da equipe eram de servidores concursados.

O grande gargalo relacionado à cultura organizacional se referia principalmente às prioridades de governo e à vontade política. Havia uma grande dificuldade para se executar o que foi planejado ou mesmo para propor projetos novos, caso não estivessem dentro do que é considerado prioridade governamental. A liberação para aquisição de recursos humanos, materiais e financeiros dependia de uma série de atividades excessivamente burocráticas. Devido à mudança de partido político no governo, as atividades que estavam executadas eram suspensas, à espera do planejamento e das novas ações que seriam definidas de acordo com as prioridades do novo governo.

4. O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ILHA DO COMBU

Com base em entrevistas abertas realizadas com atores envolvidos nas pesquisas do final da década de 1980 que mais tarde iniciariam o processo de criação da APA, foi observado que a origem do processo aconteceu com a realização do projeto de um pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), e que tinha como objetivo fazer um levantamento florístico da ilha do Combu, com enfoque nos componentes biológicos da floresta de várzea (ANDERSON, 1991).

Na época da realização desses estudos existiam 110 famílias na ilha que a mantinham bem conservada, mesmo com a intensificação

da exploração madeireira que ocorreu nos arredores de Belém, em décadas anteriores. A população residente vivia basicamente do extrativismo de dois recursos florestais: o açaí, e em menor quantidade, o cacau. Com base nessa pesquisa, a renda média por família da ilha do Combu naquela época era de aproximadamente US\$ 3.000 anuais, uma média considerada muito alta para os padrões de famílias extrativistas na região amazônica naquele período.

A equipe também notou que as famílias da ilha trabalhavam apenas quatro vezes na semana, e tiravam da floresta apenas aquilo que era necessário para a sua sobrevivência utilizando uma forma de manejo dos açazais e 'cacuais' própria, vendo maiores vantagens em manter a floresta conservada, em vez de derrubá-la. Outra descoberta era que a vocação natural da floresta de várzea da ilha do Combu era realmente o extrativismo do açaí e do cacau, uma vez que o solo, extremamente argiloso e frágil, impedia a prática agropecuária.

Com base nessas pesquisas, a equipe de pesquisa propôs que a ilha do Combu fosse transformada em uma reserva extrativista (RESEX) em seu relatório final de pesquisa.

Técnicos do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), à época, informaram que esse relatório foi determinante para a escolha da ilha do Combu como área a ser conservada, em razão da importância da manutenção de áreas protegidas em regiões metropolitanas, que não estavam inicialmente previstas no projeto do IDESP (LOBATO, 1992).

Apesar dos estudos do MPEG considerarem a categoria de RESEX mais adequada para a ilha do Combu, os técnicos do IDESP consideraram que como a ilha estava localizada na região metropolitana de Belém, transformá-la em APA seria mais viável, uma vez que possibilitaria a realização de outras atividades, como o turismo, que já era realizado no local. Outra característica observada pelos técnicos do IDESP era de que as famílias da ilha percebiam os benefícios da atividade extrativista com base em suas próprias atividades. Na RESEX, há possibilidade de ocorrer

um modelo comunitário de caráter cooperativista, onde os benefícios são percebidos de maneira coletiva. Além disso, na ilha do Combu já está instituída uma cultura de propriedade individual da terra.

A despeito de alguns moradores entrevistados informarem que a comunidade tinha conhecimento do processo de criação da APA, Ribeiro (2010) comenta que apenas alguns moradores da ilha do Combu souberam e apoiaram a iniciativa pois não foi realizada uma consulta pública com a população (moradores, instituições governamentais e não governamentais, setor privado, etc), que não era uma exigência legal na época. O apoio à criação da APA se deu através de conversas individuais entre técnicos da SECTAM (Órgão gestor no período) e alguns moradores da ilha, não acontecendo um encontro ou uma reunião de fato com os moradores. Ribeiro (2010) também pontua que a escolha da categoria de APA, entre outros motivos, se deu em razão da menor quantidade de restrições que essa categoria imporia aos habitantes locais, o que poderia facilitar a adesão dos moradores para a criação da unidade de conservação, caso tivesse havido ampla consulta.

4.1 AVALIANDO OS CONHECIMENTOS DA POPULAÇÃO RESIDENTE SOBRE A CRIAÇÃO DA APA DA ILHA DO COMBU

As entrevistas com as 100 famílias residentes da ilha do Combu sobre seu conhecimento em relação à APA mostraram que mais de dois terços dos entrevistados não sabia o que é uma unidade de conservação e nem sabia da existência da APA da ilha do Combu (Quadro 1). Com o tempo de criação que possui, e pelos anos que a SEMAS/PA atuou oficialmente na área (desde 2008), esperava-se que boa parte dos entrevistados tivesse algum conhecimento básico sobre o tema, como poder explicar o que é uma unidade de conservação, qual é a categoria de unidade da ilha do Combu e qual era o Órgão responsável pela gestão.

QUADRO 1 - RESUMO DOS RESULTADOS DO LEVANTAMENTO EM JANEIRO DE 2013 NA ILHA DO COMBU.

QUESTIONAMENTO	RESULTADOS	RESPOSTAS QUE MAIS SE DESTACARAM
Se o entrevistado sabia o que era uma unidade de conservação.	21% respondeu que sim; 79% respondeu que não.	Não há.
Se o entrevistado sabia definir o que era uma unidade de conservação.	21% respondeu que sim; 79% respondeu que não.	“é uma área protegida, os seus habitantes podem usufruir dos bens naturais sem degradar” (entrevistado nº 11) “é uma área protegida pelos moradores e Órgãos do governo, onde você não pode destruir, e sim cuidar...” (entrevistado nº 71)
Se o entrevistado sabia que a ilha do Combu era uma unidade de conservação.	21% respondeu que sim; 79% respondeu que não.	Não há.
Se o entrevistado sabia a que categoria de unidade a ilha pertencia.	17% respondeu que sim, sendo que: 12% disseram ser uma APA; 5% disseram ser uma “área de subsistência” 83% respondeu que não.	Não há.
Se o entrevistado sabia qual Órgão do governo realizava a gestão da APA da ilha do Combu.	21% respondeu que sabia, sendo que: 17% responderam que era a SEMA; 4% responderam que era a SESMA. 79% respondeu que não.	Não há.
Se o entrevistado tinha participado ou sido consultado sobre o processo de criação da APA da ilha do Combu.	12% respondeu que sim; 88% respondeu que não.	Não há.
Se o entrevistado concordava que a ilha do Combu fosse uma unidade de conservação.	21% respondeu que concordava; 69% respondeu que não teria conhecimentos para responder; 10% pediu uma breve explicação do que seria uma unidade de conservação, e depois concordou.	“é uma chance de ter um meio ambiente bem cuidado. A mata cuidada traz muitos benefícios como a produção de frutos que para a maioria dos moradores sai o sustento” (entrevistado nº 12). “sim, porque no futuro essa área servirá para nossos filhos e netos” (entrevistado nº 83)
Se o entrevistado aprovava a atuação da SEMA na ilha	31% concordou com a atuação da SEMA; 69% respondeu que não teria conhecimentos para responder.	“sim, apesar de deixar a desejar quanto à fiscalização, mas realiza um trabalho de informação, conscientização e educação ambiental” (entrevistado nº 11). “sim, porque ela é uma aliada na preservação ambiental, mas ela deveria trabalhar mais. Aqui ela quase não aparece” (entrevistado nº 12)

Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

Segundo Ribeiro (2010), a criação da APA da ilha do Combu, na visão dos moradores por ela entrevistados, se deu de forma dividida. Para alguns moradores, foi vista como uma reivindicação de algumas lideranças, em virtude da retirada de recursos naturais sem manejo, como foi o caso do palmito, da madeira e do pescado. Para os poucos moradores que participaram do processo, isso partiu de uma indicação científica, proveniente dos estudos realizados pelo MPEG, e não dos próprios moradores. Algumas lideranças comunitárias entrevistadas dizem que após a criação da APA não aconteceram mudanças significativas na vida da população. Algumas dizem que a proibição da extração do palmito e de alguns tipos de madeira teria sido a mudança mais percebida, mas que não era completamente seguida, uma vez que a SEMAS/PA não realizava ações de fiscalização frequentes na ilha.

As lideranças reconheceram que a SEMAS/PA começou a realizar algumas atividades na ilha a partir do ano de 2008, mas que essas ações não produziram efeitos expressivos na qualidade de vida da população e na conservação ambiental.

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

Muitos problemas existentes no processo de criação e gestão das unidades de conservação foram identificados e aprofundados por Gonçalves (2000). Entre eles, a adoção do modelo internacional de parques nacionais em países como o Brasil - que possuem extensos territórios de ecossistemas já anteriormente ocupados por populações que desenvolveram uma série de interações com o meio ambiente - resultou em conflitos, especialmente na criação de unidades de proteção integral onde a presença humana é considerada ilegal. Esses conflitos são relacionados a problemas de regulação fundiária, construção e reforma de residências e afins, atividades extrativas, desmatamento, invasão de áreas proibidas, caça e pesca, problemas com a adminis-

tração e fiscalização da unidade, criação de animais, etc.

Diegues (2000) coloca que a importação do modelo preservacionista norte americano, impulsionou a formação em escala mundial de uma nova corrente de pensamento para a conservação da natureza: a etnoconservação, considerada por ele como um novo ecologismo social e político advindo dos movimentos populares tradicionais indígenas e não indígenas, que valoriza os conhecimentos dessas populações no uso sustentável dos ecossistemas em que residem. Muitos dos territórios em que unidades de conservação de proteção integral foram implantadas eram territórios habitados por populações tradicionais, que acabaram expulsas. O autor considera que a existência dessas populações nestes locais representou, durante gerações, a conservação do ecossistema.

Antes da instituição do SNUC - que na sua legislação reconhece a existência das populações tradicionais e obriga as unidades de uso indireto a constituírem conselhos gestores - muitas populações tradicionais foram excluídas dos processos de criação de unidades de conservação em suas áreas de moradia ou de subsistência, sem direito à participação ou tomada de decisão.

Apesar de todos os avanços nesse sentido, ainda existem diversas críticas referentes ao SNUC, como a feita por Diegues (2000), que considera que o sistema reflete uma visão extremamente conservadora da política de conservação ambiental no país. A crítica continua ao considerar que o SNUC se trata de um sistema 'fechado' e, portanto, isolado da realidade brasileira.

Pádua (*apud* VALLEJO, 2002) também critica o processo de criação de unidades de conservação quando se refere ao aumento de unidades que não possuem base técnica (estudos preliminares, consultas públicas, recursos previstos para a gestão) sendo motivadas por interesses políticos. O autor destaca ainda a existência de unidades com categorias de manejo inadequadas, que não consideram as características sociais e econômicas locais.

Alcántara (2010) reconhece os avanços democráticos trazidos pelo SNUC, como a exigência da participação da sociedade civil nos processos de criação e gestão das unidades, mas destaca que a divisão das categorias das unidades em uso direto e indireto é característica das correntes preservacionistas que participaram do processo de criação do sistema, conferindo uma importância maior às unidades de proteção integral e fazendo com que as de uso sustentável sejam, na realidade, uma complementação às primeiras. Um dos maiores exemplos é a obrigatoriedade das unidades de proteção integral serem consideradas medidas compensatórias para a instalação de projetos de considerável impacto ambiental. As unidades de uso sustentável não estão incluídas nessas medidas e existem diversos casos em que essas unidades de proteção integral são implantadas em regiões distintas das que são implantados esses projetos.

O tardio reconhecimento do modo de vida e dos direitos das comunidades tradicionais pelo SNUC não foi, no entanto, um direito simplesmente oferecido pelas autoridades às populações locais, pelo contrário: esse direito foi conquistado através de intensas movimentações dessas camadas. Na década de 1980, as populações desfavorecidas por essa política de conservação, especialmente as tradicionais e indígenas, começaram a se mobilizar, e apesar de todas as suas deficiências materiais, questionaram a sua expulsão ou exclusão de áreas que pertenceram aos seus antepassados.

Alegretti (1997) e Gonçalves (2000) consideram a política de criação de unidades de conservação de uso sustentável uma importante conquista dos movimentos das populações tradicionais, com destaque para o movimento dos seringueiros em prol da criação das RESEX. Tais movimentos contribuíram para a minimização de problemas fundiários, de contenção do desmatamento e da permanência de modos tradicionais de uso da terra.

A trajetória de criação das unidades de conservação no Brasil nem sempre obedeceu a critérios científicos, seja na definição do local, tamanho da área ou ecossistemas a serem

preservados. Suas dimensões foram consideradas em alguns casos como arbitrárias, baseadas em critérios que atendessem a interesses políticos e econômicos de uma minoria. Alguns autores, como Brighenti (2005), consideram as unidades como instrumentos disponíveis à disseminação do modelo de crescimento econômico que “beneficia a busca individual do lucro e da acumulação sem limites” (p. 20), uma vez que se procura preservar áreas de menor interesse comercial, permitindo a intensa exploração do restante. Desta forma paradoxal, as unidades de conservação poderiam colaborar com a destruição ambiental. Para o autor, de nada adianta ter 10% do território preservado, se apenas uma minoria se beneficiar das riquezas produzidas.

CONCLUSÃO

Através do levantamento de campo e das entrevistas, é possível concluir que a criação da APA da ilha do Combu aconteceu à revelia do conhecimento da maioria da população moradora. Se por um lado, técnicos da SEMAS/PA afirmam que a criação da APA da ilha do Combu era também uma reivindicação de núcleos familiares residentes, que se engajaram no processo, por outro lado, a pesquisa de campo e as entrevistas realizadas em 2013, assim como o trabalho de Ribeiro (2010) colocam que apenas poucos moradores participaram deste processo, o que não representa uma adesão significativa da população. O levantamento de campo revelou que apenas 9% dos entrevistados participaram diretamente do processo de criação da APA da ilha do Combu. Essa porcentagem é considerada baixa em relação ao nível de participação da sociedade civil em tomadas de decisão como essa.

A falta de conhecimento sobre a APA é surpreendente, bem como presumir que a maioria dos moradores provavelmente só tivesse esse conhecimento após a sua criação. De um modo geral pode-se dizer, com base nas informações anteriores, que a criação da APA da ilha do Combu aconteceu sem a anuência e real participação da população re-

sidente. Não há prova concreta de que tenha sido realizada alguma consulta ou reunião formal com a população, e mesmo que tenha se mantido contato com algumas pessoas da ilha, elas podem não representar a vontade de toda ou de boa parte da população.

A indicação da ilha do Combu como unidade de conservação partiu de uma pesquisa científica, que segundo os oradores entrevistados, não analisou todos os aspectos da produção das comunidades residentes, como é o caso do manejo e extração do palmito, impedindo que os moradores da ilha de comercializar esse produto, o que trouxe prejuízos para a renda familiar.

O IDESP, com base nesse trabalho, resolveu transformar a ilha do Combu em uma unidade de conservação, não mais uma RESEX, e sim uma APA, que foi criada em 1997. Porém, o seu processo de criação não foi acompanhado de incentivos ao planejamento e à gestão.

Até 2014 observou-se que a gestão da APA da ilha do Combu não tinha se consolidado, mesmo dezessete anos após a sua criação. Pode-se dizer que não houve implantação de um processo de gestão, uma vez que é sabido que o plano de manejo não tinha sido produzido até 2015.

Há, em primeiro lugar, a ausência do Órgão gestor, durante praticamente dez anos de existência da unidade. Em segundo lugar, existem também os problemas próprios enfrentados pelos Órgãos gestores das unidades de conservação existentes no país: recursos humanos, materiais e financeiros insuficientes para executar o que foi planejado, pouca experiência no planejamento e gestão de unidades de conservação, incompatibilidade com as prioridades governamentais, e aspectos culturais, como o clientelismo e paternalismo.

Porém existe um entrave essencial que comprometeu e ainda pode comprometer a gestão da APA da ilha do Combu em sua base: a falta de apoio da população residente,

que, em razão do desconhecimento da maioria, não reconhece o território da ilha como uma APA. Como foi demonstrado na pesquisa de campo, 79% dos entrevistados não sabia que a ilha do Combu é uma unidade de conservação. Os 21% restantes são os poucos que conheciam essa realidade e/ou aqueles que já tiveram contato com alguns trabalhos da SEMAS/PA na ilha. Esse, entre outros fatores próprios da comunidade, como a falta de organização comunitária e a descredibilidade com o governo, dificultam a realização de uma gestão participativa, que é um aspecto considerado essencial na legislação vigente.³ Esse problema de criação de unidades de conservação sem o conhecimento da população local é comum e foi analisado também por Diegues e Nogara (1994) no início da década de 1990, demonstrando que a população também tinha desconhecimento da criação da Reserva Ecológica Estadual do Saco do Mamanaguá, no Rio de Janeiro.

De todos os problemas que dificultam a gestão da APA da ilha do Combu, o desconhecimento e a conseqüente falta de participação e interesse da população são os obstáculos que mais influenciam. Uma vez que a população não compreenda, não aceite ou não se interesse pelo fato do território de sua residência ser uma unidade de conservação, ela não irá colaborar com o planejamento e a gestão. A população local, em unidades de conservação de uso sustentável é, ao lado do Órgão gestor, a principal fomentadora da conservação sustentável, porque ela reside e se reproduz no local. Se ela possui formas tradicionais e sustentáveis de uso dos recursos entre as suas manifestações culturais, essa importância aumenta, uma vez que a conservação do local de reprodução será uma necessidade para elas.

É possível que, com a realização de atividades que envolvam a divulgação permanente de informações sobre o planejamento e gestão da APA, e com projetos que aliem a conservação ambiental com a melhoria da quali-

3 Ver art. 5º, inciso III da lei federal nº 9985/2000.

dade de vida da população, seja alcançada gradativamente uma maior aceitação da população à realidade já instalada, e espera-se que isso futuramente culmine no apoio das comunidades às atividades de planejamento e gestão na unidade, promovidas por seu Órgão gestor.

Recebido em: 27/10/2015

Aprovado em: 18/03/2016

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÁNTARA, Leonardo Alexandre Gomide. Sobre cultura tradicional e práticas legitimadas em espaços territoriais protegidos: Uma reflexão acerca da exploração da madeira, mineração da Bauxita e populações tradicionais na Floresta Nacional Saracá-Taquera e na Reserva Biológica do Rio Trombetas - PA. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, n. 5, 2010, Florianópolis. *Anais...* Disponível em <<http://www.anppas.org.br/encontro5/index.php?p=gt>>. Acesso em 16 ago. 2012.
- ALEGRETTI, Helena. Ambientalismo Político y Reforma Agrária: de Chico Mendes al movimiento de los sien tierra. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 150, p. 57-68, jul.-ago. 1997.
- ANDERSON, Antony. Forest management strategies by rural inhabitants in the Amazon estuary. In: GOMEZ-POMPA, A.; WHITMORE, T.C.; HADLEY, M. (org.) *Rain forest regeneration and management*. Paris: UNESCO/Parthenon Publishing/Man and the biosphere series, 1991. v. 6. p. 351-360.
- ARAÚJO, Aline Reis. Oliveira.; ROCHA, Gilberto de Miranda. Unidades de Conservação em Tucuruí/PA como instrumento de Gestão Territorial. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, n. 4, 2008, Brasília. *Anais...* Disponível em <<http://www.anppas.org.br/encontro4/index.php?p=gt#gt1>>. Acesso em 16 ago. 2012.
- ARAUJO, Marcos Antônio Reis. *Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial*. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.
- BRIGHENTI, Clovis Antonio. Necessidade de Novos Paradigmas Ambientais: implicações e contribuição Guarani. Universidade de São Paulo. *Cadernos PROLAM*, São Paulo, v.2, n.7, p.33-56, 2005.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. *SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação: texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional. Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Série conservação e áreas protegidas*. São Paulo, 2000. 73p.
- DERGAN, João Marcelo Barbosa. *História, memória e natureza: as comunidades da ilha do Combu-Belém (PA) – 1980-2006*. Belém, 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2006.
- DIEGUES, Antonio Carlos e NOGARA, Paulo José. *O nosso lugar virou parque: estudo socio-ambiental do saco de Mamanguá, Parati, Rio de Janeiro*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, Centro de Culturas Marítimas, Universidade de São Paulo, 1994. 187 p.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *Etnoconservação da natureza: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- FERREIRA, Lúcia da Costa. et al. Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, Instituições e ONG's no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. *Revista Idéias*, Curitiba, v. 8., n. 2, p.115-149, 2001.
- GONÇALVES, Gilberto Lamoglia. *Modelos de gestão participativa para Unidades de Conservação de uso indireto: o caso do Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil*. Brasília: WWF-Brasil, 2007.

JARDIM, Mário Augusto Gonçalves. *Aspectos da biologia reprodutiva de uma população natural de açaizeiro (Euterpe oleracea Mart.) no estuário amazônico*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1991.

LOBATO, Crisomar. Conservação ambiental no Estado do Pará. *Revista Pará Desenvolvimento: Amazônia Eco-Visões*, Belém, edição especial, p. 28-41, jun. 1992.

MATTA, Raimundo Alberto de Athayde. *Espacialidade e sustentabilidade na ilha do Combu: um olhar sobre a interface urbano-insular como forma de contribuir para a conservação do espaço na construção da sustentabilidade local*. Belém, 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, 2006.

MELLINGER, Larissa and FLORIANI, Dimas. Democratic participation in the management of common natural resources and the native populations in the Southern Coast of Paraná. *Revista Ambiente e Sociedade* [online]. v.18, n.2, p. 1-22. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOCEX01V1822015en>> Acesso em 13 ago. 2016.

QUEIROZ José Antônio Leite de. *Fitossociologia e distribuição diamétrica em floresta de várzea do estuário do rio Amazonas no estado do Amapá*. Paraná, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Universidade Federal do Paraná, 2005.

RIBEIRO, Jocilete de Almeida. *Área de proteção ambiental da Ilha do Combu, Belém/PA: desafios de implantação e de gestão de uma unidade de conservação*. Belém, 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, 2010.

RODRIGUES, Eliana Teles. *Organização comunitária e desenvolvimento territorial: o contexto ri-*

beirinho em uma ilha da Amazônia. Belém, 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2006.

SANTOS, Fabio Dias dos. As unidades de conservação e o encurralamento das populações locais no Norte de Minas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, n. 4, 2008, Brasília. *Anais...* Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/index.php?p=gt#gt1>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

SIENA, Osmar.; FACHINELO, Dirlei Terezinha. T.; MAIA, Daniele da Silva. Constatações sobre reservas extrativistas no Estado de Rondônia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, n. 5, 2010, Florianópolis. *Anais...* Disponível em <<http://www.anppas.org.br/encontro5/index.php?p=gt>> Acesso em 16 ago. 2012.

VALLEJO, Luiz Renato. Unidade de conservação: Uma discussão teórica à luz dos conceitos de Território e Políticas Públicas. *Revista Geographia*. Niterói, v.4, n.8, p. 57-78, 2002.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS/PA), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (FAPESPA) pelo apoio logístico e financeiro. Agradecemos ainda à população moradora da ilha e aos entrevistados, que gentilmente nos forneceram as informações que embasaram nossa pesquisa. Agradecemos aos dois revisores que contribuíram para melhoria da qualidade do trabalho.

ÁGUA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: “ECOLOGIZAÇÃO” DE PROJETOS HÍDRICOS

José Irivaldo Alves Oliveira Silva, John Brehmer de Sousa Alves de Oliveira

RESUMO

Tendo como caso para estudo a transposição do Rio São Francisco, discutimos neste artigo a relação entre desenvolvimento e meio ambiente no Brasil. Analisamos como as variáveis ambientais são inseridas em projetos desse tipo e propomos um quadro analítico que caracteriza a relação entre a transposição, a revitalização do referido rio e os modos pelos quais se incorpora a questão ambiental, aqui vista como um exemplo do que denominamos de processo de *ecologização* de debates sobre ações governamentais. Partimos do pressuposto de que a amplitude, variabilidade e multiplicidade de sentidos associados à problemática ambiental resultam de disputas discursivas e políticas acerca das estratégias de conservação da natureza e dos instrumentos econômicos e institucionais adequados para tratar do que se tem definido como crise ambiental no quadro das sociedades capitalistas avançadas, incluindo a gestão do acesso à água como parte do debate. As evidências apontam para pelo menos duas formas de pensar a dinâmica de incorporação da questão ambiental nas ações estatais: uma *ecológica*, relacionada com a recuperação do rio e a sustentabilidade; e outra, a *econômica*, implicando no manejo e uso racional dos recursos hídricos.

Palavras-chave: Conflito Ambiental; Revitalização; Transposição; Água; Integração.

WATER, ENVIRONMENT E DEVELOPMENT: ECOLOGIZATION OF HYDRICS PROJECTS

ABSTRACT

Having the transposition of the São Francisco River as a study case we discuss in this article the relation between development and environment in Brazil. We analyze the position of the environmental variables in megaproject like that one, proposing an analytical framework that characterizes the relation between transposition and revitalization of the river and the incorporation of environmental issues, which is seen here as an example of seen as a process of greening public issues. It is assumed that the amplitude, variability and multiplicity of meanings associated with environmental problems arise from discursive and political disputes about strategies of nature conservation and appropriate economic and institutional instruments to deal with what has been defined as environmental crisis in the context of advanced capitalist societies, including the water access management as part of the debate. Evidences point out at least two ways of thinking about the dynamics of incorporation of environmental issues in such state actions: an ecological, related to the river recovery and to sustainability; and other, the economic one, in which prevails a notion of rational use and management of hydric resources.

Key words: Environmental Dispute; Revitalization; Transposition; Water; Integration; Rational Use and Management of Hydric Resources

Doutor em Ciências Sociais no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFCG; Professor do Mestrado Profissional em Administração Pública da UFCG. E-mail: prof.irivaldo@ufcg.edu.br.

Aluno do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – CDSA/UFCG e Bolsista do PIBIC/UFCG/CNPQ. E-mail: johnbrehmeralves@gmail.com

INTRODUÇÃO

O meio ambiente tem se tornado um recurso na dinâmica de um “novo espírito do capitalismo”, expressão utilizada por BOLTANSKI e CHIAPELLO (2009), que tem a sustentabilidade como sua maior legitimadora. Muitas ações estatais visam buscar promover/induzir o desenvolvimento, dentre essas podemos elencar aquelas que se relacionam com o uso e acesso à água. A pesquisa sociológica tem se interessado pela análise de projetos que incorporam o meio ambiente como uma questão relevante a partir de um referencial “ecologizado”.

O presente artigo tem como finalidade analisar a integração da bacia do São Francisco e o seu programa de revitalização a partir de uma aproximação com uma perspectiva de obra desenvolvimentista, na qual a água é o elemento central, cuja promessa é impulsionar o desenvolvimento no Semiárido, compreendendo como o meio ambiente é inserido nesse tipo de projeto, propondo um quadro analítico que caracterize essa dinâmica entre transposição e revitalização e incorporação da questão ambiental, aqui classificada como “ecologização”.

Há uma mudança de rumo no tratamento de uma problemática ambiental, e sua própria ressignificação, a partir da noção de finitude dos recursos naturais (PORTO-GONÇALVES, 2006; PÁDUA, 2009; SILVA, 2010) até a aceitação de que o pensamento acerca dos estoques de recursos naturais do planeta havia mudado, o que demandava muito mais do que a reversão na “postura” de certos indivíduos, grupos e instituições, mas a adoção de políticas contra hegemônicas, ou seja, que modifiquem a lógica consumista e exploratória do capitalismo em sua essência.

Desse modo, o Estado tem optado pela inserção de elementos ditos ambientais em suas políticas e ações públicas num processo de ecologização, que se trata exatamente da incorporação desses elementos ambientalizados através da criação de uma estrutura (ou ações) voltada para o tratamento de assuntos

relacionados à preservação e acesso aos recursos naturais, ou de mitigação dos efeitos da exploração dos recursos naturais ou do prejuízo causado às populações, ou comunidades próximas a grandes empreendimentos de infraestrutura hídrica como a integração do São Francisco e barragens, por exemplo.

Nesse contexto, emergem novas estratégias de desenvolvimento baseadas nas condições e potencialidades dos ecossistemas e o manejo adequado dos recursos naturais, surgindo aqui a sustentabilidade ecológica como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, questionando as bases da produção, sendo ela uma condição para o desenvolvimento duradouro e mesmo a sobrevivência humana (LEFF, 2001). Na década de 80 é criado o conceito de desenvolvimento sustentável como uma nova maneira de perceber a relação meio ambiente e desenvolvimento, prevendo uma relação de equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico. Ele se tornou hoje o principal referencial utilizado pela comunidade internacional, os governos nacionais e grupos ambientais para o alcance de metas ambientais (SEZGIN, 2012).

Portanto, escolhemos como universo empírico desse artigo os mecanismos institucionais relacionados à questão ambiental no quadro do Projeto de Transposição (Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional e outros documentos oficiais que demonstrem as estratégias estatais para essa megaobra de intervenção hídrica) da Bacia do Rio São Francisco e do Programa de Revitalização do Rio São Francisco (PRSF), destacando o programa de revitalização por ser o braço ambiental no interior dessa mega obra de infraestrutura hídrica. Bem como analisamos, preliminarmente, o impacto socioambiental que tem sido verificado no Eixo Norte da integração de Bacias do São Francisco (região de Monteiro, Paraíba, fronteira com Sertania, Pernambuco), especificamente na Vila Produtivas Rurais (VPRs), através da observação participante e da aplicação de entrevistas aos moradores dessas vilas.

1. MÚLTIPLAS NOÇÕES DE “DESENVOLVIMENTO”

Primeiramente é importante trazer para o debate as noções acerca de desenvolvimento, tendo em vista que essa categoria sofre inflexões conforme o contexto em que é empregada e quase sempre vem carregado de um sentido voltado ao crescimento, cumprindo-nos questionar desenvolvimento para quem, como e onde? Desenvolvimento é um conceito polissêmico, com diversas definições, mas sempre ligadas ao crescimento econômico e dos territórios. Uma dicotomia comum às suas abordagens, é a questão do crescimento e do desenvolvimento. Em Furtado (2002), o crescimento se dá em termos eminentemente econômicos, ligado a quantidade da produção. Sendo que o desenvolvimento humano ocorre com a equidade da distribuição dos resultados do crescimento para a população. (CHACON, 2007).

A ideia de desenvolvimento sustentável, por exemplo, foi lançada em 1987, pela *World Commission on Environment and Development*, tendo em vista a busca por um crescimento econômico eficiente e racional, através de ações que supririam as necessidades da humanidade no presente, mas preservando para o futuro. Ele pressupõe não apenas medidas voltadas para o campo econômico, mas também uma redistribuição socialmente justa dos benefícios do progresso científico e tecnológico, tal como respeito ao meio ambiente e a diversidade cultural. (CHACON, 2007). No Brasil, o desenvolvimento sustentável e/ou seus princípios, foi imposto pelas instituições internacionais de financiamento do desenvolvimento, como base obrigatória para os programas de governo.

Na obra de Celso Furtado (2002), as consequências do mito do progresso, concebido aqui como o aumento no estoque de capital ou excedente, onde o progresso é tido como algo linear, levou ao surgimento de metrópoles modernas com sérios problemas sociais, políticos e ambientais. Neste último caso, as consequências ambientais desse processo são traduzidas pelo impacto de sistemas de

decisões centrados na satisfação de interesses privados e criação de valor econômico sobre o meio físico. Ele entende que o progresso tecnológico não é capaz de resolver problemas ambientais resultante do modo de crescimento predatório, assim, um espaço no qual os países periféricos necessitam ter autonomia, no tocante a seus recursos naturais não-renováveis. (CHACON, 2007).

O progresso técnico se manifesta na forma de processos produtivos de maior eficiência, tal como através dos produtos. Sendo o capitalismo este processo, ele é também um difusor de um modelo de sociedade, cuja a difusão se dá de forma arbitrária, impondo padrões de comportamento. A desestruturação de culturas pré-estabelecidas, ocorrendo conforme os interesses dos países de economia criadora de novas técnicas, é uma forma de criar grandes mercados, massificando o consumo. Dessa forma, o capitalismo é também um processo onde ocorre a imposição de uma racionalidade instrumental sobre a sociedade, sendo que propaga um sistema de valores.

No atual modelo de desenvolvimento, o Brasil é conduzido a um processo de reforço da *reprimarização* e das oligarquias locais. O modelo brasileiro tem uma inclinação estrutural para excluir os setores populares dos benefícios da acumulação e as tecnologias, e o regime de propriedade da terra existente é prejudicial ao desenvolvimento porque ocasiona o aparecimento de estruturas sociais centradas nos altos níveis de consumo, e desligadas do processo produtivo. Assim, a reforma agrária e a redistribuição de renda são elementos essenciais para o desenvolvimento das forças produtivas brasileiras, também, desenvolvimento tem como causa e efeito a desconcentração da renda.

Segundo o autor, a expansão econômica no Nordeste ao longo do século XX, constitui um processo de involução econômica. Não havia uma política global de desenvolvimento para o Nordeste. A deficiência estrutural da economia nordestina, fortemente marcada pela agricultura de subsistência e a pressão demográfica crescente, agravariam

problemas sociais e políticos. O problema do Nordeste não é a seca, como afirmavam as elites locais. A causa era a estrutura socio-econômica e política historicamente formada na região. O problema está na formação histórica da região, sendo que sua integração econômica às outras regiões do país, exige uma ruptura com formas arcaicas de apropriação recursos na região.

Por sua vez, a sustentabilidade aparece num contexto de globalização, como critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, questionando as bases da produção e como uma condição para a sobrevivência humana. Esse modelo de desenvolvimento surge com o reconhecimento da natureza como elemento essencial ao processo de produção. (CHACON, 2007).

O processo de modernização no século XX foi conduzido pela racionalidade econômica, a problemática ambiental surge no mesmo século como sinal de uma crise nesse processo. Para Leff (2006), a degradação ambiental é sintoma de uma crise no paradigma econômico da modernidade e da civilização, marcada por uma modernidade onde o desenvolvimento da razão tecnológica se sobrepõe a natureza. A questão ambiental problematiza o modelo econômico hegemônico da modernidade, desconstruindo-o, com vista à construção de futuros possíveis, fundados nos limites da natureza, os potenciais ecológicos, da produção de sentidos sociais e criatividade humana. (CHACON, 2007). Como forma de substituição da racionalidade econômica, o autor propõe sua substituição e adesão a racionalidade ambiental, que é uma condição fundamental para desenvolvimento sustentável. Ele defende a necessidade da construção de uma racionalidade social – parte da ambiental –, orientada por novos atores e saberes, com modos de produção com bases e tecnologias ecológicas e significados culturais. (LEFF, 2006).

A sustentabilidade não é um simples processo de crescimento econômico sustentado, ele requer a internalização no sistema das condições ecológicas e sociais, o que beneficia a todos. (CHACON, 2007). Têm dentre al-

guns dos seus princípios fundamentais, a mudança de valores e comportamentos dos indivíduos a partir de uma perspectiva ética (LEFF, 2006). A obtenção da alteridade, o respeito às diferenças e o fortalecimento das identidades culturais são questões essenciais ao processo de desenvolvimento sustentável. Esse modelo requer capacidades para orientar um desenvolvimento pautado em bases tecnológicas, de equidade social, democracia participativa e diversidade cultural (LEFF, 2006).

O desenvolvimento está ligado a uma dimensão ética, e não puramente econômica, pois ele visa a libertação da personalidade humana, e o autocontrole sobre as necessidades materiais do indivíduo. A ideia ética que deve direcionar as escolhas relacionadas ao desenvolvimento. Se nesse processo a prioridade se restringe ao campo da economia, tem-se normalmente a exclusão e não a melhoria da qualidade de vida.

2. O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO INSERIDO COMO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

Primeiramente, é importante situar, mesmo que brevemente, a transposição do rio São Francisco, identificando alguns dados relevantes. O projeto já fora pensado desde o final do século XIX, em virtude de grandes secas vivenciadas. Segundo Andrade (2002), duas tentativas de transposição aconteceram nos períodos de 1982-1985 e 1993-1994, abortadas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) uma vez que haveria a retirada excessiva de água do rio, algo entre 300m³ e 500m³ por segundo, sendo um dos empecilhos para a realização dessa obra.

Em 1996, foi formado um grupo de trabalho (ANDRADE, 2002) na Câmara dos Deputados para retomar o processo de estudo acerca da transposição, liderado pelo Deputado Federal paraibano Marcondes Gadelha que, originalmente, propunha a imediata transposição, juntamente com a transferência de águas do rio do Sono, em Tocantins, caso a transposição incluísse também o Piauí, co-

mo compensação, bem como estava prevista a venda da CHESF como forma de sustentar financeiramente o empreendimento. À época, a defesa do parlamentar paraibano era no sentido de que o gasto com a transposição se justificaria pelo alto volume de recursos federais gastos para amenizar os efeitos da seca todos os anos (ANDRADE, 2002). Podemos dizer que uma forte marca desse projeto foi seu “caráter salvacionista”.

Com essa tônica, o projeto foi retomado nos anos 2000, reiniciando-se esse processo no âmbito do poder executivo, no governo de Fernando Henrique, haja visto que ele propôs uma política nacional de recursos hídricos. Como parte dessa institucionalização, foram estruturados órgãos responsáveis pela gestão dessa política, que seguia uma lógica de compartilhamento entre governo e sociedade (LIMA, 2009).

Os opositores ao projeto lançaram argumentos fundados principalmente na questão ambiental, como chave de compreensão dos danos e dos conflitos (ACSELRAD, MELLO E BEZERRA, 2009) que esse megaprojeto pode trazer ao meio ambiente, prejudicando o rio e aqueles que necessitam para viver e reproduzir seu modo de vida. Na verdade, os defensores também incorporaram elementos ambientalizados, ou seja, expressões como sustentabilidade, desenvolvimento sustentável passaram a fazer parte desse projeto pela compensação ambiental e pelo Programa de Revitalização, num nítido processo de ambientalização do discurso (LOPES, 2006), na medida em que disseminam a possibilidade de conciliar desenvolvimento econômico e proteção da natureza.

Em junho de 2003, foi constituído um Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pela Vice-Presidência da República, que deu origem ao Plano São Francisco. Esse grupo elaborou o Plano São Francisco, composto dos seguintes programas, projetos e ações: Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco (PRSF); Projetos de Integração de Bacias Hidrográficas (PIBH); Projetos de Armazenamento e Distribuição de Águas

(PROAD); Ações localizadas de infraestrutura hídrica; Ações na área de gestão dos recursos hídricos. Na verdade a revitalização não estava prevista no projeto original de transposição, tinha sido instituída em 2001 através de um decreto presidencial.

A execução do projeto de transposição encontra-se na área do Polígono das Secas, sendo que o Nordeste Setentrional (parte do Semiárido ao norte do rio São Francisco) é a área que, segundo o projeto, mais sofre os efeitos de secas prolongadas, abrangendo parcialmente os Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, sendo um argumento forte no convencimento acerca da pertinência da obra

No Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de 2004, esse projeto é intitulado “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional” e considerado oficialmente como projeto de infraestrutura hídrica. Serão dois sistemas independentes, compostos por dois eixos, eixo norte e eixo leste, que captarão água no rio São Francisco entre as barragens de Sobradinho e Itaparica, no Estado de Pernambuco. O projeto também prevê canais, estações de bombeamento de água, pequenos reservatórios e usinas hidrelétrica para auto-suprimento. Esses sistemas atenderão às necessidades de abastecimento de municípios do Semiárido, do agreste pernambucano e da região metropolitana de Fortaleza. Assim descreve o RIMA sobre a finalidade da obra e alguns detalhes técnicos:

Para beneficiar a região mais seca do País, a captação de água do São Francisco será de cerca de 3,5% da vazão disponível. Em outras palavras, dos 1.850 m³/s de água do rio São Francisco, 63,5% m³/s serão retirados. Desse volume, 42,4 m³/s serão destinados às bacias do Jaguaribe, Apodi,, Piranhas-Açu e Paraíba, e 21,1 m³/s, ao Estado de Pernambuco, que compartilha a bacia do São Francisco (Brasil, 2009, p. 2).

Segundo o discurso oficial, os objetivos do projeto de transposição do Rio São Fran-

cisco são os seguintes (BRASIL, 2004): “aumentar a oferta de água”, “com garantia de atendimento ao semiárido”; “fornecer água de forma complementar para açudes da região», viabilizando a melhor gestão da água; e “reduzir as diferenças regionais causadas pela oferta desigual da água entre bacias e populações”. Compromete-se a resolver o problema de 12 milhões de pessoas (BRASIL, 2014). O papel do RIMA, e que foi incorporado pelos agentes públicos do governo, principalmente o executor da obra, Ministério da Integração Nacional (MIN), foi apresentar uma lógica do “benefício que suplanta os danos e conflitos” causados pela obra, ou seja, impactos existem porém é possível mitigar seus efeitos por meio de soluções que a modernidade oferece, dentro de uma perspectiva salvacionista que vários governos tem utilizado para projetos na região semiárida.

Entretanto, quando se analisa o RIMA isoladamente pode-se incorrer no equívoco de simplificar a abrangência dos efeitos da obra. É preciso ter um olhar mais holístico e, ao mesmo tempo, analítico para perceber que existe uma distância entre o que o governo apresenta como sendo a finalidade dessa intervenção planejada, Projeto de Integração do São Francisco (PISF) e o que verdadeiramente se propõe. Por exemplo, bastando verificar o que está exposto no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA) (BRASIL, 2005), no Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (BRASIL, 2009), no Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (BRASIL, 2011), chegando-se à conclusão de que o PISF, em conjunto com o PRSF, é uma estratégia de “uso racional dos recursos”, inserida numa perspectiva modernizante (GIDDENS, 1991; BECK, 2010), de modo a alimentar a expansão da lógica vigente de desenvolvimento econômico, baseado na expansão dos mercados emergentes, que se utilizam de intervenções planejadas como essa como estratégia.

Inicialmente, a questão ambiental foi inserida no processo de transposição com graves omissões, segundo Andrade (2002). O

consórcio *Jaakko Poyry-Tahal* foi responsável pelo primeiro estudo governamental acerca dos impactos socioambientais da obra de transposição do São Francisco na década de 1990. Entretanto, a autora acima aponta que a consultoria realizou um estudo incompleto que acabou escondendo os impactos socioambientais da obra, inclusive realizadas em outros países e tomadas como exemplos para o Brasil. Sendo assim, nesse trabalho citado, estão elencadas algumas obras de transposição que tiveram impactos negativos sobre as populações envolvidas e o ambiente natural.

No PISF, além do programa de revitalização, também tem outras ações ambientais previstas em conjunto com as obras, ou seja, 38 programas que fazem parte do Plano Básico Ambiental (PBA), um conjunto de medidas mitigadoras dos impactos sociais e ambientais oriundos da execução da obra de transposição. O PBA é formado por 36 Programas Ambientais, contando ainda com mais dois que estão sendo analisados pelo IBAMA, executados no âmbito da obra do PISF, sob supervisão do Ministério da Integração Nacional, que não tem atribuições ambientais. Para subsidiar a etapa de Licença de Instalação, o empreendedor elabora o PBA que detalha as ações necessárias para a minimização dos impactos negativos e maximização dos impactos positivos, identificados quando da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). O PBA faz parte do processo administrativo de licenciamento de obras que tenham impacto no meio ambiente. Aqui o Instituto Nacional do Meio Ambiente (IBAMA) chama de plano que, na verdade, é o Projeto Básico Ambiental mencionado pelo Ministério da Integração Nacional.

3. A “ÁGUA” E SUAS MÚLTIPLAS COMPREENSÕES

Nessa perspectiva desenvolvimentista, a água é umas das chaves para compreensão do PISF e do PRSF para entender os fluxos e dinâmicas em relação ao desenvolvimento, tendo como pano de fundo a integração de bacias do São Francisco e a Revitalização, a luz do direito ambiental em construção no Brasil

e o direito ao desenvolvimento. A água é provavelmente o único recurso natural que esteve presente em todos os aspectos da civilização humana, seja no desenvolvimento agrícola e industrial, ou nos valores culturais e religiosos das sociedades (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD, 2006). Bordalo (2008), complementa essa visão sobre a água ao dizer que esta possui mais do que um simples valor econômico [reducionismo econômico], mas também um valor simbólico, espiritual, cultural, alimentar e de saúde pública.

Historicamente, sua disponibilidade tem sido um fator de grande relevância para o desenvolvimento social e econômico da humanidade, e pelo fato de ser fundamental ao ser humano e a vida em sociedade, fica clara sua forte dimensão cultural, tanto que de acordo com a *Organización Mundial de la Salud* (2006), sem compreender e considerar os aspectos culturais, os nossos problemas acerca da água não podem ter qualquer solução sustentável. Assim, as práticas de gestão dos recursos hídricos devem ser adaptadas às diferentes culturas, porque cada uma possui um conjunto especial de competências e desempenho. De modo semelhante, a cultura deve ser tomada plenamente em conta nas estratégias para a gestão dos recursos hídricos.

Segundo Diegues (2005), a água é parte de um território e modo de vida, até mesmo utilizada como base de identidades específicas. Para este autor, as sociedades ditas por ele “tradicionais”, possuem com um vínculo com o mineral que difere, em vários aspectos, das sociedades urbanas e modernas, onde segundo ele a água é um bem domesticado, controlado através da tecnologia, enquanto que nas sociedades tradicionais, em geral, a água doce tem um valor sagrado, tida como uma dádiva divina, e em muitas, um bem de uso coletivo. Em algumas religiões, o mundo é originário da água doce, cujos reservatórios são em muitos casos, locais sagrados, de culto e devoção, sendo que seu desaparecimento implica no fim da própria sociedade (DIEGUES, 2007).

É perfeitamente claro que existe em curso um processo de mercantilização de novos elementos da natureza, onde estes são transformados em mercadorias (BORDALO, 2008). Quanto a água como mercadoria, a mercantilização do mineral, entendido como sua venda privada, sob fins lucrativos, é um processo bastante antigo (CASTRO, 2013), mas que tem se intensificado, dentre outras causas, devido a sua distribuição desigual e níveis desiguais de acesso entre povos e países de todo o mundo. Desse modo, um debate bastante atual e importante no cenário mundial é: qual o melhor e mais eficaz modelo de gestão da água. Neste cenário, dois grandes e influentes posicionamentos merecem destaque. Um primeiro que defende a água como um recurso público, cujo controle deve ficar a cargo do Estado; e outro que compreende a iniciativa privada como sendo mais qualificada para gerir o acesso a água (BORDALO, 2008).

No tocante à política de gestão da água, o controle da iniciativa privada em detrimento do controle público, foi algo marcante no final do século XX, especialmente nos países que adotaram as doutrinas neoliberais. Instituições como o FMI, o Banco Mundial e a OMC são incentivadoras dos processos de privatização, o qual chamam de “modernização” do setor de gerenciamento dos serviços de água. (CASTRO, 2013).

Segundo Barlow e Clarke (2003), a política de privatização dos serviços de água se dá de três formas: numa primeira, o fornecimento de água pública e os sistemas de tratamento são vendidos pelo governo para corporações; na segunda, que é o modelo mais comum, os governos cedem às empresas de forma que elas fiquem responsáveis pelo fornecimento do serviço e o custo da operação e manutenção do sistema, sendo que coletam todas as receitas dos serviços de água e tomam o excesso como lucro. De outra maneira, o governo contrata uma empresa para administrar os serviços de água por uma taxa administrativa.

Um processo interessante descrito por Castro (2013) é a atribuição de valor à água. O autor explica que o entendimento predomi-

nante quanto ao valor da água nas culturas capitalistas ocidentais, partem especialmente de três pressupostos: no primeiro, valor da água deriva da combinação entre capital e custo de trabalho. Em segundo, o volume da água doce utilizável é entendido como ilimitado, eterno. Em todos esses casos, o valor atribuído ao mineral tem como base o reducionismo economicista, que interpreta o valor econômico da água como quase equivalente a seu valor total.

Segundo Câmara (2011), a precaução passa a ser aos poucos um elemento norteador da revisão e formulação de políticas públicas, isto devido as mudanças climáticas, perda da biodiversidade, redução do volume da água doce no planeta e a diminuição da qualidade de vida de milhões de pessoas no mundo. A tomada de decisão para o desenvolvimento dessas políticas públicas exige uma governabilidade, compreendida como da capacidade política de governar existente na relação de legitimidade entre o Estado com a sociedade, também de uma governança, que é a estrutura institucional que comporta regras, instituições, processos e comportamentos que influenciam na distribuição e exercício do poder quanto às políticas e ações envolvidas na relação entre sociedade e sistema ecológico.

De acordo com Castro (2007), os desafios colocados frente à gestão da água tornam-se cada vez mais globais desde 1970. Isto reflete a crescente conscientização sobre as incertezas relacionadas ao agravamento da situação da hidrosfera, em particular da água doce, a insustentabilidade das práticas de gestão da água em muitas áreas, e também é um reflexo de conflitos e desigualdades sociais que afetam o acesso ao mineral. Há um crescente reconhecimento de que a natureza ou origens desses problemas sociais ligados a água, não é técnica ou “natural”, mas sim, social e política. A crise da água é em especial uma crise de governança (CASTRO, 2007). De acordo com uma avaliação feita pela Organização Mundial da Saúde, um sexto da população mundial vive em países com “Estados frágeis”, com “governança e instituições fracas”, sendo que uma série de riscos à humanidade estão

relacionados à governança da água e gestão de rios, mananciais, serviços de abastecimento e saneamento etc. (CASTRO, 2007; CÂMARA, 2007).

Foi somente com o Comentário Geral (CG) n.º 15, do Comitê das Nações Unidas para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CESCR) da Organização das Nações Unidas (ONU), acerca do direito humano à água, que o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário foram formalmente reconhecidos como um direito humano. O acesso à água tornou-se então, um direito independente e com base jurídica estreitamente definida. O direito, porém, não é novo. A aprovação se deu na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em julho de 2010, após décadas de debates no cenário internacional. O reconhecimento explícito e formal da existência do direito se deu sob uma votação em que 122 Estados aprovaram o direito, enquanto 41 se abstiveram (BULTO, 2015). Especialmente a água doce se tornou um direito fundamental da pessoa humana num processo de reconhecimento internacional, conforme a Conferência de Mar Del Plata, Conferência de Dublin, Fórum Mundial da Água, Conferência do Rio de Janeiro, Declaração Universal dos Direitos das águas, Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Devido sua aprovação através do CG n.º 15 do CESCR, este se configura atualmente como sendo a maior interpretação acerca do direito a água hoje. Este CG cita pela primeira vez a existência de um direito humano à água, autônomo. O CESCR trata também dos tipos e extensão das obrigações individuais dos Estados quanto ao cumprimento do direito. Uma afirmação do CESCR quanto à criação do direito foi: “o direito à água coloca-se claramente na categoria das garantias essenciais para se assegurar um padrão de vida adequado, especialmente porque é uma das condições mais fundamentais para a sobrevivência” (BULTO, 2015).

Embora conquistado, o processo de reconhecimento do direito humano à água e

ao saneamento foi permeado por discussões e opositores, a começar pelos 41 Estados que se abstiveram na votação. Estes acreditavam não ter obrigação legal de assegurá-lo. Um problema é que esse não reconhecimento permite aos Estados se esquivarem da responsabilidade de assegurar o direito a suas populações. A realidade é que, conforme mostra Castro (2011), os direitos estendidos aos cidadãos, frutos de processos que tiveram lugar especialmente na década de 1960, por serem recentes e mesmo por sua natureza e conteúdo, têm sido alvo de várias críticas e controvérsias.

4. REVITALIZAÇÃO COMO LEGITIMADOR DESSA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO

Revitalização assume em outros contextos um sentido de renovação, recuperação, higienização, mas que implica na expulsão (às vezes violenta) de uma parcela das pessoas que vivem nas áreas que serão revitalizadas, num processo que se chama de “gentrificação”, que se traduz numa resposta específica a uma conjuntura histórica de desindustrialização, degradação e consequente desinvestimento em áreas urbanas (TURRADO, 2012; HIRATA, 2010), esse é um dos usos. Não se quer dizer que no caso da “revitalização” do São Francisco o sentido seja o mesmo, apenas apresentando-se o caráter multifacetário da expressão “revitalização”. Numa perspectiva problematizadora do planejamento urbano (FERREIRA, 2012. HIRATA, 2010), a “revitalização” serve a um sentido estratégico, assim como renovação, reabilitação ou requalificação dominam os debates e tornam-se sinônimos de modernidade e desenvolvimento. Na revitalização do São Francisco seria diferente? Segundo Ferreira (2012, p. 24), o sentido de revitalização “liga-se a um processo de indução de grande transformação das áreas históricas centrais em que a recuperação econômica é o objetivo principal”.

Ao que parece a revitalização assume um sentido de “melhoria das condições de vida” e de “retorno à vida”, procurando passar um significado positivo nesse processo de mu-

dança e recuperação. No que se refere à revitalização do São Francisco, ela foi uma das dinâmicas de incorporação da questão ambiental no PISF e lembra esses significados adotados no planejamento urbano. Por exemplo, a concepção de revitalização institucionalizada para o PISF, através do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco (PRSF), sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, tem relação com despoluição, conservação de solos, convivência com a seca, reflorestamento e recomposição de matas ciliares, gestão e monitoramento, gestão integrada dos resíduos sólidos, educação ambiental e unidades de conservação e preservação da biodiversidade (BRASIL, 2001).

A transposição desse rio veio acompanhada de um processo de disputas entre os seus defensores e opositores, os quais encontraram no discurso ambiental um arauto da defesa de seus argumentos, numa postura de “ecologização do projeto estatal”. Os defensores da obra fundamentam sua postura na importância da água para a sobrevivência e o desenvolvimento de regiões do Semiárido brasileiro, afirmando que a única possibilidade seria transpor as águas do São Francisco, numa verdadeira conduta salvacionista, corriqueira nessa região, e que é possível conciliar o desenvolvimento trazido pelas águas com a proteção ambiental, adotando instrumentos de desenvolvimento sustentável, desde que se faça a revitalização do rio, mesmo que simultaneamente; e os que são contra, sustentam-se, principalmente, na defesa da existência de sérios riscos ao meio ambiente, causando danos irreparáveis à natureza, sendo necessária a revitalização do rio antes de transpô-lo, sendo possível encontrar os mais radicais que são contra a transposição e aqueles que são favoráveis desde que aconteça a revitalização (LOPES, 2004, 200; SILVA, 2014).

Outros argumentos contrários à transposição dão conta de uma crítica à eficiência da obra quanto ao atendimento de seus objetivos, que acabam tendo relação com argumentações ambientais, não solucionando os efeitos da seca em si, pois trata-se, na verdade,

de uma grande obra de infraestrutura hídrica, de alto valor, e que o problema está na gestão das águas (WWF, 2007), que poderia ser resolvido com soluções mais baratas (ANDRADE, 2002; MALVEZZI, 2007), não compensando os prejuízos ambientais causados, uma vez que grande parte da população não teria acesso à água prometida, configurando uma situação de injustiça ambiental (ACSELRAD, MELLO E BEZERRA, 2009), bem como os ecossistemas sofreriam a interferência de espécies não nativas, em virtude dos canais, além da salinização das águas e uso exclusivamente econômico para produção no agronegócio (PAGANO, 2012).

É importante frisar que a revitalização é encarada de forma diferente quando analisamos o discurso de lideranças como Dom Cappio, e o discurso do governo através dos seus planos, planejamentos e ações (BRASIL, 2004, 2006, 2009. COELHO et al, 2007). Dom Cappio revela, de um lado, um conjunto de diferenças e conflitos à beira do rio, como a destruição do rio, dos seus peixes e a miséria dos ribeirinhos. De outro, o governo apresenta a solução, através da possibilidade de recuperar, recompor, renovar, sem abrir mão de um projeto que trará desenvolvimento econômico e modernidade para a região semiárida nordestina, livrando essa região do atraso, através da irrigação, do agronegócio, da navegação, do abastecimento de cidades de médio e grande porte, não faltando água para o processo de industrialização.

Portanto, diante disso, seriam duas noções de revitalização, uma “revitalização ecológica”, voltada para a recuperação do rio e manutenção de uma dinâmica de subsistência, e outra que seria a “revitalização econômica”, sendo um conjunto de ações de renovação do rio, possibilitando um manejo ou uso racional dos recursos. Essa visão oficial do governo deve-se à tônica contraditória da política ambiental brasileira, na qual alguns atores enxergam o meio ambiente como obstáculo ao desenvolvimento, mas buscam incorporar um discurso ambiental modernizador, que tem se aproximado de um modelo de moder-

nização ecológica (SILVA, 2014), na perspectiva de mudanças institucionais necessárias em países industrializados do Ocidente para superar a crise ecológica (SPAARGAREN e MOL, 1995), defendendo uma reconfiguração da economia capitalista, de modo a tornar compatível desenvolvimento econômico e proteção ambiental (DRYZEK, 1997).

Quando se analisa os números da execução orçamentária do programa, verifica-se que 65,4% dos recursos aplicados entre 2005 e 2013 foram alocados em rubricas relacionadas com saneamento, seguido de ações que visam à recuperação das margens do rio (com 15,33% dos recursos aplicados). Ações como mudanças nas atividades econômicas, reestruturação da pesca para torná-la mais sustentável, democratização do acesso aos recursos hídricos e ações para resolver conflitos ambientais não aparecem nas ações elencadas nos gastos presentes no Portal da Transparência. Por estes dados, percebe-se a ênfase sobre estratégias de modernização ecológica em detrimento de outras que se enquadrariam numa estratégia de desenvolvimento sustentável ou socioambientalista.

Outra contradição encontra-se entre a transposição e a revitalização, pois no debate institucional do governo verifica-se a presença muito forte da transposição como responsável pela salvação da população da região dos efeitos da estiagem prolongada, chegando até a quantificar 12 milhões de pessoas (BRASIL, 2004; BRASIL, 2009) como beneficiadas, atestando a transposição como alternativa de desenvolvimento econômico, referindo-se como uma das “apostas” (BRASIL, 2005) para o desenvolvimento da região. A população ribeirinha, por exemplo, defende que o rio está morrendo (ANDRADE, 2002. BATISTA JÚNIOR, 2006), pela falta de peixe e a erosão das margens. Mesmo assim, esse argumento das populações é invisibilizado diante de outros interesses que ressignificam o sentido de natureza (SARMENTO, 2006. GERHARDT et al. 2005).

Sobressaem-se dois significados sobre a incorporação de sentidos aqui chamados de

questão ambiental (que pode ser a natureza encarada como recurso natural, ou outro elemento relacionado): um que considera a natureza em si, ou seja, a natureza teria um valor em si mesmo, e outro que enxerga como centralidade dessa questão ambiental o “uso racional dos recursos” (GERHARDT *et al.*, 2005), na verdade, a natureza se transforma em recurso na perspectiva capitalista, a questão é como fazê-lo durar mais.

Essa “ambientalização” significa justamente a apropriação de modo diferenciado de questões ambientais (LOPES, 2004, 2006), questões ambientais, ambas encaradas como construídas numa dinâmica de mudança da sociedade, podendo-se, certamente, verificar isso entre grupos sociais distintos, como os empresários, os camponeses, os pescadores, os trabalhadores industriais, os índios, os ribeirinhos, os ambientalistas, entre outros grupos; que não se constrói apenas através do um discurso, mas da configuração de um campo ambiental em constante construção (GERHARDT *et al.*, 2005).

A transposição não começou tendo uma problemática ambiental como condicionante e não estava baseada numa ampla discussão acerca dos impactos ambientais, mas essa questão transformou-se numa arena política na qual atuaram (e atuam) diversos grupos de pressão da região semiárida, atores sociais diversos (artistas, igreja, associações, ONGs, entre outros) que incorporam a problemática ambiental, que chamamos de uma questão ambiental construída por visões e sentidos (SILVA, 2014). O meio ambiente é inserido posteriormente como elemento muito mais de legitimação do que condicionante dos projetos de transposição e revitalização. Segundo Rocha (2011), o processo de reconhecimento do meio ambiente como questão relevante em si passa pela disputa entre diversas compreensões acerca da sustentabilidade, dentre as quais podemos destacar:

A primeira compreensão é de que os problemas relacionados ao meio ambiente são, antes de tudo, ecológicos, sendo assim, a ameaça fundamental consta nos danos aos

quais as ações dos homens submetem a terra: patrimônio e base de sua existência presente e futura. Portanto, a sustentabilidade a ser procurada é a ecológica, numa tendência “protecionista” ou “conservacionista”, mais ortodoxa ou dura, ou voltada para ecologia profunda, que confere à natureza um valor em si mesma (FERRY, 2009).

Um segundo posicionamento não analisa a questão ambiental como isolada da questão social, a sustentabilidade não se coloca apenas em termos ecológicos, mas também sociais, pois justifica-se que não haveria resposta aos problemas ambientais sem tratamento dos problemas sociais; para essa outra tendência a natureza apartada do homem não teria valor em si, mas que este valor origina-se da própria existência dos homens e dos usos que dela eles fazem (GERHARDT, 2008).

Em certa medida, pode-se analisar que o projeto de transposição passa por uma compreensão de que a sustentabilidade não pode ser vista apenas pelo prisma da natureza endogênica, ou seja a vegetação e os animais devem ser preservados acima de tudo, mas considerando que o social é condição para que essa proteção ocorra. Nesse modelo, confunde-se “crescimento” com “desenvolvimento”. Entretanto, o projeto de revitalização não se constituía numa prioridade do governo, antes do projeto de transposição das águas do “Velho Chico”, como é conhecido localmente o rio São Francisco.

5. DISPUTAS E CONFLITOS

Desde de sua elaboração, o projeto divide opiniões. Castro (2011) afirma que há uma polarização entre os estados doadores e os receptores da água. Um discurso existente aqui, é aquele de que os receptores só têm a ganhar com o projeto, enquanto os doadores a perder. O que ocorre nesse conflito, afirma o autor, é uma disputa por recursos transferidos pelo governo federal. Vale observar que, foi no decorrer do embate político em torno do projeto, que surgiu uma proposta alternativa a transposição, qual seja, a revitalização do

São Francisco. Esta ação passou a ser defendida praticamente como uma espécie de compensação para os estados doadores pela realização do Projeto de Transposição.

Um estudo feito por Castro (2011) sobre o PISF aponta que: a comprovação de déficit hídrico na região receptora é válida somente para bacias beneficiadas nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte; os recursos hídricos da bacia são suficientes para atender a demanda da transposição no médio prazo; os impactos ambientais do empreendimento são grandes e podem piorar; os potenciais benefícios do projeto estão superestimados, a população atendida será menor que a afirmada, e a área irrigada idem e a redução dos gastos emergenciais com as secas não será na proporção prevista; a compensação existente para os estados doadores resume-se ao projeto de revitalização do rio.

Outros estudos desenvolvidos entorno do PISF apontam os seguintes problemas do projeto (OLIVEIRA, 2007; HENSKS, 2014; BARACHO, 2014; LIMA, 2013):

- (a) todo o desenvolvimento do licenciamento ambiental do projeto de transposição violou o que determina a democracia participativa de tomada de decisões;
- (b) a obra beneficiará especialmente uma pequena parcela da sociedade;
- (c) a obra não irá pôr fim a escassez hídrica no Semiárido, mas aumentará a disponibilidade, entretanto, um problema aqui será a democratização do acesso, e não a oferta;
- (d) os problemas poderiam ser resolvidos com soluções alternativas de menor impacto ambiental e menor custo financeiro e social;
- (e) o Programa de Revitalização da bacia é melhor aceito pela comunidade local e considerado pela comunidade científica o mais viável e sustentável;
- (f) o desenvolvimento somente econômico gerado não dará resultados positivos iguais. Poucos serão amplamente beneficiados com, por exemplo, os pagamentos das desapropriações, das empreiteiras, fazendeiros etc.

(g) os danos e riscos ambientais atingirão as presentes e futuras gerações;

(h) ao longo do percurso de desenvolvimento da obra, várias ações judiciais propostas visando suspender a concessão das licenças ambientais em razão das falhas e omissões relevantes no EIA/RIMA;

(i) a obra está sujeita a problemas, consequentes dela mesma, e que podem comprometer sua sustentabilidade e objetivos.

Existe um jogo de forças em torno do projeto, que para a compreensão, faz-se importante analisá-lo a partir de elementos do conceito de campo, de Pierre Bourdieu (2007). As obras de transposição e revitalização do São Francisco configuram-se como verdadeiros campos simbólicos de disputas que agregam diferentes práticas e discursos, vindas de diferentes atores, que ocupam diferentes posições nesse campo, e cujo confronto dar-se em torno da utilização dos recursos a elas vinculados e também sobre seus efeitos. Esse processo se enquadra naquele identificado por Silva (2016) em sua obra, em que o meio ambiente assume a forma de campo de disputas. Esses agentes atribuem diferentes sentidos e se relacionam de diferentes formas sobre os processos em questão, tendo em conta as diferentes maneiras como as obras se relacionam com suas condições de existência dentro do espaço em que estão inseridos.

No campo, as relações de poder entre os agentes são assimétricas, sendo que cada dispõe e pode utilizar-se de recursos simbólicos e materiais que variam conforme sua posição. O objetivo maior desses atores é firma-se como dominante, e logo, instituir sua vontade como aquela legítima e aceita. A forma como nesse campo de disputa, o Estado ocupa uma posição privilegiada em termos de fazer valer seus interesses e vontades, expressa relações assimétricas de poder entre eles que repercutem sobre os processos decisórios. Ao que aponta a literatura consultada, a tomada de decisões sobre a implementação da obra ocorreu de forma um tanto centralizadora, havendo limites e desrespeitos sobre a participação e deliberações de parcela da sociedade civil.

Assim, o Estado, se tratando da implementação do projeto, aproveitando-se de sua posição superior em termos de poder, manipulou elementos do campo a seu favor, em especial aqueles institucionais.

O Estado apresenta um discurso fundado no desenvolvimento sustentável que é para justificar e legitimar a obra, porém, ele não cumpre com esse princípio da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento. Sobre esse discurso do desenvolvimento sustentável, Leff (2001) afirma que ele elude as condições ecológicas que apresentam os limites e contradições da apropriação e transformação capitalista da natureza; esse discurso ignora as diferenças e conflitos entre os atores, apontando para um mesmo propósito entre eles rumo ao alcance do crescimento sustentável. Trata-se de um discurso, em grande medida, cooptado pelo poder e o mercado.

Os objetivos da obra parecem ser mais técnicos, almejando uma gestão racional e eficaz dos recursos. Ela, com seus resultados negativos, viola princípios básicos da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento. Nessas medidas, o discurso que trata dos elementos da sustentabilidade nas ações do projeto, é especialmente performático. Isto é, o faz para legitimar a obra como válida, em especial sob um contexto onde megaprojetos de infraestrutura são alvo de ampla vigilância por parte dos ambientalistas.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), empreendimento do Governo Federal, de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional – MI, é entendido como um empreendimento de infraestrutura hídrica. Neste, dois sistemas independentes, denominados EIXO NORTE e EIXO LESTE, captarão água no rio São Francisco para rios temporários e açudes do Semiárido. O PISF está vinculado a outros empreendimentos, tendo sido ele planejado de forma a complementar uma série de iniciativas já realizadas e outras ainda em análise, sendo eles grandes açudes e outros programas federais e estaduais (BRASIL, 2004).

Os objetivos básicos do Projeto são descritos como sendo: aumentar a oferta de água, com garantia de atendimento ao Semiárido; fornecer água de forma complementar para açudes existentes na região, viabilizando melhor gestão da água; reduzir as diferenças regionais causadas pela oferta desigual da água entre bacias e populações. A distribuição da água do São Francisco será controlada de forma a respeitar as necessidades das regiões receptoras, assim como as condições ambientais, sociais e econômicas da Bacia do São Francisco (BRASIL, 2004).

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do megaprojeto identifica 44 impactos provenientes, sendo 23 considerados como de maior relevância. Desses impactos 12 são positivos e 32 negativos (BRASIL, 2004). A avaliação dos impactos negativos decorrentes, aliada a outras necessidades, levou à elaboração de Programas socioambientais. O sítio do Ministério da Integração Nacional (MIN) na internet lista um total de 38 programas. Um destes é o de Reassentamento de Populações, que foi analisado nessa pesquisa. Três trabalhos de campo foram feitos em Vilas Produtivas Rurais – VPR, ligadas ao programa, nas cidades de São José dos Piranhas e Monteiro, na Paraíba, e Sertânia, em Pernambuco. Ainda segundo o sítio do MI, atualmente existem 382 famílias alocadas em 11 vilas distribuídas entre os estados da Paraíba, Ceará e Pernambuco. A pesquisa aqui chegou aos seguintes resultados:

(a) A postura do Estado frente ao processo de deslocamento das populações é de caráter autoritário, desalojando-as de forma danosa em termos financeiros e mediante a ausência de informações precisas sobre o processo em curso e seus desdobramentos para a vida dos afetados.

(b) No caso do desalojamento, o desenvolvimento que representaria a obra mostrou-se de uma inclusão marginalizada – em contraposição a ideia de desenvolvimento incluyente (SACHS, 2008). Isto porque, o processo não se deu com o devido respeito, preparo e amparo aos atingidos, mostrando-se até mesmo despreocupado com

essas questões, vitais a uma inclusão sadia nas Vilas Produtivas Rurais.

(c) Dentre as atribuições do Estado no processo de autentico desenvolvimento, algumas são promover parcerias entre os atores que resultem em acordos e planejamento estratégico e gerenciamento cotidiano da economia e sociedade com vistas a um equilíbrio entre diferentes sustentabilidades (SACHS, 2008). A performance do Estado nas vilas fere esses princípios, pois os relatos sugerem uma relação vertical entre o governo e os moradores; não se observa nas vilas um conjunto de ações constantes que mobilizem os beneficiários em atividades de qualquer produtividade, ao contrário, vê-se o ócio profissional e o pouco contato com os representantes do governo, que nada promovem além de cursos sem muitas implicações práticas se tratando de organização e atividades produtivas – alguns pessoas até relataram desca-so sobre eles.

(d) Percebe-se entre os beneficiários uma ampla vontade e disposição para a atividade produtiva. Estes, porém, não dispõem dos meios materiais prometidos pelo governo para tal tarefa – as falas relatam cursos de capacitação, acompanhamento técnico, irrigação etc. Ao invés de buscar prover os elementos para a produção, o governo oferece uma quantia mensal, sem que a massiva mão-de-obra disponível seja aproveitada para algum fim. Dessa forma, o governo nega aos beneficiários a capacidade de trabalhar e ampliar sua liberdade, limitando suas capacidades produtivas e criativas que não são exercidas. Esses aspectos, porém, são requisitos básicos para o desenvolvimento pessoal (humano) e o nacional (SEN, 2000).

(e) Sendo o desenvolvimento um processo que tem dentre os seus principais objetivos, a oferta de emprego decente e o auto-emprego para toda população, é importante a promoção de ações afirmativas para o melhoramento das condições dos trabalhadores, apoiando formas de atividade empresarial compartilhada. Nesse sentido, é essencial a existência de uma entidade pública que opere como planejador comprometido com os interesses dos pequenos produtores (SACHS, 2008). Ao invés da autonomia financeira de que deveriam dispor os beneficiários, eles têm a comple-

ta dependência por meio de um valor mensal dado. Ao invés deste auxílio, poderiam contar com um apoio logístico para a produção, dando-lhes uma rentabilidade que não limite o consumo e as oportunidades de aperfeiçoamento e expansão do seu trabalho e os frutos deste. Nas vilas, não contam com esse suporte, mesmo que o queiram, não havendo assim o governo o papel de agente planejador comprometido com os interesses dos trabalhadores locais.

(f) É observável uma clara falta de iniciativa e vontade política do Estado com relação as vilas, muito embora a ampla gama dos beneficiários sejam produtores rurais que dispõem dos conhecimentos, habilidades e criatividade necessárias a uma organização produtiva dos locais. Não dispondo das ferramentas para tal, só lhes resta esperar a expressão de uma vontade política interessada no desenvolvimento produtivo do local. O desenvolvimento endógeno é tem como condição para tal essa vontade política que desperte as forças criativas (FURTADO 2002), no caso das vilas, os agricultores.

(g) Alguns moradores afirmaram que recebem em cursos prestados pelos representantes do governo alguma instrução sobre práticas de sustentabilidade. Relataram também, uma significativa dificuldade em compreender o conteúdo destes, sendo que alguns afirmaram explicitamente uma complexidade no conteúdo face a capacidade de aprendizagem deles. Nesse ponto é importante ressaltar que a grande maioria dos residentes das vilas possuem baixo nível de escolaridade, havendo ainda um amplo analfabetismo entre os mais velhos. Também, há grande ausência de informações, e até mesmo bastante contradição entre aquelas apresentadas, sobre o conteúdo desses cursos. Isto pode significar uma falta de mediação pedagógica que adapte o conhecimento científico para o conhecimento e cultura dos moradores. O desenvolvimento sustentável requer uma articulação entre os diferentes saberes, em especial o científico e o local das comunidades, isto de forma que um contribua para o outro e por fim sejam úteis ao desenvolvimento das comunidades (LEFF, 2002).

(h) Há uma ampla desmobilização política dos moradores se tratando dos processos de organização, decisões e reivindicações.

A ação política e iniciativa, ainda tímida, fica restrita especialmente a um pequeno grupo que compõe as associações e a quem é depositada quase toda tarefa de reivindicar, discutir e negociar com os representantes do governo. Esse estranhamento sobre a atividade política coletiva, e, portanto, sobre a vida pública, contrasta com uma dimensão política do desenvolvimento fundada na participação popular sobre as políticas.

(i) O Estado não desenvolveu espaços sofisticados para uma efetiva discussão política deliberativa e diálogo frequente entre ele e os moradores, o que desembocou em vilas cujas características não imprimem as vontades e identidade da população. Como assinala Sachs (2008) o planejamento para o desenvolvimento sustentável deve ocorrer com a criação de espaços para o exercício da democracia direta, na forma de fóruns locais de desenvolvimento local que se tornem conselhos consultivos e deliberativos, empoderando as comunidades e dando-lhes as condições para que desempenhem seu papel de agentes criativos na projeção do futuro. Abaixo algumas imagens de umas das investigações feitas, na VPR da cidade de São José de Piranhas:



Foto 1 – Reunião com sindicato dos trabalhadores em São José de Piranhas



Foto 2 – VPR em São José dos Piranhas



Foto 3 – VPR de Sertania - PE acima e VPR em Monteiro -PB, abaixo.



Foto 4 – Foto acima o canal pronto no eixo Leste, Monteiro - PB, foto abaixo o túnel que liga Paraíba e Pernambuco na transposição

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ambiental configura-se como uma nova fonte de legitimação e de argumentação dos conflitos, como afirma Lopes (2006), acabando por permear o campo jurídico, educacional e as empresas. Parece que tal processo de ambientalização traz consigo uma sorte de diferenciações. Os movimentos ambientais acabam agindo conforme certos interesses, muitas vezes conciliando os de preservação com interesses tipicamente capitalistas. A presença dessas categorias faz com que se possa compreender esse projeto inserido numa perspectiva de modernização ecológica (LENZI, 2006), a qual indica a possibilidade de reagir ou superar a crise ecológica sem deixar de usar as instituições da modernidade, sem abandonar os padrões de modernidade.

Não se pode desconsiderar, ao que parece, a formação de um campo ambiental como sendo um espaço em constante movimento, tendo como marca uma dinâmica de (re) configuração de novos espaços, sub-campos que constituem campos mais amplos. Sendo assim, as diversas representações do meio ambiente apontam para uma institucionalização diferenciada, considerando o meio ambiente como uma construção social, historicamente datada e portadora de representações frequentemente inseridas num campo de força, no qual interagem diferentes grupos sociais.

Forja-se um discurso ambientalista, num processo de institucionalização de estratégias de perpetuação do capitalismo. Entretanto, trata-se de um discurso mutante, pois evoca representações diferenciadas, visões de mundo diferentes. Além disso, pensar a questão ambiental relaciona-se diretamente com a representação de lutas entre diferentes práticas e formas sociais de apropriação, uso e controle do território.

O projeto de transposição do Rio São Francisco aparece no debate político como sendo a redenção de um povo, a obra fundamental para que o “atraso” nordestino seja superado. Há uma nítida divisão entre o “atra-

so” e o “progresso”, uma tentativa de inaugurar “novos tempos” no semiárido. É considerado oficialmente um plano audacioso que está sendo articulado a partir de projetos que visam entrecortar múltiplos saberes, num processo que é classificado como uma reeducação com novas bases, o que poderia ser chamado de sustentabilidade socioambiental, que seria um desenvolvimento com bases que limitam o excesso, mas que leva em consideração as relações sociais num diálogo mais amplo (BRASIL, 2004. BRASIL, 2005). Essa é a posição oficial. Entretanto, há dúvidas se verdadeiramente o projeto significa uma mudança de concepção e de percepção do semiárido.

O meio ambiente, entretanto, surge como elemento de referência para o planejamento das políticas públicas, sendo interessante perceber como este é colocado a serviço da necessidade e dos interesses específicos, expressando conflitos e disputas. O espaço destinado à questão ambiental foi secundarizado, o processo de institucionalização erigiu-a ao posto de “prioridade”, figurando nesse campo atores em diferentes posições e portadores de capital simbólico, servindo-se do meio ambiente como elemento de distinção. Variados interesses fazem com que o meio ambiente seja expresso de forma diferenciada.

Sendo assim, propomos um quadro analítico que caracterize essa dinâmica entre transposição e revitalização e incorporação da questão ambiental, aqui classificada como “ecologização”, em três pontos:

Houve um processo de “ambientalização” dos discursos acerca da integração do São Francisco, tanto por parte do governo e seus atores envolvidos com a transposição, como pela sociedade, movimentos sociais, ambientalistas, lideranças. O governo acabou incorporando a questão ambiental como elemento da transposição, adotando um discurso ambientalizado, na medida em que considerava a revitalização prioritária. Entretanto, para o governo, a revitalização não se restringe apenas à recuperação ou conservação do rio e seus afluentes, mas como um conjunto de ações estruturantes para um projeto de desen-

volvimento do semiárido, encarando ainda como um elemento pacificador e de legitimação. A estratégia do governo foi não se opor à revitalização, mas desenhar um modelo que parece não ser aquele proposto pelas organizações não governamentais, ou pelo Bispo Cappio e seus seguidores, é uma revitalização para a transposição, enquanto esses últimos clamavam por uma revitalização para “salvar o rio”, num discurso mais ecológico e socioambiental, entendendo, por exemplo, que a revitalização deveria anteceder o processo de integração de bacias. As evidências apresentadas levam a crer que há uma “revitalização econômica” e uma “revitalização ecológica”.

Outra questão muito presente no programa de revitalização diz respeito a como ele tem sido encarado pelo governo, basicamente com fundamento na “gestão racional de recursos”, como processo instrumentalizador da integração. É possível afirmar que o discurso ambientalizado é um elemento de modernização, o que parece está muito presente no programa de revitalização de bacias hidrográficas coordenado pelo MMA. E isso fica claro a partir do uso da gestão como caminho para recuperação e preservação do São Francisco, como o solucionador dos problemas ambientais existentes, parece que se está deixando de lado a complexidade presente na questão ambiental que, atualmente, não é vista apenas do ângulo estritamente ecológico, mas socioambiental, da sustentabilidade, da convivência, da justiça ambiental e da modernização ecológica. Daí o governo não apresenta evidência(s) que esteja encarando com veracidade essa complexidade, enquanto no texto dos projetos, do RIMA, do licenciamento, do parecer do IBAMA, das Ações do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, há uma profusão de detalhes que resultam em necessidades para a população do entorno da obra e do ecossistema; entretanto, os dados orçamentários apontam que há uma baixa execução dos recursos públicos disponibilizados para a revitalização; além disso, a dotação orçamentária existente não é destinada em sua maior parte para as ações que resul-

tem na recuperação e conservação do rio. Para se ter uma ideia, verificou-se que são destinados pouquíssimos recursos para contenção do processo de erosão nas margens do rio quando comparado com o volume de recursos que foram destinados ao saneamento, por exemplo (SILVA, 2014).

A revitalização auxilia na compreensão de como o Estado tem incorporado os múltiplos sentidos ambientais, alguns mais, outros menos, mas o discurso gravita entre a modernização ecológica e o desenvolvimento sustentável. E agora surge outra leitura ambientalizada, a “convivência”, e essa última apresenta uma forma diferenciada de enxergar as agruras do sertão propondo ações adaptadas à realidade local. Claro que a pressão dos movimentos sociais “ambientalizados” e aqueles “ambientalistas” conseguiram inserir nesses projetos a relação da natureza com a sociedade, adotando-se uma linha socioambiental. A questão ambiental assume representações múltiplas na sociedade. Especialmente no Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional assume um papel de “mudança institucional”, dando uma “roupagem nova” ao “discurso antigo” de promoção do desenvolvimento, só que agora ele é regionalizado e globalizado, é possível aliar desenvolvimento e proteção ambiental. Há um processo de “ecologização dos projetos estatais”, que incorpora elementos que provocam um “engajamento institucional”, uma motivação psicológica para reforçar uma “mudança” sem abrir mão da modernidade.

Dessa forma a água é um elemento que poderá ser objeto de conflitos e de uma política de regulação do acesso e uso do recurso, inevitavelmente, junto ao PISF e PRSF, objeto de uma política ambiental que não se importa muito com a qualidade e a abundância da água, ficando mais patente que essa água poderá servir a outros fins, um deles é o desenvolvimento como crescimento, talvez fugindo um pouco da noção de desenvolvimento como “desenvolvimento humano”.

Uma análise sobre a política e planos de desenvolvimento para o Nordeste e Semiárido

neste século, observou que as políticas de desenvolvimento tomam a dimensão econômica deste processo como prioridade maior, sendo que outros níveis ora assumem um papel de auxiliar, ora são entendidos como consequência do desenvolvimento econômico. Cabe salientar ainda que, o termo “sustentável” nesses planos, é tratado especialmente em dois sentidos: no primeiro refere-se ao respeito sobre os limites do meio ambiente, no segundo, trata de um desenvolvimento autossustentado, capaz de perdurar (BRASIL, 2016; BRASIL, 2006; BRASIL, 2005).

A atenção dada ao meio ambiente e aos processos de participação democrática na formulação de programas e ações estatais aumentam substancialmente à medida que as ações de desenvolvimento se tornam específicas para o Semiárido. A nível ambiental, isso ocorre tendo em conta pelo menos três motivos: adaptação das políticas à realidade local ou específica, para tenham maior eficácia; pelo crescimento da importância institucional do meio ambiente, principalmente no que se refere aos processos de desenvolvimento; por exigência da sociedade civil na região, cujas organizações adotam, em grande medida, os princípios da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento (BRASIL, 2016; BRASIL, 2006; BRASIL, 2005).

A crescente incorporação do meio ambiente nessas políticas, na forma de novos arranjos institucionais, e sua relação com os propósitos de desenvolvimento, demonstram um claro processo de ecologização de programas e ações estatais para o Nordeste e Semiárido. Apesar das ações institucionais de desenvolvimento avaliados na pesquisa carregarem consigo um discurso do desenvolvimento sustentável, este o é, em grande medida, performático, sendo utilizado com o objetivo de uma legitimação das políticas estatais como viáveis e necessárias.

O PISF e o PRSF são apresentados implicitamente na documentação oficial como políticas de desenvolvimento, uma vez que o relatório do RIMA compreende a disponibilidade hídrica na região como fator de desen-

volvimento ou atraso, e essas obras pretendem oferecer seguridade hídrica às populações e setores produtivos, tendo isto, repercussões positivas para o seu “avanço”.

A inserção da questão ambiental no projeto de integração dar-se em resposta a necessidade de legitimação do mesmo sobre a população envolvida, adotando ele um discurso e práticas da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento. Essa necessidade de legitimação dar-se num contexto em que a bacia do São Francisco e configura-se como um campo simbólico de disputa em que diferentes atores, com diferentes percepções e interesses sobre ela, lutam pela utilização do rio e recursos relacionados. Nesse campo, porém, o Estado é o agente de posição dominante.

A forma como o Estado dirige as obras, a julgar pelo trabalho de campo e as pesquisas documental e bibliográfica feitas, dar-se, em grande medida, em contradição com os princípios de sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento presente da documentação e seu discurso. Como consequência, há entre estudiosos e setores da sociedade civil uma dada negação sobre o projeto

O PISF e o PRSF reproduzem uma categoria de modernização, sendo ela a ecológica, o que é reflexo de um processo de incorporação pelo Estado, de novos arranjos institucionais especializados no tratamento das questões ambientais, dos quais surge uma legislação ambiental. Aspectos dos discursos, organização e atuação dos dois projetos, e ao que parece, com maior tendência para o segundo deles, os aponta como dispositivos ou estratégias de um processo de modernização ecológica, assumindo a incorporação da problemática ambiental nestes, uma forte tendência performática e normativa, cujo discurso e práticas tramitam entre o desenvolvimento sustentável e a ME, mas com uma lógica de atuação bastante próxima desta última.

Recebido em: 27/09/2015

Aprovado em: 13/04/2016

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A. e Bezerra, G. das N. *O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.
- ALIER, J. M. *O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo, Contexto, 2007.
- ANDRADE, R. *Da transposição das águas do rio São Francisco à revitalização da bacia: as várias visões de um rio. 'Águas para a vida!'* Assim gritam as vozes que vivem na bacia do Velho Chico. Fórum Permanente de Defesa do São Francisco - International Rivers Network - Coalizão Rios Vivos, 2002 (disponível em: http://www.internationalrivers.org/files/attached-files/final_document_sao_fran2da.pdf, acesso em: 13/10/2014).
- BARACHO, L. M. S. Feridas da transposição do São Francisco: um olhar sobre comunidades quilombolas do Semiárido Pernambucano. 2014. 231 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. O São Francisco, a razão e a loucura: entrevista de Dom Luiz Flávio Cappio, 2006, Estud. av., São Paulo, v. 20, n. 56, Apr. 2006, Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100018&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Feb. 2014.
- BECK, ULRICH. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Eve. *O Novo Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2009.
- BORDALO, C. A. L. A gestão dos recursos hídricos a luz da ecologia política: um debate sobre o controle público versus o controle privado da água no Brasil. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, n. 17, p. 117-125, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BULTO, Takele Soboka. Muito Familiar para Ignorar, Muito Novo para Reconhecer: A Situação do Direito Humano à Água em Nível Global. In: Castro, J. E.; Heller, L.; Moraes, M. da P (Ed.). *O Direito à Água como Política Pública na América Latina uma exploração teórica e empírica*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015. p. 25-56.
- BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza)*. Brasília, 2000 (disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm).
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 3.833, de 5 de Junho de 2001*, 2001, em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2001/decreto-3833-5-junho-2001-323469-norma-pe.html>.
- BRASIL, IBAMA. *Parecer técnico do IBAMA. Análise do EIA/RIMA do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional*. Brasília, 2005, em http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e185f619-68a7-451a-b86d-53c08c93997c&groupId=66920.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Licença Prévia nº 200/2005*. Brasília, IBAMA, 2005.
- BRASIL, Ministério da Integração Nacional. *Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Relatório de Impacto Ambiental – rima, 2004*. Disponível em http://www.Integracao.Gov.Br/c/document_library/get_file?Uuid=ceeff01f-6440-45da-859b-9acd1bfa87cf&groupId=66920 (acesso em 12/10/2014).
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido*. Brasília, MIN, 2005.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Projetos Básicos Ambientais, 2005*. Disponível em <http://www.integracao.gov.br/saofrancisco/pba/programas.asp> (acesso em: 22/07/2011).
- BRASIL, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais. CONVI-VER. *Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido*. Brasília, SPR, 2009.

- BRASIL, Ministério da Integração Nacional. *Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste*. Recife, 2011.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia do Rio São Francisco*. Brasília, MMA, 2005.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Ações de revitalização na bacia hidrográfica do rio São Francisco*. Brasília, MMA, 2009.
- BRASIL. Ministério de Meio Ambiente. *Programa de Revitalização da Bacia do rio São Francisco*, 2012, disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/PRSF/_arquivos/diag.pdf, acesso em 02/12/2012.
- BRASIL. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. *Plano regional de desenvolvimento do nordeste*. Recife: SUDENE, 2011.
- CÂMARA, J. B. D. Governabilidade e Governança Ambiental: Revisando conceitos para o Desenvolvimento Sustentável. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica – EcoEco, 9., 2011, Brasília. Anais... Brasília, 2011.
- CASTRO, J. E. Water governance in the twentieth-first century. *Ambiente & Sociedade*, v. X, n. 2, p. 97-118, 2007.
- CASTRO, J. E. A governança democrática da água. *Água - Gestão e Sustentabilidade*, São Paulo, v. 1, n. 3, 50-51, 2007.
- CASTRO, J. E. A água (ainda) não é uma mercadoria: aportes para o debate sobre a mercantilização da água. *Rev. UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 190-221, julh./dez. 2013.
- CASTRO, J. E. El proceso de democratización de la gestión de servicios públicos esenciales de agua y saneamiento. *Habitat y Sociedad*, n. 2, p. 49-85, out. 2011.
- CHACON, Suely Salgueiro. O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Banco do Nordeste do Brasil, 2007.
- COELHO, M. C. N e CUNHA, L. H. “Reflexões sobre o futuro dos assentados e das populações quilombolas em áreas de mineração da Amazônia oriental” em Coelho, M. C. N. e Monteiro, M. (orgs.): *Mineração e reestruturação espacial da Amazônia*. Belém, NAEA/UFPA, 2007.
- DIEGUES, A. C. Aspectos sócio-culturais e políticos do uso da água. NUPAUB- USP, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/agua.pdf>>. Acesso em: fev. 2016
- DIEGUES, A. C.; Água e Cultura nas Populações Tradicionais Brasileiras. In I ENCONTRO INTERNACIONAL. Governança da Água. *Anais...* São Paulo, 2007.
- DRYZEK, John S. *The Politics of the Earth: Environmental Discourses*. Oxford, Oxford University Press, 1997.
- DUPUY, J. P. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- FERREIRA, Á. “O porto e o bonde no início do século XX e no início do século XXI: novas exclusões?”, in *Simpósio Internacional Globalización, innovación, construcción de redes técnicas urbanas en América y Europa, 1890-1930*. Universidad de Barcelona, Facultad de Geografía e Historia, 23-26 de enero, 2012 (en http://www.ub.edu/geocrit/Simpósio/cAFerreira_OPorto.pdf)
- FERREIRA, L. da C. “Indicadores político-institucionais de sustentabilidade: criando e acomodando demandas públicas”, in *Ambiente & Sociedade*, 6/7, 15-30, 2000.
- FERREIRA, L. da C.: *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- FERRY, L. *A nova ordem ecológica*. Rio de Janeiro, Difel, 2009.
- FURTADO, C. Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GERHARDT, C. H. “Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas”, tese de Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- GERHARDT, C. H. y Almeida, J. “A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais”, em *Ambiente & Sociedade*, VIII, 2, 2005.
- GIDDENS, A. As conseqüências da moderni-

dade. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

HIRATA, F. “A luta pela moradia em São Paulo”, dissertação Mestrado em Ciência Política, UNICAMP, Campinas, 2010.

HENKES, S. L. A política, o direito e o desenvolvimento: um estudo sobre a transposição do rio São Francisco. *Revista Direito GV*, v. 10, n. 2, p. 497-534, São Paulo, Jul./dez. 2014.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEFF, H. Epistemologia ambiental. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, H. Racionalidade Ambiental. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEIS, H. R. *A modernidade insustentável*. Petrópolis, UFSC, 1999.

LENZI, C. L. *Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade*. Bauru, São Paulo, Edusc, 2006.

LEROY, J. P.; ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A. y MALERBA, J. *Projeto avaliação de equidade ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, FASE – ETTERN, IPPUR/UFRJ, 2011.

LIMA, M. H. C. C. de A. *Transposição do São Francisco: conflitos e articulações*. Encontro Anual da Anpocs. GT4, Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais, 2009.

LOPES, J. S. Leite (coord.). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004.

LOPES, J. S. Leite. “Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre dilemas da participação”, em *Horizontes Antropológicos*, 25, Porto Alegre, 31-64, 2006.

MALVEZZI, R. *Semi-árido. Uma visão holística*. Brasília, CONFEA, 2007.

MATOS, Fernanda et al. Governança Da Água E A Gestão Dos Recursos Hídricos: A Formação De Comitês De Bacia No Brasil. *Desarrollo local sostenible*, v. 6, n. 17, junho 2013.

OLIVEIRA, L. M. o princípio da participação ambiental no processo de transposição do rio São Francisco. 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Agua y cultura decenio internacional del agua 2005-2015. 2006. Disponível em: <http://www.who.int/water_sanitation_health/waterculturesp.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

PÁDUA, J. A. “Um país e seis biomas: Ferramenta conceitual para o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental”, em Pádua, J. A. (Org.): *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*. Belo Horizonte, UFMG, y São Paulo, Peirópolis, 118-150, 2009.

PAGANO, L. M. Palma. “Políticas públicas de *poverty alleviation* e a transposição do rio São Francisco: A Quem Serve a Transposição do Rio São Francisco?”, dissertação de mestrado, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. 2006: *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira.

ROCHA, J. M. da. *Sustentabilidade em questão: economia, sociedade e meio ambiente*. Jundiaí, Paco e Littera editorial, 2011.

SACHS, I. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo, Peirópolis, IIEB-ISA, 2005.

SARMENTO, Francisco Jácome. “A integração do São Francisco: verdade e mito”. 2006, REVISTA USP NO70 JUN/AGO.

SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEZGIN, Z. Ecological modernization: a viable option for a sustainable future?. *Marmara Journal of European Studies*, v. 20, n. 1, p. 219-245, 2012.

SILVA, J. I. A. Oliveira. “A ‘institucionalização’ da questão ambiental”, in Farias, T., Coutinho, F. S. da Nóbrega (coords.): *Direito Ambiental. O meio ambiente e os desafios da*

contemporaneidad. Belo Horizonte, Fórum, 87-113, 2010.

SILVA, J. I. A. Oliveira. “A ‘institucionalização’ da questão ambiental no Brasil: modernização ecológica e gestão racional de recursos nos projetos de transposição e revitalização do rio São Francisco”, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

SPAARGAREN, G. e MOL, A. P. J. 1995: *Sociologia, Meio Ambiente e Modernidade: Modernização Ecológica: uma teoria de mudança social*. Ilhéus, editora da UESC.

TURRADO, V.: “Racionalidade, resistência e especulação no espaço urbano: a política de regularização fundiária no Brasil (Rio de Janeiro) e na Argentina (Buenos Aires)”, tese de doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

WORLD WILDLIFE FUND. Pipedreams? Interbasin water transfers and water shortages, 2007, disponível em http://www.wwf.or.jp/activities/lib/pdf/pipedreams_27_june_2007_1.pdf, acesso em 1 de dezembro de 2012, às 15 horas.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UM ESTUDO NA COMUNIDADE PIQUIATUBA/PA

Deyse Cristina Coelho da Silva, Luiz Gonzaga Feijão da Silva, Elen Cristina da Silva Pessôa

RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa sobre Economia Solidária (ES) e o Turismo de Base Comunitária (TBC) em Piquiatuba-PA, realizada no âmbito do projeto de Extensão **Incubadora de Empreendimentos Solidários** (IES), vinculado à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). O objetivo da pesquisa foi apresentar como a ES e seus princípios, compartilhados por meio da metodologia de incubação, contribuíram para a organização do TBC na respectiva comunidade. O método utilizado foi o da pesquisa-ação, tendo também sido feita a análise dos relatórios anual e parcial da IES acima referida.

Palavras-Chave: Turismo de Base comunitária; Economia Solidária; Desenvolvimento rural

SOLIDARITY-BASED ECONOMY AND BASIC COMMUNITY TOURISM: A STUDY IN THE PIQUIATUBA/PA (BRAZIL) COMMUNITY

ABSTRACT

This article results of a research on Solidarity-Based Economy (SE) and the Community Based Tourism (CBT) held in Piquiatuba (PA State, Brazil) in the scope of the Incubator Solidarity Enterprises (ISE) Extension Project, which is linked to the Federal University of Western Pará (UFOPA). The aim of the research was presented as the SE and its principles, shared by the incubation methodology contributed to the organization of CBT in the referred community. The methods used was that of action-research and a documental analysis as done based on annual reports and part of the ISE cited above.

Key-words: Tourism Community basis; Solidarity Economy, Rural Development.

Graduanda no Curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: deyse_criszina17@hotmail.com.

Professor Mestre do Curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: luizgonzaga-fs@yahoo.com.br.

Professora Mestra do Curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: elenpessoa@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

A oportunidade de trabalhar por meio do turismo está cada vez mais presente em localidades privilegiadas com potencialidades rústicas e atrativas. Santarém e Belterra são cidades situadas no oeste paraense, na região Norte do Brasil, que se destacam por suas riquezas naturais e culturais e por receberem um grande fluxo de turistas. Centralizadas no coração da Amazônia, dobra-se o cuidado em se tratando de turismo, dessa forma, busca-se intensificar os estudos sobre o desenvolvimento do turismo de base comunitária (TBC) como instrumento de valorização cultural e ambiental.

De acordo com Irving (1998), desenvolver atividades turísticas de caráter sustentável é essencial para a natureza e exige incorporação dos princípios e dos valores éticos e, com isso, a democratização das oportunidades e dos benefícios gerados a partir do turismo.

As principais características do TBC são: assegurar o modo de vida da comunidade e garantir que o turismo avance sem destruir o coletivo, permitindo, com isso, a troca de experiências, o fortalecimento dos laços de amizade e a valorização da cultura. Almeja-se manter o uso sustentável dos recursos e a justiça ambiental, incentivando a pluralidade, a identidade e as relações sociais. Além disso, deve ser considerado que o turismo não esteja voltado apenas à maximização do lucro e que o turista seja visto como parceiro e não como cliente. Destaca-se também a importância da participação dos membros da comunidade nos processos de tomada de decisão de forma democrática no TBC. (LIMA, 2011; IRVING, 2009; SILVA *et al.*, 2011).

As características do TBC apresentadas pelos autores supracitados são similares aos princípios defendidos por uma nova forma de relação econômica, a Economia Solidária (ES): a democracia, a autogestão, a igualdade, a participação e a cooperação. Nesse sentido, Singer (2002), ressalta que o surgimento da economia solidária ocorreu para contrapor-se ao modo de produção capitalista, com isso, buscou-se um modo de produção alter-

nativo, baseado nos princípios citados, e com o intuito de viabilizar o acesso dos excluídos ao mercado de trabalho.

Em busca de uma economia que valorize o desenvolvimento humano, Singer (2002) defende que a solidariedade dentro das organizações apresenta vantagens subjetivas, em se tratando de esfera coletiva e visando os valores de cooperação e ajuda mútua.

O desenvolvimento do TBC por meio dos princípios da ES possibilita a aplicação da metodologia de incubação por meio de Incubadoras, que potencializam a organização, permitindo geração de renda a uma determinada localidade, sem modificar o modo de vida, e assim fortalecendo valores e experiências locais.

Há um incentivo à construção de empreendimentos solidários, em âmbito nacional, evidenciando o papel das Incubadoras Universitárias. Nesse contexto, as universidades têm como papel o auxílio à formação, desenvolvimento e concretização da autogestão de empreendimentos econômicos solidários. Esse papel é realizado a partir das Incubadoras (SANTOS *et al.*, 2004).

Com isso, o objeto dessa pesquisa será o Projeto de Turismo comunitário da comunidade de Piquiatuba, localizada no município de Belterra no Oeste Paraense, realizado com o apoio do Projeto de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários (IES), vinculado à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

O objetivo da pesquisa foi apresentar como a ES e seus princípios, compartilhados por meio da metodologia de incubação, contribuíram para a organização do TBC na comunidade de Piquiatuba. Os objetivos específicos são: a) expor brevemente as ações do Projeto Extensão Incubadora de Empreendimento Solidário, b) relatar a evolução do empreendimento econômico solidário no projeto de turismo comunitário na comunidade de Piquiatuba/Belterra-PA.

Há muitos desafios para inserir a ES no desenvolvimento do turismo, no entanto, é

fundamental que as pesquisas aprimorem seus estudos com o intuito de aperfeiçoar a abordagem e oportunizar novas pesquisas. Nesse sentido, o artigo realiza uma análise da aplicação da metodologia de incubação no turismo comunitário em Piquiatuba-PA, destacando as principais dificuldades e os possíveis reajustes.

A pesquisa se justifica indispensável porque o desenvolvimento do TBC através da ES necessita de atenção científica. A UFO-PA através da Incubadora possibilita aos empreendimentos o acesso a conhecimentos técnicos, administrativos e comerciais específicos do ramo de atividade do empreendimento. Além de sua função social, a Incubadora também fortalece o tripé ensino, pesquisa e extensão em âmbito acadêmico, oferecendo oportunidades, com base nesse tripé, para discentes, docentes e técnicos das Universidades.

1. METODOLOGIA

O artigo trata do Projeto de Turismo Comunitário na comunidade de Piquiatuba localizada no município de Belterra no oeste paraense, com seu território incluso na Floresta Nacional do Tapajós, o qual é acompanhado pelo Projeto de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários (IES) da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA.

A atividade de orientação, formação e acompanhamento desse projeto foi realizada pela IES seguindo algumas etapas, entre elas, o uso de: relatórios anual e parcial das atividades desenvolvidas pela IES no local, pela cartilha sobre Economia Solidária, o Manual Caiçara de Ecoturismo comunitário (ICMbio), as apostilas semanais de Inglês Básico e os vídeos apresentados sobre os assuntos abordados durante alguns cursos. Com base nisso as atividades realizadas foram: oficina de Economia Solidária, curso básico de inglês para membros da associação dos moradores da comunidade e oficina sobre turismo e ecoturismo.

Associado às oficinas, houve uso de pesquisa de base exploratória e bibliográfica e pesquisa-ação, para conhecer melhor a área,

a comunidade, a Flona. Conforme Severino (2007) entende-se que a pesquisa bibliográfica, realiza-se a partir do registro disponível de pesquisas anteriores, em documentos impressos ou digitais – livros, artigos e teses – presentes no artigo com os temas: turismo de base comunitária, economia solidária e metodologia de incubação.

A pesquisa-ação, de acordo com Thiollent (2005, p.16):

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Nesse sentido, as ações realizadas pelas IES buscavam as transformações por meio do conhecimento, visando e intervindo na situação encontrada de forma colaborativa, através de cursos e da organização de grupos para desenvolver com inovação o empreendimento no local.

A pesquisa exploratória segundo argumento de Severino (2007) é o levantamento de informações de um determinado objeto, ao delimitar o campo de estudo e mapear as suas condições. Nesse sentido, apresenta-se a caracterização do local estudado, os dados estatísticos e as informações do projeto turístico.

2. A ECONOMIA SOLIDÁRIA SOB A ÓTICA DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

A Economia Solidária se expandiu no Brasil a partir das instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2012). Para Singer (2006, p.201):

Está em sua origem o renascimento dos movimentos sociais, no caso do regime militar, que se prolongou até 1985. Estes movimentos foram colhidos pela imensa crise social, desencadeada por políticas neoliberais de abertura do mercado interno às importações, de juros elevados e ausência de desenvolvimento, este último sacrificado no altar da estabilidade dos preços.

Atualmente, há em âmbito nacional, um incentivo à constituição de empreendimentos econômicos solidários, evidenciando ainda mais o papel preponderante das Incubadoras Universitárias nesse processo. O Ministério do Trabalho e Previdência Social tem fomentado, através das suas políticas, a criação de empreendimentos econômicos solidários. Em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária que está implementando o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, cuja finalidade é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.

Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência Social (2012), a Economia Solidária possui uma forma diferente de produzir, vender, comprar e trocar, sem explorar, levar vantagem, e sem destruir o ambiente. Portanto, a Economia Solidária, com base na relação de cooperação, busca fortalecer o grupo onde cada um pensa no bem de todos e no próprio bem.

Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados sob a forma de autogestão, destacando-se algumas características apresentadas pela ECOSOL base Brasília, conforme descrito abaixo:

a) **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); as-

sociações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos formados por segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares, urbanas e rurais (ECOSOL, 2016).

b) **Autogestão:** os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação (ECOSOL, 2016).

c) **Viabilidade Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais (ECOSOL, 2016).

d) **Solidariedade:** O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e na melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (ECOSOL, 2016).

Visualizando os princípios citados diversos valores - a união dos esforços e capacidades; a propriedade coletiva de bens; a

partilha dos resultados; autogestão dos processos de trabalho; preocupação com aspectos culturais, ambientais e sociais; justa distribuição dos resultados alcançados; preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e outros – são valores que se contrapõem às as relações impostas pelo sistema capitalista de produção (individualismo, ganância, propriedade privada, exploração da classe trabalhadora, concentração da riqueza, concorrência entre firmas e indivíduos e outras). Como nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) as dimensões do coletivo, social, cultural e ambiental são tão importantes quanto a econômica, não se poderia propor modelos de cooperativas/associações com base em princípios capitalistas, que reafirmam o individualismo frente ao coletivo, por exemplo. Portanto o sucesso dos EES depende, muitas vezes, da conversão desses valores e princípios.

Ao analisar a ES no Estado do Pará, Miranda (2012, p.170) identifica alguns desafios em nível territorial. São eles:

[...] criar estratégias efetivas de participação dos empreendimentos solidários, a partir de apoio financeiro e logístico de órgãos, entidades de fomento, ou gestores públicos, uma vez que a extensa distância entre os municípios inviabiliza a participação em eventos na capital e dificulta a articulação e integração entre os empreendimentos do interior do Estado. Outro desafio à mudança na cultura em relação ao trabalho coletivo, visto que esse aspecto impede uma confiança mútua entre as pessoas; por isso é necessário investir na formação de lideranças ativas nos empreendimentos e formação técnica/profissional, para os trabalhadores dos empreendimentos, pois “é isso que traz o ‘saber’, o ‘entendimento’ para poder se organizar de fato”.

Nesse sentido, compreende-se o quanto a inserção da ES dispõe de desafios perante o Estado e precisam da colaboração da sociedade em geral. A visão coletiva deve ser fa-

tor indispensável para a construção de políticas necessárias no contexto desses empreendimentos. A importância de um empreendimento econômico solidário é justificada por Nascimento (2007, p.54) nos seguintes termos:

Os empreendimentos de economia solidária desenvolvem-se por meio de alternativas para geração de trabalho e renda protagonizados pelos indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho, possibilitando a garantia da subsistência e sobrevivência das classes populares que, em sua maioria, se encontram em situação de vulnerabilidade social, já que juntamente com as necessidades básicas de sobrevivência, os valores da solidariedade, da ajuda mútua e da cooperação estão presentes e fazem parte das relações sociais entre estes indivíduos, norteando suas ações.

O autor ressalta o papel dos empreendimentos solidários de transformar em oportunidade uma determinada ação, com o intuito de gerar renda seguindo os valores da ES. Com isso, considera-se importante que o TBC seja desenvolvido como um empreendimento econômico solidário com o intuito de assegurar a organização, o planejamento e o treinamento da população envolvida.

3. PROJETO DE EXTENSÃO “INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS”

O Projeto de extensão “Incubadora de Empreendimentos Solidários” vem desde 2013 atuando junto às associações e cooperativas constituídas por famílias camponesas em Santarém e em municípios vizinhos.

O acompanhamento da Comunidade de Piquiatuba, pela IES, acontece desde janeiro de 2015. Em abril de 2016 continuam as atividades no local, dada a necessidade de continuar apoiando esse empreendimento. Todos os encontros foram realizados através de agendas com reuniões junto à Associação dos moradores da Comunidade.

Houve contato com os gestores da FLONA, no sentido de alinhar o objetivo do

Projeto de extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários e as propostas, do ICMbio, de atividades a serem exploradas pelas comunidades incluídas na FLONA. Nos meses de junho e julho de 2015, foram realizadas reuniões para definir uma estratégia para pôr em funcionamento a pousada, visto que a Associação ainda necessita saldar a compra da casa que servirá de pousada. Numa primeira reunião foram expostas condições que deveriam ser considerados para se implantar o turismo de base comunitária. Depois de analisadas e discutidas essas condições, foram formados grupos com o objetivo de encaminhar trabalhos no sentido de concretizar as condições previamente discutidas.

O intuito é possibilitar que essa associação se organize e se reconheça enquanto Empreendimento Econômico Solidário autogerido, o que será realizado através da transferência de tecnologias sociais, via oficinas, cursos e assessoria técnica, desta forma fortalecendo as unidades familiares que o compõe. Logo, duas frentes de trabalho são necessárias: 1º) visa uma discussão junto aos empreendedores acerca do papel do associativismo, do cooperativismo e economia solidária enquanto uma alternativa para as relações exploradoras e desiguais do capitalismo; 2º) realizar a transferência de tecnologia da universidade para os empreendimentos e, estes, transferirem seu conhecimento tácito. A seguir apresenta-se o organograma da IES mostrando o objeto final: maior bem-estar das famílias.

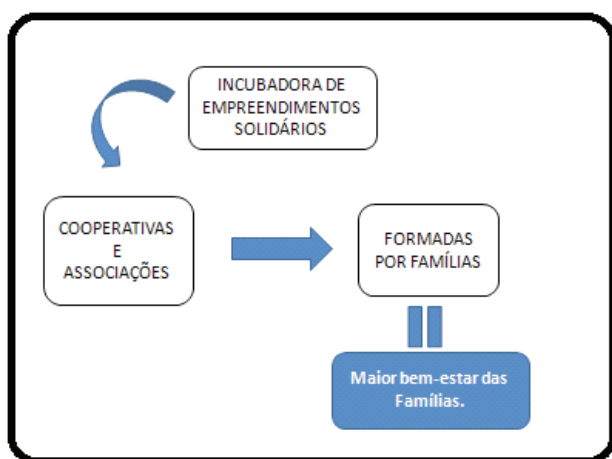


Figura 1: Organograma da IES
Fonte: Relatório anual da Incubadora de Empreendimentos Solidários, 2015.

Portanto, além do bem-estar das famílias camponesas que constitui o objeto final da IES, essas famílias devem ser consideradas como agentes ativos e que são determinantes para o sucesso das atividades propostas neste projeto. Sendo assim, a racionalidade econômica específica dessas famílias - caracterizada principalmente por decisões contrárias ao perfil do homo economicus da teoria econômica - enquadra-se como um modo de produção não capitalista.

Logo, um dos marcos teóricos utilizados no desenvolvimento dessa iniciativa é a Economia Solidária e seus princípios da cooperação, autogestão, solidariedade e viabilidade econômica. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2002).

4. A CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL

De acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo – SEMDETUR (2015), no ano de 2014 cerca de 235.201 mil turistas visitaram o município de Santarém e em 2015 esse número aumentou 5,8 % em relação ao ano anterior, com aproximadamente 249.000 mil turistas. Dentre os locais mais procurados estão as praias da Vila de Alter do Chão, representando aproximadamente 40% das visitas. Logo, o desenvolvimento de atividades turísticas gera oportunidades de trabalho e movimenta a economia local (SEMDETUR, 2015).

No município de Santarém/Pará, o TCB ocorre nas comunidades Anã, Atodi, Arimum e Urucurea, localizadas na área da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (RESEX), que em 2014, recebeu aproximadamente 333 visitas (SEMDETUR, 2015). Em Belterra, o TBC está presente nas comunidades de Jamaraquá, Maguari e São Domingos, pertencentes à Floresta Nacional do Tapajós (FLONA) – uma área de proteção à natureza - que se destaca por apresentar belíssimas praias, organização comunitária e pousada para receber os turistas que a visitam.

4.1 A EXPERIÊNCIA DA IES COM O PROJETO DE TBC NA COMUNIDADE DE PIQUIATUBA

Em primeiro lugar, os princípios da microeconomia (teoria consumidor, teoria da firma e seus pressupostos) e os indicadores de viabilidade econômica e financeira não se adequam a realidade da economia camponesa ou economia rural. Logo, qualquer diagnóstico ou resultado pautado apenas na utilização das categorias da teoria econômica (Renda, Salários, Lucro, Juros, Preço e outras), tornam-se insuficientes para explicar a complexidade dessa economia (CHAYANOV, 1924).

A inserção do trabalhador no mercado de trabalho constitui o principal problema a ser solucionado pela Economia Solidária e empreendimentos solidários. Em uma perspectiva urbana, em que o trabalhador está separado dos meios de produção, tal iniciativa facilita o acesso a esses meios e reproduz relações internas distintas daquelas do capitalismo. Em uma perspectiva rural, o trabalhador camponês não se encontra desvinculado dos meios de produção e, nesse sentido, a economia solidária e os empreendimentos solidários constituem um meio de fortalecer essas estruturas não capitalistas e promover sua perpetuação, através de uma relação mais salutar com o mercado capitalista. Entende-se que os princípios da Economia Solidária e as variáveis inerentes ao modelo da eficiência reprodutiva, são os pilares teóricos no desenvolvimento das atividades de incubação na IES.

A partir da compreensão do rural ancorado em princípios da racionalidade econômica, a experiência de incubação de empreendimentos levou a IES a trabalhar na comunidade de Piquiatuba/PA.

Santarém e Belterra, situadas no Oeste Paraense, são municípios privilegiados em se tratando de riquezas naturais e culturais. Principalmente nas áreas rurais, onde se encontra, respectivamente, 472 e 25 comunidades com atrativos rústicos e tradicionais. Logo, são grandes as oportunidades de trabalho por meio do desenvolvimento do Turismo. Em Belterra, os principais atrativos tu-

rísticos estão na Floresta Nacional do Tapajós (FLONA), com destaque para as comunidades de Jaramaquá, Maguari e São Domingos com belíssimas praias, organização comunitária e pousada. No entanto, outras comunidades têm seus atrativos turísticos, mas são pouco explorados.

A comunidade de Piquiatuba, também pertencente à FLONA, buscou um meio de incentivar o turismo, com isso desenvolveu um Projeto de Turismo Comunitário que foi aprovado pelo Fundo DEMA (fundo fiduciário que apoia projetos coletivos Povos da Floresta – povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar), a contrapartida do grupo interessado, de aproximadamente 30 pessoas, foi a aquisição de uma casa às margens do Rio Tapajós que servirá de pousada. O objetivo é desenvolver a atividade turística no local. Além disso, possui o apoio da Cooperativa Mista da FLONA Tapajós (COOMFLONA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (Relatório Anual do Projeto Incubadora de Empreendimentos solidários, 2015)

4.2 METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO

De acordo com Eid (2004) e Siqueira *et al* (2014) as incubadoras são arranjos institucionais que buscam apoiar e assessorar novos empreendimentos ou fortalecer empreendimentos já criados com qualificação e assistência técnica, podendo atuar em associações, cooperativas populares urbanas e rurais e em empresas autogestionárias. E as incubadoras universitárias de empreendimentos solidários, além dessas características, integram espaços com discentes, docentes, pesquisadores e técnicos de uma determinada universidade.

A IES iniciou em janeiro de 2015 as atividades em Piquiatuba e continua em andamento em abril de 2016. Das 87 famílias associadas, um grupo de 30 pessoas mostraram-se interessadas em participar do projeto.

Para desenvolver um empreendimento solidário as incubadoras desenvolvem uma

metodologia própria, de acordo com as demandas dos empreendimentos. A metodologia de incubação geralmente compreende 3 etapas: Pré-incubação, incubação e pós-incubação. Compreende atividades do processo de pré-incubação:

a) os primeiros contatos com o grupo social beneficiário; b) planejamento do empreendimento; c) avaliação das alternativas d) viabilidade da atividade fim dos empreendimentos e) capacitação técnica e administrativa. Na fase seguinte, de incubação propriamente dita, passa: 1) visa capacitar, orientar, assessorar e acompanhar os empreendimentos por meio de oficinas, cursos e palestras; 2) articulação dos empreendimentos com a rede de empreendimentos da economia solidária; 3) a avaliação da autonomia. E, por fim, o processo de Pós-incubação que busca diagnosticar todas as ações no empreendimento, incluindo a sua capacidade autogestionária (EID, 2004, p.20; ODA *et. al.*, 2014 p. 8).

A IES vem auxiliando os empreendimentos por meio da metodologia de Incubação. A primeira fase da Pré-incubação iniciou com uma reunião para apresentar os participantes do Projeto IES, a metodologia de Incubação e suas fases, uma noção rápida da Economia Solidária e seus princípios norteadores. Após essa apresentação, foi formalizada a parceria com o aval dos associados.

Como demandas surgidas pela comunidade destaque-se: Curso de Economia Solidária (descrito de outra maneira pelos comunitários, mas que fazia referência ao desenvolvimento do trabalho coletivo na comunidade), Inglês Básico e o Turismo de base comunitária.

A fase de Incubação iniciou-se com os resultados obtidos dos grupos de trabalho, pesquisas de campo e aplicação dos cursos na comunidade que serão apresentados a seguir.

Os grupos de trabalho organizados foram quatro:

- Grupo de trabalho da pousada: responsável por fazer uma lista de utensílios necessários, móveis, roupas de ca-

ma, mesa e banho e outros. A lista com as demandas foi entregue aos membros da IES. Assim, foi realizada uma pesquisa de preços em três lojas no município de Santarém, em seguida entregue novamente aos comunitários que esperam a liberação do recurso aprovado no Fundo DEMA para realizar a comprar.

- Grupo de trabalho de artesanato e culinária: responsável por listar e por inventariar possíveis atividades artesanais, buscando uma forma de comercializar os produtos aos turistas e inventariar processos de produção que possam ser explorados como atrativos turísticos. Isso porque o turista busca o diferencial na cultura da comunidade, através de artigos artesanais confeccionados pelos comunitários de forma criativa, sendo assim uma oportunidade para os turistas usufruírem desses produtos. Em segundo, vem a sistematização da culinária local, sob a responsabilidade do grupo de mulheres, com o objetivo de propor um cardápio de café, almoço, jantar, lanches, bebidas e outros, condizentes com a tradição local.

- Grupo de trabalho de atividades relacionadas ao rio e na terra firme: esse grupo foi responsável por listar possíveis atrativos vinculados ao rio, divididos em duas frentes, um relacionado aos passeios fluviais e exploração de praias, e o outro englobando as atividades meio e fim da pesca artesanal. Quanto à terra firme, envolvem os processos de produção de alguns produtos da comunidade como a farinha de mandioca, coleta da castanha do Brasil, látex, açaí e outras, como forma de incluir o turista nos processos produtivos. O segundo tipo de atrativo da terra firme são as possíveis trilhas em meio a floresta e igarapés, com o intuito de integrar o turista a flora e a fauna da Floresta nacional do Tapajós.

As atividades desse grupo foram fundamentais, pois serviu para definir três diferentes trilhas que contemplam a parte natural e cultural da comunidade, possibilitando ao turista escolher quais trilhas conhecer.

- Grupo de Trabalho de Cultura Local: compreende a principal linha de atrativos turísticos da comunidade. As manifestações culturais além de serem atrativos turísticos em potencial, são a identidade da comunidade. A sistematização da história da dança, música, religião e outras manifestações culturais possibilitará, em alguns casos, o resgate de tradições esquecidas e a perpetuação da mesma. Por isso, os atrativos culturais vão muito além do turismo de base comunitária, pois contribuem para preservação das tradições da comunidade e a integração dos jovens com a mesma.

Os princípios da ES reforçam valores já existentes na comunidade. A solidariedade, cooperação e a autogestão, pautadas na viabilidade econômica estimulam a participação do grupo no planejamento, na execução e no apoio em determinada ação. Logo, seguir esses princípios permite que o cidadão seja o principal protagonista do seu empreendimento. Nesse sentido, é possível perceber a importância da ES no desenvolvimento das atividades para TCB em Piquiatuba, quando os membros da associação que participam do projeto realizam as atividades, cooperando e se empenhando para a concretização desse empreendimento que gera oportunidade de trabalho para os comunitários sem modificar o meio em que vivem, respeitando a igualdade e a democracia nas ações propostas e executadas. Tais valores já existiam, mas não se deve menosprezar o papel das ações da IES no fortalecimento dos mesmos.

A seguir estão as informações dos cursos ministrados em Piquiatuba na fase de Incubação contendo objetivos, metodologia, desenvolvimento, frequência/certificado e considerações.

Curso de Economia Solidária com os objetivos de apresentar os princípios da ES,

analisar como o sistema capitalista não é condizente com as organizações coletivas, representadas por associações e refletir sobre o turismo como um empreendimento solidário. A metodologia utilizada foi exposição dialogada, com apresentação em PowerPoint e um manual /cartilha e vídeo sobre Economia Solidária– descobrindo a outra economia que já acontece. Como se desenvolveu? Com a cartilha foi desenvolvida uma atividade em grupo para discutir os princípios da ES no Brasil, e com o auxílio do vídeo foi possível conhecer experiências de ES bem-sucedidas e atividades para desviar da visão capitalista voltada exclusivamente à acumulação de capital e mostrar que é possível desenvolver um empreendimento com solidariedade, união e rendimento de forma justa.

A frequência foi de 29 participantes sendo 15 homens e 14 mulheres equivalente 96,9% de frequência, com certificado de 12 horas. As considerações sobre o curso: ministrado pelo Coordenador, por colaboradores e por bolsista do Projeto IES, ocorreram em dois encontros nos meses de novembro e dezembro de 2015 e espera-se com o curso, a compreensão da ES e a aplicação dos princípios no empreendimento TBC no local (Incubadora de Empreendimentos Solidários, 2016).

Curso Básico de Inglês com objetivo de fornecer um vocabulário mínimo para que os associados possam se comunicar com os turistas. Os métodos utilizados foram apostila de inglês fornecida semanalmente pelo professor, exposição oral do conteúdo, resolução de exercícios e músicas em Inglês. Como se desenvolveu? Foi repassado um conhecimento básico de Inglês com vocabulário, verbos e conversação e suporte para atender os turistas nas atividades. A frequência foi em média 26, sendo 12 homens e 14 mulheres, o que equivale a 86,6% de frequência e com certificado de 60 horas. As considerações sobre o curso: o professor (formado em Inglês) foi um colaborador do projeto que iniciou em agosto de 2015 e se estendeu até abril de 2016 e espera-se um conhecimento básico de Inglês (Incubadora de Empreendimentos Solidários, 2016).

Curso de Turismo de Base Comunitária – com objetivos de discutir os pré-requisitos fundamentais para iniciar o turismo no local, refletir sobre o turismo comunitário na região e desenvolver atividades que auxiliarão no planejamento do turismo na comunidade -entre elas o Marketing e preços dos serviços e a construção das trilhas elaboradas pelos comunitários. Os métodos utilizados foram exposição dialogada com apresentação do assunto em *PowerPoint*, leitura do manual Caiçara de Ecoturismo de Base Comunitária, vídeo sobre as experiências de turismo comunitário no Oeste do Pará e atividades para definir trilhas turísticas. Como se desenvolveu? Foi exposta ao grupo uma reflexão sobre os conceitos do TBC e a importância da boa convivência, pois o contato com outras culturas será constante. Por meio do vídeo foi possível conhecer as comunidades próximas que também desenvolvem o TBC, a dinâmica em grupo para identificar trilhas e a duração de percurso feita pelos comunitários, assim servira na elaboração do folder e na possível criação de um blog e na discussão dos valores destinados aos pacotes turísticos do local. A frequência foi de 23 participantes com 11 mulheres e 12 homens equivalente a 76,6% de frequência e com certificado de 12 horas. As considerações sobre o curso: ministrado pelo Coordenador, pelos colaboradores (formados em Turismo) e pelas bolsistas do Projeto IES, além disso, espera-se com o curso um suporte para o desenvolvimento do TBC na comunidade. (Incubadora de Empreendimentos Solidários, 2016).

Esses cursos foram aplicados na comunidade, no período de agosto de 2015 até abril de 2016 e o objetivo principal é permitir criar um suporte para o desenvolvimento do turismo comunitário no local e considerar os princípios de economia solidária, fator essencial frisado pela IES.

A participação dos associados no projeto do TBC foi reforçada através do curso de economia solidária. Mais que isso, reforçou-se a forma como seria esse engajamento, pautado essencialmente nos princípios da ES. Vis-à-vis, o empreendimento econômico solidá-

rio passa para a superação de novos desafios: a organização e planejamento. Nesse ponto, destacam-se os grupos de trabalho já mencionados, que possibilitaram: a) o inventário dos atrativos; b) destacar as necessidades de infraestrutura (pousada e grupo de mulheres); c) delimitar as responsabilidades dentro do TBC de casa associado, e por fim, d) a proposição da estratégia de prestação do serviço sem o completo funcionamento da pousada (optou-se por receber os turistas para pernoites oferecendo o redário, compreendido pela varanda da pousada, e a alimentação sobre responsabilidade do grupo de mulheres da comunidade que dispõem de uma cozinha e espaço para servir as refeições). O curso de turismo de base comunitária, associado ao curso de inglês básico, finalizou um leque mínimo de ações necessárias para que a comunidade recebesse com segurança, consciência e qualidade os turistas, sempre reforçando que a cultura e a biodiversidade devem ser conservadas.

No entanto, é fundamental analisar os principais desafios enfrentados pelo projeto de extensão IES: 1) quanto à aplicação da metodologia de Incubação, observam-se os resultados obtidos pela oficina de ES, no qual, comunitários assimilaram aparentemente os valores da ES para se relacionar internamente entre a associação, ou seja, a cooperação e a solidariedade estão sendo visualizadas entre eles, mas essa perspectiva não está se ampliando aos consumidores do serviço prestado. Foi possível observar essa questão na Oficina de Turismo Comunitário quando ocorreu a discussão sobre o preço justo dos serviços, no qual, os valores a serem cobrados pelos serviços estavam acima da média de mercado (pesquisa feita pela IES). Outra observação é quanto ao curso Básico de Inglês, no qual, ocorreram dificuldades no aprendizado e os comunitários conseguiram absorver apenas o básico para receber os turistas; 2) o passo a ser dado pela IES é uma avaliação geral do empreendimento por meio do curso de planejamento estratégico, no qual, será possível visualizar quais foram os principais problemas e verificar a melhor forma de ajustá-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver atividades turísticas, por meio dos princípios da ES, requer planejamento, organização e determinação. A comunidade de Piquiatuba, com apoio do projeto IES, mostrou empenho em busca do desenvolvimento do projeto turístico comunitário, pois participou e cooperou de forma democrática e principalmente autogestionária para a concretização desse empreendimento. A partir desse projeto junto a IES, a Comunidade já conseguiu uma estrutura de redário para receber os turistas, tem seu planejamento de refeições e roteiro de visitas às áreas.

Nesse sentido, o presente artigo apresentou como o projeto IES da UFOPA, através do fortalecimento dos princípios da ES e com o auxílio da metodologia de incubação apoiou e incentivou o desenvolvimento do turismo comunitário nessa comunidade, considerando a importância da oportunidade de trabalho por meio do turismo. Os cursos e atividades em grupos foram desenvolvidos para que auxiliassem os comunitários nesse empreendimento.

A avaliação que se faz é de que os princípios e valores da economia solidária (democracia, a autogestão, a igualdade, a participação e a cooperação), sendo similares aos do TBC, são essenciais para o desenvolvimento da atividade em comunidade, onde individualismo, egoísmo e a busca do lucro a qualquer preço, que caracterizam as relações capitalistas, devem ser minimizados a fim de não abortar ou comprometer essa iniciativa local, coletiva e sustentável. Por isso a importância formal da Economia Solidária.

Recebido em: 15/01/2016

Aprovado em: 13/04/2016

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASÍLIA: MTE. Ministério do Trabalho e Previdência Social. *Avanços e desafios para políticas públicas de Economia Solidária no Go-*

verno Federal 2003/2010. Brasília: MTE, SENAES, 2012.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4M-f79OI1.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016

ECOSOL. *Cooperativa Central de Apoio ao sistema ECOSOL no DF*. 2016. Disponível em: <<http://www.ecosolbasebrasil.com.br/index.php/economia-solidaria/videos/caracteristicas/>>. Acesso: 10 maio, 2016.

EID, Farid. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária. In: *Trabalho e Educação - Arquitetos, Abelhas e Outros Tecelões da Economia Popular Solidária*. 1 ed. Aparecida - São Paulo: Ideias & Letras, 2004, v.1, p. 167-188. Disponível em <[http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/processos-de-formacaoHYPERLINK "http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/processos-de-formacao-de-incubadoras-universitarias.pdf%20-de-incubadoras-universitarias.pdf"](http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/processos-de-formacaoHYPERLINK%20http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/processos-de-formacao-de-incubadoras-universitarias.pdf%20-de-incubadoras-universitarias.pdf)> Acesso em: 20 jan. 2016.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO *et al* (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p.108-122 Disponível em <

IRVING, Marta de Azevedo. Turismo e ética: premissa de um novo paradigma. In: CORIO-LANO, L. N. *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* M. T. (Org.). *Turismo com ética*, v. 1, p. 33-42. Fortaleza: UECE, 1998. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloadHYPERLINK "http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads/regionalizacao/TURISMO_DE_BASE_COMU](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloadHYPERLINK%20http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads/regionalizacao/TURISMO_DE_BASE_COMU)

- NITxRIA.pdf”s_regionalizacao/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf>. Acesso em: 30abr 2016.
- LIMA, Robson Pereira. *Turismo de Base Comunitária como Inovação Social*. 2011. 205 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ/COPPE, 2011. Disponível em: <http://www.hyperlink “http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_d/RobsonPereiraDeLima.pdf”//objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_d/RobsonPereiraDeLima.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- MIRANDA, Núbia Cristina Assunção. *Economia Solidária no Estado do Pará: a perspectiva de construção de movimento às lutas, temas e desafios*. In: Processos de Implantação e Gestão. Universidade Federal do Pará. Belém: ICSA, 2012.
- NASCIMENTO, Aline Fátima. Economia popular solidária: alternativa de geração de trabalho e renda e desafio aos profissionais do serviço social. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, ano 6, n. 8, dez., 2007. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/2317/3247>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- ODA, N; et al, S. Fases da Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários. In: *Metodologia de Incubação: Experiências em São Bernardo do Campo – SBCSol*. Universidade Metodista de São Paulo, 2015.
- PARÁ. Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo - SEMDETUR. *Inventário da oferta turística*. Santarém PA. 2015.
- PARÁ. Universidade Federal do Oeste do Pará. *Relatório Anual: Incubadora de Empreendimentos Solidários*. 2015. Santarém, Pará.
- SANTOS, Boaventura de S. (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Aline Mendonça et al. *A construção teórico/metodológica da incubadora tecnológica de empreendimentos econômicos solidários da Faculdade Educacional de Medianeira*. (ITEES/FACEMED). III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas Cascavel. 2004.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23ª Edição. Revista atualizada. São Paulo, 2007.
- SILA, João Paulo et al. Turismo, economia solidária e inclusão social em Porto de Galinhas, PE. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p.325-340, dez. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1154/115421323003/>. Acesso em: 25 abr. 2016.
- SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa. 2002
- SINGER, P. Senaes: uma experiência brasileira de política de economia solidária. In: FRANÇA FILHO, G. C. et al. (Orgs.) *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.
- SIQUEIRA, D. M; SILVA, F. C. A economia solidária na atual política de desenvolvimento econômico de São Bernardo do Campo. In : *A política pública e o papel da universidade: reflexões da incubadora de empreendimentos solidários de São Bernardo do Campo - SBCSol*. São Bernardo do Campo : Universidade Metodista de São Paulo, 2014. p. 198. Disponível em <http://www.google.com.br/url?q=http://editora.metodista.br/livros-gratis/a-politica-publica-e-o-papel-da-D2omxkC1fHYPERLINK “http://www.google.com.br/url?q=http://editora.metodista.br/livros-gratis/a-politica-publica-e-o-papel-da-D2omxkC1f2h7s8Q”2h7s8Q>. Acesso em: 25 abr 2016.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 14. ed. aumentada. São Paulo: Cortez, 2005 a.

COLABORADORES

COLABORARAM NESTE NÚMERO

PARECERISTAS

Anelise Graciele Rambo
Celso Gestemeier do Nascimento
Dalva Maria da Mota
Danielle de Melo Rocha
Darcon Sousa
Delma Pessanha Neves
Eric Sabourin
Jonatta Sousa Paulino
José Gabriel Silveira Corrêa Joana Tereza
Júlio Cabrera Medina
Karla Hora
Lauro Mattei
Luis Henrique Cunha
Maria Celia Nunes Coelho
Mariza Barbosa Luna
Mércia Rangel Rejane Batista
Noemi Porro
Paulo Eduardo Moruzzi
Ramonildes Alves Gomes
Roberto de Sousa Miranda
Roseli Corteletti
Thiago Romeu de Souza
Verena Sevá Nogueira
Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Lemuel Dourado Guerra Sobrinho
Luis Henrique Cunha
(Revisão do Inglês e do Francês)

Roberto de Sousa Miranda
(Revisão Linguística e Normatização)

NORMAS PARA O ENVIO DE TRABALHOS

1. A revista *Raízes* aceita trabalhos originais, ou inéditos em língua portuguesa ou espanhol, sob a forma de artigo técnico-científicos, ensaios teóricos, resenhas ou avaliações de resultados de pesquisa cuja abordagem assista ao seu interesse temático editorial.
2. O envio de trabalhos para publicação pressupõe o interesse de publicá-lo em *Raízes*, comprometendo-se seu (s) autor (es) a manter a com *Raízes* oferecer a exclusividade do oferecimento para a publicação pelo prazo mínimo de 6 meses, período em que o (s) mesmo (s) se compromete (m) a não ofere-lo a outro periódico ou coletânea.
3. A Secretaria acusará o recebimento do trabalho, bem como informará o número de *Raízes* em que foi programada sua possível inclusão e a data prevista para o lançamento do número.
4. Os trabalhos serão submetidos anonimamente a membros do Conselho Científico ou a pareceristas *ad hoc*.
5. Eventuais sugestões de modificação da parte dos pareceristas da editoria, bem como os comentários dos pareceristas serão remetidos, também de forma anônima e confidencial, aos autores.
6. A publicação dos trabalhos está condicionada a obtenção de pelo menos dois pareceres favoráveis.
7. Os autores poderão informar-se do estágio de avaliação e processamento de seus trabalhos a qualquer momento da preparação da edição.
8. A secretaria comunicará aos autores a decisão final sobre a aprovação ou não dos trabalhos.
9. Os trabalhos deverão ser enviados em 3 (três) cópias impressas e em meio digital (diquete ou arquivo vinculado a e-mail), utilizando-se o editor de texto Word para Windows, e poderão ser enviados a qualquer momento. Pede-se o uso de uma única fonte e um único tamanho de fonte, em todo o texto, salvo alterações automáticas do próprio editor de texto.
10. Pede-se que os textos sejam enviados em páginas numeradas, marginadas (justificadas) em ambos os lados, em espaço duplo, e digitados em fonte e tamanho uniformes em todo o texto (sugestão: Times New Roman 12), salvo títulos, tabelas ou outros casos justificados.
11. Os seguintes itens devem ser observados na realização dos textos:
 - . Aspas simples para palavras com emprego não convencional;
 - . As citações de outros textos deverão vir visivelmente destacadas através de recuo à direita (sugestão: 12 espaços);
 - . Citações inferiores a uma linha poderão vir incorporadas ao texto, entre aspas duplas;
 - . Itálico para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações;
 - Bold** para termos a destacar - deve ser usado com parcimônia;
 - . As referências bibliográficas, quando incluídas no texto, deverão vir em caixa baixa, isto é, apenas a primeira letra maiúscula;
 - . As notas devem ser sempre de pé-de-página, numeradas sequencialmente, e nelas poderão ser incluídas informações adicionais não incluídas na bibliografia;
12. As referências bibliográficas ou Bibliografia deverão vir em conjunto ao final, obedecendo ao seguinte critério:
 - . **LIVRO**: Nome do autor. Título do livro. Local de publicação: Editora, ano de publicação, número (s) de página (s); nas citações deve constar o número de páginas citadas.
 - . **ARTIGO**: Nome do autor, título do artigo (itálico). In Nome do periódico, volume Número do periódico. Local, Data de publicação, número de páginas.
 - . **ARTIGO EM OBRA COLETIVA**: Nome do autor. Título do artigo (itálico). In Nome (s) do (s) organizador (es) (Orgs). Nome da obra coletiva. Local: Data de publicação número de páginas.
13. Preferencialmente os trabalhos não deverão ultrapassar 20 laudas, incluindo resumo, abstract e bibliografia.
14. Cada artigo técnico-científico ou ensaio teórico deverá se fazer acompanhar, necessariamente:
 - a) do respectivo resumo (em português) contendo entre 80 e 100 palavras, e 3 (três) palavras-chave indicativas do conteúdo do trabalho;
 - b) do título traduzido para o inglês, do abstract (resumo em inglês) e 3 *Keywords* (palavras-chave em inglês), As palavras-chave e as *Keywords* deverão ser, se possível, substantivos simples, evitando-se palavras compostas ou expressões com vários termos. Evitar os termos já explicitados no próprio título;
 - c) dos dados sobre o autor (última titulação, vínculo institucional com função / cargo, e-mail para divulgação), acompanhado de endereço para correspondência, telefone / fax, e demais informações para uso administrativo de *Raízes*.
15. A publicação dos trabalhos está condicionada a pareceres de membros do Conselho Científico e de consultores *ad hoc*. Eventuais sugestões de modificação dos trabalhos por parte dos pareceristas ou da Editoria serão encaminhadas e efetuadas em comum acordo com o autor, salvo correções linguísticas menores.
16. A Secretaria e editoria de *Raízes* estão à disposição para qualquer informação adicional, inclusive consultas de autores sobre o interesse da revista em trabalhos específicos, bastando para isso que seja enviada uma cópia, ou mesmo um esboço desenvolvido do trabalho em questão.
17. Aos autores serão enviados 3 (três) exemplares do número da revista que publicar seus trabalhos.
18. O envio de trabalhos para publicação por *Raízes* implica na cessão dos direitos autorais a *Raízes*, que se reserva o direito de re-edição dos números inteiros ou de trabalhos isolados, em qualquer forma, porém com a sua marca editorial.

O Comitê de redação